

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2

Francisca Júlia Camargo Dresch
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Francisca Júlia Camargo Dresch
(Organizadora)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Francisca Júlia Camargo
Dresch. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Impactos
das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v.2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-75-8
DOI 10.22533/at.ed.758180511

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I. Dresch, Francisca Júlia Camargo. II. Título.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Me coube a apresentação deste exemplar cuja tarefa é a de estabelecer uma linha de raciocínio dos textos que aqui constituem os 25 capítulos desta obra. Após a leitura cuidadosa dos artigos submetidos, procurei conexões entre os contextos e as dimensões que poderiam sequenciar as discussões – trouxe a reflexão Sociológica que definem a vida humana na Terra através da produção de bens e serviços, refletidas na organização social, econômica, política, histórica, educacional, ambiental, cultural expressas pelas relações biopsicossociais do humano em seus ambientes.

Deste modo, poderíamos interrogar se nascemos ou nos tornamos humanos? A pergunta nos remete primeiramente a reflexão filosófica – em que momento inicia a vida sabendo que dependerá da abordagem selecionada, não há uma definição única que seja capaz de defini-la assertivamente. Podemos tentar explicar pela Religião, pelo Direito, e/ou pelas Correntes Filosóficas. Então, simplificamos vida é o oposto da morte, resulta do movimento contraditório que repousa na certeza de que vivendo estamos nos aproximando da morte. E para as ciências sociais, nascemos biologicamente humanos e nos tornamos humanos ao viver em sociedades e, nelas aprendemos agir moral e eticamente.

O desenvolvimento tecnológico atual nos situa na Era da Informática e das Comunicações. Tais características têm possibilitado registros inovadores na história humana. Nos interessa pontuar que o paradigma Neoliberal empregado para o permanente crescimento econômico que estabelece os padrões de consumo é o mesmo identificado no esgotamento dos recursos naturais, especialmente ao refletir o distanciamento entre *“os que acumulam, dos que nada possuem”*. Ora se o Planeta dá sinais de esgotamento e se as relações sociais apontam para a exploração sem precedentes, nos parece lógico também pensar na responsabilidade social como alternativa de sustentabilidade entre o educar para produzir e o papel das tecnologias para desenvolver a cidadania.

Portanto a obra Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2, defende que a vida é patrimônio a ser preservado. Reúne debates acerca de pesquisas empregadas nas organizações produtivas a partir das políticas que permeiam processos de ensino e aprendizagem das instituições sociais. A cada autor, nossos agradecimentos a submissão de seus estudos na Editora Atena. Aos leitores, desejo proveitosa reflexão na trajetória apresentada

Francisca Júlia Camargo Dresch

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VANTAGEM COMPETITIVA EMPRESARIAL PELO USO DE SACOS DE PÃES ECOLÓGICOS POR PANIFICADORAS DE QUIXADÁ – CE.	
José Cazuza Lopes Neto Valter de Souza Pinho Marcos James Chaves Bessa Sérgio Horta Mattos Danielle Rabelo Costa	
CAPÍTULO 2	10
A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
Anaïtes Maria de Moraes Silva Jaíra Maria Alcobaça Gomes	
CAPÍTULO 3	28
A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO <i>OMNICHANNEL</i> À PARTIR DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA NUMA SOCIEDADE PLURAL, INOVADORA E PARTICIPATIVA.	
Ligia Fagundes	
CAPÍTULO 4	42
ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR: A EMPRESA BSBIOS COMO AGENTE INDUTOR DA PAISAGEM	
Isadora Pinheiro Lucas César Frediani Sant’ana	
CAPÍTULO 5	57
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO E O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	
Tassiana Justino Fernandes Maria das Graças de Lima	
CAPÍTULO 6	72
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS.	
Eudes Cristiano Vargas Larissa Siqueira Camargo Sandra de Cássia Franchini Leticia Grazielle Roque Adriano Pereira Cardoso Dênis Martins de Oliveira	
CAPÍTULO 7	87
A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES	
Adriana Freire Pereira Férriz, Taís Ana de Oliveira, Thainan de Albuquerque e Santos,	

CAPÍTULO 8	103
A COLETIVIDADE DOCENTE NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Paulo Vitor Teodoro de Souza Hélder Eterno da Silveira Iara Maria Mora Longhini	
CAPÍTULO 9	116
O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING	
Giovanna Back	
CAPÍTULO 10	129
O USO DOS PRINCÍPIOS DO DESIGN DE INTERIORES NA HUMANIZAÇÃO DA CASA DE APOIO	
Rubia Maiara Silva Marcon Larissa Siqueira Camargo	
CAPÍTULO 11	141
TEORIAS DE APRENDIZAGEM DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	
Laysa Cristina de Oliveira	
CAPÍTULO 12	153
USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
CAPÍTULO 13	160
O USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Juliana Santos Alves Paulo Sergio Machado Leila Maria Araújo Santos	
CAPÍTULO 14	168
TECNOLOGIAS MÓVEIS EM CONTEXTO EDUCATIVO	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
CAPÍTULO 15	178
EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS EM ADULTOS JOVENS NO NOROESTE PARANAENSE	
Willian Augusto de Melo Maria Antonia Ramos Costa Neide Derenzo Verusca Soares de Souza Maria Dalva de Barros Carvalho	

CAPÍTULO 16	188
BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
CAPÍTULO 17	195
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONVENÇÃO JACOBINA NA REVOLUÇÃO FRANCESA	
William Geovane Carlos	
CAPÍTULO 18	205
ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS NO MARKETING DE RELACIONAMENTO	
Guaracy Carlos da Silveira Fernando Augusto Carvalho Dineli da Cost	
CAPÍTULO 19	218
<i>CHILD OF THE DARK</i> : A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NAS LITERATURAS TRADUZIDAS	
Tayza Cristina Nogueira Rossini Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Wellington Júnior Jorge	
CAPÍTULO 20	229
INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL: MOTIVADORES E OBSTÁCULOS - UM ESTUDO MULTICASOS	
Vivien Mariane Massaneiro Kaniak	
CAPÍTULO 21	240
ANÁLISE DE ATIVIDADES LOGÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DO NOROESTE PARANAENSE	
Renan Araújo de Azevedo Daniel Mantovani Aline Takaoka Alves Baptista Leandro Ferreira Pinto Amauri Henrique de Carvalho Júnior	
CAPÍTULO 22	252
O PROGRAMA DE EXCELENCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A SISTEMÁTICA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTRATÉGICO NAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SARANDI – PR	
Tânia Corredato Periotto Fabiana Azevedo Picanço Tamires Selini Gouveia	
CAPÍTULO 23	259
ESTUDOS DA LITERATURA SOB A VERTENTE DO LETRAMENTO: A LENDA DE RUFF GHANOR E O UNIVERSO MULTIMODAL	
Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Tayza Cristina Nogueira Rossini Wellington Júnior Jorge	

CAPÍTULO 24271

ESPORTE, MÍDIA CONTEMPORÂNEA E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM AUXÍLIO DAS REDES SOCIAIS

Bruno Bember Lofiego
Afonso Antônio Machado

CAPÍTULO 25282

A CULINÁRIA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA CULTURAL DAS COMIDAS TÍPICAS

Renan Valério Eduvirgem

SOBRE A ORGANIZADORA.....291

VANTAGEM COMPETITIVA EMPRESARIAL PELO USO DE SACOS DE PÃES ECOLÓGICOS POR PANIFICADORAS DE QUIXADÁ – CE.

José Cazuza Lopes Neto

Centro Universitário Católica de Quixadá –
UNICATÖLICA
Quixadá - CE

Valter de Souza Pinho

Centro Universitário Católica de Quixadá –
UNICATÖLICA
Quixadá - CE

Marcos James Chaves Bessa

Centro Universitário Católica de Quixadá –
UNICATÖLICA
Quixadá - CE

Sérgio Horta Mattos

Centro Universitário Católica de Quixadá –
UNICATÖLICA
Quixadá – CE

Danielle Rabelo Costa

Centro Universitário Católica de Quixadá –
UNICATÖLICA
Quixadá – CE

RESUMO: O cenário ambiental planetário na atualidade não é dos melhores e tem ameaçado a sobrevivência de todas as espécies e a sustentabilidade das empresas. Neste contexto, o presente artigo teve como objetivo verificar o papel da responsabilidade social nas panificadoras via uso de embalagens de papel ecológico para pães e sua publicidade tomando por base a nova perspectiva sustentável das

empresas. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa cujos dados foram coletados mediante entrevistas em algumas panificadoras localizadas na cidade de Quixadá no sertão central do Ceará. Por meio do estudo fica evidenciado que a prática da responsabilidade socioambiental pode contribuir para o aumento do benefício e do valor percebido, além de impactar positivamente na fidelidade da intenção de compra dos consumidores, tornando-se uma forte vantagem competitiva empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Sacos de pães, vantagem competitiva, sustentabilidade.

ABSTRACT: The planetary environmental scenario today is not one of the best and has threatened the survival of all species and the sustainability of companies. In this context, the objective of this paper was to verify the role of social responsibility in bakeries through the use of ecological paper packaging for bread and its advertising based on the new sustainable perspective of companies. It is a descriptive study with a qualitative approach whose data were collected through interviews at some bakeries located in the city of Quixadá in the “sertão central” of Ceará. The study shows that the practice of socio-environmental responsibility can contribute to increase the benefit and perceived value, as well as positively impact on

the loyalty of consumers' purchase intention, making it a strong business competitive advantage.

KEYWORDS: Bread sacks, competitive advantage, sustainability

1 | INTRODUÇÃO

Não muito tempo atrás se iniciava no mundo inteiro a percepção que iria mudar a forma de como todos veem o meio ambiente e principalmente como explorá-lo. “Destruir a natureza significa inviabilizar o desenvolvimento econômico da humanidade” (HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 2000, p.56).

Um dos grandes e graves problemas ambientais na atualidade é a utilização de sacolas plásticas pela população mundial. Uma sacola plástica sozinha causa pouco estrago, mas o consumo excessivo estimulado pela gratuidade e disponibilidade tem grande impacto ambiental. Na China até 2008 o consumo diário era de 3 bilhões de sacolinhas, na Itália até 2010 cerca de 20 bilhões por ano, o maior da Europa, e no Brasil aproximadamente 15 bilhões de unidades deste produto (BRANDÃO, 2012).

As sacolas plásticas causam diferentes problemas ambientais a exemplo de depois de descartadas, acabam em rios, lagos e oceanos, onde são confundidas com alimento e ingeridas por animais, como tartarugas e aves marinhas, causando a morte de mais de 100 mil por ano, em todo o mundo; poluem cidades e entopem bueiros, agravando situações de desastres como alagamentos e enchentes; para sua confecção são utilizados recursos naturais não renováveis como petróleo e gás natural além de água e energia, e liberados efluentes (líquidos) e gases tóxicos, alguns dos quais acentuam o efeito estufa; podem levar de 100 a 400 anos para se degradarem, tornando os lixões e aterros impermeáveis, dificultando a biodegradação de recursos orgânicos, com conseqüente acúmulo de gás metano em bolsões e quando a montanha de lixo é revolvida, esses bolsões são rompidos, e o metano – gás 21 vezes mais danoso que o CO₂ – acaba liberado na atmosfera (BRASIL, 2011),

O mais agravante é que menos de 1% delas são recicladas, pois a reciclagem de uma sacola custa mais que a produção de uma nova. Em muitos países o uso de sacolas plásticas vem sendo banidas como na Itália, África do Sul, em outros tem sido desestimulado a sua utilização mediante taxaço ao consumidor como na Alemanha, Austrália, e no Brasil já existem 13 capitais com leis que restringem seu uso e muitas cidades com projetos tramitando nas Câmaras Municipais (ECODESENVOLVIMENTO, 2012).

Dessa forma o papel *Kraft*, outrora muito utilizado, ressurge como uma alternativa viável para as panificadoras, a ser utilizado no fabrico de saco para pães, pois o mesmo é atóxico, ou seja, é composto de uma substância não venenosa, que não agride ao ser humano e a natureza. A tinta que é utilizada nos sacos de pães também é ambientalmente correta, não tem odor nem solta resíduos nos alimentos, tornando a embalagem colorida e perfeita para exercer suas funções. Além disso, devido aos

sacos de pães serem inovadores e coloridos, desperta a atenção dos consumidores, tornando essa mídia impactante e vendável.

A ideia do uso de sacos de pães como mídia surgiu em 2005, na Espanha, quando dois cidadãos catalães tiveram a brilhante percepção de anunciar em um lugar simples, e até então pouco explorado, o saco de papel para pães. No Brasil, os sacos de pães publicitários surgiram depois que o publicitário curitibano de 33 anos de idade Wagner Rover ao ir em uma padaria e receber seus pães em uma embalagem de papel *Kraft*, percebeu como poderiam ser utilizados de outra forma antes de serem descartados na natureza, daí veio a ideia de criar espaços publicitários nos sacos de pães para que todo o tipo de organizações e empresas pudessem anunciar seus produtos, serviços e marcas na embalagem de um produto que, segundo o IBGE (2015) é um dos mais consumidos pelos brasileiros.

O presente trabalho teve como objetivo identificar quais vantagens competitivas a propaganda em sacos de pães pode gerar para os negócios dos anunciantes, bem como, verificar o comportamento dos consumidores em relação a essa nova prática sustentável e publicitária.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mídias promocionais e sustentabilidade

Ao se pensar nos problemas relacionados ao meio ambiente, a sustentabilidade é hoje um dos temas mais discutido no mundo. Tão debatido ao ponto de fazer com que tudo seja atrelada a ela, mesmo que seja de forma direta ou indireta. No entanto, cada vez mais as organizações tentam se inserir aos novos cenários na busca de uma vantagem competitiva. Sobre essa temática Teixeira (2000, p. 45), em seu artigo *The Environmental Management Systems as a Tool of the Green Marketing*, ressalta que “ao adotar o *marketing verde*”,

A organização deve informar a seus consumidores acerca das vantagens de se adquirir produtos e serviços ambientalmente responsáveis, de forma a estimular (onde já exista) e despertar (onde ainda não exista) o desejo do mercado por esta categoria de produtos.

Diante disso, surge a procura por novas mídias promocionais que venham não apenas para ser mais uma, mas sim que venham suprir uma nova demanda que o mercado mundial carece, conhecido por marketing verde. Ele tem por objetivo fazer publicidade eficaz, mas ao mesmo tempo torná-la sustentável ao ponto de que seu método de aplicação não agrida ao meio ambiente como as convencionais. De acordo com Blessa (2007), variados tipos de sinalização, displays e materiais impressos têm por finalidade informar, relembrar, persuadir, indicar, expor e vender.

No caso do marketing verde, as sinalizações também podem ser utilizadas para informar sobre produtos e serviços verdes e ainda introduzir ao cliente, por meio

da comunicação de ações ambientais presentes nas lojas, como se tornar um consumidor consciente (DIAS, 2007, p. 123).

Desse modo os sacos de pães podem ser vistos como um de seus diferenciais, servindo não somente para embalar os produtos mas também como peça publicitária.

O saco de papel *Kraft* é diferente do comum, pois possui certificação da ANVISA, sendo o seu papel e sua tinta não nociva ao ser humano, além de não poluir a natureza.

Neste contexto, Sheth, Mital e Newman (2001) acreditam que o marketing ecológico pode está na prática de todas as atividades inerentes ao marketing incorporando a preocupação ambiental contribuindo para a conscientização ecológica por parte do mercado consumidor.

2.2 O Modelo de Organização Sustentável

Com o objetivo de procurar uma nova ordem econômica mundial, na qual se tivesse um maior equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, foi introduzido em 1987, no documento *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988, p.46), conhecido mais como Relatório de Brundtland, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, um novo paradigma de desenvolvimento no qual as necessidades do presente são atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Desse modo, a sustentabilidade passou a ter uma maior visibilidade com a eclosão de itens como: ecologia e meio ambiente, voluntariado, educação, saúde e bem-estar, combate à fome e à pobreza, exclusão social e direitos humanos.

Segundo o Relatório de Brundtland, da Organização das Nações Unidas, a sustentabilidade econômica, social e política só tem existência se for mantida a sustentabilidade ambiental (BRANDÃO, 2012). Também, nesse documento fica evidenciado que para haver a sustentabilidade ambiental é preciso não pôr em risco os elementos naturais que sustentam a integridade global do ecossistema: a qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos. É também necessário garantir a todos o acesso aos recursos ameaçados de extinção e encontrar novas tecnologias para reduzir a pressão sobre o meio ambiente antes que se esgotem os limites dos recursos naturais (CMMAD, 1988, p. 47-48).

Assim, fica evidente que devem ser desenvolvidas tecnologias que minimizem o esgotamento e propiciem substitutos para esses recursos serem utilizados dentro dos limites de regeneração e de crescimento natural. Porém, para que haja sustentabilidade econômica é necessário que as nações avaliem seu modelo de desenvolvimento e o impacto que suas políticas estão exercendo sobre o meio ambiente e o desenvolvimento de outros países. Pois, os índices de crescimento podem ser sustentáveis se os países orientarem estratégias direcionadas para as atividades econômicas que utilizem o mínimo de matérias-primas, de energia e busquem uma distribuição mais equitativa da renda. Com isso seria ocasionado, o benefício de todos no crescimento econômico (SOUZA, 2.000).

Sachs (1993, p.19) ressalta que:

O crescimento tem externalizado seus custos sociais, ambientais e ampliado a desigualdade entre os países e entre classes sociais de um mesmo país. Para ele, os problemas da pobreza e do meio ambiente podem ser resolvidos. No entanto, os obstáculos são de ordem social e política.

Para haver a sustentabilidade social, segundo a abordagem da Comissão Brundtland é preciso haver uma idéia global das necessidades humanas, que agreguem outras variáveis não econômicas como: saúde e educação. Assim, o desenvolvimento econômico e o social devem caminhar juntos. Os recursos aplicados em saúde e educação podem tornar os indivíduos mais produtivos e o crescimento econômico pode aumentar o desenvolvimento social, oferecendo assim, oportunidades e educação a todos. Por isso, o desenvolvimento sustentável exige que a sociedade atenda às necessidades essenciais de forma plural, tanto no aumento do potencial de produção, quanto de forma a assegurar a todas as pessoas oportunidades iguais de realizar suas aspirações de uma qualidade de vida melhor (SOUZA, 2.000, p.3)

De acordo com Guimarães (1994, p. 6-13) só é possível atender a todas as dimensões da sustentabilidade “por meio de regimes democráticos e do aperfeiçoamento das instituições, de forma a garantirem a ampliação dos espaços da cidadania”.

Desse modo, os princípios e as estratégias que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável, sugeridos pela Comissão (CMMAD, 1988, p. 52-70) devem estar baseados na equidade social, com níveis populacionais e padrões de consumo sustentáveis, na mudança de qualidade do crescimento, na conservação e no fortalecimento da base dos recursos, nas tecnologias limpas e na administração dos riscos, na reformulação das relações econômicas, que buscam a cooperação internacional, na integração do meio ambiente e da economia nos processos decisórios e na distribuição territorial equilibrada. Para isso, faz-se necessário buscar novas formas de associação entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas.

Fica compreendido que a construção do conceito de sustentabilidade, pelas partes envolvidas, exige, necessariamente, a adoção de uma visão de planejamento e de operação capazes de contemplarem a complexidade dos problemas globais e atender ao fator tempo numa escala de curto, médio e longo prazo. Assim, a transição do modelo de desenvolvimento atual rumo à sustentabilidade vem sendo, desse modo, o grande desafio enfrentado pelos principais segmentos da sociedade: empresas, governos e sociedade civil organizada (SOUZA, 2.000).

2.3 A sustentabilidade nas organizações

Para que uma empresa aplique o modelo de organização sustentável, deve interligar e equilibrar o capital financeiro, o capital humano e o capital natural. Toda organização necessita compreender que a melhoria social está ligada, dentre outros fatores, ao bem estar dos funcionários, maior inclusão social da comunidade na qual a empresa está inserida. Ressalta-se também o compromisso com os fornecedores de

forma sustentável e a satisfação dos clientes.

De acordo com os estudiosos Michels, Grijo e Machado (2012, p. 69) “o desenvolvimento empresarial sustentável deve ser expresso em um ambiente que condiciona a qualidade e a disponibilidade do capital humano e natural, associadas ao capital financeiro e industrial”. Para reforçar a colocação destes autores Brandão (2012, p. 3) afirma que “a administração sustentável é que é a gestão capaz de suprir as necessidades de uma sociedade, sem comprometer a capacidade das necessidades das futuras gerações”.

Ainda temos o tripé da sustentabilidade, Triple Bottom Line, conhecido como os três pês – People, Planet and Profit (Pessoas, Planeta e Lucro) – conceito que pode ser aplicado tanto de forma geral, no país, no planeta, como de forma particular, na empresa, em casa, na comunidade (BRANDÃO, 2012, p. 3).

Ou seja, a integração e o equilíbrio entre os pilares refletem uma visão que mostra estar preocupada em satisfazer às necessidades da população atual, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Por isso, a ONU (Organização das Nações Unidas), destaca que o desenvolvimento sustentável deve reunir três eixos principais: o social, o econômico e o ambiental. Estudiosos sobre o assunto, gestores de organismos internacionais, culturais e artistas querem a inclusão de um quarto eixo, o “cultural”. Isso por compreender que essa nova economia só será possível com uma mudança na forma como as pessoas entendem e respeitam a sua relação com o planeta (MinC, 2012 apud BRANDÃO, 2012).

3 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. O estudo descritivo tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2010).

A pesquisa qualitativa é um método naturalista utilizado para investigar temas complexos, explorando-os profundamente através da análise cuidadosa de dados qualitativos, narrados e subjetivos (POLIT; BECK, 2011).

O presente estudo foi realizado em três panificadoras no mês de novembro de 2015, localizadas no município de Quixadá-CE, o qual fica situado aproximadamente a 170 km de Fortaleza e possui uma população estimada em 84.684 habitantes segundo o IBGE (BRASIL, 2010).

Os dados foram coletados no mês novembro de 2015 através de uma entrevista semi estruturada, guiada por um roteiro constituído por questões norteadoras. As entrevistas foram gravadas, com duração de 30 minutos, a fim de manter a fiel opinião dos entrevistados. A coleta foi realizada em um ambiente reservado, com tempo disponível de acordo com a necessidade do participante e só em seguida foram transcritas.

Para o tratamento dos dados seguiu-se a técnica de análise temática proposta por Bardin (2010). Segundo esta técnica, que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado, a análise é constituída de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase, o material foi analisado a partir da leitura exaustiva das entrevistas. Na segunda, realizada o recorte do texto em unidades de registro e se procedeu à codificação e a categorização. Na terceira fase, foi realizada a interpretação dos dados já agregados nas respectivas categorias com base na literatura pertinente.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

a) A respeito das vantagens trazidas pelo uso dos sacos ecológicos

O relato dos entrevistados mostrou que para a maioria destes a real vantagem é financeira, ou seja, o lucro, por gastarem menos com os sacos, diminuindo o preço da mercadoria, atendendo assim, melhor os clientes. Somente um dos entrevistados mostrou preocupação com a cidadania existente em cuidar do meio ambiente. Ficou evidenciado que o fator sustentabilidade consciente ainda está a desejar.

b) Quanto à reação dos clientes com a preocupação da empresa com o uso correto das embalagens de pães

Verificou-se que a maioria dos entrevistados relataram que os clientes não perceberam o fato de os sacos de pães serem ecológicos e que suas panificadoras não fizeram nada para divulgar esse quesito. Desse modo, faltou por parte da empresa empenho em tornar a sustentabilidade algo próximo do cliente assim como divulgar o bem estar causado por isso. No entanto, um dos entrevistados relatou a impressão positiva causada em seus clientes ao perceberem que a empresa aderira ao consumo consciente, que visa não somente os lucros, mas também a sustentabilidade do planeta.

c) Concernentes às vantagens em relação ao concorrente que não utiliza uma política sustentável

Ficou visível na fala dos entrevistados a preocupação com os lucros, pois usam os sacos porque os recebem de graça, não importando muito a questão ambiental. Porém, um deles demonstrou consciência de que sua ação favorece a empresa de várias formas, pois mostra aos clientes uma preocupação social, econômica e até cultura, pensando não somente na sociedade atual, mas nas gerações futuras. Essa é mais uma característica da sustentabilidade casada com o comércio justo o qual prega que o consumo consciente inclui a compra de produtos associados ao comércio justo, ambientalmente correto, a não compra e o boicote de produtos de empresas que não atendam a certos requisitos.

d) Com relação ao aumento nas vendas após o uso dessa política ecológica

Através dos relatos de todos os entrevistados entende-se que os clientes ainda não demonstraram preferência pelos produtos das empresas, o que aumentaria as vendas, por causa de suas práticas ecológicas e sustentáveis. Mas, como se observou nas falas anteriores que muitos clientes nem se dão conta disso, o resultado também já seria esperado, pois se não há divulgação como haveria a mudança. O valor percebido pelo consumidor é o resultado da análise entre benefícios e sacrifícios envolvidos, o que corresponde ao balanço feito pelo consumidor entre os benefícios obtidos na troca com a outra parte e os sacrifícios para a realização dessa troca, que podem ser monetários ou não-monetários

e) A respeito se a empresa desenvolve outras práticas sustentáveis

Um dos entrevistados deixou claro que não pratica nenhuma outra ação ecológica sustentável, ficando somente na utilização dos sacos. Já os demais têm a preocupação com o fim dado ao óleo utilizado nas suas panificadoras, recolhendo e enviando para uma subsidiária da Petrobrás, na própria cidade, para sua utilização na fabricação de Biodiesel. Isso é mais um ponto positivo para as referidas panificadoras na preservação do meio ambiente. f) Relativo à propaganda impressa no saco ecológico A insatisfação foi total com respeito à propaganda estampada nos sacos ecológicos de pães, principalmente por serem

5 | CONCLUSÕES

Pode-se perceber através dos resultados encontrados que se faz urgente a mudança de filosofia das organizações empresariais. É preciso pensar que não se pode pregar algo em que não se acredita de fato. Diante disso Mattar (2003) ressalta que a sobrevivência das empresas está cada vez mais ligada à sua capacidade de gerar e manter laços permanentes, que tornem os consumidores mais identificados com sua imagem da empresa, criando a sustentabilidade e o fortalecimento da marca e a responsabilidade social como elemento importante para a construção dessa identidade. Conclui-se que a prática da responsabilidade socioambiental pode contribuir para o aumento do benefício e do valor percebido, além de impactar positivamente na fidelidade da intenção de compra dos consumidores, tornando-se uma forte vantagem competitiva empresarial.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BLESSA, R. **Merchandising no ponto-de-venda**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, V. In: AZEVEDO, J. H. **Sustentabilidade: Crescimento econômico com responsabilidade social**. RBA, Março/Abril2012. p.36.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Orientações sobre consumo consciente e propostas para redução de sacolas plásticas pelos consumidores.** Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. 40 p. : il.(Cartilha para Consumidores; 3.)

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIAS, S. R. **Gestão de Marketing.** São Paulo: Saraiva, 2007.

ECODESENVOLVIMENTO.2012. **Doze lugares no mundo que taxaram ou proibiram o uso de sacolas plásticas.** Disponível em: < <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/fevereiro/doze-lugares-no-mundo-que-taxaram-ou-proibiram-o>> Acesso em: 29 out. de 2015.

GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, P. C. V. **Comércio internacional e desenvolvimento sustentável: condicionantes para a ação empresarial.** Revista de Administração de Empresas - RAE, São Paulo, 34 (5): 6-13, set./out. 1994.

HAWKEN, P.; LOVIN, A.; LOVIN, L. H. **Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial.** São Paulo: Cultrix, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 29 out. de 2015.

MATTAR, H. **Consumo consciente e responsabilidade social empresarial.** In: Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós Rio 92, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2015.

MICHELS, E.; GRIJO, P. E. A., MACHADO, E. **Gestão do conhecimento como apoio à integração de projetos e à sustentabilidade corporativa.** In: Mundo Project Management. Dezembro/Janeiro 2012. p. 26 a 31.

POLIT D.F.; BECK C.T. **Análise estatística de dados quantitativos.** In: Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem. Porto Alegre: Artmed; 2011. p. 427-479.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Vértice, 1993.

SHETH, J. N.; MITTAL, B.; NEWMAN, B. I. **Comportamento do cliente: Indo além do comportamento do consumidor.** São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, M. T. S. 2.000. **Modelo de organização sustentável: indicadores setoriais dominantes de sustentabilidade - análise de um segmento do setor de alimentação.** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2000-org-1307.pdf>> Acesso em 15 set. 2015.

TEIXEIRA, A. **The environmental management systems as a tool of the green marketing.** Conferência de Marketing e Administração do BALAS (Business Association for Latin American Studies). Caracas, Venezuela. 2000.

A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL¹

Anáites Maria de Moraes Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – Piauí

Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – Piauí

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo sobre a governança ambiental e as compras públicas sustentáveis na Administração Pública Federal. A governança ambiental busca o envolvimento de todos (Sociedade, Estado, mercados, políticas, instituições públicas e privadas e ações governamentais) em prol da qualidade de vida e saúde do meio ambiente, enquanto as aquisições sustentáveis representam um importante instrumento de gestão, pois buscam diminuir os impactos negativos decorrentes das atividades administrativas diárias da administração pública, estimulando a conscientização do consumo, bem como a criação de novos mercados para produtos e serviços sustentáveis. A metodologia utilizada foi exploratória, com pesquisa bibliográfica e documental, com a análise das aquisições sustentáveis homologadas no período de 2012 a 2016, com recorte para o órgão superior do Ministério da Educação (MEC), no âmbito da

região Nordeste. Os resultados apontam que os maiores volumes de aquisições possuem características ecoeficientes (55,72%), biodegradáveis (24,43%) e de itens reciclados (19,66%). Os dados apontam que a intervenção e a integração socioambiental são possíveis estratégias de governança, que podem oportunizar eficiência, responsabilização, criação de valor e integrando as condutas de vários *stakeholders*.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo. Governança. Gestão pública. Sustentabilidade.

ABSTRACT: This paper presents a study on environmental governance and sustainable public procurement in the Federal Public Administration. Environmental governance seeks the involvement of all (Society, State, markets, policies, public and private institutions and governmental actions) in favor of the quality of life and health of the environment, while sustainable acquisitions represent an important management tool, because they seek reduce the negative impacts arising from the daily administrative activities of the public administration, stimulating consumer awareness, and creating new markets for sustainable products and services. The methodology used was exploratory, with

1. Trabalho publicado nos anais do VIII Encontro Nacional da ANPPAS, realizado em Natal (RN) no período de 08 a 11 de outubro de 2017.

bibliographical and documentary research, with the analysis of the sustainable acquisitions approved during the period of 2012 to 2016, with a cut for the higher body of the Ministry of Education (MEC), in the scope of the Northeast region of Brazil. The results indicate that the largest volumes of acquisitions have eco-efficient characteristics (55.72%), biodegradable (24.43%) and recycled items (19.66%). The data shows that intervention and socio-environmental integration are possible governance strategies, which can provide efficiency, accountability, value creation and integrating the behavior of various stakeholders.

KEYWORDS: Consumption. Governance. Public administration. Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

O consumo é um processo social e cultural, que pode desencadear excessos, desperdícios, e destruição/degradação do patrimônio natural. O cenário global está representado pela escassez de recursos naturais e a necessidade imperiosa de responsabilização pelo uso/descarte, bem como a análise dos impactos resultantes. Quando se fala em responsabilização, pressupõe-se a responsabilidade tanto da esfera pública quanto privada. O poder público tem responsabilidades na produção e no consumo, tanto na indução de políticas públicas, quanto na execução destas, pois sua ação de forma ativa, com posturas e comportamento éticos, tanto nas escolhas como nas aquisições (produtos e serviços) resultam uma imagem positiva, uma postura ativa de governança, com politização e cidadania.

A governança é entendida como um processo dinâmico, que incentiva o controle social, por meio da transparência e responsabilização das estruturas organizacionais, com foco em objetivos que visem o interesse público, em sintonia com o mercado e as dimensões ambiental, social, econômica.

Este artigo apresenta um estudo sobre a governança ambiental e as compras públicas sustentáveis na Administração Pública Federal, destacando o comportamento das aquisições sustentáveis homologadas, do órgão superior do Ministério da Educação (MEC) para a região nordeste, no período de 2012 a 2016. A metodologia utilizada foi o estudo exploratório, bibliográfico, documental, com análise de dados secundários do Painel de Compras do Governo Federal, conforme período selecionado.

A escolha do órgão superior MEC fundamentou-se pela sua representatividade nas aquisições sustentáveis no cenário nacional, o equivalente no Nordeste, ao valor aproximado de R\$ 14 milhões de reais (BRASIL, 2017). Para fundamentar as análises foram utilizados dados das aquisições homologadas, com movimentação do Padrão Descritivo de Materiais (PDM) para classificação de itens sustentáveis, com especificação: reciclados, ecoeficientes, biodegradáveis, Tecnologia da Informação (TI) verde e certificação ambiental (BRASIL, 2014a).

A estrutura deste artigo é composta por revisão bibliográfica de temáticas relacionadas ao consumo e a sociedade do consumo; governança e governança

ambiental; o poder público e as compras públicas sustentáveis. Depois segue a exposição da metodologia, principais resultados e discussões e, no final são apresentadas as considerações finais e a possibilidade de estudos complementares.

2 | O CONSUMO E A SOCIEDADE DO CONSUMO

O ambiente natural é dinâmico e tem forte interação com a ação humana e os tipos de sociedades atuantes. O crescimento do consumo intensificou a exploração predatória de recursos, desencadeando externalidades locais e globais, e conseqüentemente, as crises ambientais. A crise ambiental é expressa por várias externalidades, tais como: problemas climáticos, perda da biodiversidade, degradação ambiental, escassez de recursos naturais, excesso na geração de resíduos urbanos e industriais, etc.

Steffen, Curtzen e McNeill (2007) enfatizam que as mudanças ambientais são provocadas por ações humanas, tendo o homem como o ponto central, era do antropoceno, e como exemplo, citam três estágios cuja presença marcante é a forte capacidade de consumo: o primeiro estágio é a Revolução Industrial (1800-1945); o segundo estágio é a grande aceleração (1945-2015) e o terceiro estágio pós 2015, que oportuniza o ponto de inflexão do antropoceno. Segundo Ribeiro (2016), a era do antropoceno é marcada pela forte ação humana no uso intensivo de recursos naturais, como uma força motriz de transformação da superfície terrestre, afetando a biosfera, a atmosfera e a litosfera.

Por muito tempo, a grande preocupação para minimizar as externalidades ambientais era concentrada na produção, que posteriormente, como a regulamentação do processo produtivo não foi o suficiente para solucionar os problemas ambientais, partiu-se para o foco no consumo, destacando características particulares de uma sociedade focada no consumo. Portilho (2005) corrobora ao descrever as contradições das três abordagens/perspectivas vivenciadas pela sociedade de consumo (Quadro 1), demonstrando a complexidade e ambigüidade, cujo fenômeno pode ao mesmo tempo explorar, manipular e empoderar.

Vivenciamos uma sociedade de risco e de consumo elevado, com necessidades urgentes de mudança dos atuais padrões de crescimento a todo custo para mudanças no estilo de vida individual e coletivo, comportamentos e atitudes, dos quais está o consumo mais sustentável.

Para Ribeiro (2016) o problema do consumo reside no estilo de vida consumista, e não há dúvidas sobre a emergência da necessidade de mudança deste estilo de vida, além disso, há a necessidade de reposição do que já fora utilizado, tanto no aspecto dos recursos naturais quanto na dívida social (desigualdade e vulnerabilidade social).

ABORDAGENS/ PERSPECTIVA	CARACTERÍSTICAS
A sociedade do consumo é vista como uma sociedade capitalista, dependente, para sua expansão, do desenvolvimento do capitalismo industrial.	<ul style="list-style-type: none"> • É associada ao marxismo e suas variações (divisão de classe); • Foco: lucro, manutenção da divisão social, produção em massa e exploração da força de trabalho; • O consumo é o outro lado da produção; • Ênfase: desenvolvimento histórico/econômico e estruturas sociais; • Consumidor é um ator racional com restrições e constrangimentos em relação a fatores sociais, econômicos e políticos; • O consumo é alienador; • Tipo de consumidor: vítima; • Sentimento: passividade, exploração, manipulação, falta de poder e direitos, perda de privacidade.
A sociedade do consumo é vista como uma sociedade racional e utilitária, feita simplesmente por consumidores praticando o ato de consumir.	<ul style="list-style-type: none"> • É elaborada e defendida pela teoria econômica clássica e pelos estudos de marketing e propaganda; • Ênfase: nos consumidores em si mesmo; • Consumidor é um ator racional sem restrições e constrangimentos em relação a fatores sociais, econômicos e políticos; • Tipo de consumidor: soberano; • Sentimento: direito de escolha, poder, racionalidade, etc.
A sociedade do consumo é vista como uma sociedade simbólica, de sinais e significados.	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e fortalecimento das atividades individuais e sociais através da aquisição e usos de bens; • Ênfase: nas práticas contemporâneas de estilo e estética; • Foco: consumo de bens materiais e bens intangíveis; • Influências: estudos culturais e teorias pós-modernidade; • Tipo de consumidor: ativista; • Sentimento: poder de escolha, rebelião, decisão, cidadania, identidade, subjetividade, etc.

Quadro 1 – Quadro resumo das abordagens/perspectivas da sociedade de consumo

Quadro adaptado. Fonte: Portilho (2005, p. 90-105).

O consumo sustentável é um tipo de consumo que proporciona impactos ambientais adversos reduzidos, onde os consumidores buscam objetivos não materialistas, com posicionamento ético, ultrapassando a visão apenas materialista de seus próprios interesses (PAAVOLA, 2001). O autor também faz um alerta para que tenha resultados ambientalmente desejáveis são necessárias ações coletivas e coalizões, pois quando a estratégia é centrada apenas em ação individual, resulta-se apenas em estilos elitistas de vida, não sendo atingido amplamente por toda a sociedade.

Vários tipos de recursos são consumidos, dentre eles, os recursos naturais. A natureza é um patrimônio que necessita ser protegido e preservado. Segundo Zanirato (2016) a preocupação pela salvaguarda do patrimônio é justificada pelos riscos de desaparecimento, e a sua proteção é a forma de conter estes riscos. O conceito de patrimônio tem vários significados. Arruda (2016) corrobora com o atributo polissêmico,

ao destacar que o patrimônio tem duas concepções: a tradicional, como algo a ser transmitida, uma herança, segundo leis e costumes, comumente deixada de pai para filho; enquanto o conceito contemporâneo, o termo patrimônio assume um aspecto nômade, que perpassa novos usos e transformações, assumindo aspectos de sentido de coletivo (nós).

Para Zanirato (2016, p. 202-205) o patrimônio é “uma construção social, cujo significado se reveste de diferentes atributos conforme quem o emprega, o tempo histórico e a finalidade com que o emprega”, que depende de “ativação patrimonial”, ou seja, “processo de valores atribuídos como formadores de um conjunto de referência, posto em ação por meio de agentes, tais como o Estado”.

Como construção social, o patrimônio possui aspectos de tangibilidade e intangibilidade, bem como aspectos, históricos, artísticos, culturais, religiosos, sociais, ambientais, econômicos e com múltiplas interfaces com a sociedade, quer do ponto de vista individual quanto coletivo. Neste sentido, o herdeiro do patrimônio está associado à cultura, memória e identidade do bem coletivo. E como está o patrimônio natural?

Segundo Arruda (2016) o patrimônio natural está insustentável, ou seja, próximo a ruínas. A partir dos estudos de Steffen, Curtzen e McNeill (2007) surgem um questionamento, será se as tendências de desmaterialização e mudança de valores da sociedade são fortes o suficiente para desencadear uma transição de uma sociedade globalizante para uma sociedade mais sustentável?

A resposta para este questionamento dependerá da busca por soluções que integre de maneira sustentável, o crescimento da população, o uso de recursos e a preservação do patrimônio, onde as ações públicas e privadas, bem como os efeitos destas, sejam conscientes, pensando no presente, no passado e principalmente no futuro intergeracional e intrageracional.

Na contribuição de Zanirato (2016, p. 208): “precisamos caminhar em direção a uma visão holística que não separe natureza e sociedade, que não considere que a felicidade se encontra no consumo [...]”, e o reconhecimento da legitimação das ações públicas em prol da conservação integrada, que busque a articulação de políticas protetivas do patrimônio com as demais dimensões ambiental, econômica e social.

Portilho (2005) destaca que o debate sobre o consumo e meio ambiente, não pertence apenas aos consumidores individuais ou aos *experts*, o debate deve servir como uma ponte para aproximar, para provocar o encontro, e estimular novos espaços emancipatórios entre a esfera pública e a privada, estimulando a politização e novas formas de cidadania.

Na literatura, são exemplos de estratégias de politização do consumo as ações de *boycott* (boicote) e de *buycott*. Segundo Friedman (1999) o *buycott* representa uma recompensa, uma premiação para as empresas fornecedoras (firmas) pelo passado de boas ações, enquanto o *boycott* representa uma punição, uma pressão para não aquisição motivado pelo passado de maldades. Portilho e Castañeda (2009) destacam que “*buycott*” é uma expressão inglesa que representa uma opção consciente de

compras ambientalmente ou socialmente amigáveis, enquanto o termo boicote é uma negação da compra.

Posturas éticas são importantes para uma responsabilidade compartilhada, principalmente integrando condutas de vários *stakeholders* (indivíduos, empresas, organizações, governos e organizações não governamentais). A partir desta perspectiva, as compras públicas sustentáveis surgem com um propósito de integração de políticas públicas, onde o poder público busque ter um papel ativo, visando à proteção integrada e a busca pela eficiência, responsabilização e criação do valor público por meio de suas escolhas e decisões, e estimulando posturas ambientais de seus fornecedores.

3 | A GOVERNANÇA E A GOVERNANÇA AMBIENTAL

O termo governança tem múltiplas interpretações e diferentes dimensões de significados, que oportuniza uma ampla contextualização. O conceito de governança tem sua origem nos anos 70, inicialmente difundida com o sentido de governo em processo, posteriormente, nos anos 80, foi difundida como um símbolo de modernidade da ação pública e também da gestão das empresas (JACOBI; SINISGALLI, 2012). Os autores conceituam governança como:

Conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e da dinâmica e das instituições do mercado, por outro, visando atingir objetivos comuns. (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p. 1.471).

O termo governança tem atingido uma abrangência cada vez maior, quer no campo da política, economia ou nas ciências sociais, a citar: boa governança, governança corporativa, governança pública e governança ambiental.

Para Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1.471-1.472), a governança ambiental é uma expressão mais inclusiva, que está associada à qualidade de vida e saúde ambiental, que abrange a relação “Sociedade, Estado, mercados, direito, instituições, políticas e ações governamentais”, buscando o envolvimento de todos (tomadores de decisão e não tomadores de decisão) e transcendendo modelos ultrapassados de gestão, tendo ainda como desafio, a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que reduzam as ações predatórias, utilizando estratégias de práticas educativas, arenas de negociação, participação da sociedade civil e tomada de decisão compartilhada. Contudo, os usos destas estratégias podem ter interferências e resistências.

Corroborando, Cavalcanti (2004, p. 6) já fazia um alerta, ao enfatizar que a implementação da governança ambiental tem um grande desafio, o de lidar com resistências fundamentadas em velhas práticas de preconceitos, emanados pelo apego “quase fanático ao crescimento econômico”, sob o disfarce de desenvolvimento acima de qualquer outra coisa, e influenciados pela pressão de “poderosos lobbies que rondam a formulação de políticas públicas”.

Um medo generalizado de contradizer as expectativas dos agentes econômicos conduz ao triunfo da ótica míope, produtivista, de mania de crescimento, em oposição aos sentimentos ambientalistas da comunidade que se reúne sob a égide dos compromissos com um desenvolvimento de conteúdo responsável ou possível em termos ecológicos. Têm razão, portanto, aqueles que percebem que a gênese dos problemas ambientais muito deve à diferença entre a maneira como a Natureza trabalha e a maneira como o homem pensa. (CAVALCANTI, 2004, p. 9).

O pior de tudo, é que o discurso de que o crescimento econômico gera desenvolvimento e progresso, ainda é uma prática muito utilizada e defendida em retóricas oficiais, sendo disseminado em todos os níveis, inclusive pela própria sociedade. Por outro lado, emerge uma nova postura, que reforça a necessidade do compromisso das partes interessadas, visando a libertação de políticas públicas utilitaristas e predatórias do meio ambiente.

Dentre as partes interessadas, o poder público tem seu papel de destaque, com foco na boa governança pública. O Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP) destaca como exemplo de princípios para a boa governança pública: o compromisso em prol da sustentabilidade social e ambiental, por meio com valores éticos; o foco por uma ação organizacional otimizada dos dispêndios de recursos públicos e a conscientização pelo atendimento efetivo e sustentável das necessidades das partes interessadas (*stakeholders*) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA, 2014).

O Tribunal de Contas da União (TCU) também corrobora para o controle da boa governança no setor público, ao destacar alguns pontos positivos, tais como, garantia de entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos, além de controlar as finanças de forma atenta e responsável (BRASIL, 2014b).

Diante de recursos escassos e de necessidades diversas, o poder público necessita demonstrar sua capacidade de responsabilização, por meio das aquisições e contratações com adoção de critérios que incentivem a preservação ambiental. Como exemplo prático de governança ambiental e boa governança surgem às compras públicas sustentáveis.

4 | O PODER PÚBLICO E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

O poder público tem sua relevância destacada como um agente regulador, mediador e executor de políticas públicas, orientando suas ações para uma gestão pública com mais eficiência, na busca de transparência, responsabilização e criação do valor público, por meio do compartilhamento de responsabilidades nas dimensões: econômicas, sociais e ambientais.

A preocupação com o consumo e ao desenvolvimento mais sustentável tem repercussão nas esferas públicas e privadas. A visão utilitarista e predatória do uso indiscriminado de recursos ambientais não poderá ser perpetuada. Segundo Cavalcanti (2015), o desenvolvimento sustentável é aquele que permanece, e quem o sustenta

é a natureza, portanto, é inconcebível a destruição de nosso bem maior, e também confundir o crescimento sustentável com o desenvolvimento sustentável, pois o termo desenvolvimento significa mudança, evolução e progresso, enquanto crescimento significa o aumento e expansão.

As compras públicas sustentáveis induzem a ideia de que os recursos podem ser alocados de forma eficiente, aliando estratégias de preços, qualidade, transparência, procedimentos normativos formais, por meio de processos mais eficientes e maximização de recursos públicos, tendo como foco o desenvolvimento nacional sustentável.

Vários autores (Biderman et al., 2008; Betiol et al., 2012; Mendonça et al., 2012) destacam que as compras públicas sustentáveis representam um importante instrumento de gestão, pois buscam diminuir os impactos negativos decorrentes das atividades administrativas diárias da administração pública, estimulando, ao mesmo tempo, a criação de novos mercados para produtos e serviços sustentáveis.

Biderman et al. (2008) destacam outros sinônimos para as compras governamentais sustentáveis: licitações públicas sustentáveis, ecoaquisições, compras verdes, compras ambientalmente amigáveis e licitação positiva. Um ponto importante é que a licitação sustentável proporciona mecanismos de gestão pública mais efetiva, com destaque para cidadania ambiental e atuação ética e transparente. Villac (2015) amplia o conceito de licitação sustentável para:

Um processo que não se limita à aquisição de um produto menos insustentável ou à incidência de normas ambientais nos editais e contratos administrativos, mas que também se relaciona com a impressão de mecanismos de gestão pública consistentes e efetivos, que envolvam todos os setores dos órgãos públicos, com o fornecimento da cidadania ambiental na administração pública e atuação pública com ética e transparência. (VILLAC, 2015, p. 66).

Outra definição importante de licitação sustentável é destacada por Santos (2015, p. 157), como aquela que “considera critérios de preferências socioambientais para a escolha de bens, obras e serviços a serem contratados pelo Poder Público, com o objetivo de preservar o meio ambiente e minorar desigualdades econômicas e sociais”. Esta definição coloca como destaque, objetivos como preservação e redução de desigualdades.

A Instrução normativa nº 01/2010, de 20/1/2010 dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, subdividindo os critérios em dois grandes grupos: o primeiro grupo, obras públicas sustentáveis e o segundo, bens e serviços.

No grupo primeiro grupo, obras públicas sustentáveis, reforça a necessidade da economia da manutenção e operacionalização da edificação, por meio do incentivo para a redução do consumo de água e energia, e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como (BRASIL, 2010; MENEGUZZI; 2015):

- a. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b. Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c. Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d. Uso de energia limpa, como energia solar, ou outra para aquecimento de água;
- e. Implantação de sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f. Implantação de sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g. Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- i. Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- j. Priorização do emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- k. Elaboração de Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil (PGRCC), bem como o cumprimento das condições determinadas pelo conselho nacional do meio ambiente (CONAMA);
- l. Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas e específica composição de custos;
- m. No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia deverão ser observadas as normas do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial (INMETRO) e as normas ISO nº 14.000 da organização internacional para a padronização (*International Organization for Standardization*).

No segundo grupo são as estratégias para os bens e para os serviços (BRASIL, 2010; MENEGUZZI, 2015, p. 33-34):

a. Bens:

- Constituídos no todo ou em parte por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Bens com certificação ambiental;
- Utilização de embalagem adequada, com uso de materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*). Exemplo: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

b. Serviços:

- Uso de produtos de limpeza e conservação, conforme especificações da ANVISA;
- Evitar o desperdício de água tratada;
- Cuidado com o ruído dos equipamentos;
- Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC);
- Realizar programas de treinamento interno de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) sobre resíduos sólidos; e
- Prever a destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

A Instrução normativa nº 01/2010 sinaliza alguns pontos de referências, que moldam a percepção sobre quais critérios a administração pública federal levará em conta, guiando o mercado para a incorporação de virtudes socioambientais, e consequentemente, politização do consumo.

A politização do consumo na esfera pública federal é expressa por meio da mobilização intencional, com respaldo legal, para as aquisições de produtos e serviços, que provoquem mudanças positivas tanto na dimensão social quanto ambiental. As compras públicas sustentáveis são uma estratégia de “*buycott*”.

O governo federal sinaliza para o mercado, que tipo de características sustentáveis são necessárias para a descrição do produto ou serviço, com efeito, estimula a aquisição de itens sustentáveis, selecionando empresas, mediante igualdade de competição e respeitando as regras dos processos licitatórios, para aquisição daqueles fornecedores que atendam os pré-requisitos ambientais e sociais, consequentemente, premiando

bons fornecedores e estimulando que outros alterem seu processo produtivo para a oferta de itens sustentáveis. E qual deverá ser o perfil do bom comprador público?

Segundo Meneguzzi (2015, p. 27), o bom comprador público deverá considerar três pontos importantes:

- a. A necessidade real de adquirir;
- b. As circunstâncias em que o produto visado foi gerado;
- c. Os materiais e as condições de trabalho de quem o geraram.

Com efeito, as preocupações nas compras públicas sustentáveis vão além do produto/serviço acabado, com forte interesse sobre a origem dos recursos necessários para a transformação, as etapas da produção e o capital humano empregado, envolvido e comprometido. Além disso, as compras públicas sustentáveis oportunizam eficiência, responsabilização e criação do valor público e privado. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2015):

- a. A eficiência é a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade, bem como os custos dos insumos empregados para produzi-los, levando em consideração o período de tempo, mantidos os padrões de qualidade;
- b. A eficiência deverá levar em consideração a minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou na otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado;
- c. A responsabilização é empregada no sentido de comprometimento, tanto no aspecto público quanto no privado;
- d. O valor público ou o interesse público está presente como princípio da administração pública, onde ocorre a priorização do público sobre o interesse privado.

Quando o poder público sinaliza por aquisições sustentáveis, a nova demanda deverá ser atendida, conseqüentemente, novas pesquisas, novos processos produtivos e nova oferta de produtos e serviços deverão ser disponibilizados no mercado. Contudo, não basta o foco em aspectos econômicos, há a necessidade de inserção e respeito aos critérios sociais e ambientais.

Inanine, Erdmann e Marchi (2012) enfatizam que a inserção de critérios sociais poderá promover o emprego, proteger as condições de trabalho, e auxiliar a sociedade para oportunidades igualitárias.

Contudo, apesar do grande potencial, ocorrem ainda muitas resistências, algumas por preconceitos e outras pelo fato de produtos sustentáveis terem um custo e preços mais elevados.

Biderman et al (2008) destacam que, quanto mais os gestores públicos optarem

por compras públicas sustentáveis, mais incentivará um círculo virtuoso, aumentará a demanda e estimulará a oferta e a competição de fornecedores, com isso, os preços ficarão mais baixos, fomentarão a criação de novos negócios e reduzirão os riscos ambientais. Com isso, o poder público por meio da estratégia de “*buycott*” cumprirá o papel de liderança em práticas pró-ambiental, contudo, ainda existe um longo caminho de oportunidades, dilemas, escolhas e desafios.

5 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi o estudo exploratório, bibliográfico, documental, com análise de dados secundários para amostra intencional selecionada. Os dados secundários foram coletados do Painel de Compras do Governo Federal, uma plataforma de consulta pública, com dados dos números de contratações e panorama de gastos públicos para os Órgãos que compõem o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

Este artigo analisa os dados disponibilizados dos processos de compras homologados, no período de 2012 a 2016, para o órgão superior Ministério da Educação (MEC), tendo como parâmetros, a identificação de itens sustentáveis, para a região nordeste do país, com análise de conteúdo e classificação de atributos sustentáveis seguindo a classificação: reciclados; ecoeficientes; biodegradável; Tecnologia da Informação (TI) verde; e certificação ambiental.

Segundo a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), os atributos sustentáveis são descritos como (BRASIL, 2014a, p. 4-7; FULGÊNCIO (2007):

- a. Reciclado: a reciclagem é uma questão emergencial no mundo, que pode contribuir “pelo viés da economia de custos, matérias-primas e insumos, quanto pelos resultados ambientais decorrentes da queda da produção de resíduos”;
- b. Ecoeficiente: visa promover o uso racional de matérias-primas/energia, diminuir acidentes e melhorar a relação entre os *stakeholders* e tem como elementos: redução do consumo; redução da dispersão de substâncias tóxicas; intensificar a reciclagem; maximizar o uso sustentável de recursos; prolongar a durabilidade e agregar valor aos bens e serviços;
- c. Biodegradável: apresenta degradação por processos biológicos, sob a ação de microrganismos em condições naturais;
- d. TI verde: são aquisições sustentáveis em tecnologia da informação, com especificações que reduzem o impacto ambiental e são ecoeficientes;
- e. Certificação ambiental: é o procedimento de verificação e produção de atestado de conformidade, que indica o grau de consciência ambiental de determinada empresa, que reflete qualidade de produto, processo, sistema ou

serviço.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O volume de aquisições de itens sustentáveis no período de 2012 a 2016 teve ascendente representatividade, ao compararmos com total de aquisições no Brasil, cuja movimentação de compras homologadas representa R\$ R\$ 287,31 bilhões de reais. Deste total, no período foram homologados 0,21% de itens sustentáveis, o equivalente a R\$ 590,72 milhões de reais e 99,79% de itens não sustentáveis (R\$ 286,72 bilhões). Os dados demonstram que existe uma margem de oportunidades para a ampliação de aquisições sustentáveis.

As compras públicas sustentáveis seguem o Manual de Catalogação de Materiais (CATMAT), disponível no link <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Catmat/Conitemmat1.asp>, que apresenta o Padrão Descritivo do Material (PDM) e suas especificações detalhadas. Atualmente, o CATMAT apresenta 1025 itens sustentáveis, conforme descrição do Gráfico 1.

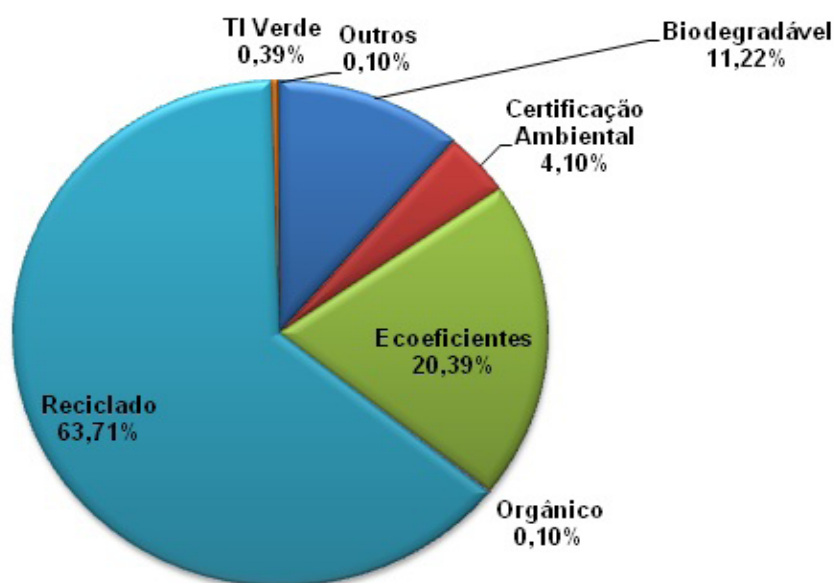


Gráfico 1 – Movimentação de item sustentável por tipo de classificação

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do CATMAT.

Segundo os dados disponibilizados no CATMAT, a maioria dos itens sustentáveis, possui a descrição de reciclado, seguida por ecoeficientes e biodegradáveis.

Fazendo a análise da movimentação de aquisições no período de 2012 a 2016, na amostra selecionada, foram homologados aproximadamente R\$ 14 milhões de reais nos processos de compras (Gráfico 2).

Os dados preliminares apontam para a tendência de aquisições ecoeficientes, biodegradáveis e reciclados.

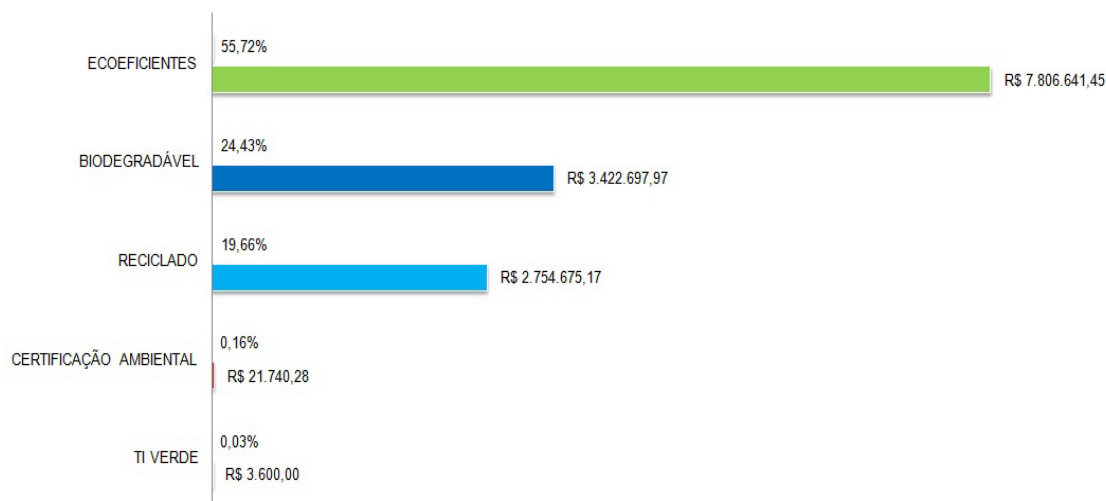


Gráfico 2 – Movimentação de itens sustentáveis para o período 2012-2016, por tipo de classificação

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise de conteúdo do PDM e os critérios sustentáveis contribuem para a especificação do perfil das aquisições em cinco grupos (Quadro 2).

GRUPO	PDM
Ecoeficientes	· Aparelho de ar condicionado, frigobar, refrigerador duplex, veículo de transporte pessoal, borracha pagadora escrita, freezer, lâmpada fluorescentes compacta, etc.
Biodegradáveis	· Detergente, papel higiênico, sabão em pó, copo descartável, caneta esferográfica, cola, corretivo líquido, saco plástico lixo, etc.
Reciclados	· Papel, cartucho impressora, caneca, caneta esferográfica, lápis, lapiseira, pilha, régua comum, vassoura, etc.
TI verde	· Computador tipo estação de trabalho.
Certificação ambiental	· Papel, lápis de cor, copo descartável, lápis preto, etc.

Quadro 2 – Perfil de aquisições sustentáveis para o período 2012-2016, segundo o PDM

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, o Gráfico 3 apresenta a descrição da movimentação por Unidade Federativa para o recorte do Nordeste. Os estados que obtiveram a maior representatividade nas aquisições homologadas foram Bahia (49,40%), Paraíba (18,43%) e Pernambuco (17,30%). Os estados que obtiveram pequena movimentação totalizam 14,87%, e levantam possibilidades de questionamentos sobre as resistências e as barreiras encontradas para o cumprimento dos critérios sustentáveis.

Os dados qualitativos e quantitativos das aquisições sustentáveis, tanto de alta representatividade ou baixa representatividade sinalizam que o poder público pode intervir na ordem econômica, e tem a oportunidade de estimular, com responsabilidade, novas posturas na defesa da governança ambiental, ultrapassando resistências e barreiras utilitaristas.

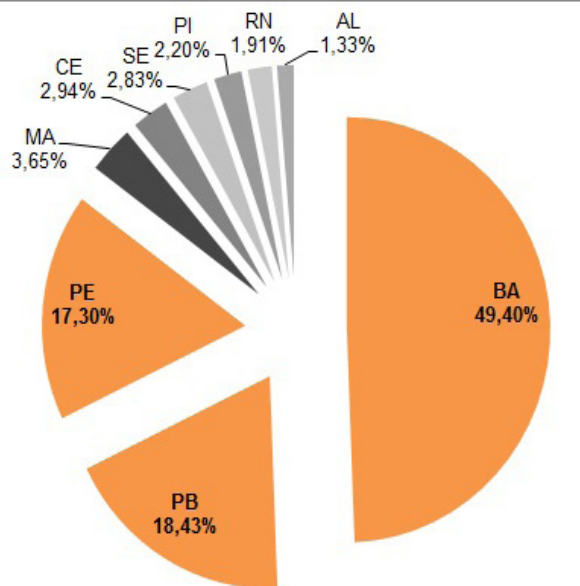


Gráfico 3 – Movimentação de aquisições sustentáveis para o MEC/Nordeste (2012-2016)

Fonte: Dados da pesquisa.

Como destacado no artigo, as estratégias em prol da governança ambiental têm oportunidades e resistências, pois dependem de arenas de negociação, práticas educativas, participação da sociedade civil, ferramenta de construção de tomada de decisão compartilhada, e quebra de preconceitos e resistências (CAVALCANTI, 2004; JACOBI, SINISGALLI, 2012).

As arenas de negociação envolvem o poder público, os agentes públicos e privados, os cidadão e fornecedores, bem como demais *stakeholders*. Como práticas educativas, novos comportamentos e posturas dos ofertantes e demandantes. Na participação da sociedade civil, além da participação ativa e democrática, a busca pelo controle social, por meio de acesso de dados e transparência das ações.

Já a tomada de decisão compartilhada busca integrar responsabilidades e ampliar o processo dialógico e democrático, visando atingir objetivos, e ultrapassando a visão utilitarista, estimulando a redução de impactos negativos decorrentes das atividades administrativas diárias da administração pública federal, e ao mesmo tempo, dando um sinal para a produção e o consumo de produtos e serviços sustentáveis, por meio de estratégias de politização do consumo, o “*buycott*”.

O presente artigo faz parte de um estudo exploratório, com necessidade de estudos complementares, com os atores envolvidos no processo de compras públicas sustentáveis na amostra selecionada, conforme plano de trabalho da tese de doutorado em andamento.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conscientização do nível de degradação e da necessidade de preservação do patrimônio natural, por meio da redução dos padrões atuais de produção e consumo,

são questões prioritárias e emergentes no cenário contemporâneo.

Todo o agente quer público ou privado tem sua parcela de culpa e contribuição para a mudança de padrões de consumo. O poder público por meio das compras públicas sustentáveis busca a integração das variáveis ambientais, sociais e econômicas, sinalizando para o mercado e a sociedade o estímulo para boas práticas de compras, com postura atuante de executor de políticas públicas, ao adotar posturas e ações mais sustentáveis, visando o bem coletivo e o futuro intergeracional e intrageracional.

Os dados secundários expostos neste artigo demonstram as iniciativas sustentáveis da administração pública federal, que oportunizam posturas proativas, ultrapassando velhos modelos que privilegiam apenas a variável econômica, sem preocupação direta ou indireta com as outras variáveis (sociais e ambientais).

Os indicadores de compras públicas sustentáveis têm resultados modestos, mas com ascendente representatividade, pois dependerá de como o mercado se comporta, por meio do incremento da descrição de produtos e serviços e o seu ciclo de vida, com análise de riscos e impactos, avaliando a necessidade real da aquisição, ao eliminar o desperdício, com escolhas prioritárias para classificação sustentável.

As análises da movimentação das compras públicas sustentáveis no período reforçam que o caminho está aberto, e a transversalidades da temática exige a implementação de políticas públicas mais atuantes, em sintonia com a legislação aplicada, que estimule uma cultura social e ambiental (gestores, fornecedores e sociedade), levando em consideração o respeito ao meio ambiente.

No recorte estudado, há oportunidades para aplicação do poder de compra, ao realizar compras públicas sustentáveis com o objetivo de intervenção e prevenção do uso do patrimônio ambiental e atendimento dos padrões de governança ambiental.

Diante do exposto, a Administração Pública Federal tem grandes desafios e oportunidades para mudanças dos padrões de consumo, a integração social e ambiental, e para a ampliação dos espaços de conscientização e cidadania.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Da sustentabilidade ou insustentabilidade da natureza do patrimônio natural. **Revista Confluências culturais**. n. 5, p. 190-199, 2016.

BETIOL, Luciana Stocco et al. **Compra Sustentável**: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012.

BIDERMAN, Rachel et al. **Guia de compras públicas sustentáveis**: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. v. 2, Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 01/2010**, 19 de janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295> >. Acesso em: 13 mai. 2017.

_____. Ministério do Planejamento. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Vai comprar?** Conheça os materiais sustentáveis existentes no catálogo de materiais- CATMAT e os

critérios utilizados na catalogação. Brasília: SLTI, n.1, p.1-7, 2014a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Painel de compras do governo federal**, filtro movimentação 2012-2016 (2017). Disponível em Painel de Compras do Governo Federal (*Online*). Disponível em: <<http://painelcompras.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014b.

_____. Tribunal de Contas da União. **Vocabulário de controle externo do Tribunal de Contas da União**. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2015.

CAVALCANTI, Clovis. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Revibec/article/view/38276/38150>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Pensamento socioambiental e a economia ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 169-178, dez. 2015.

FULGÊNCIO, Paulo Cesar. **Glossário vade mecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FRIEDMAN, Monroe. **Consumer boycotts**: effecting change through the marketplace and the media. Routledge: London, 1999. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

INANINE, Ronaldo; ERDMANN, Rolf Hermann; MARCHI, Jamur Johnas. Análise do Sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. **R. Adm**, São Paulo, n. 47, p. 24-139, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA. **10 princípios para a boa governança** (2014). Disponível em: <<http://governanca.net.br/index.php/noticias/313-principios-para-a-boa-governanca-publica>>. Acesso em: 15 set. 2016.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antônio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p.1469-1478, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/37408>>. Acesso em 14 jun. 2017.

MENDONÇA, Ricardo Almeida Marques et al. Processo de institucionalização das compras públicas sustentáveis. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (ENAPG), 2012, Salvador. **Anais eletrônicos ... ANPAD**, 2012, p.1-16.

MENEGUZZI, Rosa Maria. Conceito de licitação sustentável. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa Pinheiro Barki. (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum. 2. ed., 2015, p. 21-42.

PAAVOLA, Jouni. Towards sustainable consumption: economics and ethical concerns for the environment in consumers choices. **Review of Social Economy**, v. 59, n. 2, p. 227-248, June. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24089243_Towards_Sustainable_Consumption_Economics_and_Ethical_Concerns_for_the_Environment_in_Consumer_Choices>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo. Consumo e política: neo-modernismo e reflexividade social. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro (RJ), 2009. **Anais ...** p.

1-20.

RIBEIRO, Wagner Costa. Antropoceno: ou mudamos nosso estilo de vida, ou vamos sucumbir. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: 2016. **Instituto Humanitas Unisinos (IHU online)**, São Leopoldo-RS, 29 fev. 2016. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e Leslie Chaves. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552037-antropoceno-ou-mudamos-nosso-estilo-de-vida-ou-vamos-sucumbir-entrevista-especial-com-wagner-costa-ribeiro>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

STEFFEN, Will; CURTZEN, Paul Josef; MCNEILL, John Roberth. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? **Ambio-A Journal of the Human Environment**, n. 36, p. 614-621, 2007.

VILLAC, Teresa Pinheiro Barki. Direito internacional ambiental como fundamento principiológico e de juridicidade para as licitações sustentáveis no Brasil. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa Pinheiro Barki. (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum. 2. ed., 2015, p. 43-68.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? **Revista Confluências culturais**, n. 5, p. 200-211, 2016.

A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO *OMNICHANNEL* À PARTIR DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA NUMA SOCIEDADE PLURAL, INOVADORA E PARTICIPATIVA¹.

Ligia Fagundes

Universidade Metodista de São Paulo - UMESP,
São Bernardo do Campo, SP.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é aprofundar-se nas áreas interdisciplinares que compõem seu objeto principal, o *Omnichannel*, com as diversas ciências subjacentes que o constituem. Além das que normalmente estão presentes em estudos dos fenômenos de comunicação social e mercadológica, como a sociologia, antropologia, filosofia dentre as ciências humanas, caminhamos também ao lado das sociais aplicadas, tendo como área principal a administração de empresas e suas vertentes, como o marketing, logística, recursos humanos, sistemas, operações e tecnologia da informação.

Sobre o termo *Omnichannel*, ele é descrito no estudo do MIT (BELL et al., 2014) como “força central moldar o futuro do e-commerce e lojas de tijolo e argamassa de forma semelhante”, já no estudo do Grupo Deloitte, 2015, é “a disposição de uma marca atingir seu público de forma interativa, personalizada, uma experiência que é adquirida através de todos os pontos possíveis de contato ou canais”. Para a autora, o *Omnichannel* se traduz na equação; “multicanal + mídias sociais + aplicativos + plataformas móveis, utilizados de forma

RESUMO: Este artigo discute a abordagem sobre o *Omnichannel* e seu impacto na comunicação mercadológica. A análise sobre o objeto, perpassa por distintas áreas de conhecimento, como a administração, sociologia, tecnologia da informação, engenharia de dados e de sistemas, já que o modelo de negócios está associado a fatores sociais e tecnológicos. Buscamos a análise do fenômeno, como potencial protagonista na gestão de comunicação contemporânea, intrinsecamente associada à tecnologia digital e suas interfaces, impactando, sobretudo, o varejo, indústria e a experiência com a marca. Com caráter qualitativo, aplica-se a técnica de pesquisa bibliográfica, principalmente através de artigos científicos publicados sobre o *Omnichannel*, assim como, revisão de literatura com vistas à comunicação integrada de marketing e artigos de gestão multicanal integrado.

PALAVRAS-CHAVE: *Omnichannel* – Comunicação de marketing – Sociedade participativa

1. Obra e adaptação da autora, baseado em sua produção para o Intercom ed. 2017.

integrada, planejada, tendo o cliente como centro da estratégia, visando fidelização, experiência e sustentabilidade da marca”.

Dada a natureza complexa de um objeto de estudo de caráter inovador e atual, a ideia multiterritorial se faz presente na pesquisa, já que diferentes vertentes deverão ser analisadas, “se as posições reducionistas contribuíram muito para o grande desenvolvimento tecnológico, cooperaram também para a fragmentação crescente da realidade e das disciplinas e para a redução do sentido da vida humana”, Sommerman (2005).

O autor, em seu estudo sobre a interdisciplinaridade na educação, nos faz repensar o que a era das máquinas e o Fordismo nos condicionou como seres humanos, extrapolando às ciências como manifestações daquele período social. Ora, se hoje, há uma ruptura com a massificação em todos os aspectos e com a padronização, não poderia ser diferente no campo das ciências e da produção de conhecimento.

“A interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação podendo ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa” (Japiassu, 1991, p. 136).

Observa-se que as diversas áreas do conhecimento se complementam, ajudando-se em criar uma lógica dentro de um fenômeno que ainda se encontra em fase de observação e se auto definindo, como o que é estudo neste artigo, sobretudo por sua natureza empírica e dinâmica, mas que busca se consolidar enquanto conhecimento, razão deste estudo.

Um dos pontos destacados nesta abordagem é a própria análise sobre o consumidor contemporâneo, que é ator e coadjuvante nos processos de modificação social que impactam sobre a comunicação mercadológica e demais áreas de conhecimento, sobretudo, conforme este artigo, a de gestão organizacional e de comunicação. Exemplo disto, quando discorreremos sobre a sociedade participativa, o “crowdsourcing” e o próprio *Omnichannel* como resultado das transformações afetadas pela tecnologia, mas sobretudo, pelo fator humano e a forma como as instituições se organizam para aproveitar a interação consumidor – empresa.

DO MULTICANAL AO OMNICHANNEL

Durante praticamente todo o século XX, os canais se resumiam em: empresa, distribuidor, representantes (dependendo da natureza do negócio ou capilaridade de vendas), varejistas e clientes. Com a chegada do comércio eletrônico, houve a inserção de um novo canal, o varejo *on-line* ou *e-commerce*, que vem crescendo e transformando, desde então, as formas de consumo, distribuição, comunicação e gestão como um todo.

Vendas do e-commerce varejista no Brasil, 2012-2017

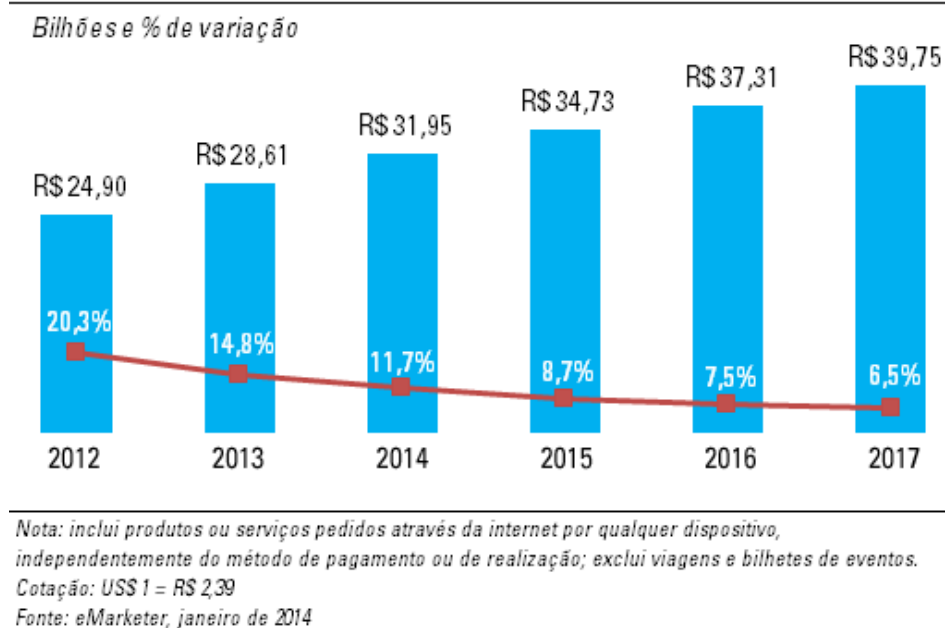


Figura 1 – Crescimento histórico do comércio eletrônico no Brasil (BRL)

Fonte: E-commerce (2014).

Com isso, novos canais de venda vêm surgindo e criando uma multicanalidade, que amplia exponencialmente a quantidade de novos clientes a cada introdução de canal.

No estudo de Beck e Rygl (2015), o termo multicanal foi usado para descrever dois canais integrados ou interagindo um e outro, Bergman e Thelen (2004) afirmam que para se ter um canal integrado, este deve compreender uma “estratégia integrada” com certas variáveis, tais como: promoções, consistência de produtos entre canais, sistema de informações que preveja dados de clientes, logística, preço entre canais, além de habilidade de serviços de coleta programada de itens comprados *on-line*.

Sendo assim, ao se fazer um levantamento histórico sobre os canais de vendas, pode-se notar que o canal único (*single channel*) foi o mais comumente utilizado durante anos e que o multicanal foi iniciado principalmente após a chegada e crescimento do comércio eletrônico (como mostra figura abaixo).

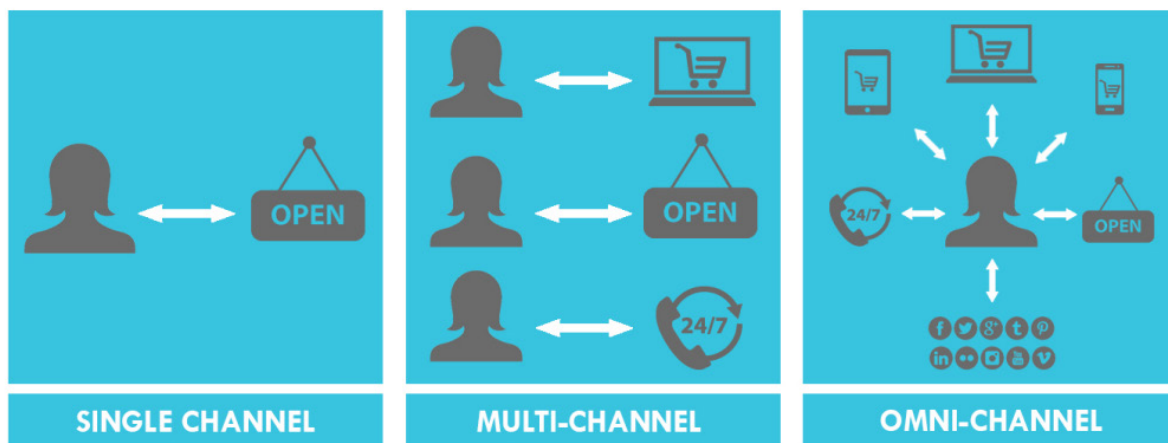


Figura 2 –Evolução dos canais de vendas até o *Omnichannel*

Fonte: JET e-business (2016).

Da evolução dos multicanais, chegou-se ao *Omnichannel*, que, além de ser multicanal, interliga todos os pontos de acesso ao consumidor e, principalmente, utiliza uma estratégia que visa à integração desses de forma inteligente, onde o cliente navega entre os canais de forma fluida, não diferenciando plataformas, daí a necessidade de a estratégia de canais ser fundamentada com base no cliente.

Portanto, acrescenta-se o quão importante se faz a estratégia de comunicação integrada e sua gestão, porque ela assume um papel crucial no sucesso do *Omnichannel*, os canais devem se comunicar numa mesma linguagem e de forma homogênea para que o cliente que navega nos mais diversos canais de vendas possa enxergá-la como uma unidade e assim facilitar a jornada desse cliente até o momento da venda.

OS BENEFÍCIOS DA ADOÇÃO DO *OMNICHANNEL* NA COMUNICAÇÃO EM CANAIS DE VENDA NO VAREJO E INDÚSTRIA

A empresa deve se transformar em um organismo vivo, em que todas as áreas servem como órgãos vitais para a sobrevivência no novo contexto social e de consumo que estamos inseridos, assim como, os colaboradores se tornam células que interagem entre si e integram-se de forma mais harmoniosa, buscando o entendimento e a satisfação do cliente *Omni*.

Sendo assim, esboçaremos os sinais de benefícios oriundos do modelo *Omnichannel* sob a ótica do varejo e da indústria.

a. Benefícios Encontrados no Varejo

Ao longo da revisão bibliográfica, pôde-se observar que as empresas que adotaram o *Omnichannel* como estratégia, têm percebido um aumento substancial no crescimento de vendas, entretanto, buscando uma distinção do aspecto meramente de análise de vendas ou lucros imediatos, e buscou-se entender outros impactos, não menos importantes, que extrapolam questões primárias como o crescimento de vendas.

De acordo com Lan e Li (2015), no artigo do *Journal of retailing and consumer services*, há outros resultados advindos da implantação de multicanais integrados, pouco estudados até o momento, que podem ser observados e mensurados. São eles: melhoria no grau de confiança, aumento na lealdade do cliente, melhores taxas de conversão, oportunidades entre canais, perda de certos padrões especiais do canal.

Dentro dos efeitos da melhoria da confiança, nota-se que a integração de canais capacita clientes para obterem mais informações de forma conveniente. Na integração da gestão de marcas e de comunicação, percebe-se uma redução de custos e materiais de *merchandising*, além do aumento da performance do lojista. O cliente se sente livre para decidir qual canal usar de acordo com sua conveniência.

Outro efeito relevante é o encorajamento do cliente *on-line* a realizar compras no ambiente da loja física. Dentro das novas tecnologias e aparatos, o varejista encontra possibilidades de combinar o uso da internet, celular, Wi-Fi e *tablet*, na loja física, aumentando a experiência do cliente com a marca.

Na geração de oportunidades entre canais, foram observados varejistas apresentando diferentes possibilidades, que aumentam a sensação de comodidade ao consumidor, que pode impactar no aumento da lealdade e a venda entre canais. Também, representa o melhor aproveitamento dos recursos de comunicação mercadológica, já que um canal pode disparar vendas por meio de outro.

Finalmente, a integração entre canais pode gerar um aumento no compartilhamento de dados entre esses, direcionando uma maximização nas informações de perfis de clientes e aumentando a possibilidade de sinergia entre os canais.

No que tange ao compartilhamento de publicidade entre os canais e os possíveis efeitos da integração multicanal, Lan e Li (2015) comentam que há um ganho perceptivo, frente aos concorrentes, que também é confirmado pelo estudo da Booz&Co. como descreveremos na próxima seção.

Também é pontuado que, ao se adicionar canais de vendas, pode ocorrer canibalização entre eles. Contudo, pesquisas anteriores comentam que uma combinação adequada destes poderia reduzir conflitos que pudessem ser gerados (STONE, HOBBS, KHALELI, 2010; VERHOEF, 2012; ZHANG *et al.*, 2010 *apud* LAN; LI, 2015).

Outra hipótese encontrada dentro do estudo é a de que antes de haver investimento em integração de canais, as lojas de modo geral (físicas) deveriam investir em remodelar seus pontos de venda, otimizar estoques, equipar-se tecnologicamente, assim, valorizando mais a estrutura existente, para depois, então, migrar para a integração total de canais.

As argumentações acima, também são endossadas por Nadia Shouraboura (ex-vice-presidente da Amazon), uma das precursoras de loja física *Omnichannel*, que afirma que haverá aumento na rentabilidade no varejo, uma vez que se comprovou que a conversão aumenta significativamente para pessoas que compram nas lojas, no comércio eletrônico ou no site para retirar na loja. Torna-se assim, uma forma

econômica de ampliar negócios, além de prover novas experiências para o consumidor (Revista ESPM, 2015).

b. Benefícios Encontrados na Indústria

Para obter relacionamentos colaborativos, as corporações devem assumir uma postura de engajamento em todos os níveis no ambiente digital. Inclusive criando uma estrutura organizacional, de parceiros e investimentos que possam ser compatíveis com a implementação do *Omnichannel*.

Observam-se benefícios que os fabricantes podem obter por meio do comércio eletrônico, que ultrapassam a ampliação de canais de vendas e incremento nos lucros, mas que se associam à inteligência competitiva na obtenção de dados e à observação de tendências com um olhar próximo e atualizado vindo de seus consumidores.

Nota-se que o tempo gasto *on-line* impacta diretamente nas vendas *off-line*. Após observar a relevância de se gerenciar uma loja eletrônica, partiu-se para o ponto central deste tópico, que seria as sinergias entre canais que então poderiam justificar um projeto *Omnichannel*.

O *Omnichannel* traz à área de comunicação mercadológica o benefício de replicar o escalonamento usado anteriormente em meios de comunicação de massa, como a televisão e impressos, para a mídia digital. Ainda, utilizando de forma apropriada as mídias sociais digitais, pode-se alcançar colaboração entre marcas e lojistas, com campanhas dirigidas e de integração de conteúdo, que podem ser de grande valia à marca.

As sinergias entre comércio eletrônico e a marketing digital poderiam ser consideradas grandes potencializadores de integração de conteúdo entre os parceiros digitais e os outros canais de vendas, já que tal comunicação tende a aumentar as vendas entre 5% e 10% (nos EUA em 2012), conforme estudo da Booz&Co (EGOL, RAJAGOPALAN, SAYER, 2012). Ainda, este mesmo estudo sugere que cada dólar investido pode gerar um aumento em vendas na ordem de 6%. Outro aspecto a ser considerado é a sinergia entre a comunicação mercadológica digital e o comércio eletrônico.

Num cenário no qual se considere a venda direta do fabricante ao usuário, a empresa se beneficiará do contato direto que trará com seu cliente, do engajamento que proporcionará, da experiência com a marca, da difusão de informações precisas e íntegras (sem interferência de parceiros), o que necessariamente interferirá na condução da compra por seus consumidores. Os sites de contato primário com o cliente (comércio eletrônico) servirão também de laboratório para experiências da marca, política de preços, testes de todos os tipos.

A GESTÃO E PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO E O OMNICHANNEL

Para Bauman, a mudança é permanente, sendo que estilos de vida, crenças e

convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades “autoevidentes”, liquefazendo-se continuamente, não permitindo, assim, que padrões de conduta se solidifiquem em rotinas e tradições e ainda que a sociedade de consumidores “representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas e rejeita todas as opções culturais alternativas” (BAUMAN, 2008, p. 71).

Sob essa perspectiva de fluidez, consumo e mudanças, são tidos como fatores ambientais em constante transformação para significar a importância da inovação dentro do cenário da gestão comunicacional e, assim, alinhá-la ao objeto de estudo.

“As empresas que buscarem evitar ou deter as mudanças em seu setor enfrentarão grandes ameaças à sua continuidade” (YANAZE, 2012). Contudo, aquelas que souberem identificar tendências poderão lucrar ao se anteciparem a tais movimentos sociais, atendendo, assim, antes de seus competidores às necessidades de seus clientes.

Partindo de tal premissa, julga-se que o planejamento de marketing e de comunicação estratégica partem dos moldes tradicionais da comunicação integrada mercadológica, portanto, deverá ser feito um desdobramento utilizando agora multicanais distintos, digitais e analógicos, buscando oferecer uma experiência fluída ao consumidor.

A Comunicação integrada de marketing ou mercadológica, nasce com Schultz, Tannenbaum e Lauterborn (1994, introdução, *apud* YANAZE, p. 418), descrevendo-a como:

“Uma nova maneira de se olhar para o todo, lá onde há algum temo víamos apenas partes distintas, tais como a propaganda, relações públicas, promoções de venda, compras, comunicação com empregados e assim por diante. É o realinhamento das comunicações a fim de observá-la do mesmo modo como o cliente as vê – como um fluxo de informação proveniente das fontes indistinguíveis”.

Portanto ela pode ser descrita como: uma mensagem única e síncrona através de múltiplos canais de comunicação, um trabalho conjunto realizado por todos os profissionais de uma determinada entidade no sentido de manter a comunicação uniforme, e é antes de tudo, a gestão e o planejamento de comunicação de marketing.

Lembremos que o CIM, como tal, é um conceito funcional, mas pode ocorrer uma má aplicação por algumas empresas, então, observações sobre pontos fortes e oportunidades de melhorias na gestão de comunicação integrada de marketing, devem ser considerados, já que os efeitos (positivos e negativos) poderão ser exponenciais no *Omnichannel*, pois parte da integração de canais, onde assume-se que a comunicação seja fluída e uníssona.

Acredita-se que os benefícios do *Omnichannel* se estendam principalmente pela seara da comunicação corporativa, pelo realinhamento que a empresa terá de executar para o bom desempenho do conceito e para que o cliente possa experimentar um contentamento e fluidez na jornada, da forma que ele deseje. Todas as áreas serão demandadas pelo centralismo do cliente.

Observa-se, até o presente momento, que a comunicação integrada de marketing é aderente ao conceito *Omnichannel*, visto que todas as áreas devem ter um fluxo de informação fluido e interligado, base para o atendimento do cliente.

A IMPORTÂNCIA DA JORNADA DO CLIENTE EM AMBIENTES *OMNICHANNEL*

Abordaremos o posicionamento estratégico de uma empresa que decida utilizar o *Omnichannel*, dentro do cenário atual do mercado e varejo, valendo-se, principalmente, do posicionamento de mercado que a empresa poderá alcançar pela introdução de aparatos que a tecnologia vem impulsionando, novas ferramentas incorporadas a gestão de comunicação externa e o alinhamento do *on* e *off-line* para o alcance das metas e objetivos empresariais.

De acordo com Yanaze (2012, p. 85):

Posicionamento se define de um ponto de referência, em geral, com base em elementos que definam a concorrência. Trata-se do resultado de uma série de decisões direcionadas, fundamentadas nas estratégias de marketing para os 'outputs', que influencia a percepção do consumidor quanto a suas opções de compra.

É desse ponto de partida que o *Omnichannel* será analisado, como posicionamento empresarial, não como produto nem como serviço, haja visto que a comoditização de tudo faz com que as empresas tomem como ponto de partida o referencial da marca e, assim, produto e serviço vêm como parte do portfólio que a empresa oferecerá a seus clientes. A empresa terá como "produto/serviço" principal a experiência que oferecerá ao cliente.

[...] enquanto produtos, processos e até *design* podem ser copiados, a experiência de um consumidor com uma marca é única: é o resultado de uma história de marketing e relações que não podem ser copiadas. É neste sentido que as marcas podem se tornar um grande diferencial competitivo. (KOTLER, KELLER, 1998, p.75)

Sendo assim, as empresas, tendo definido seu posicionamento de mercado, como entidades que estão visando à valorização de sua marca, por meio da gestão do CIM, alinhadas ao conceito de centralismo do cliente, no *Omnichannel*, utilizarão ferramentas que tanto a gestão *off-line* quanto a *on-line* poderão ser úteis na coleta de ricos *inputs* (informações) pelos seus sistemas de BI¹, relatórios do Google e das mídias sociais², Inteligência artificial³ e o *Big Data*⁴, que pretende-se abordar com mais detalhamento no desenrolar deste estudo.

Por ora, o enfoque será nos aspectos de fragmentação e estratificação dos tipos de consumidores (tribos) e na jornada do cliente pelos canais de vendas, que é um dos tripés do planejamento de comunicação mercadológica mais eficazes na integração de canais, uma vez que a premissa é o centralismo do cliente, os tipos

2. Sistemas projetados para possibilitar a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos.

3. Ciência e engenharia de produzir máquinas inteligentes, por John McCarhty.

4. Termo amplamente utilizado na atualidade para nomear conjuntos de dados muito grandes ou complexos, que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar.

de consumidores devem ser identificados e denominados como “personas”⁵. Como são multicanais, e a intenção de compra surgirá em um determinado ponto do funil de vendas, há a necessidade de se entender os pontos de contato com a empresa e como se dá a experiência do cliente em cada fase do processo de compra. É possível então, denominar experiência como “acontecimentos individuais que ocorrem como resposta a algum estímulo” (SCHMITT, 2000, p. 74).

Não há como furtar-se de mencionar sobre a experiência do cliente, entendendo como é sua jornada até a compra. De acordo com Biglia (2015), em seu artigo sobre o caminho da compra e a importância do estudo do *shopper*⁶ no mercado atual, ele evidencia a necessidade de:

estruturar um plano para atuar em cada fase desse ciclo, desde o momento em que se identifica uma demanda, passando por todo o planejamento da compra a escolha do local e a experiência de compra em si, até o próprio consumo, avaliação e engajamento com o produto, garante a conversão e fidelização do *shopper* para sua marca.

Com o processo de agrupamento de clientes, será possível entender cada grupo, por meio de dados que poderão vir dos sistemas de BI (sistema de inteligência de negócios/dados), CRM (gerenciamento de relacionamento com os clientes), do *Big Data* (dados deixados na internet sobre o indivíduo), e podendo ser aliados à inteligência artificial que já traz o perfil de hábitos e personalidade (exemplo Watson – IBM⁷) etc.

Nesse mesmo contexto, Leslie Hand, vice-presidente da IDC Retail Insights⁸, afirma que o *Big Data* assume um papel ímpar no varejo, já que permite que o revendedor ofereça diretamente ao cliente aquilo que ele quer comprar, além de impactar diretamente na gestão dos negócios, já que aumenta a capacidade de planejamento e ajuste da demanda, aumentando o fluxo de dados e potenciais vendas em diferentes canais (Revista da ESPM, 2015, p. 38).

Importante conjugar dados coletados tanto na forma tradicional do funil de vendas, como pela comunicação digital, pois tornará mais acessível o caminho a determinados grupos, assim como a abordagem, tipo de serviço/produto a se oferecer e questões mais subjetivas, que certamente tornarão a experiência mais eficaz, assim como, resultará num maior monitoramento, conversão e fidelização desse.

Em GOUVEIA (2015) o autor pontua que através da tecnologia, há uma melhoria na experiência tenha ela a forma que tiver e ressalta a importância da mesma comparando-a com resultados da empresa. Os recursos tecnológicos precipitam

5. Personagens fictícios criados para representar os diferentes tipos de usuário dentro de um alvo demográfico, atitude e/ou comportamento definido que poderia utilizar um site, uma marca ou produto de um modo similar.

6. Pessoa que realiza uma compra, sendo ela consumidora ou não. Entender como o *shopper* se comporta na loja, suas atitudes, onde quer investir o seu tempo e gastar sua energia pode ser um guia importante para suportar decisões estratégicas.

7. Sistema para o processamento avançado, recuperação de informação, representação de conhecimento, raciocínio automatizado e tecnologias de aprendizado de máquinas.

8. Unidade de negócios da IDC que realiza pesquisas globais na área de varejo.

interatividade, conveniência e uma certa dose de emoção e surpresa, de acordo com o autor.

Portanto, a gestão de comunicação deve, além de suas atribuições tradicionais, incluir uma forma de planejar a experiência do cliente, mas, também administrar a jornada, pois é fundamental para alcançar os resultados. A administração da jornada inclui não só o planejamento, mas também a orquestração planejada, o monitoramento e o ajuste desta para poder otimizá-la. O processo gerencia as etapas antes, durante e depois de cada interação, assim como as transições entre interações e pontos de contato, enquanto garante que a experiência do cliente siga seu itinerário passo a passo sem interferências.

O CONSUMIDOR CONTEMPORÂNEO COMO ELEMENTO-CHAVE NAS PRÁTICAS COMUNICACIONAIS

De acordo com Galindo e Alves (2012), é necessário oferecer novas perspectivas para a comunicação mercadológica, haja visto que os processos dinâmicos e fluídos, aos quais convivemos na contemporaneidade, solicitam respostas inovadoras e críveis para os processos (comunicacionais) em andamento.

Atualmente, principalmente pela influência da tecnologia, houve um rearranjo estrutural e dos atores envolvidos nos processos comunicacionais, onde a simetria já não reina absoluta entre emissor e receptor como acontecia na comunicação de massa (GALINDO, ALVES, 2012, p. 136).

O consumo exerce uma força invisível imensurável na sociedade, assim como, o consumidor se apropriou, de certa forma, deste poder, atuando de forma independente, consciente de seu papel nos processos mercantis e já não é tão ingênuo, sob o ponto de vista de sedução pelas corporações. Para entender as premissas de tal transformação, temos que retomar ao ponto de entendimento de como ocorreu esse processo e a relação do indivíduo com o mundo e com o consumo.

Baudrillard, diz que o ato de consumo é uma representação simbólica essencialmente comunicativa ou interpretativa. Já Bauman, relata que o ato de consumo insere noção de mercado mundo. Finalmente, encontraremos o consumidor conectado, fazendo uso das redes sociais que permitem aproximação com seus “similares” em qualquer parte do planeta (GALINDO, 2012).

Ora, se o consumo é para o consumidor o meio e o fim, e se notamos que o hedonismo é uma das características mais marcantes dele, toda sua sensibilidade e atenção vai de encontro a objetos e situações que ofereçam prazeres fugazes e expressão de seu ego. Contudo, ele não é desprovido de razão, está continuamente a equilibrar suas escolhas, tomando consciência de seu papel na sociedade. Ele é sensibilizado pelas emoções e os valores, que adquirem um peso diferente do que anteriormente. Portanto, podemos dizer que este indivíduo pode ser vaidoso e egocêntrico, mas também está alerta de questões sociais e morais, que interferem no

juízo sobre o mundo.

Esse conjunto de características, as vezes dicotômicas, constituem a complexidade do consumidor contemporâneo e por consequência, a tratativa das empresas e instituições com este novo ser. Num mundo fugaz e disperso, as corporações devem atrair esse novo consumidor usando técnicas inovadoras das do marketing tradicional, onde a relevância de valores básicos são premissas que distinguem uma das outras.

Para GOUVÊA (2009), o consumidor se caracteriza pelo acesso à diversos canais, tais como: TV, rádio, imprensa, internet, internet móvel, redes sociais, internet em tempo integral, TV interativa, além das lojas, catálogos, vendas diretas, comércio eletrônico, m-commerce, etc.

Também como figura emergente, surge o consumidor-cidadão (prossumidor) como um elemento chave na sociedade, que exige respeito e que clama em ser ouvido e participar das decisões sociais e institucionais.

Sendo assim, a comunicação deve acompanhar tal transformação, principalmente influenciada pelas tecnologias, uma vez que a riqueza de fatores e a imensidão de novas possibilidades que transbordam em opções para ele (consumidor), fazem com que a estratégia comunicacional e de mercado seja sofisticada de um lado, mas permaneça simples, do ponto de vista de interação com os diferentes públicos.

A abordagem explicitada sobre o consumidor serve como base para introdução de novos conceitos comunicacionais, originados a partir do cliente, com vistas à utilização de interfaces tecnológicas ou não, dos canais diversos conectados, num mundo digital e off-line, daí a necessidade da integração, sobretudo comunicacional, para garantir a fluidez da mensagem destinada aos mais diversos indivíduos.

Portanto, entender os anseios do consumidor, é fundamental para o empreendimento de qualquer estratégia comunicacional e de mercado contemporânea. Para Gouvêa “a referência crível sobre produtos, marcas, lojas e serviços passa a ser a experiência ou o testemunho real de outros consumidores e cada vez menos a propaganda oficial, subvertendo toda a lógica do mercado anteriormente desenvolvida” (GOUVÊA, 2011).

Contextualizar o consumo como tal e sua evolução na forma de realizá-lo, sustentada por autores que navegam no assunto desde o campo da sociologia até o mercadológico, é vital para o entendimento da nova realidade social e de consumo.

O EMPREENDEDORISMO E A SOCIEDADE PARTICIPATIVA

Finalizando as abordagens cedidas através deste estudo, com ângulos sociais, mercadológico, comunicacional, sob o prisma da influência da tecnologia, este tópico pretende validar que o empreendedorismo digital é uma das grandes vertentes atuais, trabalhando questões também exploradas neste artigo sobre significação de valores pessoais, novos modelos de negócio, utilização de aparatos tecnológicos, convergindo na possibilidade de pequenas empresas competirem em mercados que somente as

transacionais podiam acessar até pouquíssimo tempo atrás.

Analisando autores como Kotler (2010, p. 157-171) e no artigo de T. Friedman (2005), principalmente, notamos que concordam que em certo grau, a tecnologia pode amenizar as diferenças sociais e o controle econômico. Nota-se que as distâncias se estreitaram e os investimentos tornaram-se reduzidos em termos de plataformas básicas de comércio eletrônicos, sites, redes sociais e afins, o empreendedorismo vem avançando a passos largos, sobretudo em um mundo que tende a ser expressado em sua maioria pela prestação de serviços e o emprego tradicional (empregado assalariado), deixa de ser a atividade econômica predominante.

Os novos canais vêm transformando a arte da comercialização. No texto de Friedman, ele ressalta dois pontos que são as premissas desta transformação: ...“Trata-se da capacidade de desenvolver e utilizar sua cadeia de fornecimento pessoal - uma cadeia de fornecimento de informação, conhecimento e entretenimento”. Destaca ainda que isso envolve a procura de amigos, aliados e colaboradores por meio da internet, abrindo caminho para a formação de comunidades globais”, ou seja, o indivíduo torna-se agente transformador através das tecnologias.

Ainda, no conceito “esteroides”, Friedman (2005) define que as tecnologias que turbinam a competição e o acesso ao mercado, se dá principalmente em países emergentes, por conta da horizontalização de processos anteriormente verticais e de difícil acesso. A colaboração, se torna um fator essencial de competitividade.

Hoje, a publicidade *on-line* vem crescendo muito, também em função do acesso aos pequenos empresários, que utilizam investimentos menores com alta cobertura, para propagarem seus negócios via rede ou ainda no comércio eletrônico.

A terceirização, também estimula o empreendedorismo, pois dá chance a pessoas comuns transformarem habilidades e conhecimentos em negócios e fornecerem a outras empresas e consumidores, por meio do acesso de sua vitrine de produtos e serviços, via.

Neste mesmo contexto participativo, surge o “crowdsourcing”, que permite que a interação gere valor entre as partes, neste caso, falando de consumidor e empresa. O conceito ganha mais amplitude após 2006, passando a ser adotado por empresas visando principalmente, o desenvolvimento de campanhas promocionais.

A contribuição de funcionários e clientes é uma prática antiga, contudo depois da Internet e suas manifestações em canais formais de comunicação, o conceito se expandiu (GOUVEIA, 2015).

De acordo com o autor, algumas das vantagens da inovação interativa seriam:



À partir das facilidades do “crowdsourcing” em angariar várias praças, ter uma amostra diversa, baixíssimo custo operacional, facilidade de implantação de plataformas

tecnológicas, captação de tendência praticamente “just in time”, e, principalmente, a mobilização da empresa em trabalhar com as informações obtidas pelos clientes, de forma a otimizar as informações em suas diversas áreas e sistemas, traduz-se em uma facilidade em trazer inovação e conseqüentemente, aumento da eficiência e fidelização (GOUVEIA, p. 118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Omnichannel* apresenta-se como uma tendência na gestão empresarial, baseado na comunicação e canais integrados, que gera uma experiência significativa no fortalecimento e agregação de valor à marca.

Trata-se de um fenômeno de características multifuncionais, interdepartamentais e de multicanalidade, portanto, abrange aspectos interdisciplinares da comunicação, tais como o consumo e sociedade, a tecnologia, organizações e a publicidade.

A Comunicação de marketing surge como uma das bases neste modelo de negócios e acreditamos que as empresas que já possuem um “CIM” bem estruturado, estarão aptas, mais facilmente, a fazer parte do mundo *Omnichannel*. Por essa razão o embasamento em conceitos de comunicação integrada de marketing e assim entender que as novas ferramentas de interatividade e comunicação com o cliente são um *upgrade* do que já conhecemos, mas, o que diferenciará é a gestão estratégia comunicacional homogênea, baseada na retroalimentação de informações a partir da relação entre empresa e o consumidor nos multicanais integrados.

Importante lembrar, que cada vez mais notamos estudos que agregam outras áreas do conhecimento, portanto, lembremo-nos que a ciência deve abarcar novas descobertas a partir do rompimento de velhos paradigmas conceituais e assim, evoluir. A transversalidade de um objeto e sua navegação em distintas áreas, deve ser acolhida como inovação, já que os vários olhares sobre um mesmo objeto, servem para valorizar sua epistemologia, entendê-lo e promover sua tangibilidade nas ciências sociais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 188

BECK, N., RYGL, R. Categorização de múltiplos canais de varejo em Cross, multi e Omni channel. **Journal of Retailing and Consumer Services**– Elsevier, 2015.

BERGMAN, B., THELEN, S. A guide to developing and managing a well integrated multi channel strategy. **Journal of Retailing**. Ed. 32, p. 147-156, 2004.

BERRY, L., BOLTON, R., BORWAN, D., TERRY, A. Actions and Value of customers asset. **Journal of Service Research**, 5(1), 39-54.

BIGLIA, S. O caminho da compra: a importância do estudo do *shopper* no mercado atual. **Revista da**

ESPM. Ed. Janeiro/fevereiro 2015, p. 21-23.

DELOITTE, C. – Omnichannel Retail – **A Deloitte Point of View.** Fevereiro, 2015. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/se/Documents/technology/Omni-channel-2015.pdf>>. Acesso em: 25/2/2017.

EGOL, M., RAJAGOPALAN, M., SAYER, B. **Comércio eletrônico e produtos de consumo.** Uma estratégia para o sucesso do Omnichannel. Booz&Co, 2012.

GALINDO, Daniel. – **El Consumidor post moderno, una persona relacional.** Madrid: Ed. Fraga, 2012.

_____ **Comunicação mercadológica.** S.B.C, SP. Ed. Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

GOUVÊA, Marcos – **Consumidor, digital, multicanal e global.** Ed. GS&MD. São Paulo, 2009.

_____ A transformação dos negócios na Omniera. Ed GS&MD. São Paulo.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Edição de bolso. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2010.

JET e-business. Webinar: Estratégias de Multicanalidade e Omni-Channel para Vencer a Crise. Publicado em 13/4/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXExZME8y80&feature=youtu.be>>. Acesso em> 25/2/2017.

KOTLER, P. & KELLER. **Administração de Comunicação mercadológica.** 12 ed. São Paulo: Pierson Prentice Hall, 2006.

LAN, C. e Li, L. Impacto da integração entre canais no crescimento de vendas no varejo. **Journal of Retailing and Consumer services** – Elsevier, 2015.

LESLIE, H. Desembarque na terceira plataforma. **Revista ESPM** 2015. Ed. 96, p. 36

MELERO, I., SESE, F., VERHOEF, P.C. Recreating the customer experience in today's Omnichannel environment. **Univ. Rev.** p. 18-37. 2016.

SCHMITT, B. H. **Marketing Experimental.** Trad. de Sara Gedanke. São Paulo. Nobel, 2000, p. 267

SHOURBOURA, N. Da ficção à realidade. **Revista ESPM** 2015. Ed. 96, p. 12

SOMMERMAN, A. **Interdisciplinaridade como forma de inclusão numa educação mundial.** X Seminário Internacional de Educação. 08, 09 e 10 de junho de 2005 – Cachoeira do Sul – RS – Brasil.

STONE, M., HOBBS, M., KHALALI, M. Channel customer management. Benefits & challenges. *Journal of database*, 2010.

VERHOET, T., NESLIN, S.A., VROOMEN, B. Multichannel Customer Mgt. **Journal of Retailing.** p. 142-148. 2007.

YANAZE, M. H, **Gestão de comunicação mercadológica e comunicação:** avanços e aplicações. 2. edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZANG, J., FARRIS, P.W., IRWIN, J.W., STEENBURGH, T.J., WEITZ, B.A. Crafting integrated multichannel retailing strategy. 2010, p. 168-180.

ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR: A EMPRESA BSBIOS COMO AGENTE INDUTOR DA PAISAGEM

Isadora Pinheiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Paraná – Brasil.

Lucas César Frediani Sant’ana

Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Paraná – Brasil.

RESUMO: O estudo dos agentes que transformam o território é muito importante, pois são eles que modificam o espaço geográfico e constroem novas paisagens. A paisagem, que é um conceito bem discutido na ciência geográfica, será o foco deste estudo. O objetivo desse trabalho é analisar a paisagem rural do município de Marialva-PR e verificar se houve alguma modificação a partir de um agente indutor da produção agrícola no município, que é a empresa BSBios. Outras questões importantes analisadas no presente trabalho é se a empresa também afeta a economia da cidade; como funciona a sua dinâmica de atuação na cidade e na região, e também quais os benefícios que a instalação da empresa proporciona para Marialva. Para compreender todas essas questões que envolvem os objetivos do trabalho é importante destacar as contribuições de Georges Bertrand no estudo da paisagem e o debate do conceito

de desenvolvimento regional e paisagem. O contexto histórico da região também se faz presente, que no caso de Marialva, se iniciou a partir da expansão da cafeicultura do estado de São Paulo, para a região Norte do Paraná. Esse estudo tem caráter qualitativo, contando com as técnicas da pesquisa de campo, entrevistas e as análises bibliográficas e documentais dos materiais relevantes para a temática trabalhada.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Marialva; BSBios.

ABSTRACT: The study of the agents that transform the territory is very important, since they modify the geographic space and construct new landscapes. The landscape, which is a well-discussed concept in geographic science, will be the focus of this study. The objective of this work is to analyze the rural landscape of the municipality of Marialva-PR and verify if there was any modification from an agent inducing agricultural production in the municipality, which is the company BSBios. Other important issues analyzed in this paper is whether the company also affects the city’s economy; how its dynamics work in the city and in the region, and also the benefits that the company’s installation provides for Marialva. In order to understand all these issues that involve the objectives of the work it is important to highlight the contributions of Georges Bertrand in the study of landscape

and the debate of the concept of regional development and landscape. The historical context of the region is also present, which in the case of Marialva, started from the expansion of coffee cultivation in the state of São Paulo, to the northern region of Paraná. This study has a qualitative character, counting on the techniques of the field research, interviews and the bibliographical and documentary analyzes of the relevant materials for the thematic work.

KEY WORDS: Landscape; Marialva; BSBios.

1 | INTRODUÇÃO

Os agentes de transformação do território têm um papel cada vez mais importante na atual sociedade, pois são eles que transformam os espaços em que as pessoas vivem. O agente de transformação que será trabalhado neste estudo é a empresa de produção de biocombustíveis BSBios, instalada na cidade de Marialva – Paraná desde o ano de 2010. Para compreender a atuação desses agentes de modificação do espaço se faz necessário entender sobre os temas da geografia que estão relacionados ao assunto.

A geografia é uma ciência que discute temas relevantes à compreensão da formação e transformação do espaço geográfico. Desde a sua sistematização, no século XIX, a paisagem é uma das categorias de análise adotadas e discutidas dentro do pensamento geográfico, e será utilizada nesta pesquisa para o entendimento do espaço rural do município de Marialva. É nela que se percebe a interação do espaço natural com o espaço humano. Georges Bertrand, importante pesquisador da área, desenvolveu dois modelos teóricos da paisagem: o geossistema e o modelo GTP – Geossistema, Território e Paisagem.

Esse modelo teórico proposto por Bertrand é de grande importância, pois auxilia na compreensão do espaço e da dinâmica geográfica ambiental. Dessa forma, para entender o desenvolvimento da área de estudo é necessário pensar de forma integrada, levando em consideração a ocupação do território paranaense, mais especificamente, do norte do Paraná. Ocupação essa que, no início do século XX, teve exponencial colaboração do café e foi fator determinante para o progresso e crescimento populacional dessa região.

O município estudado está localizado no estado do Paraná, na Mesorregião Norte Central Paranaense, entre as coordenadas 23°48' de latitude sul e 51°79' de longitude oeste de Greenwich. De acordo com o IBGE, no Censo de 2010, a cidade possui 31.959 habitantes, com área territorial de 475,564 Km² e densidade demográfica de 67,2 habitantes por quilômetros quadrados. É cortada pelo Trópico de Capricórnio e está a 602 metros acima do nível do mar. Faz limite com seis municípios e um distrito, sendo eles: Astorga, Bom Sucesso, Itambé, Mandaguari, Sarandi, Maringá e Floresta (distrito de Maringá).

Levando em conta os elementos apresentados, buscou-se avaliar se a instalação

da unidade da empresa BSBios na cidade transformou a paisagem do espaço rural de Marialva. Além disso, outros objetivos mais específicos integram o estudo proposto, sendo eles: compreender a dinâmica de atuação da BSBios na cidade e na região e identificar os benefícios que a sua instalação proporcionou ao município, especialmente econômicos.

O tema escolhido para este estudo partiu da ideia de entender um pouco melhor sobre o funcionamento de grandes empresas em cidades pequenas, no que elas afetam, além da economia. E principalmente, estudar a sua influência na paisagem do espaço rural de Marialva, o qual se quis fazer uma investigação que pudesse oferecer alguma contribuição à comunidade local.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, a definição do tema se deu a partir do recorte espacial que foi realizado, com o intuito de estudar a cidade de Marialva - PR. Com base nessa ideia, foi definido o recorte temático, que seria analisar a influência da BSBios, como empresa produtora de biocombustíveis e subsidiária da Petrobrás, no espaço rural de Marialva a partir da sua instalação em 2010.

A metodologia utilizada na elaboração desse artigo foi baseada nos métodos da pesquisa qualitativa. A escolha desse tipo de pesquisa se deu porque ela representa os elementos da sociedade que não podem ser mensurados, dando mais destaque aos objetos de estudo. Para reforçar essa ideia, Gil (1994) salienta que esse tipo de estudo tem seu valor, pois, proporciona um vasto alcance de informações que toleram a utilização de dados que ficam espalhados em várias publicações. Além disso, o autor também acrescenta que ela auxilia na elaboração e definição do quadro conceitual que abrange o elemento de estudo proposto.

A pesquisa qualitativa se encaixa no ramo das pesquisas sociais e possui as suas próprias técnicas de estudo. No caso desse artigo, os métodos empregados foram: análise bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo e entrevista. As duas análises [bibliográfica e documental] consistiram na busca por documentos e todo tipo de material que já se tornou público e possam servir para a temática do estudo (Marconi; Lakatos, 2003).

As entrevistas e a pesquisa de campo também foram realizadas no intento de buscar maiores informações e esclarecimentos a respeito da economia e agricultura da cidade. A visita feita à BSBios em Marialva buscou levantar o que Marconi e Lakatos (2003, p. 186) afirmam, que ela “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente e na coleta de dados a eles referentes [...]”. Já a entrevista foi realizada com o secretário de agricultura e a técnica da EMATER do município, buscando não só a coleta de dados, mas também outras informações que pudessem dar suporte ao estudo proposto nesse artigo.

3 | CONCEITOS RELEVANTES PARA ANÁLISE DA PAISAGEM

3.1 Paisagem

A ciência geográfica abarca diversos conceitos, que podem ser entendidos também como categorias de análise. Alguns podem ser mais novos e outros mais antigos, porém surgem da necessidade de entendimento da complexidade do mundo atual. Os conceitos fundamentais da Geografia são: paisagem, região, espaço, território e lugar. (Lisboa, 2007).

O conceito de paisagem não é só encontrado na Geografia, ele está dentro de várias outras disciplinas, como por exemplo, na arquitetura e urbanismo, artes, direito e história. Dessa forma, ele acarreta algumas discussões específicas. Passos (1997) salienta que o conceito de paisagem dividiu e ainda divide os geógrafos, opondo os que têm a geografia como ciência da paisagem a aqueles que consideram a paisagem uma noção vazia. A sua importância se deu a partir de 1920, com a concepção de uma geografia que era centralizada nas relações de sociedade e seu meio ambiente natural.

Entre os anos da primeira guerra mundial e da segunda guerra mundial, até os anos 1960, a paisagem sempre esteve presente nas publicações que eram feitas pelos geógrafos. Já a partir de 1970, o conceito de paisagem conhece uma mudança, devido a novas curiosidades, novas sensibilidades e também a contextos particularmente favoráveis.

Passos (1997) acrescenta que a paisagem foi revalorizada. E o que contribuiu para isso foi a revolução das fontes de dados, que se transformaram com o passar do tempo, sendo ela a generalização das fotografias aéreas e especialmente as imagens transmitidas por satélites. Tudo isso fez com que a literatura sobre a paisagem crescesse abundantemente. E se beneficiando das modas da época, ela acabou virando um conceito interdisciplinar. Onde ampliado ao conjunto das ciências humanas, contraiu novos significados, novas dimensões, que atribuíram à paisagem um conceito “polifônico”, não dando uma definição exata ao mesmo (PASSOS, 1997).

A atual concepção de paisagem que o lado ocidental do mundo segue, foi formulada na Europa, mas também recebeu influência dos povos do Mediterrâneo, Extremo Oriente e Oriente Médio, que contribuíram com as experiências dos seus próprios ambientes. No Brasil do século XXI, o que se entende sobre paisagem é consequência das relações históricas do Velho e do Novo Mundo, que compartilham as mesmas raízes de História, cultura e cosmovisão. As escolas da Geografia francesa (inspirada especialmente nos trabalhos de Tricart) e alemã influenciam diretamente a concepção de paisagem entre os geógrafos brasileiros (MAXIMIANO, 2004).

Segundo o geógrafo norte-americano Carl Sauer (1998), a paisagem possui uma interação entre os elementos antrópicos e naturais, onde não se pode pensar em paisagem sem as suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações

vinculadas ao espaço. A alteração das áreas transformadas pelo homem e a apropriação da mesma para seu uso são de grande relevância e está sempre em constante desenvolvimento.

Georges Bertrand, seguindo a mesma relação natureza e sociedade, introduziu a teoria de geossistemas em suas pesquisas para estudar a paisagem unindo o natural e o social, a relação homem e meio ambiente, de forma integrada.

Para Bertrand e Bertrand (2007, p.33):

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica.

O modelo, elaborado por Georges Bertrand, é conhecido como GTP (Geossistema, Território e Paisagem) em sua evolução metodológica, baseados na tríade: “*source*” que é a fonte, “*ressource*” que é o recurso e a identidade que é o “*ressourcement*”. (BERTRAND; BERTRAND, 2007). De acordo com os mesmos autores, esse sistema tripolar presta à paisagem uma carga cultural e melhores condições para análise ao espaço geográfico, a qual desempenham fator fundamental na busca da preservação e delimitação ambiental. Por esse motivo, o modelo GTP proposto por Bertrand é de grande auxílio para a compreensão do espaço e da dinâmica geográfica e ambiental, pelo fato de levar em consideração, antes de tudo, o natural, o espacial e o antrópico. Vale lembrar que estas três abordagens não podem ser definidas nem tão pouco aplicadas à uma análise separadamente, pois uma está estritamente relacionada à outra, compondo a sua totalidade.

Além disso, para investigar o espaço geográfico nesta pesquisa, é necessário o entendimento da categoria de análise desenvolvimento regional, pois é a partir dela e, em conjunto com a categoria paisagem, que o espaço rural de Marialva será investigado.

3.2 Desenvolvimento regional

O conceito de região, assim como o de paisagem, também passou por discussões dentro da ciência geográfica, e isso fez com que sua definição fosse modificada ao longo do tempo. Essas alterações na definição de região aconteceram devido aos diferentes paradigmas dentro da própria geografia, passando, inclusive, por algumas classificações.

Costa e Rocha (2010) articulam que a região é vista, inicialmente, no determinismo ambiental como região natural. Nessa época, o conceito era caracterizado pela invariável resultante da junção de elementos da natureza como relevo, vegetação, clima, dentre outros. A análise do elemento humano não entrava nos estudos porque acreditavam que os elementos da natureza determinavam as condições do homem.

Ou seja, nessa época se entendia que o ambiente possuía certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento das sociedades.

Já na geografia crítica, a região era analisada a partir da caracterização do capitalismo, um sistema que promove o desenvolvimento desigual. O enfoque fica na temática centro e periferia. A região é considerada como uma entidade concreta, consequência de várias determinações e das contradições materializadas no espaço (CAVALCANTI, 1998).

O desenvolvimento regional tem sua origem na década de 1970, quando as propostas para o desenvolvimento evoluíram baseadas nos problemas do crescimento desequilibrado, como afirma Sachs (2000) “Em 1975 foi a vez do relatório *What now?* Que falava de um desenvolvimento endógeno, autossuficiente, orientado para as necessidades, em sintonia com a natureza e flexível às mudanças institucionais” (p. 20). Portanto, trata-se de um processo que reativa a economia e dinamiza a sociedade local que, por meio do aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma determinada região, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade (SHIKIDA; SOUZA, 2009).

A regionalização que ocorreu no estado do Paraná está intimamente ligada ao processo de ocupação do território paranaense, que se sucedeu de leste para oeste, em decorrência dos ciclos econômicos que aconteceram. O noroeste do Paraná, onde está localizado o município de Marialva, foco dessa pesquisa, só começou a ser povoado a partir do desenvolvimento da cafeicultura, que se estabeleceu no interior do Paraná no início do século XX. As principais cidades em que a cafeicultura se estabeleceu foram: Maringá, Apucarana, Londrina e Cianorte. A mudança da base produtiva [café] na região, entre 1930 e o início da década 1980, mostrou a necessidade de se fazer um estudo de regionalização no estado (MANSUR, 2008).

A mesorregião que aborda a área de estudo é a Norte Central Paranaense, que possui considerável desenvolvimento em suas microrregiões. Trazendo a escala para nível local, a microrregião de Maringá, a qual Marialva está contida, possui um desenvolvimento favorecido pela presença de atividades econômicas distintas e voltada para as economias de mercado (agroindustriais e agrícolas).

O município de estudo será mais detalhado no item a seguir, o qual descreverá, de forma breve, a sua fundação e o desenvolvimento da economia baseado nos produtos agrícolas.

4 | A FUNDAÇÃO DE MARIALVA E A EMPRESA BSBIOS

4.1 Contexto Histórico De Marialva

Marialva é uma cidade localizada no estado do Paraná, mais precisamente na região norte (Figura 1), sendo conhecida como a Capital da Uva Fina de Mesa do

Paraná.

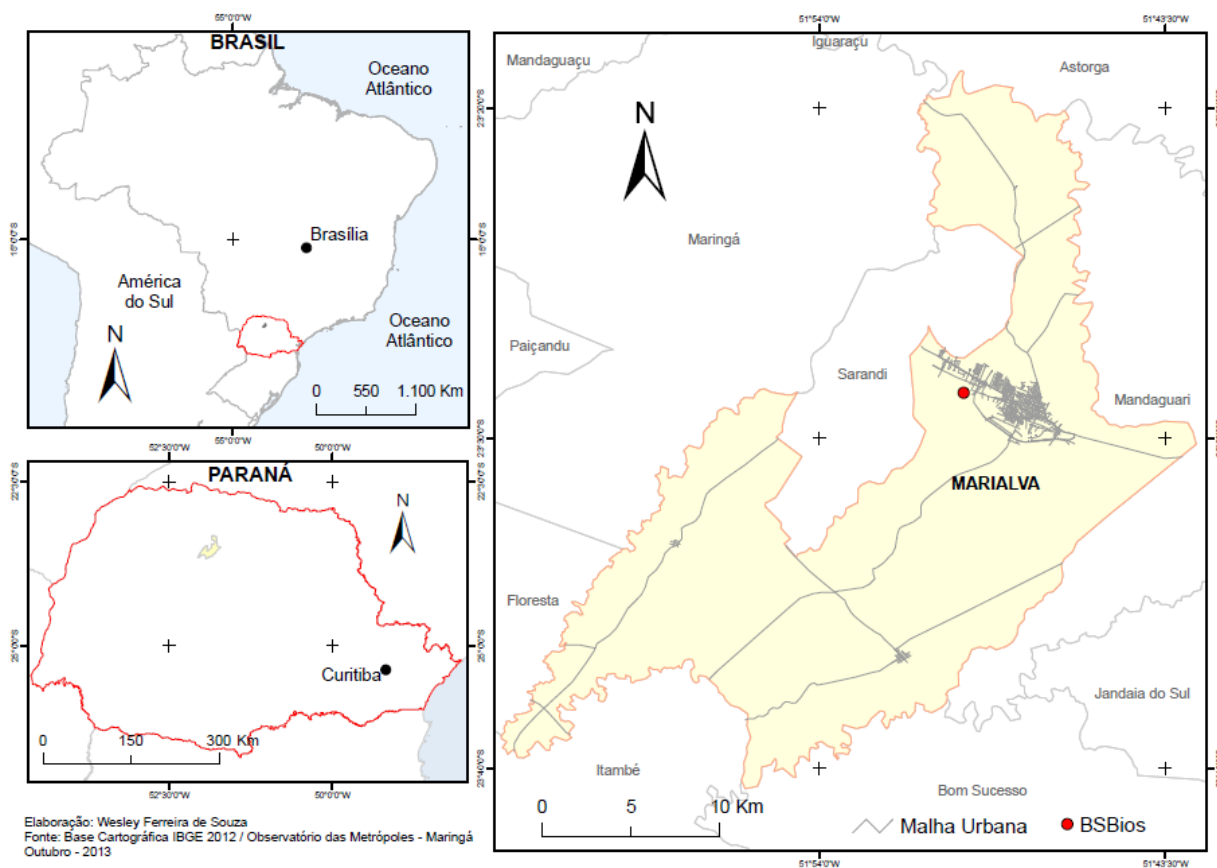


Figura 1: Mapa de localização do Município de Marialva, com destaque para a localização da BSBios

Fonte: Base Cartográfica IBGE 2012

De acordo com Ricieri (2008) a cidade de Marialva inicialmente era um povoado, sendo posteriormente elevada a Distrito de Mandaguari em 1947. A sua fundação ocorreu em 1951, sendo colonizada, como em vários municípios que compõem a região Norte do Paraná, por intermédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, empresa responsável por boa parte dos lotes das regiões norte e noroeste do Paraná. A companhia deu origem a algumas cidades da região Norte, como por exemplo, Londrina, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte, Umuarama, e também as cidades pequenas que se localizam no entorno dessas cidades principais, como é o caso da cidade em discussão.

Segundo Ricieri (2008), a partir da fundação da cidade houve a chegada das primeiras famílias japonesas que iniciaram a cafeicultura no local. O café era o que mais se cultivava na época e maior fonte de riqueza do município. O Paraná era considerado um “mar de cafezais”, pois começou as primeiras plantações em 1860 e, em pouco tempo, se tornou a região que mais produzia café do Brasil.

Entretanto, as geadas das décadas de 1960 a 1970, aliado a queda do preço do café no mercado e também a forte concorrência de outros produtos agrícolas mais rentáveis fez com que os cafezais fossem diminuindo gradualmente. A partir daí iniciou-se um êxodo rural, aumentando o contingente populacional da área urbana da região.

E foi nessa crise que a cidade resolveu iniciar na viticultura, adotando uma alternativa econômica para a crise (RICIERI, 2008).

Nos últimos anos, além do cultivo de uva, grãos e cereais, a cidade também está recebendo a instalação de várias indústrias e empresas. Elas são de diferentes ramos, como por exemplo: embalagens; peças para caminhões; peças e acessórios para carros, motos e bicicletas; dentre outros. Daremos destaque nessa pesquisa para instalação da empresa BSBios - Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil, no município. A empresa faz parte das principais subsidiárias da Petrobras Biocombustível S.A., que detém 50% do capital social da BSBios.

Para melhor compreensão do processo de desenvolvimento da BSBios no Rio Grande do Sul (RS) e a sua ampliação, implantando uma unidade no norte do Paraná, é necessário descrever de que forma a mesma surgiu e também as suas motivações de mudança para o Paraná, assunto abordado no próximo item.

4.2 Histórico da empresa

De acordo com o *site* institucional da empresa, a BSBios foi fundada em 15 de abril de 2005 na cidade de Passo Fundo – Rio Grande do Sul, com o objetivo de produzir biodiesel. A BSBios foi fundada e instalada no local de forma estratégica, pois fica perto das produções de soja e canola do Rio Grande do Sul, que são suas principais fontes de matéria-prima.

Dois anos depois, foi formada uma rede de cooperação de pesquisa, através do Departamento de Fomento da BSBios, para o cultivo de culturas alternativas, como o girassol, a canola e a mamona. A rede é formada em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul – FETAG/RS, da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Colégios Agrícolas das Regiões Norte, Missões e Planalto do Rio Grande do Sul, Universidades e diversas empresas de sementes e fertilizantes.

Em 2009, a BSBios Marialva e a Petrobras Biocombustíveis (PBio) firmaram parceria, com participação paritária para produção de biodiesel em Marialva. A unidade instalada em Marialva foi inaugurada oficialmente em 14 de maio de 2010, produzindo biodiesel através de óleo vegetal, extraído da soja e de sebo bovino, além de fomentar no Paraná a produção de Canola. Atualmente, tem capacidade de produção de 190 milhões de litros de biodiesel/ano.

A escolha de Marialva para implantação de uma unidade da BSBios foi estratégica do ponto de vista logístico, pois a empresa está ao lado de uma rodovia federal (BR-376) e de uma linha férrea que liga o noroeste do Estado aos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Santos (SP). Além disso, é um marco geodésico com relação às distribuidoras de combustíveis, de forma que a mais distante está a 600 km, uma distância pequena, se levar em consideração a extensão territorial do Brasil.

Outra questão é o fato da instituição também estar estrategicamente na rota da soja. A rodovia que passa ao lado da empresa é a utilizada para transportar boa parte dos grãos produzidos no Estado e na região Centro Oeste do país. O Paraná é ainda o segundo maior produtor de soja do Brasil e possui excelente oferta de sebo bovino. Por último, o Paraná é um Estado propício para o desenvolvimento da canola, cultura de inverno fomentada pela empresa, com o intuito de ser utilizada como matéria-prima futuramente.

A BSBios unidade Marialva adquire 40% de toda sua matéria-prima de produtores familiares, sempre priorizando os agricultores paranaenses. Possui parceria com cooperativas de agricultura familiar para a compra de soja. A empresa também possui o Programa de Fomento de Canola, que garante a compra de toda a produção de canola a preço semelhante ao de soja dos produtores que adquirirem o pacote tecnológico oferecido pela empresa. Esse pacote é ofertado em parceria com cooperativas e revendas e contempla, entre outros itens, a venda de sementes certificadas e assistência técnica.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para alcançar os objetivos propostos por essa pesquisa, foram realizadas duas entrevistas e uma visita técnica para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo estudo.

A visita técnica possibilitou a captação de informações sobre a instalação da empresa em Marialva, que aconteceu a partir da compra de estrutura de outra empresa que ali existia. A Petrobras, que na época também estava interessada em uma unidade no Paraná, procurou a empresa e fez uma sociedade. Em vista disso, a BSBios é uma empresa nacional de capital misto, onde a sua sociedade é composta de 50% da Petrobras (PBio – Petrobrás Biocombustível S.A.) e 50% do grupo BSPAR.

A matéria-prima utilizada na empresa para produção do biodiesel é o sebo bovino e o óleo de soja. Ela empresa costuma fazer convênios com as cooperativas da região, fazendo um contrato prévio de compra, onde paga um real a mais por saca do que os outros compradores. A maior parte da venda (80%) é feita para o interior de São Paulo, maior mercado consumidor de Biodiesel, onde fica as maiores distribuidoras de combustíveis (Ipiranga, Shell, Texaco). Porém, a empresa também exporta seus subprodutos para países como Bélgica e Estados Unidos.

A primeira entrevista foi realizada com uma engenheira agrônoma e técnica da EMATER. Ela relatou que Marialva possui, atualmente, 2400 agricultores familiares e 600 agricultores patronais. Essa última categoria, como mostra a Tabela 1, é o modelo de agricultura que é o oposto do que a agricultura familiar preza, visa somente o lucro e a produção, diferentemente da agricultura familiar, que se volta mais ao próprio consumo, e quando há excedente, é vendido a outros.

Categoria	Número
Agricultor familiar (lei federal)	2.400
Agricultor patronal	600
Agricultor periurbano	-
Assentado	20

Tabela 1: Categorias de público de Marialva

Fonte: EMATER (2013)

Os agricultores familiares do município recebem incentivo do governo estadual para suas produções. Isso acontece através de alguns projetos que objetivam apoiar os agricultores com calcário e adubo orgânico. Já o governo federal dá apoio com relação ao Pronaf, onde oferecem financiamento com juros muito baixos. Segundo a técnica da EMATER, esse incentivo tem auxiliado os produtores familiares a manter as suas propriedades rurais. Vale lembrar que o Pronaf é somente voltado aos agricultores familiares, e para que eles possam ser amparados pelos incentivos e custeios que o Pronaf oferece, eles necessitam ter a DAP pessoa física¹ (1.200 produtores cadastrados em Marialva) que é realizado na EMATER do município. Na DAP pessoa jurídica² existe apenas uma cooperativa cadastrada.

Essa cooperativa é a COMAFRUT. Ela trabalha com a comercialização de uva e também de outras frutas e hortaliças para a merenda escolar de escolas estaduais, municipais e instituições. Em Marialva, ela é adquirida dos produtores dessa cooperativa. E há outra cooperativa da cidade, a COCARI – Cooperativa Agropecuária e Industrial que está na tentativa de conseguir a DAP pessoa jurídica há alguns anos, mas não está conseguindo obter êxito no cadastramento. Isso acontece devido ao fato de que, um dos critérios para cadastramento da DAP pessoa jurídica, é a cooperativa possuir 70% de agricultores familiares com a DAP pessoa física no seu quadro de associados, e a cooperativa não possui essa porcentagem. Em vista disso, a empresa está tentando conseguir agricultores familiares cadastrados que queiram se associar a cooperativa, pois ela tem muito interesse em vender seus produtos para a BSBios.

Posteriormente, a técnica foi questionada com relação à BSBios como agente indutor da paisagem rural de Marialva. Ela respondeu que acredita que no momento a firma não está tendo nenhuma influência, por que a única cooperativa que poderia fornecer matéria prima para a empresa e beneficiar os agricultores cooperados e a própria cooperativa, não conseguiu atingir a cota dos seus 70% de associados de agricultores familiares com a DAP pessoa física, para poder retirar a sua DAP pessoa jurídica.

A técnica da EMATER acredita que o fato de não ter produtores de canola na

1. De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar, essa Declaração de Aptidão ao Pronaf pessoa física é utilizada como instrumento de identificação dos produtores que queiram ter acesso a políticas públicas como o Pronaf. E esse documento não é somente do agricultor, mas sim da sua família.

2. De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar, essa Declaração de Aptidão ao Pronaf pessoa jurídica é utilizada como instrumento de identificação das cooperativas que queiram ter acesso a políticas públicas como o Pronaf.

cidade é principalmente devido a questão dos maquinários, pois o cultivo da canola, exige um maquinário totalmente diferente das culturas já existentes na cidade. E também a questão do manejo das pragas, porque essa região possui uma incidência muito grande de pulgão, que é uma das pragas que atacam esse cultivo. E como não existe nenhum produto com registro que se possa aplicar nas plantas para acabar com eles, o custo benefício para o plantio da mesma torna-se inviável, fazendo com que os agricultores não se interessem em cultivá-la.

A última entrevista foi realizada com o secretário de agricultura do município. Inicialmente, ele foi questionado sobre a influência da BSBios na economia da cidade, e o mesmo respondeu que, de forma geral, ela tem influenciado positivamente na economia da cidade, pois é a empresa que mais fatura no município e contribui na cota parte do ICMS. O ICMS é um imposto que o Estado cobra sobre a circulação de serviços e mercadorias.

De tudo que é arrecadado com este imposto pelo governo do estado, 25% é distribuído entre todos os municípios do Paraná novamente, isso é a cota parte. O cálculo é feito da seguinte maneira, desses 25% distribuídos entre os municípios, 75% é de acordo com o Valor Adicionado Fiscal – VAF, que é uma distribuição que depende do ICMS arrecadado de cada cidade. A BSBios tem ajudado a aumentar esse valor da cota parte do ICMS. E, conseqüentemente, a empresa também interfere no Produto Interno Bruto (PIB) da cidade, que é composto, dentro outras coisas, pela agricultura, IPI – imposto sobre produto industrializado, imposto de renda, comércio e indústria.

Quando perguntado ao secretário porque ele acha que não existem agricultores plantando canola no município, sendo que a BSBios oferece todo o apoio para a produção, ele responde que possivelmente os agricultores não aderiram a ideia pelo fato de serem muito tradicionais, resistentes a novas culturas. Ele explica que é da natureza dos agricultores ficarem sempre no mesmo cultivo.

Outro fator importante citado pelo secretário é que a área que poderia ser ocupada pela canola é utilizada para o cultivo do milho safrinha, da soja e da uva. Esses três produtos juntos geram boa produção e bons lucros, podendo ser encontrados em quase 45 hectares do município (Tabela 2). Em relação ao lucro, também é de valor considerável, pois juntando essas três culturas a cidade possui um cultivo de quase 38.000 quilos por hectare, fazendo com que não haja intenção dos agricultores em trocar seu cultivo para a canola.

Descrição	Produtores	Área (ha)	Produtividade	Unidade
Trigo	100	3.000	991	kg/ha
Cana-de-açúcar	125	4.726	80.906	kg/ha
Milho safrinha	730	20.370	4.500	kg/ha
Soja	825	23.360	3.450	kg/ha
Uva fina de mesa	900	1.000	29.000	kg/ha

Tabela 2: Os cinco maiores cultivos do município de Marialva

Fonte: EMATER (2013)

Para finalizar a entrevista, o secretário de agricultura foi questionado, assim como a técnica da EMATER, se havia notado alguma mudança no espaço rural de Marialva, devido a influência da instalação da BSBios na cidade. Ele respondeu da mesma forma que a técnica, dizendo que acredita que, diretamente, a empresa não trouxe mudanças a esse espaço.

5.1 Bsbios como agente transformador da paisagem

Depois de feito esse estudo a respeito da empresa, lembrando-se dos conceitos mais importantes da geografia, com a entrevista com a técnica da EMATER e o secretário de Agricultura de Marialva e a visita feita na empresa, foi possível chegar aos objetivos do trabalho.

De acordo com a visita feita à empresa e os dados e informações lá coletados, foi possível perceber um importante ponto para este trabalho. A unidade da empresa que está instalada em Marialva, utiliza da matéria prima de regiões vizinhas a Marialva e não dá sua própria cidade. Uma das propostas desse estudo era, entrar em contato com os produtores familiares de Marialva que forneciam matéria prima para a empresa, e entender mais a dinâmica e a relação da mesma com seus fornecedores.

Porém, o que foi constatado, é que a firma busca sua matéria-prima, de agricultura familiar, em cooperativas (não tem contato direto com o produtor) que possuem a DAP jurídica – Declaração de Aptidão ao Pronaf pessoa jurídica, e no município de Marialva não existe nenhuma cooperativa que tenha esse documento e trabalhe com os produtos que ela necessita. Ou seja, a empresa não está utilizando a matéria prima dos produtores de Marialva, mas sim de cooperativas que estão, no mínimo, a 350 quilômetros de distância da sede da empresa ou alguns pequenos produtores de cidades próximas como Mandaguaçu, por exemplo.

Outro ponto interessante a destacar é a questão da instalação da empresa no município. Foi repassado que a empresa havia se instalado em Marialva porque era um lugar estratégico do ponto de vista logístico, pois está ao lado da linha férrea que liga o noroeste do Estado aos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Santos (SP); é um ponto estratégico com relação às distribuidoras de combustíveis e a empresa também está instalada na rota da soja.

Entretanto, a informação passada na visita feita à empresa, foi de que a mesma não teria resolvido, de início, se instalar na cidade, ou seja, começar a construção da empresa desde o começo. Pois, a BSBios comprou a infraestrutura já existente do grupo AGRENCO que estava vendendo o local, terminou a construção das instalações da indústria e já começou a operar.

Um dos benefícios que vale destacar é que, com a chegada da empresa na cidade, houve a geração de emprego para a população do município e do seu entorno. O que chama atenção, é que algumas vagas de emprego em determinados setores, não exige mão de obra especializada, pois, na própria empresa, eles oferecem

treinamento para novos funcionários.

O secretário de agricultura e a técnica da EMATER de Marialva explicaram um pouco melhor sobre o grande projeto da empresa de fomentar o cultivo da canola no município. Eles forneceria vários benefícios para agricultores que se interessassem por plantar a canola e fornecer a eles sua matéria prima. Entretanto, o que foi constatado com as entrevistas e as informações da EMATER, é que não existe sequer um produtor de canola no município.

Os possíveis motivos para tal fato, de acordo com o secretário de agricultura, é que os agricultores costumam ser resistentes a novos cultivos que não conhecem muito bem; o maquinário agrícola próprio para a produção da canola é totalmente diferente do utilizado nas outras culturas, ou seja, os produtores teriam que renovar todo o seu maquinário; e também a questão das pragas, porque essa região é a que mais possui pulgão, umas das principais pragas da canola.

Em vista disso, os produtores não tiveram interesse em plantar a canola, porque seu custo benefício não era bom. Portanto, o principal programa que poderia beneficiar os agricultores e também modificar a paisagem do espaço rural de Marialva não deu certo.

Outro ponto positivo a ressaltar é o reflexo positivo da empresa na economia da cidade. A BSBios influenciou diretamente a cota parte do ICMS de Marialva, pois esse imposto que é arrecadado pelo Estado e é de acordo com a sua renda – que depois da instalação da BSBios na cidade ficou maior – teve um aumento, fazendo com que a cidade obtivesse um repasse maior de dinheiro do governo do Estado.

6 | CONCLUSÃO

Quando a BSBios se instalou definitivamente na cidade em 2010, muito foi falado sobre os benefícios que ela traria, não somente para o município, mas também para a região de Marialva, as cooperativas e principalmente os agricultores familiares que seriam beneficiados com o fornecimento de matéria-prima para a empresa. Contudo, esse estudo pode constatar que não foi exatamente isso que aconteceu com a cidade.

A conclusão de que a empresa em nada influenciou o espaço rural da cidade veio a partir da análise da paisagem GTP que Bertrand propõe. Vale lembrar que a composição desse sistema funciona da seguinte forma: o geossistema abrange os conceitos natural, espacial e antrópico; é constituído por elementos geográficos e sistêmicos, compostos por elementos bióticos, abióticos e antrópicos. O território funciona como a entrada que admite analisar as ações e o funcionamento da questão econômica e social no espaço, levando em conta o tempo para expor a gestão, a redistribuição, a poluição, o recurso e a despoluição (ROSOLÉM; ARCHELA, 2010).

Inicialmente, a ideia central que se tinha da BSBios, é que os produtores do município poderiam fornecer matéria prima para a empresa e gerar uma renda maior a eles e também benefícios para a empresa. Porém, o que foi visto até o presente

momento, é que a firma em nada transformou o espaço rural de Marialva. Isso pode ser comprovado a partir do GTP, no qual a parte geossistêmica entrou na investigação do espaço rural da cidade, na verificação da interferência do ser humano no espaço que não aconteceu. Isto é, o território do espaço rural não sofreu nenhum tipo de mudança com a instalação da indústria na cidade. Conseqüentemente, a paisagem também não sofreu modificações porque as matérias primas (óleo vegetal extraído da soja, sebo bovino e canola) que são utilizadas na empresa para produção do biodiesel não possuem cultivo em Marialva.

A COCARI, que seria a única cooperativa beneficiada no município e poderia fornecer soja à empresa, não possui os 70% de agricultores familiares associados com a DAP pessoa física para poder obter a sua DAP pessoa jurídica, e fornecer matéria prima a BSBios. Existem produtores que possuem a DAP pessoa física na cidade, mas a empresa não trabalha, pelo menos nessa região, com os agricultores diretamente, só trabalham com as cooperativas. Vale lembrar que a técnica da EMATER e o secretário de agricultura de Marialva, também defendem a mesma opinião, de que a instalação da BSBios na cidade não alterou o seu espaço rural.

O programa de fomento à produção de canola, que era uma das grandes propagandas da empresa, não se concretizou em Marialva. Alguns agricultores até pensaram em produzir o novo cultivo, mas depois acabaram percebendo que não era viável devido a vários fatores citados anteriormente.

Entretanto, não se pode deixar de falar os benefícios que a empresa trouxe para a cidade. O principal deles é a que envolve a economia de Marialva. A BSBios contribui significativamente para o aumento da verba que o governo do Paraná repassa para o município, dependendo de quanto ele arrecada. Outro fator, é que a empresa trouxe visão para a cidade, e isso incentivou a instalação de novas indústrias de grande porte no seu entorno, que também tendem a acrescentar na economia da cidade de forma positiva.

REFERÊNCIAS

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>> Acesso em: 10 de abril de 2017.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=411480>> Acesso em: 15 de abril de 2017.

<<http://www.bsbios.com/pages/historia/>> Acesso em 9 de abril de 2017.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.

COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M.; Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. Revista **GEOMAE**, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 25 - 56, 2º sem. 2010. Disponível em:

<[Http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia_conceitos_e_paradigmas_fabio_costa_marcio_rocha.pdf](http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia_conceitos_e_paradigmas_fabio_costa_marcio_rocha.pdf)>
Acesso em: 7 de abr. de 2017.

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Realidade Municipal**. Formulário editado pela EMATER. Curitiba, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LISBOA, S. S.; A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. **Ponto de Vista**, Viçosa, v. 4, n. 4, p. 23 - 35, 2007. Disponível em: <<http://www.coluni.ufv.br/revista-antiga/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>> Acesso em: 29 de mar. de 2017.

MANSUR, D. C.; **O planejamento e a regionalização da administração direta do estado do Paraná como aporte às ações e à política de desenvolvimento econômico**. 2008. Tese (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MAXIMIANO, L. A.; Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA´E GA**, Curitiba, n. 8, v. 8, p. 83 - 91, 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/download/3391/2719>> Acesso em: 22 de mar. de 2017.

PASSOS, M. M. dos. Eco-história da paisagem. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 69 - 83, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12880>> Acesso em: 3 de abril de 2017.

RICIERI, M. T. **Marialva: do café a uva fina**. Maringá: Clichetec, 2008.

ROSOLÉM, N. P.; ARCHELA, R. S.; **Geossistema, território e paisagem como método de análise**. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6., 2010, Coimbra: 2010, p 1 - 9. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema1/nathalia>> Acesso em: 06 de abril de 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAUER, C.O. **A morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-74.

SHIKIDA, P. F. A. SOUZA E. C. **Agroindústria canavieira e crescimento econômico local**. RESR, Piracicaba, v. 47, n. 3, p. 569 - 600, 2009.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO E O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Tassiana Justino Fernandes

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá – PR

Maria das Graças de Lima

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá – PR

RESUMO: A Política Nacional dos Resíduos Sólidos configurou-se como um marco regulatório, ressaltando a necessidade da efetivação de sistemas de gestão e gerenciamento integrados, capazes de considerar as dimensões política, ambiental, cultural, social, dentre outras, integrando também todos os representantes da sociedade, sejam eles os responsáveis pela geração direta ou indireta de resíduos. Essa política definiu a responsabilidade compartilhada entre o Poder Público e a coletividade, no dever de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, através da desconstrução da cultura de consumo extremo, da gestão adequada de resíduos e da busca pelo desenvolvimento sustentável. É válido pontuar que gestão e gerenciamento não são sinônimos. O termo gestão é mais abrangente e engloba o gerenciamento. Enquanto a gestão é vista como estratégia e planejamento, o gerenciamento é mais específico e pontual, além de envolver técnica e ser responsável por

determinadas ações e operações. Neste sentido, esse trabalho objetivou verificar a efetividade dos consórcios públicos intermunicipais como instrumentos eficientes para a consolidação de procedimentos adequados de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, sobretudo nos pequenos municípios, onde os entraves e dificuldades nesta questão são constantes. Para tanto, buscou-se, através de uma revisão bibliográfica, levantar a problemática dos resíduos sólidos atualmente no Brasil, sobretudo os de procedência urbana, dos quais destacam-se os resíduos domésticos e comerciais. Dessa forma, os resultados atingidos puderam reforçar a relevância da implementação dos consórcios públicos intermunicipais para resíduos sólidos, configurando-os como importantes instrumentos de ação e adequação.

PALAVRAS-CHAVE: Consórcio Intermunicipal; Gestão Integrada; Meio Ambiente; Resíduos Sólidos.

ABSTRACT: The National Solid Waste Policy configured as regulation mark, highlighting the necessity of effectiveness of management systems integrated able to consider the dimensions policy, environmental, cultural, social, among others, integrating all the representatives of society, whether they are responsible for direct or indirect generation of waste. This policy defined shared responsibility

between the Public Power and the collective, on the duty to preserve and defend the environment for present and future generations, through deconstruction of extreme consumer culture, waste proper management and the search for sustainable development. It is valid to point out that management and management are not synonymous. The term management is broad and encompasses management. While management is seen as a strategy and planning, management is more specific and punctual, besides involving technical and be responsible for certain actions and operations. In this sense, this work objected check the effectiveness of intermunicipal public consortia as efficient instruments to the consolidation of appropriate procedures of management and management of solid waste, especially in the small municipalities, where the obstacles and difficulties are constant. Therefore, sought through a literature review, raise the problem of solid waste currently in Brazil, about everything those of urban origin, of which stand out the domestic and commercial waste. In this way, the results achieved could enhance relevance of implementation of intermunicipal public consortia for solid waste, configuring them as important instruments of action and adequacy.

KEYWORDS: Intermunicipal Consortium; Integrated Management; Environment; Solid Waste.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, a questão ambiental vem ganhando bastante repercussão, visto que as consequências de anos de ação antrópica, sem o uso de medidas sustentáveis, sobre o meio ambiente, estão se tornando cada vez mais severas e de difícil solução.

É necessário ter consciência sobre a importância do estabelecimento harmônico entre as relações humanas com a natureza, em que o homem tenha garantido o direito a um ambiente de vida sadio e equilibrado e que possa manter essa condição também às gerações ainda não nascidas.

Vale ressaltar que a exploração do meio ambiente remonta desde os primórdios da existência humana, quando a natureza era vista como fonte de sobrevivência, através do fornecimento de alimentos, água e abrigo. Neste período, a relação homem e natureza se dava de forma primitiva e harmoniosa, na medida em que esta ofertava bens primários, os quais eram explorados através da caça, pesca e coleta. Não se gerava grandes excedentes e os danos ambientais eram praticamente inexistentes.

Com o passar do tempo, o homem nômade passou a ser sedentário, por meio da domesticação de animais e da agricultura, fazendo com que a natureza pudesse ser dominada com maior intensidade para suprir as necessidades humanas. Foram desenvolvidas as primeiras comunidades e a população começou a aumentar.

Os excedentes de alimentos, sementes, madeiras, minerais e outros insumos começaram a ser trocados e, posteriormente, comercializados e, dessa forma, a exploração dos recursos naturais aumentou paulatinamente, fazendo com que a

natureza passasse a ser vista como fonte inesgotável de recursos.

Partindo deste pressuposto, o aumento da necessidade de exploração, tanto de recursos renováveis quanto não renováveis, subjugou o meio ambiente a fornecer produtos sem nenhuma espécie de compensação ou troca, haja vista que o mesmo era concebido como detentor de recursos considerados infinitos, dos quais a exploração maciça não representava maiores consequências.

De acordo com essa ideia, a expropriação da natureza tornou-se cada vez mais intensa e desenfreada, sem nenhuma preocupação conservacionista, principalmente após o advento da Revolução Industrial no século XVIII, quando os recursos naturais passaram a ser considerados essenciais na produção de bens de consumo.

Outro fator importante a ser considerado nesse período foi a atração de um grande contingente populacional para áreas urbanas. À medida que o homem passou a se fixar cada vez mais nas cidades, atraído pelas atividades comerciais e industriais, seu modo de vida e os padrões de consumo foram modificando-se significativamente, aumentando cada vez mais a busca de bens de consumo duráveis e não duráveis.

A intensa urbanização de algumas áreas sujeitou o meio ambiente a uma natureza transformada, ou seja, dotada cada vez mais de objetos construídos e de um ambiente artificializado. Segundo Lefebvre (2001), o urbano torna-se um lugar de expressão e concretização dos desejos e dos desequilíbrios.

Bauman (2008) complementa essa ideia chamando a atenção para a questão do consumismo, afirmando que o grande problema da sociedade atual está arraigado no imediatismo dos cidadãos, que se reflete na necessidade de descartar e substituir, ação que oportuniza a busca de uma falsa felicidade. Para o autor, o consumidor ao descartar os objetos com uma certa obsolescência acelerada, torna-se responsável pela consolidação de uma sociedade de consumidores que desvaloriza a durabilidade dos materiais e os associa precocemente a algo obsoleto e defasado (BAUMAN, 2008).

Essa necessidade constante por consumo torna-se induzida pelas forças de um desejo instalado artificialmente, seja pela mídia, pelas redes sociais, pelo modismo, entre outros, onde a cultura do ter vale muito mais perante a sociedade do que o ser (IKUTA, 2010).

Atualmente, vivemos em um cenário onde os padrões de produção e consumo tornaram-se amplamente insustentáveis. A natureza, que por muito tempo foi subjugada como fonte infinita de recursos e depósito de resíduos, dá sinais de estagnação. Paralelamente, surge um grande contingente de indivíduos com hábitos incontroláveis, degradantes e despreocupados com os impactos socioambientais causados e com o futuro comum.

Nesse sentido, é possível afirmar que um dos principais desafios existentes na atualidade é a resolução de problemas vinculados à geração de resíduos sólidos, haja vista a complexidade dessa questão, que envolve aspectos diversos, os quais incorporam variáveis sociais, ambientais, econômicas, políticas, educacionais e de saúde pública.

Partindo desse pressuposto, nos propomos a analisar a questão dos resíduos sólidos como uma das maiores problemáticas da contemporaneidade, a qual se constitui num grande desafio para o planejamento, a gestão ambiental e urbana, já que a expressividade dessa questão ocorre, sobretudo, nas cidades, onde a geração de resíduos é maior e a necessidade de uma gestão eficiente e universal se acentua.

Milaré (2016) enfatiza que os problemas ambientais normalmente são reflexos diretos ou indiretos do modo pelo qual a sociedade se apropria e faz uso dos bens, produtos e serviços, os quais são imprescindíveis para o estágio atual desse contingente populacional.

Desse modo, pode se afirmar que a sociedade contemporânea, arraigada no consumismo extremo, na falta de conscientização ambiental e respeito com o bem estar comum, associada à falta de planejamento e gestão eficientes por parte do Poder Público e da iniciativa privada, são os grandes responsáveis pela atual situação de degradação por resíduos sólidos na qual nos encontramos.

Conforme dados publicados em 2017 no Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, referentes à base de informações e dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), cerca de 62,5 milhões de toneladas de resíduos domiciliares e públicos foram geradas no Brasil em 2015. Esse número expressivo nos alerta para a necessidade urgente da adoção de mecanismos que colaborem para a realização de uma eficiente e adequada gestão e gerenciamento desses resíduos, de modo a considerar tanto a responsabilidade do poder público municipal, quanto da coletividade como um todo.

Nesse sentido, é conveniente ressaltar o importante papel desses agentes na implantação de medidas que busquem: garantir a qualidade ambiental; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; o apoio aos programas de coleta seletiva e logística reversa; e o amparo à categoria de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, muitas vezes relegados às margens da sociedade.

As prefeituras, por exemplo, devem priorizar pela gestão integrada de resíduos, assim como subsidiar projetos de Educação Ambiental, os quais sejam capazes de sensibilizar a população sobre a necessidade da redução na geração de resíduos sólidos, da reutilização e reciclagem dos materiais, assim como ressaltar a importância da disposição desses resíduos de forma sanitária e ambientalmente adequada.

Cabe ressaltar a relevância das políticas públicas empregadas nesse aspecto, no intuito de contribuir com a efetivação de procedimentos administrativos mais adequados. Assim, destaca-se que essas políticas podem abarcar planos e programas de ação governamental que busquem a resolução de situações problema, objetivando assegurar os direitos fundamentais do cidadão (MAIOLI, 2012).

Desse modo, a realização dessa pesquisa objetiva analisar a efetividade dos consórcios públicos intermunicipais, no intuito de apresentar um instrumento possível para a viabilidade de processos gerenciais de resíduos, principalmente nos pequenos municípios. Visando ao atendimento deste objetivo geral, os objetivos específicos

buscaram definir os consórcios públicos intermunicipais, ressaltar as principais legislações que os regulamenta e, verificar os benefícios advindos das parcerias intermunicipais.

Para atingir os objetivos dessa pesquisa, os principais procedimentos metodológicos, a partir dos quais operacionalizou-se a pesquisa, foram: fundamentação teórica através de uma revisão bibliográfica, almejando a utilização de autores pertinentes à temática envolvendo os resíduos sólidos; levantamento e discussão sobre as principais legislações que regulamentaram aspectos relevantes, tanto no que se refere aos resíduos sólidos, quanto ao que se relaciona à gestão ambiental e urbana, bem como a relação direta dessas com a consolidação dos consórcios públicos intermunicipais.

Além dessa Introdução, a presente pesquisa subsidia-se em tópicos específicos, abordando as considerações a respeito dos resíduos sólidos e dos consórcios públicos intermunicipais. A partir dessas discussões, tendo como base os referenciais teóricos utilizados, chegou-se à conclusão da importância e relevância dos consórcios públicos intermunicipais para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.

Por fim, foram destacadas as referências, no intuito de elencar as obras consultadas para a realização desta pesquisa.

2 | CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Para Logarezzi (2004), o lixo pode ser definido como a sobra descartada proveniente de quaisquer atividades e que perdeu completamente seus valores, sejam eles sociais, ambientais ou econômicos, adquirindo a qualidade de inservível e inútil. Por outro lado, o conceito resíduo sólido, de acordo com o autor, carrega consigo um valor, mesmo ao ser descartado após determinadas atividades. Assim, corroborando com a ideia de Logarezzi, consideraremos, ao longo dessa pesquisa, o conceito de resíduo sólido para os materiais descartados, os quais podem apresentar valor potencial tanto de reutilização como de reciclagem.

Os resíduos sólidos também podem ser definidos, segundo a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, como sendo:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, e cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Segundo Monteiro et al. (2001), esses resíduos podem ser classificados de várias formas, tais como: através de sua natureza física, composição química, riscos potenciais e origem. Quanto à natureza física, os mesmos podem se enquadrar como seco ou

molhado. Já no que diz respeito à composição química, estes são classificados em orgânico ou inorgânico. Quanto aos riscos potenciais de contaminação, a classificação é realizada através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 10.004/2004), que os caracteriza quanto à periculosidade da seguinte forma:

Classe I – Resíduo Perigoso: São aqueles que em função das características de Inflamabilidade, Corrosividade, Reatividade, Toxicidade ou Patogenicidade, apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Classe II – Resíduo Não Perigoso: São divididos em duas classes:

- Classe II-A – Resíduo Não-Inerte: São aqueles que podem apresentar as seguintes características: Combustibilidade, Biodegradabilidade ou Solubilidade em água, com possibilidade de acarretar riscos ao meio ambiente e à saúde pública. Esses resíduos não se enquadram nas outras classes (classe I e classe II-B)

- Classe II-B – Resíduo Inerte: São aqueles que não liberam substâncias para a água acima de determinados níveis, excetos os padrões de aspecto, cor, turbidez e sabor (ABNT, 2004).

A distinção dos tipos de resíduos em classes contribui significativamente para a gestão desses materiais, visto que é de extrema importância o conhecimento de seus componentes e sua periculosidade, para que, dessa forma, seja possível preparar uma destinação adequada para os mesmos. Nesse sentido, Monteiro et al. (2001) atentam para o fato de que os resíduos Classe I e II-B geralmente são oriundos de fontes não domésticas, enquanto que os resíduos Classe II-A são gerados frequentemente nas residências.

A última classificação dos resíduos sólidos que merece destaque e que é muito utilizada nos sistemas de gestão e gerenciamento diz respeito à fonte geradora ou a origem desses materiais. Essa classificação foi estabelecida na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que a define da seguinte forma:

- a) Resíduos Domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas.
- b) Resíduos de Limpeza Urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
- c) Resíduos Sólidos Urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”.
- d) Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”.
- e) Resíduos dos Serviços Públicos de Saneamento Básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”.
- f) Resíduos Industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais.
- g) Resíduos de Serviços de Saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme

definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

h) Resíduos da Construção Civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

i) Resíduos Agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades.

j) Resíduos de Serviços de Transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.

k) Resíduos de Mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios (BRASIL, 2010).

De acordo com os objetivos deste trabalho, priorizou-se por abordar apenas os resíduos sólidos domiciliares e comerciais dos pequenos estabelecimentos. No que tange aos resíduos domiciliares, pode-se afirmar que estes são compostos basicamente por restos de alimentos, embalagens, recicláveis diversos e rejeitos. A composição e as características desses resíduos variam de acordo com muitos fatores, como, por exemplo: poder aquisitivo e níveis de educação da população, aspectos culturais, fatores climáticos, sociais, entre outros. No entanto, de maneira geral, Monteiro et al. (2001) apontam que, em média, 65% dos resíduos sólidos brasileiros são compostos por matéria orgânica, seguido por 25% de papel, 4% de metal, 3% de vidro e 3% de plástico.

Os autores ressaltam também que, em média, a quantidade de resíduos sólidos urbanos gerada diariamente por habitante no Brasil é de aproximadamente 0,5 a 0,8 kg/hab./dia, sendo que nas cidades com até 30.000 habitantes, a quantidade gerada fica em torno de 0,5 kg/hab./dia, justamente por essas pequenas localidades possuírem funções menos complexas dentro da hierarquia urbana.

Para os resíduos comerciais, a geração desses materiais irá variar conforme a atividade principal do comércio, cuja responsabilidade pela destinação final poderá ser compartilhada ou não entre o Poder Público municipal e o gerador, conforme a caracterização e porte do estabelecimento.

Ao se abordar os resíduos sólidos domésticos, convém lembrar que a responsabilidade para realizar o gerenciamento dos mesmos (coleta, transporte e destinação final) cabe à administração municipal, conforme é definido nos incisos I e V do Artigo 30 da Constituição Federal (CF) de 1988, que atribui aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, como é enquadrado o gerenciamento de sistemas de resíduos sólidos. Já o acondicionamento e o armazenamento desses resíduos ficam a cargo da própria população.

Por conseguinte, no que diz respeito aos resíduos sólidos de origem comercial dos pequenos estabelecimentos, é importante salientar que estes apresentam características semelhantes aos resíduos domésticos e, por esse motivo, são coletados

e tratados em conjunto pelo Poder Público municipal, pois há muita dificuldade por parte dos municípios em realizar essa coleta e o transporte em veículos diferenciados. Contudo, a administração pública municipal pode definir, por meio de legislações específicas, os tipos de atividades comerciais cujos geradores serão responsáveis tanto pela coleta quanto pela destinação final dos resíduos.

As prefeituras podem prestar esses serviços à sociedade através de funcionários do quadro municipal ou terceirizá-los por meio de parcerias com empresas privadas. No entanto, a população paga pela realização dessas atividades, geralmente, através de taxas específicas, que estão inclusas no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Diante do exposto, a questão primordial a ser abordada é a forma como a municipalidade, sobretudo nas pequenas localidades, realizam a gestão e o gerenciamento desses resíduos. Neste caso, vale ressaltar que, para o sucesso dessas ações, é imprescindível que estas estejam em conformidade com as normas sanitárias e ambientais, priorizando a qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente.

De acordo com Philippi Júnior et al. (2012, p. 231), a Agenda 21 define a gestão integrada de resíduos sólidos como “o manejo ambientalmente saudável de resíduos que deve ir além da simples deposição ou aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados e desenvolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões sustentáveis de produção e consumo”.

A gestão integrada de resíduos sólidos também é definida pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos, sendo esta “o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010).

Todavia, para que a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos ocorram de forma adequada, é necessário que os mesmos se configurem de maneira sistêmica, ou seja, suas etapas devem ser articuladas, já que fazem parte de um sistema que só terá sucesso se for realizado sob a ótica de um planejamento, no sentido de priorizar a busca por mudanças culturais e comportamentais da sociedade frente aos resíduos.

Torna-se necessária, então, a integração de todos os representantes da sociedade, configurados por órgãos governamentais, empresas privadas, organizações não governamentais, catadores de materiais recicláveis e todos responsáveis pela geração direta ou indireta de resíduos.

Vale destacar também que, diante da concepção de gestão adequada, é imprescindível considerar o papel fundamental do gerenciamento desses resíduos, o qual passa a ser definido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos como sendo:

O conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

No que se refere ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, este pode ser definido como “o conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor os resíduos sólidos de sua cidade” (JARDIM et al., 1995, p. 41).

Com relação ao sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, é importante pontuar que este é composto por etapas, as quais vão desde o acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, as quais devem ser gerenciadas de maneira eficiente objetivando o êxito de uma gestão adequada.

Outro ponto a ser considerado é que os resíduos coletados, principalmente nos centros urbanos, muitas vezes, são depositados em locais impróprios, como terrenos baldios, fundos de vale e até mesmo lixões ou aterros irregulares, proporcionando um grande risco ao meio ambiente e à saúde pública, já que esses depósitos irregulares se configuram como criadouros potenciais de vetores veiculadores de doenças, como ratos, moscas, baratas, além de provocar a contaminação do solo e das águas superficiais e/ou subterrâneas ao entorno.

Por fim, mas não menos importante, outro fator relevante na análise de um processo de gestão e gerenciamento de resíduos é a permanência de pessoas de baixa renda em locais de depósito desses materiais, as quais retiram dos resíduos sólidos sua fonte de sobrevivência por via da catação e venda de materiais recicláveis e/ou de algum valor comercial.

Conforme Fonseca (2001), a Agenda 21 apresenta estatísticas alarmantes a respeito da geração de resíduos sólidos. De acordo com a mesma, o volume de resíduos sólidos urbanos, em nível global, deve dobrar antes do ano de 2025. Este documento afirma, ainda, que cerca de 5,2 milhões de pessoas, incluindo 4 milhões de crianças, morrem por ano de doenças relacionadas com os resíduos sólidos.

Desse modo, ações para uma gestão criteriosa e um gerenciamento eficaz desses resíduos tornam-se imprescindíveis, de maneira a controlar e prevenir a poluição do meio ambiente natural, como o solo, o ar e a água; a disseminação de doenças, bem como melhorar a questão social de catadores em locais inapropriados e, conseqüentemente, garantir uma melhor qualidade de vida à sociedade.

Assim sendo, conforme a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a elaboração de planos de gestão integrada de resíduos tornou-se condicionante para repasses financeiros aos municípios, os quais podem fomentar empreendimentos, serviços e ações ligadas ao manejo de resíduos, lembrando que para os casos onde existam consórcios públicos consolidados, há prioridades na obtenção de incentivos advindos do Governo Federal.

Diante desse contexto, torna-se de suma importância garantir meios para que todos os municípios possam alcançar níveis aceitáveis de gestão e gerenciamento integrados de seus resíduos e buscar soluções sustentáveis para o atendimento de

suas necessidades. É necessário implantar medidas de planejamento que considerem a disponibilidade de recursos humanos capacitados, a participação social engajada em propósitos de melhorias, a busca por recursos e muitas vezes a opção por soluções compartilhadas, como por exemplo, os consórcios públicos.

3 | CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O agravamento da problemática ambiental concernente aos resíduos sólidos vem sendo evidenciado paulatinamente, seja pela quantidade excessiva de resíduos gerados, seja pela dificuldade de encontrar áreas para a destinação final adequada destes materiais ou, ainda, pela precariedade do trabalho de muitas pessoas que retiram dos resíduos sólidos o seu sustento.

Frente a essa situação, tornou-se imprescindível a busca por alternativas que pudessem mitigar esses impactos iminentes e estabelecer condições ambientais e de saúde pública mais sustentáveis, principalmente nos pequenos municípios, onde as dificuldades financeiras, políticas e de recursos materiais e humanos inviabilizam a realização de procedimentos eficientes no que tange à gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos.

O consórcio público tem sido utilizado cada vez mais no Brasil como alternativa para a gestão de resíduos sólidos urbanos, sobretudo através da cooperação entre pequenos municípios. O consórcio público configura-se como pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da federação e, no caso do consórcio intermunicipal, este é formado por municípios que constituem uma determinada região, formada a partir de objetivos comuns e características semelhantes.

Pode se afirmar que durante o processo de consolidação de um consórcio público intermunicipal há uma organização local constituída pelo interesse e iniciativa voluntária dos municípios interessados.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 241:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (BRASIL, 1988).

A instituição dos consórcios públicos intermunicipais no Brasil é regulamentada pela lei 11.107/2005 e seu decreto 6.017/2007. De acordo com essa legislação, o consórcio público é definido como:

Pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da federação para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (BRASIL, 2007).

Segundo Endlich (2007) “os recursos financeiros dos consórcios intermunicipais são provenientes das contribuições comprometidas formalmente por cada município que deles façam parte”. Existe também a possibilidade da realização de convênios com entes da federação, objetivando a angariação de recursos.

“Após percorrer os trâmites necessários para sua aprovação, o consórcio adquire personalidade jurídica, passando a ter orçamento próprio e podem constituir patrimônio próprio para a realização de suas atividades” (ENDLICH, 2007).

Partindo deste pressuposto, o consórcio público intermunicipal para a gestão de resíduos sólidos urbanos pode ser considerado como uma alternativa eficaz para a realização de um gerenciamento adequado desses resíduos, principalmente diante das dificuldades que os pequenos municípios encontram para gerir seus resíduos, como dificuldades técnicas, financeira e de mão-de-obra capacitada e especializada. Dessa forma, a cooperação passa a ser considerada como uma saída mais plausível para o atendimento da legislação e de interesses coletivos.

De acordo com Endlich (2006), a autonomia e conseqüente obrigatoriedade de determinadas atribuições aos municípios, levam essas localidades a cooperarem entre si, visto que na maioria das vezes faltam incentivos e programas políticos que subsidiem determinadas ações e projetos, bem como recursos físicos, financeiros e de mão de obra para a realização determinadas atividades, sendo o consórcio e as associações, vistos como soluções conjuntas para um objetivo comum.

A detecção de insuficiências de serviços e equipamentos em pequenas cidades remete ao debate sobre as articulações entre municípios, com o escopo de somar esforços no sentido de viabilizá-los, já que de maneira isolada seria, senão impossível, dificultoso suprir determinadas necessidades nestes espaços. Desta forma, soma-se a demanda, além dos recursos, evitando estruturas obsoletas (ENDLICH, 2007, p.1).

Segundo Peralta (2016, p. 29) “as parcerias intermunicipais partem de um modelo de intervenção mais próximo das necessidades da população. Assim, os consórcios públicos são manifestados como um instrumento de fortalecimento regional”.

Vale ressaltar que grande parte dos pequenos municípios acaba tornando-se extremamente dependentes da transferência e repasses financeiros da esfera federal e, mesmo quando estes fazem parte de processos consorciados, também enfrentam dificuldades como a falta de integração administrativa, carência de recursos para o planejamento e administração do consórcio; complexidade na definição do município receptor de empreendimento, como no caso de um aterro sanitário, o qual caracteriza muitas vezes rejeição por parte dos municípios e, sobretudo, a descontinuidade político-administrativa (PARANÁ, 2013 apud PERALTA, 2016).

Neste viés, é imprescindível que algumas características sejam consideradas e analisadas no processo de planejamento e instituição de um consórcio, visto que são elementos primordiais para o sucesso desse processo, como a distância entre os municípios, quantidade de pessoas atendidas, questões legais e econômicas de cada município, e também as questões político-partidárias.

O consórcio público, para ser instituído, necessita da edição de um grande número de documentos, entre eles as leis de criação dos entes a se consorciarem [...]. Outros entraves previsíveis encontram-se na forma de escolha do quadro dirigente e do processo de decisões, que poderá gerar conflitos de caráter político, e na insegurança da continuidade do consórcio quando da ocorrência de mudanças de governo, em razão de seu caráter pactuado (BRASIL, 2014).

No entanto, apesar dos possíveis entraves e dificuldades a serem enfrentadas pelos municípios, esta forma de cooperação intermunicipal pode se mostrar como uma das alternativas mais viáveis para os pequenos municípios, lembrando que através do consórcio, os municípios podem desempenhar mais efetivamente sua função de planejamento, gestão e fomento, procedimentos estes que serão determinados por meio de um estatuto que estabelecerá normas para o correto e adequado desenvolvimento das atividades relacionadas ao consórcio.

Segundo Endlich (2007), outros países considerados mais desenvolvidos também se utilizam da cooperação entre municípios objetivando um bem comum. No caso da Espanha, existem as mancomunidades, que são reconhecidas como figura jurídica.

As mancomunidades consistem num agrupamento de municípios para a realização de objetivos comuns. No caso espanhol, são voluntárias e compostas por personalidades jurídicas homogêneas – os municípios. Os participantes comprometem recursos e outros esforços em projetos que não poderiam, ou que seria desvantajoso ou desnecessário, realizarem sozinhos. Não é preciso continuidade territorial entre os municípios que decidem formar uma mancomunidade, desde que os objetivos não a exijam (ENDLICH, 2007).

Por fim, no que tange aos resíduos sólidos, os consórcios podem ser implantados para diversos segmentos como: Implantação de aterro sanitário; criação e gestão de procedimentos de coleta seletiva; fomento a usinas de reciclagem e compostagem; compartilhamento de máquinas e veículos; dentre outras. E mesmo diante dos entraves, por meio dos consórcios intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos urbanos, muitos benefícios podem ser alcançados em conjunto, trazendo garantia ao atendimento às normas sanitárias e ambientais, além da promoção da qualidade de vida e bem estar à população local.

4 | CONCLUSÃO

A realização deste trabalho destacou a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos de origem domiciliar e comercial e a instituição dos consórcios públicos intermunicipais como importante ferramenta para a gestão e o gerenciamento adequados desses resíduos, contribuindo eficientemente para o planejamento urbano e para a garantia de um meio ambiente ecologicamente saudável a todos.

A partir de então, foi possível conceber a instituição dos consórcios públicos intermunicipais como alternativa viável para a adequação do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, sobretudo para as pequenas localidades que enfrentam grandes entraves para a realização de uma gestão que atenda às normas e legislações

sanitárias e ambientais.

Vale pontuar que o sucesso da cooperação intermunicipal deverá considerar a seriedade dos agentes envolvidos, bem como o empenho nas ações necessárias para sua eficiência. Contudo, tanto o poder público, quanto a sociedade, precisam estar conscientes de que com a gestão integrada, através de soluções consorciadas e ambientalmente correta desses resíduos, todos serão beneficiados e os objetivos comuns serão alcançados.

Partindo desse pressuposto, cabe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, seja através do processo contínuo de planejamento urbano, da gestão adequada de resíduos, da parceria com outros municípios e com a iniciativa privada, e/ou da parceria com as ONGs e a sociedade civil organizada, no intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável, a melhoria na qualidade ambiental e de vida da população em geral.

Merece ser ressaltada também a importância da Educação Ambiental como um processo educativo contínuo e permanente de construção de valores sociais e atitudes voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente, imprimindo uma atitude ética, crítica e consciente por parte dos indivíduos.

Neste viés, é imprescindível que sejam criados mecanismos para modificar a cultura consumista consolidada atualmente, no intuito de repensar essa postura equivocada da população e adotar medidas que culminem em uma maior conscientização da população, efetivando uma mudança tanto social quanto política, cultural e ambiental.

A efetivação dessas ações pode beneficiar e contribuir para o sucesso da implantação e desenvolvimento de um consórcio público, sobretudo por meio do envolvimento, participação e conscientização de todos com relação à tomada de consciência e a busca por um ambiente mais sadio, que possa proporcionar maior qualidade de vida, além de garantir recursos também às futuras gerações.

Por fim, é preciso que a consolidação dos consórcios intermunicipais para resíduos sólidos esteja atrelada ao apoio a projetos de coleta seletiva e ao incentivo para as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, considerando os resíduos sólidos como matéria prima geradora de trabalho e renda, pois somente por meio de ações integradas, o consórcio público tornar-se-á um instrumento de maior viabilidade, garantindo o sucesso de suas ações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-10004**: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2 mar. 2017.

_____. **Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6017, de 17 de janeiro de 2007**. Regulamenta a lei que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Brasília, DF, 17 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm> Acesso em 03 jul. 2017.

_____. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 2 mar. 2017.

_____. Ministério das cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB: Mais saúde com qualidade de vida e cidadania**. Brasília: MCIDADES. SNSA, 2014.

_____. Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). **Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos, 2015**. Brasília, DF, SNIS, 2015. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CORRÊA, R.L. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do Rural**. São Paulo: Geosp - Espaço e Tempo, nº30, 2011. p.05-12.

ENDLICH, Â. M. Gestão territorial compartilhada em espaços não - metropolitanos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. XI, n. 245 64, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24564.htm>> Acesso em 03 jun. 2017.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Presidente Prudente: 2006. 505 p.

FONSECA, Edmilson. **Iniciação ao estudo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana**. 2. ed. João Pessoa: A União, 2001.

IKUTA, Flávia Akemi. **Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema - SP: Inovação e Desafios na Coleta seletiva e Organização de Catadores**. 2010. 235f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

JARDIM, N. S. et al. **Resíduos sólidos municipal: Manual de Gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT-CEMPRE, 1995. 278p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: LEAL, A. C. et al. **Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2004, p. 221-246.

MAIOLI, Marcos Rogério. **Organizações e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Coleção Gestão Empresarial, v. 1.

MILARÉ, Édis. **Relação jurídica à danosidade ambiental: Contribuição para o delineamento de um microsistema de responsabilidade**. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MONTEIRO, José Henrique Penido et al. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PERALTA, L. R. **Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário no Norte Pioneiro do Estado do Paraná – Joaquim Távora**. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UEL – Londrina-PR, 2016.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo et al. Gestão integrada de Resíduos sólidos. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; MACHADO FILHO, J.V. (Org.). **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri - SP: Manole, 2012.

SÃO PAULO. CETESB. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos 2016**. Disponível em: <<http://cetesb.sp.gov.br/residuossolidos/wp-content/uploads/sites/26/2017/06/inventario-residuos-solidos-2016.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS.

Eudes Cristiano Vargas

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
Maringá-PR

Larissa Siqueira Camargo

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
Maringá-PR

Sandra de Cássia Franchini

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
Maringá-PR

Leticia Grazielle Roque

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
Maringá-PR

Adriano Pereira Cardoso

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
Maringá-PR

Dênis Martins de Oliveira

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
Maringá-PR

RESUMO: As representações sociais vem sendo utilizadas por diversas áreas do conhecimento, assim nos apropriamos desta perspectiva para promover este estudo que teve como objetivo investigar quais são as representações sociais da identidade do professor universitário que os acadêmicos de instituições privadas mantêm. Para tanto, foi utilizado uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada, com acadêmicos dos cursos

de Administração em duas instituições de ensino superior privadas, sendo entrevistados tanto acadêmicos na modalidade à distância, como acadêmicos na modalidade presencial, que possibilitou uma análise de discurso do material coletado. Evidenciou-se, portanto que os acadêmicos possuem representações diversificadas da identidade do professor do ensino superior, porém, ainda que tenham representações diversificadas, também apresentam uma conversão de representações. **PALAVRAS-CHAVE:** Representação Social; Identidade; Professor Universitário.

ABSTRACT: Social representations are being used by different areas of knowledge, so we appropriate this perspective to promote this study aimed to investigate what are the social representations of the identity of a university professor that academic private institutions maintain. Therefore, a qualitative research was used, with data collection through semi-structured interviews with scholars of management courses in two private higher education institutions, being interviewed both academics in distance mode, as scholars in the classroom mode, which allowed one discourse analysis of the collected material. , It is highlighted so that scholars have diverse representations of higher education teacher's identity, however, although they have diverse

representations also have a representation conversion.

KEYWORDS: Social representation; Identity; University Teacher.

1 | INTRODUÇÃO

A expansão da educação superior no Brasil tem sido fomentada quantitativamente, por instituições de ensino privadas prioritariamente, pode-se enxergar essa expansão através dos dados divulgados pelo próprio Ministério da Educação, onde aponta mais de 7,8 milhões de matrículas em instituições de nível superior, contempladas as matrículas em cursos presenciais e à distância, sendo que 74,49% destas matrículas estão presentes nas instituições privadas (MEC, 2015), o que ocasiona de forma geral, uma possibilidade de migração de profissionais para estas instituições.

A migração de profissionais de um setor à outro da economia, de um estado à outro, enfim, essa movimentação nas sociedades é marcada historicamente por conflitos tanto por parte dos profissionais - por questões adaptativas por exemplo - como por parte dos beneficiários desses serviços profissionais - por falta de identificação por exemplo.

Tomando como base esses pressupostos, faz-se interessante conhecer como os acadêmicos de instituições privadas de nível superior compreendem a identidade profissional do professor, visto que, é este profissional que estará diretamente ligado aos "tomadores de serviço", propiciando assim às pesquisas organizacionais, buscar uma aproximação entre estes agentes nas organizações privadas de educação.

Dentro dessa perspectiva, entendemos como campo fecundo e, objetivamos através desta pesquisa, investigar quais são as representações sociais da identidade do professor universitário que os acadêmicos de instituições privadas mantêm. Obviamente, não pretendemos neste estudo esgotar as discussões sobre tal conteúdo, mas sim, propiciar e fomentar discussões para o próprio desenvolvimento das questões aqui elencadas.

2 | TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Recuperando o conceito de "representação social" de Durkheim, Serge Moscovici em 1961 em seu "A Representação Social da Psicanálise" procura desvendar como o "senso comum" compreende as ideias técnicas ou científicas e por quais vias essa compreensão se instala (LAGACHE, 1978).

O trabalho de Moscovici de representação social veio, a partir daí, ganhando força e notoriedade no meio acadêmico, sendo utilizado por diversas áreas do conhecimento para se investigar diferentes tipos de objetos e fenômenos. Obviamente que neste trajeto, diversas foram as críticas recebidas quanto à sua utilização, por razões de concepções epistemológicas, porém, nosso propósito neste estudo nos cerceia de adentrar nos meandros dessas discussões.

Considerando o modo de vida social atualmente, onde diversas são as informações em massa que são recebidas pelos indivíduos, este precisa de alguma maneira aproximar e compreender essas informações. Nos encontros em família, amigos, no trabalho, etc, somos instigados a nos posicionar ou simplesmente externarmos nossas posições sobre determinado assunto. A maneira como realizamos essa aproximação do conteúdo, utilizando-nos daquilo que já conhecemos ou utilizando palavras que fazem referencia em nosso repertório, faz com que se construa um universo consensual, assim os grupos passam a compartilhar representações, que vão sendo construídas e comunicadas entre os membros, transformando-se então, não mais em apenas opiniões, mas sim em teorias do senso comum (MOSCOVICI, 1978)

Essa rede de relações criada pelos grupos com o fim de se aproximarem e assim "obterem ordem" das informações, ou seja, o grupo passa a elaborar uma relação lógica entre o conhecimento técnico ou científico e o conhecimento de senso comum, este processo chamado de elaboração (MOSCOVICI, 1978), é que dará sustentação para todo o processo de representação social. Nas palavras de Moscovici (1978) "a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (MOSCOVICI, 1978, p. 26), sendo essa elaboração, não necessariamente derivada da realidade, mas sim, de uma organização do comportamento social (JODELET, 2001), ou seja, como nos aponta Cavedon (2014) após o conceito ser aceito entre o grupo, constitui-se parte integrante deste, e de suas inter-relações.

É importante neste momento fazermos uma breve explicação sobre o que Moscovici descreve como universo consensual e universo reificado. Moscovici (1978) nomeia o universo científico, onde os signos linguísticos possuem uma estrutura material e pressupõe uma série de convenções, ou seja, estão simbolicamente ligados a fatos que são compreensíveis dentro do campo científico, exemplificando com o "Complexo de Édipo", Moscovici (1978) explica que esse conjunto representa para os psicanalistas uma relação entre os indivíduos, não necessariamente que esta relação apresente um complexo. Já quando este mesmo conjunto passa então para a utilização de indivíduos fora do grupo "científico", este mesmo signo terá uma nova conotação saindo de simples signos para um significante diferenciado. Este é o processo de sair do universo reificado (científico) para o universo consensual (senso comum).

Moscovici (1978) aponta que a elaboração da representação social advém de dois processos fundamentais, sendo eles a objetivação e a amarração ou ancoragem. A objetivação consiste em tornar real, coisificar conceitos desconhecidos e incomuns em algo conhecido, quase concreto, retirar esse objeto do plano totalmente mental e trazê-lo ao plano material/físico, nas palavras de Moscovici (1978) "objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as. É também transplantar para o nível de observação, aquilo que era apenas inferência ou símbolo" (MOSCOVICI, 1978, p. 111).

Jodelet (2001) nos auxilia no aprofundamento desse conceito quando detalha

que a objetivação ocorre através de três fases distintas, i) construção seletiva, sendo o processo onde o sujeito apreende apenas alguns elementos do objeto, ignorando outros, de acordo com seus critérios culturais; ii) a formação do núcleo figurativo, o qual através de uma imagem coerente passa a concretizar o objeto; iii) naturalização, sendo então a internalização da própria representação.

Já o processo de amarração ou ancoragem, traduz-se em retirar o significado existente e transformar esse significado em outro mais próximo ao indivíduo, ou seja, constituir uma significação ao objeto relacionando-o às práticas e valores sociais. Também sendo traduzido por três etapas sendo i) atribuição de sentido, que corresponde a dar sentido ou significação ao objeto, ii) instrumentalizar o saber, visto que a interpretação é realizada pelo sujeito como um código comum que proporciona a classificação de acontecimentos e iii) enraizamento no sistema de pensamento que significa que essa nova interpretação se dará sobre uma já existente (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

Portanto, essa pesquisa procurou utilizar-se das perspectivas da Teoria das Representações Sociais no sentido de aprofundar os estudos sobre como um grupo social representa um fenômeno no qual estão inseridos.

3 | IDENTIDADE

O conceito de identidade dentro da Psicologia Social e das Ciências Sociais ainda se encontra em construção, por isso, tomamos como prudente, para manter um alinhamento teórico, nos limitarmos a alguns desses conceitos, evitando assim, uma pluralidade de perspectivas que poderia ocasionar um distanciamento do objetivo deste estudo.

Diante disso, para iniciarmos nossas discussões, nos prenderemos a quatro pontos que entendemos como fundamentais para nosso estudo, primeiramente a identidade é uma construção, ou seja, ela é relacional, a partir do pressuposto que se constrói uma identidade a partir de uma dialética entre o ambiente externo e próprio indivíduo. Outro ponto fundamental está baseado na identidade como metamórfica, em contante transformação ou inacabada, a identidade do indivíduo ou social é adaptável à situação ou fenômeno estudado, prosseguindo, temos um terceiro ponto que identifica a identidade como plural, não tendo portanto uma imagem fixa, a composição da identidade é complexa a ponto de o indivíduo ou grupo se identificarem com diversos grupos concomitantemente, e por último ponto importante, a identidade é diferencial, o princípio de se identificar à certo grupo, aponta que "o outro" é diferente, a função da identidade também é se diferenciar (HALL, 2006; CIAMPA, 1987; SEYFERTH, 2004).

A identidade como processo de construção dialética ou relacional parte do pressuposto que a (con) vivência em sociedade constrói de forma lenta e gradual a identificação de indivíduos e grupos através da similaridade ou não com o "outro". Para efeitos de elucidação deste ponto, peguemos como exemplo, algo simples em

nosso cotidiano, a identificação das cores entre meninos e meninas. As crianças passam por esse processo de dialética, ao serem expostas ao discurso, muito comum, de azul para menino e rosa para menina, este processo de interferência externa realizado pelos pais, amigos, tios, avós, enfim, pela sociedade, faz com que na formação de sua identidade, as crianças absorvam o conceito e o internalizem como verdadeiro, isso se desencadeará posteriormente - em fase mais adulta quando o indivíduo tiver mais maturidade - como conflito ou não, dependendo de sua própria identificação com grupos sociais, ou seja, caso este indivíduo concorde com esse discurso, individualmente, o mesmo se identificará com este conceito, porém, caso essa não seja a verdade individual, poderá ocasionar um conflito interno, pois, haverá discrepância entre características de identidade do indivíduo (HALL, 2006; CIAMPA, 1987; SEYFERTH, 2004).

Outra afirmativa que fizemos anteriormente é: a identidade é metamórfica, pois, apesar da identidade ser parte integrante do indivíduo e também de um grupo social, ela não fixa, não é permanente, ela é fruto de um resultado provisório entre a própria história individual, o contexto social atualizado e os projetos futuros, esse caráter dinâmico da identidade garante um movimento próprio da mesma, proporcionando ora se identificar - e por conseguinte se diferenciar - de um grupo, ora se identificar com outro grupo (CIAMPA, 1987). Neste ponto podemos exemplificar com um processo comumente em nosso modelo capitalista, o próprio ato de compra e venda. Ao comprar um produto o indivíduo se identifica com um grupo (compradores) que tem por objetivo o menor preço possível, a melhor qualidade, etc, porém, quando esse mesmo indivíduo passa para o grupo dos vendedores, seus objetivos se alteram e, por conseguinte o mesmo desejará obter o maior lucro possível, em menor tempo, maior liquidez, enfim, essa transformação ou metamorfose garante a identidade essa flexibilidade (HALL, 2004)

O conceito de identidade também perpassa pela questão da pluralidade, visto que cada indivíduo ou grupo social possui diversas características que asseguram uma multiplicidade de identificações e diferenciações possíveis dentro de um mesmo tempo, porém, num dado fato essa identidade procurará, dentro dessa diversidade de características, aquela a qual dará maior ênfase. Neste ponto devemos ser um pouco mais cautelosos para não cairmos na redundância quanto à metamorfose, enquanto na metamorfose existe uma transformação, ou seja, uma transferência de um ponto à outro, na pluralidade esse movimento não ocorre, mas sim uma prevalência de característica. Talvez exemplificando possamos esclarecer quaisquer dúvidas. Tomemos como exemplo para fins elucidativos dois homens casados, com filhos, que morem no mesmo bairro, talvez até no mesmo condomínio. Todas essas características discutidas anteriormente identificam mutuamente os indivíduos, somem-se à essas características que os dois ainda participam de um mesmo partido político, veja que existe uma multiplicidade de possibilidades de identificação entre ambos, porém, dentro desse partido político, os indivíduos discordem em um ponto

específico, isso faria que ambos se identificassem com outros grupos que compoñham algumas dessas características e também aquele ponto específico de divergência entre os dois (HALL, 2006; CIAMPA, 1987; SEYFERTH, 2004).

Este último ponto fundamental que discutiremos sobre a identidade, representa um paradoxo dentro do conceito de identidade, pois, apesar da identidade possuir um caráter de identificação, ela mesma também possui o caráter de diferenciação, ou seja, apresenta uma dupla função de agrupar ao mesmo tempo que separa os indivíduos, neste sentido portanto, o indivíduo é sempre um ser-sendo-sem-estar-sendo, nas palavras de Ciampa (1987) "sou o que estou sendo (uma parcela de minha humanidade); isso me dá uma identidade que me nega naquilo que também sou-sem-estar-sendo (humanidade total); (CIAMPA, 1987, p. 173). Portanto a ideia paradoxal da identidade vale-se tanto para o conceito de agrupamento e diferenciação, como também para o caráter de individualismo e necessidade do "outro", pois se me identifico, me identifico com alguém ou algum grupo, porém, me diferencio do "outro".

4 | PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de assegurar uma confiabilidade e validação do objetivo proposto por este estudo, passamos aqui à apresentar sistematicamente o caminho percorrido, consistindo no conjunto dos métodos e técnicas utilizados para conduzir esta pesquisa, exibindo explicações minuciosas e detalhadas de toda ação desenvolvida no caminho do estudo. Sendo o mesmo um estudo descritivo, pois, de acordo com Triviños (1987) o estudo descritivo busca compreender os fatos ou fenômenos de determinada realidade.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo a intersubjetividade humana, acreditamos ser coerente utilizarmos-nos de uma pesquisa qualitativa, onde Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa transpassa por disciplinas e temas diversificados, indo além, Richardson (1999) postula que a pesquisa qualitativa deve ser utilizada quando fica evidenciada a necessidade de se substituir meros dados estatísticos por informações mais qualitativas. Na pesquisa qualitativa não existe a utilização de significação numérica, porém, isto não significa que a análise sejam meras especulações subjetivas (VIEIRA; ZOUAIN, 2004). Richardson (1999) afirma que "as investigações que se voltam para uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares" (RICHARDSON, p.79-80, 1999), ou de acordo com Soares (2003), na pesquisa qualitativa é permitido interpretar dados, fatos ou hipóteses, já Minayo (1994) nos diz que "a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p.22).

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se de entrevista semiestruturada, pois na entrevista é possível captar informações nas falas dos atores (MINAYO,

1994), corroborando com este prisma May (2004) afirma que “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas” (MAY, 2004, p. 145). Gaskell e Bauer a definem:

Toda pesquisa com entrevistados é um processo social, uma interação, em que as palavras são um meio principal de troca, não apenas um processo de mão única passando de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados. (GASKELL E BAUER, 2002, p.73).

Sendo assim, as entrevistas foram realizadas no mês de Novembro e Dezembro/2015 com 6 entrevistados, todos do curso de Administração de empresas em duas instituições de ensino superior privadas diferentes, que estão constituídas no noroeste paranaense, sendo 3 entrevistados cursando presencialmente e os outros 3 entrevistados cursam na modalidade à distância.

Porém, Spink (1998) sustenta que nas investigações sobre a representação social, faz-se necessário a adição de levantamentos paralelos sobre o contexto social, para isso foram utilizadas publicações e documentos oficiais, assim como uma pesquisa bibliográfica.

A análise dos dados foi baseada na análise de discurso onde Spink (1998) aponta que por se tratar de um processo de análise mais complexo e demorado, é viável um menor número de sujeitos investigados, como Araujo e Ichikawa (2011) bem enfatizam, a expressão utilizada por Spink não se refere à uma forma específica de análise, já José Pinto (1999) afirma que a análise de discurso tem como finalidade “descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentimentos vinculados àqueles produtos da sociedade” (JOSÉ PINTO, 1999, p.7), na mesma direção Orlandi (2003) nos diz que “como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso”, indo além, nos apresenta que “Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre homem e a realidade natural e social”(ORLANDI, 2003, p. 15). Pode-se portanto entender que tanto José Pinto (1999), quanto Orlandi (2003) nos apontam a análise de discurso, não como uma análise de o que o texto quer dizer, mas sim, como o texto significa, ou seja, o discurso passa a ser uma interação sócio-histórico-cultural, e não apenas um conjunto de frases e palavras a ser analisado.

Desse modo todas as entrevistas foram transcritas dentro das primeiras 24 horas de sua realização, com o intuito do pesquisador conseguir captar todas as informações prestadas pelos entrevistados, em seguida foi realizada uma validação do próprio discurso com os entrevistados, garantindo assim a validade interna da pesquisa.

O trabalho de análise do pesquisador se deu da seguinte maneira, primeiramente o pesquisador fez uma leitura mais aprofundada das transcrições das entrevistas atribuindo pseudônimos aos entrevistados para preservar a imagem destes, em seguida

voltou-se às gravações para se aperceber de fatos, entonações, gestos corporais, etc. Esse exercício foi realizado diversas vezes com o intuito de se captar as informações mais significativas dos entrevistados. Além disso, incontáveis vezes foram necessárias ao pesquisador se voltar também a pesquisa bibliográfica.

Após este exercício, foi necessário fazer alguns recortes nas transcrições, objetivando, conforme Spink (1998) delimitar um mapeamento dos significados mais importantes das representações sociais dos entrevistados. Culminando, portanto, com os dados de análise que serão ingredientes para o próximo tópico.

5 | ANÁLISE DE DADOS

A partir deste momento passamos então a apresentar os dados conjuntamente com as análises realizadas, procurando investigar quais são as representações sociais da identidade do professor universitário que os acadêmicos de instituições privadas mantêm. Somente a título de organização do estudo, procuramos realizar a análise primeiramente das representações sociais dos entrevistados que realizam o curso na modalidade de ensino à distância.

Ao iniciarmos as entrevistas, um fato curioso nos chamou a atenção, todos os entrevistados da educação à distância apontaram primeiramente a capacidade de conhecimento e domínio de conteúdo do professor, como podemos visualizar nos trechos transcritos a seguir:

Maria: Ah! O professor tem que ser bom, **saber** o livro de trás pra frente e de frente pra trás, deve **conhecer tudo** sobre o assunto, né?

Juan: Vixi, o professor? Ahn.....deixa ver,....pô o cara tem que ser crânio, **saber** a matéria todinha e responder as perguntas ao vivo, na hora. Tem que **saber tudo** na ponta da língua.

Ana: Bom, acredito que primeiramente o professor deve ser muito inteligente e ter domínio total dos conteúdos abordados. Tipo assim, ele tem que ser da área entende? Porque para **saber** explicar, ele precisa ter **conhecimento** de causa.

Portanto fica claramente exposta nestes trechos que a primeira representação de identidade do professor para os acadêmicos é a característica de conhecedor do determinado assunto, apesar dos entrevistados não pontuarem exatamente essa palavra, fica explícito que os trechos chancelados expõem o sentido (significado) disso.

Outro ponto confluyente para os entrevistados, refere-se ao fato do professor conseguir apreender a atenção dos acadêmicos, apresentando porém, palavras totalmente diferenciadas entre si, mas que, interpretadas à luz da análise de discurso, fica homogeneizada na compreensão de conseguir que o acadêmico não se "desprenda" da aula.

Maria: [...] ele (o professor) tem que **ser dinâmico**, senão a gente num consegue assistir a aula né. Se num for dinâmico a aula fica chata e a gente só falta dormir na frente do computador.

Juan: [...] dá se o professor num souber levar a aula pra **prender a nossa atenção**, fica difícil né, você sabe, a gente ali no PC, tem facebook (riso), outras coisas que chama atenção.

Ana: [...] **didática do professor** deve ser muito bem aplicada, pois estamos sentados no computador, se for uma didática muito lengalenga, o aluno fica sem motivação para assistir.

Veja que as palavras utilizadas pelos entrevistados se divergem no ponto de vista gramatical, porém, a representação de tornar-se interessante que o professor precisa ter fica explícita na mensagem discursiva dos acadêmicos. Logo, a representação formada pela didática, dinamicidade e atenção apesar de apresentarem diferentes conceitos linguísticos, se tornam, sob o mesmo guarda chuva, uma interpretação da apreensão da atenção ou tornar-se interessante.

Diferentemente das representações anteriores, onde havia uma convergência, neste momento os entrevistados apresentam um posicionamento diferenciado, como podemos evidenciar nas transcrições a seguir:

Maria: [...] **normalmente são bem abertos**, deixam os alunos participar, expor aquilo que a gente tá pensando, porque fica bem legal a aula quando tem participação de alunos.

Juan: [...] são **bem vestidos**, né. Tipo, cabelo bem cortadinho, paletó, gravata, se for mulher de vestido. Já imaginou um professor dando aula de chinelo e bermuda? Num dá né.

Ana: [...] criativos, acho que a palavra que quero dizer é **criativo**, porque eles são criativos demais, as atividades, as questões, nossa! É muita criatividade, você tem que ver. (riso)

Veja que neste momento enquanto as duas entrevistadas se voltam para critérios intelectuais ou comportamentais da identidade, ainda que diferenciados, o entrevistado Juan volta seu olhar à um critério físico de aparência. Essa divergência talvez seja explicada pela pluralidade e dialogicidade que a identidade possui como características, onde explicitamos anteriormente.

Sendo assim, ao emergir essas representações sociais dos acadêmicos que realizam o curso na modalidade à distância foi possível transportar as associações à um esquema conceitual conforme a figura abaixo:

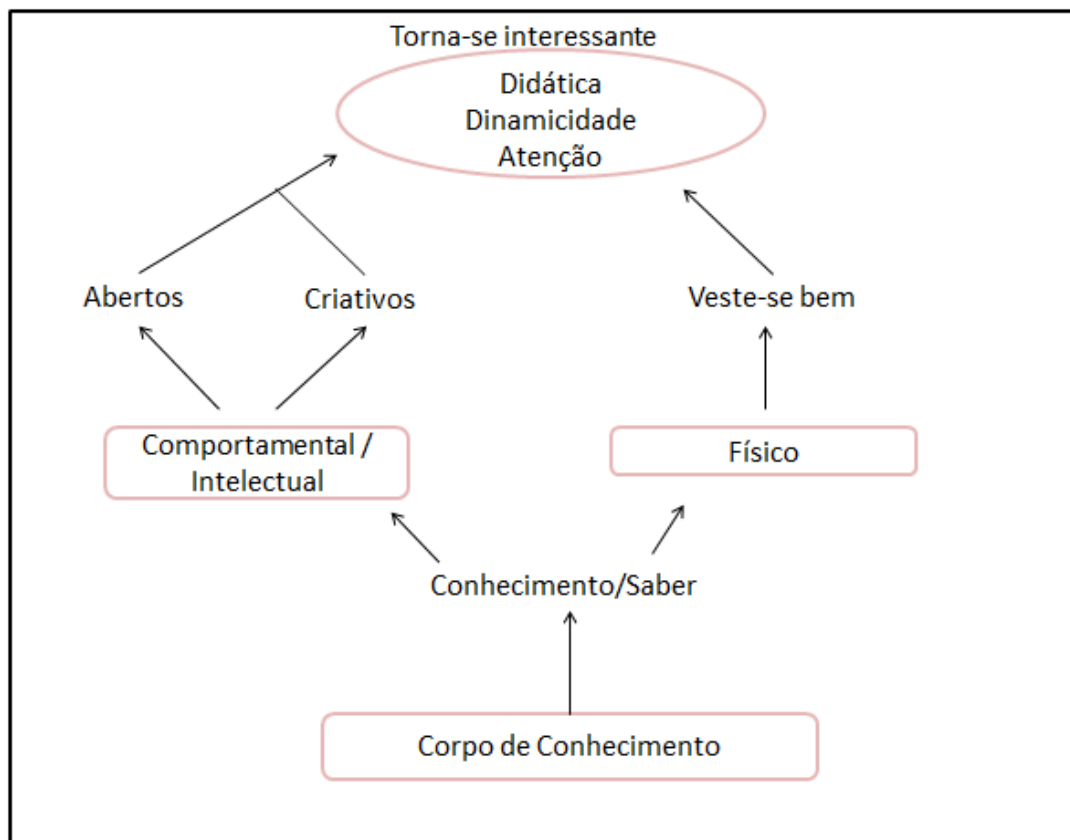


Figura 1: Representações Sociais da Identidade de Professor para os acadêmicos do Curso de Administração na modalidade à distância

Fonte: Os autores (2015)

Prosseguindo com nossas análises, passamos agora à apresentar os dados obtidos junto aos acadêmicos que cursam o ensino superior na modalidade presencial. Onde também foram entrevistados e atribuídos pseudônimos para se preservar suas identidades.

Assim como os acadêmicos da modalidade do ensino à distância, os acadêmicos do ensino presencial também formularam representações sociais sobre a identidade do professor. Porém, esperava-se que por participarem de um mesmo grupo social "estudantes do ensino superior" os mesmos apresentariam representações sociais equivalentes, no entanto, as representações emergiram de forma diferente nos acadêmicos do ensino presencial.

Ao se questionar sobre a identidade do professor para esses entrevistados, prioritariamente deram ênfase ao físico, pois todos pontuaram em primeiro lugar as vestimentas e aparência física do professor, poderemos acompanhar esse ponto de vista de acordo com as transcrições a seguir:

Paulo: Professor **sempre** usa jaleco, tem boa aparência, **veste-se bem**, com malas cheias de livros e notebook na mão.

Pedro: Uma pessoa com meia idade que se **veste formalmente**, cabelos tratados e limpos, barba bem feita.

Vera: Professores sempre usam óculos, **roupa social**, estão sempre bem alinhados,

homens normalmente são carecas e mulheres são mais jovens.

Pode-se influir nestas transcrições a importância que os acadêmicos do curso presencial dão às características físicas dos professores, iniciando a representação através da concepção de vestimenta que é ou não coerente à profissão.

Ao avançarmos as entrevistas, outras representações foram sendo afloradas pelos acadêmicos, podemos apontar que não houve uma confluência nas respostas, conforme descrições a seguir:

Paulo: [...] são focados e **amam o que fazem**, você pode enxergar isso dentro dos olhos deles, na sala de aula [...]

Pedro: [...] respeitam muito, é claro que quando precisa brigar né, eles brigam, mas tem **sempre um respeito** muito grande pela gente [...]

Vera: [...] são muito **pacientes**, explicam tudo diversas vezes, se a gente não entende, eles tem paciência pra explica tudo de novo [...]

Nestas transcrições fica claro que os acadêmicos transferem o foco da imagem física do professor para a presença física em sala de aula, que acaba identificando o professor pelos seus atributos de paciência, amor à profissão e respeito com os acadêmicos.

Ao progredirmos, os acadêmicos novamente convergem a uma ideia central de identificação dos professores, ao abordarem -assim como os acadêmicos do ensino à distância - a importância destacada do tornar-se interessante, isso será clarificada nas transcrições a seguir:

Paulo: [...] são bem extrovertidos, **tornam as aulas mais divertidas**, assim não ficamos parados só olhando para eles lá na frente [...]

Pedro: [...] usam dinâmicas nas aulas, **deixam a aula mais atrativa**, e assim fica mais fácil da gente entender a matéria[...]

Vera: [...] são show, cada aula é diferente da outra, (tempo - entrevistado pensativo) é, nem sempre né, mas assim, **sempre inovam** em alguma coisa, porque imagina, a gente vem do serviço né, cansada, tem que ter uma animação.

Convém aqui apontarmos novamente o caráter interpretativo da análise de discurso, veja que as palavras encontram-se descontextualizadas se levarmos em consideração apenas sua sintaxe e morfológica, precisamos realizar uma interpretação do conjunto contextual das entrevistas e dos fatores externos ao grupo social, dessa maneira, também interpretamos tais colocações como o "fazer professoral" uma didática voltada a apreender a atenção dos acadêmicos. De acordo com essas emersões das representações, apresentamos novamente um esquema conceitual conforme a seguir:

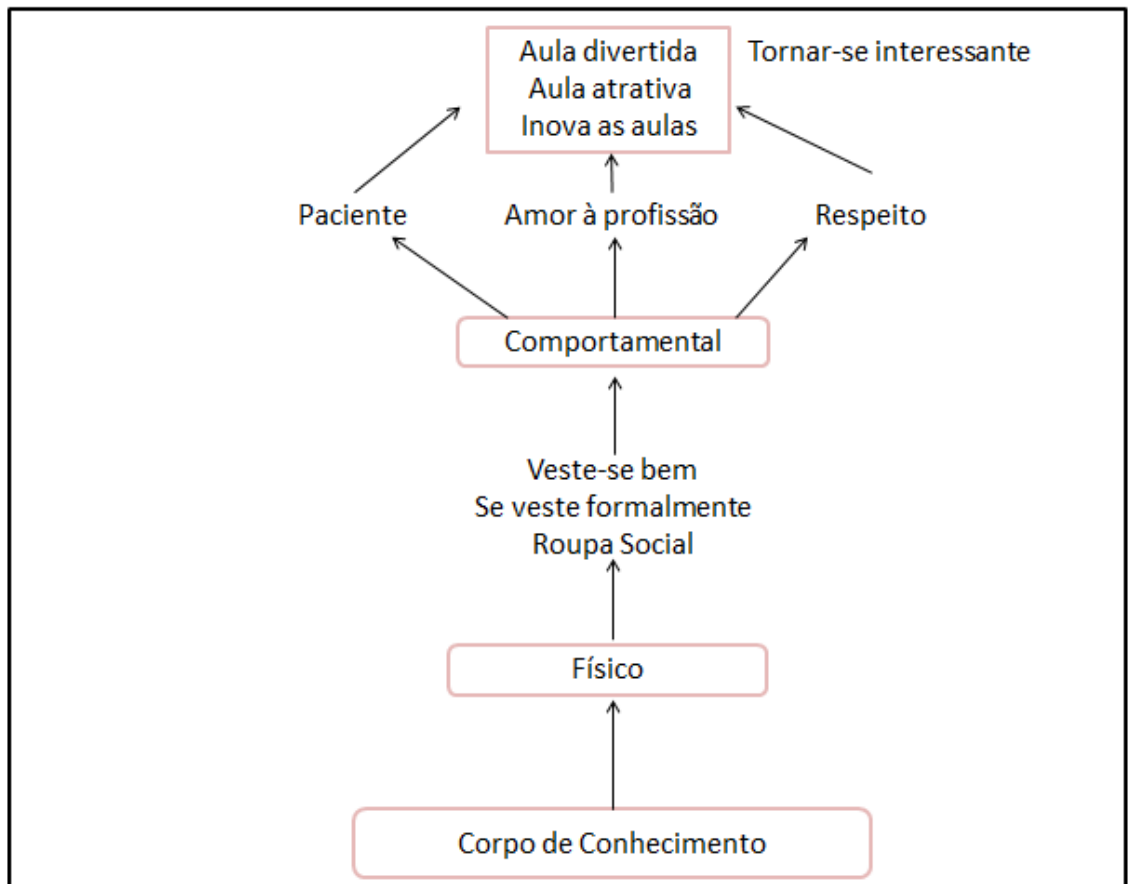


Figura 2: Representações Sociais da Identidade de Professor para os acadêmicos do Curso de Administração na modalidade presencial

Fonte: Os autores (2015)

Através das representações apresentadas através dos esquemas conceituais, podemos enxergar que os grupos sociais (acadêmicos do ensino à distância x acadêmicos do presencial) compartilham de algumas representações, porém, ainda divergem em outras.

Para compreendermos melhor os esquemas apresentado, necessitamos fazer um breve retorno aos conceitos de representação social elencado anteriormente, assim como de identidade.

Como acompanhamos através de Moscovici (1978) a representação social é uma transposição de um conhecimento científico para um conhecimento de senso comum, utilizando-se de uma lógica, ou seja, a elaboração, que é confeccionada através da objetivação e ancoragem, na qual a objetivação consiste em coisificar conceitos desconhecidos em algo próximo, ou nas palavras de Moscovici (1978) "transplantar para o nível de observação, aquilo que era apenas símbolo" (MOSCOVICI, 1978, p. 111).

Já a ancoragem é entendida como o processo de ressignificação dado ao objeto, tornando essa significação mais próxima ao indivíduo através de práticas e valores.

Veja que diante disso, os entrevistados representam sempre a identidade do professor, através de seus próprios significados, utilizando-se de seus preceitos e

práticas para delinear aquilo que entendem sobre a identidade do professor (Jodelet, 2001)

Porém, é importante apontarmos aqui que existe desacordo quanto à identidade do professor, enquanto o grupo dos acadêmicos do ensino à distância tem algumas representações sociais, o grupo dos acadêmicos do presencial tem outras, no entanto, todas convergem no intuito da aula realizada para apreensão da atenção dos acadêmicos.

Isso pode ser explicado pelos conceitos de identidade já explorados anteriormente, pois, como Ciampa (1987) e Oliveira (1976) nos apresentam, a identidade apresenta uma complexidade de características, dentre elas a capacidade de ser múltipla, ocasionando essa possibilidade de se aproximar em alguns pontos e logo após apresentar o distanciamento noutro.

Também no caso da elaboração da identidade do professor, realizada pelos acadêmicos do ensino presencial, onde apontam algumas características como "amor nos olhos", "respeito", pode-se compreender através da característica relacional ou dialética da identidade, onde Hall (2006) e Seyferth (2004) afirmam que a característica relacional da identidade está atrelada à necessidade do outro, a construção e reconstrução da identidade é a interação social, pois é através desta que existe a possibilidade de aproximação ou de diferenciação necessária à identificação com um grupo.

Portanto, ao analisarmos as representações sociais dos acadêmicos do ensino a distância e as representações sociais dos acadêmicos do ensino presencial, podemos enxergar um alinhamento em alguns momentos, porém, também existe a divergência em outros. Caso existiu em algum momento uma representação social única, neste estudo não foi percebido desta maneira.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo investigar quais são as representações sociais da identidade do professor universitário que os acadêmicos de instituições privadas mantêm, partindo dos pressupostos que a identidade é compartilhada entre os grupos de identificação e que através das representações sociais são elaboradas através e por associação dos grupos.

A primeira conclusão que podemos enxergar é a divergência explícita em algumas representações dos grupos, enquanto o grupo de acadêmicos do ensino à distância investem maior ênfase nas características intelectuais do professor, os acadêmicos do ensino presencial voltam seus olhares à características físicas dos professores. A isso pode-se inferir que o convívio presencial é ponto de partida para a elaboração das representações dos acadêmicos do ensino presencial, e essa convivência passa a pautar a construção da identidade dos acadêmicos.

Outro ponto importante a destacarmos neste estudo é o ponto consensual entre todos os acadêmicos, o caráter de apreensão da atenção durante as aulas. Esta convergência realmente foi uma surpresa, pois no decorrer das entrevistas não foi possível captar essa polarização das representações, porém, como Cavedon (2014) explicita após o conceito ser aceito entre o grupo, constitui-se parte integrante deste.

Também é necessário apontarmos para a complexidade de identificação, ou seja, que as representações sociais dos acadêmicos podem terem sido influenciadas pela característica metamórfica da identidade, que consiste em se transformar, se adaptar e se flexibilizar, devido à crise econômica e política vivenciada pelos acadêmicos de forma mais direta, por estarem cursando o ensino superior em instituições privadas, onde as crises são mais explícitas.

Enfim, é necessário apontar aqui que devido ao caráter amplo das discussões envolvidas neste estudo, posteriores pesquisas poderão ser realizadas para que dessa maneira possam confirmar ou contradizer os resultados alcançados até o presente momento. Reafirmamos que não pretendemos de maneira alguma esgotar as discussões sobre os assuntos, mas sim, propiciar e fomentar discussões para o próprio desenvolvimento das questões aqui elencadas.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de “dedicação”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: RBEP**, Brasília, v. 89, n. 223, p.522-534, 2008. Quadrimestral.

ARAÚJO, E. J. C.; ICHIKAWA, E. Y. Compreendendo o projeto redes de referencia para agricultura familiar a partir das representações sociais dos atores envolvidos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 1, n. 13, p.39-52, mar. 2011. Trimestral.

CAVEDON, Neusa Rolita. As representações sociais circulantes no período de margem do ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório. **Revista de Administração Mackenzie: RAM**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.66-96, 2014. Bimestral

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio da psicologia social. São Paulo. Brasiliense. 1987

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

GASKELL, George; BAUER, Martin W. – **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis. Vozes, 2002

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A. 2006

INEP/MEC. **Censo da educação Superior**. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=fB7tCw6U&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_56_INSTANCE_d9Q0_groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=159898&p_r_p_564233524_id=159899>. Acesso em: 05 dez. 2015

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOSÉ PINTO, Milton -**Comunicação e discurso**: introdução a análise de discursos. São Paulo. Hacker Editores, 1999

LAGACHE, Daniel. Prefácio. In: MOSCOVICI, Serge. **A representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 7-12.

MAY, Tim – **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre. Artmed, 2004

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org) - **Pesquisa social**: Teoria, métodos e criatividade - Rio de Janeiro. Vozes, 1994

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ORLANDI, Eni Puccinelli – **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo. Pontes, 2003

RICHARDSON, Roberto Jarry – **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas, 1999

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p.149-197, jul. 2004. Semestral.

SOARES, Edvaldo – **Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003

SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva -**Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 1987

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. – **Pesquisa Qualitativa em Administração**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro. FGV, 2004

YAMAMOTO, J. M.; ICHIKAWA, E. Y. - Representações Sociais da ciência: o que dizem as mulheres pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 14, n.º 1, Jan-Abr/2007. Trimestral

A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES

Adriana Freire Pereira Férriz,

Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia

Taís Ana de Oliveira,

Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia

Thainan de Albuquerque e Santos,

Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia

RESUMO: O artigo traz resultados da pesquisa com docentes e discentes de cursos privados presenciais de Serviço Social em Salvador entre 2014 e 2016. Objetivou-se identificar e analisar os impactos da expansão do ensino superior na trajetória profissional dos docentes e formação acadêmica dos discentes diante da lógica mercadológica de expansão, verificando se a diretiva da expansão se choca com as diretrizes curriculares para a formação profissional nos referidos cursos. A metodologia contemplou a realização de entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados. Os resultados foram sistematizados em dois Trabalhos de Conclusão de Curso e revelaram uma precarização do trabalho docente e significativas interferências no processo de formação profissional, traçando um desacordo ao que estabelece as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Expansão. Serviço Social.

ABSTRACT: The article brings results of the research with teachers and students of private courses of Social Service in Salvador between 2014 and 2016. The objective was to identify and analyze the impacts of the expansion of higher education on the professional trajectory of teachers and academic formation of students of the marketing logic of expansion, verifying if the expansion policy is in conflict with the curricular guidelines for the professional training in said courses. The methodology included interviews and the application of semi-structured questionnaires. The results were systematized in two Concluding Works and revealed a precariousness of the teaching work and significant interferences in the process of professional formation, tracing a disagreement with what establishes the curricular guidelines of the Brazilian Association of Education and Research in Social Work.

KEY WORDS: Higher Education. Expansion. Social Service.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa científica realizada nos anos de 2014 e 2015, vinculadas ao Programa Permanecer UFBA e sistematizados em dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade

Federal da Bahia. Os referidos trabalhos, defendidos no primeiro semestre do ano de 2017, apontam os impactos causados pela expansão do ensino superior na trajetória docente e de formação profissional dos cursos privados presenciais de Serviço Social em Salvador. Buscou-se também, identificar a resistência dos docentes e discentes à lógica mercadológica de expansão do ensino, verificando se as diretrizes da expansão (o discurso oficial do governo federal) se chocam com as diretrizes curriculares para a formação profissional nos cursos supramencionados.

Diante do contexto neoliberal, a educação superior no Brasil apresentou, a partir da década de 2000, considerável processo de expansão, ocorrido principalmente, no âmbito da iniciativa privada, atribuindo uma lógica mercadológica ao ensino. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 foram importantes instrumentos que contribuíram e legitimaram o processo de expansão do ensino superior no País.

Sob influência das vertentes propostas pelo projeto neoliberal, a política de educação superior passou por mudanças expressivas, que visam atender as exigências do capital internacional. Nessa conjuntura, o Estado vai exercer papel determinante no que diz respeito ao incentivo da lógica privatista e expansionista do ensino, assegurando esse processo.

A abertura à iniciativa privada provocou a criação e crescimento de diversos cursos de graduação, dentre os quais o de Serviço Social. De acordo com Almeida (2013), no ano de 2000 era possível contabilizar 88 (oitenta e oito) cursos de Serviço Social autorizados pelo Ministério da Educação. Atualmente, esse número cresceu para 829 (oitocentos e vinte e nove) cursos no País, sendo 273 (duzentos e setenta e três) no Nordeste brasileiro e 59 (cinquenta e nove) no Estado da Bahia (MEC, 2017).

Na realidade para a cidade de Salvador, constatou-se a oferta de 36 cursos de Serviço Social, sendo vinte na modalidade de Educação à Distância e 16 (dezesesseis) na modalidade presencial, dos quais apenas um encontra-se em instituição pública de ensino.

Segundo Pereira (2010), a expansão dos cursos afeta o desenvolvimento da formação profissional, uma vez que repercute na precarização do trabalho docente, no aligeiramento da formação e na não materialização do que prevê as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, especialmente no que tange a execução do estágio e do Trabalho de Conclusão de Curso, dentre outros.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar e analisar os impactos da expansão dos cursos presenciais de Serviço Social para a vida dos discentes e docentes das instituições privadas de ensino de Salvador. Assim, além de identificar e analisar os impactos na trajetória profissional dos docentes e de formação acadêmica dos discentes buscou-se identificar as resistências desses à lógica mercadológica de expansão do ensino. Procurou-se também verificar se as diretrizes da expansão do ensino superior (o discurso oficial do governo federal) se chocam com as diretrizes curriculares para a

formação profissional dos assistentes sociais em formação nos referidos cursos.

Para alcance dos objetivos foram elaborados dois instrumentos semiestruturados de coleta de dados: entrevista e questionário. A primeira técnica foi realizada com quatro docentes, cujas entrevistas foram gravadas após consentimento dos entrevistados, sendo transcritas e analisadas posteriormente. Já a segunda técnica foi aplicada com trinta discentes, e os dados obtidos foram tabulados em banco de dados do *Microsoft Office Excel*, a partir do qual foram analisados.

2 | A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação superior brasileira vem registrando nos últimos anos um acentuado processo de expansão, sobretudo no âmbito do setor privado, tendo em vista o forte incentivo dado pelo Estado, que visa atender às exigências de reprodução do capital, submetendo a educação de nível superior à lógica mercantil. Nesse sentido, os organismos internacionais exerceram consideráveis influências, levando-se em consideração a adesão das diretrizes propostas por estes para a educação superior do País.

O aumento na oferta de cursos vinculados à educação superior atinge, principalmente, os cursos ligados às ciências humanas e sociais, haja vista serem cursos que possibilitam um menor custo com retornos altamente rentáveis. Assim, para discorrer sobre esse cenário de expansão do ensino, especialmente na realidade dos cursos de Serviço Social, buscou-se trazer uma breve discussão acerca da política de educação superior brasileira do período neoliberal, destacando o marco legal que exerceu significativa influência no processo de empresariamento do ensino.

2.1 A política de educação superior e a mercantilização do ensino

As décadas finais do século XX e entrada do século XXI demarcaram mudanças importantes na política de educação superior brasileira, tendo em vista que a partir desse período assumem-se tendências neoliberais que propõem uma reformulação no papel do Estado e do mercado no que diz respeito à oferta de serviços, dentre os quais a educação. Nesse sentido, haverá uma transferência de responsabilização na prestação dos diversos serviços, onde o Estado passa a aplicar recursos públicos no setor privado, fazendo predominar uma lógica mercadológica no acesso desses serviços.

No contexto da década de 1980 ocorreram algumas mobilizações por parte da sociedade, que visavam o fim da Ditadura Militar de 1968 e a restauração da democracia no País, resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988 que vai deliberar diversos direitos à população, atribuindo responsabilidades ao Estado. A educação estará colocada nesse documento nos seguintes termos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2012, p. 121).

Nessa perspectiva, assim como a saúde, a moradia, a previdência, entre outras esferas sociais, a educação passa a ser entendida como um direito social, que deve ser garantido pelo Estado (ALMEIDA, 2013). Entretanto, a educação que é incorporada como um direito de todo cidadão, passa a ser contraditória, na medida em que no próprio documento a mesma será consentida à iniciativa privada, conforme determinado em seu artigo 209: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, 1988, p. 122).

Nessa perspectiva, a partir da abertura à iniciativa privada, foi registrado um acelerado processo de expansão do ensino superior brasileiro, que se dará, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Assim, o que se registra a partir da década de 1990 é o escasso investimento de recursos governamentais no sistema público de ensino superior e o crescimento desenfreado do setor privado de ensino, evidenciando a influência e adequação do Estado aos interesses do capital.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada no ano de 1996, representou outro mecanismo importante para o processo de expansão do ensino superior no Brasil, especialmente por via da iniciativa privada. Em seu artigo 7 a educação estará colocada como livre à iniciativa privada, podendo, conforme o artigo 45 deste documento, ser “[...] ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.” (BRASIL, 1996, p. 30).

Logo, a LDB de 1996 propõe a diversificação institucional da educação superior, que passará a poder se organizar a partir de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos e escolas isoladas (GONÇALVES, 2013). A possibilidade de criação de diferentes instituições resultará na não obrigatoriedade de realização do tripé ensino, pesquisa e extensão, uma vez que essa prática está posta na LDB como exigência apenas nas instituições universitárias.

Outro mecanismo que incentivou de forma considerável a expansão do ensino superior brasileiro foi a aprovação do Plano Nacional de Educação, através da Lei n. 10.172/2001. Os elementos postos no PNE apresentam pontos importantes para a ampliação da oferta da educação superior, contribuindo com o surgimento de programas, a exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da modalidade de Ensino à Distância, que objetivaram o aumento do acesso a esse nível de ensino.

Em vista disso, entende-se que o caráter privatista e empresarial atrelado à política defendida no governo de FHC para a educação superior (ALMEIDA, 2006),

não se restringem apenas a esse governo, tendo em vista que nos governos que o sucedem haverá uma intensificação da lógica expansionista do ensino superior, especialmente privado.

Com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) à presidência, acreditava-se que haveria mudanças no direcionamento dado até então à política de educação superior, no entanto, o que se pôde observar foi uma continuidade da política neoliberal adotada no governo anterior. De acordo com Lima e Pereira (2009, p. 38), as ações realizadas durante esse governo apontaram para uma nova fase do “milagre educacional”, que podem ser explicadas através de quatro nucleares básicas:

1) O fortalecimento do empresariamento da educação superior; 2) a implementação das parcerias público- privadas/PPP na educação superior; 3) a operacionalização dos contratos de gestão, eixos condutores da contra-reforma do Estado brasileiro, de Bresser-Cardoso a Paulo Bernardo-Lula e; 4) a garantia da coesão social em torno das reformas estruturais realizadas pelo governo federal em absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital.

Nesse sentido, esse governo buscou expandir o acesso à educação superior sustentando no discurso da “democratização”, a partir do qual se criou algumas normatizações, como é o caso do já citado PROUNI, que irão repercutir de modo direto no processo de expansão do ensino, principalmente por via da iniciativa privada. Esse programa, por sua vez, se configura pela transferência de recursos públicos para o setor privado de ensino, que se responsabilizará pela oferta de vagas semestrais aos estudantes de baixa renda, os quais, de acordo com a justificativa utilizada para sua implementação, estiveram historicamente isentos de ocuparem esses espaços.

Apesar de ser alvo de crítica por parte de alguns teóricos e estudiosos da área, os programas de governo criados a partir dos anos 2000, contribuíram de forma relevante na expansão do acesso ao ensino superior brasileiro. De acordo com dados do censo da educação superior dos dois mandatos presidenciais de Lula, foi possível constatar no âmbito do setor privado de ensino um quantitativo de 1.652 (um mil seiscentos e cinquenta e duas) instituições no ano 2003, crescendo para 2.100 (dois mil e cem) instituições de ensino no ano de 2010.

Esses resultados demonstram o quanto à lógica privatista do ensino superior permaneceu em altos níveis, intensificando ainda mais a mercantilização desse nível de ensino. Fica evidente, portanto, a submissão da educação superior aos interesses e metas ditados pelos organismos internacionais de regulação, em especial do Banco Mundial.

Nessa perspectiva, Lima (2007) apresenta que a mercantilização da educação superior brasileira se configura pela inserção dos países periféricos na economia mundial, através da privatização interna das universidades públicas e da abertura para criação de novas Instituições de ensino superior privadas, como um elemento ideológico constitutivo do projeto neoliberal, que reduz a responsabilidade do Estado no que diz respeito às políticas sociais e viabiliza a criação de espaços mercantilizados.

Entende-se, pois, que a expansão do ensino superior no Brasil se estrutura com

um propósito muito claro: dar respostas aos organismos internacionais, “cumprir o determina a cartilha” do capital internacional. E sendo assim, há uma preocupação com o aumento do acesso ao ensino superior, preocupação que não se estende à permanência e à qualidade dos serviços oferecidos.

Quando Dilma Vana Rousseff (2011-2016) assume presidência da república foi possível verificar uma continuidade das estratégias utilizadas na gestão que a antecede que visavam a “democratização” do acesso, uma vez que foi mantida e intensificada a aplicação de investimentos públicos nos programas de financiamento. Assim, a privatização e a mercantilização do ensino superior permaneceram de forma acentuada, transformando a lógica de direito desse serviço.

2.2 A expansão dos cursos de serviço social

Dentre os diversos cursos de graduação afetados pela lógica de expansão do ensino superior, o curso de Serviço Social foi um dos que apresentou crescimento alarmante. Acredita-se que seja pelo fato do Serviço Social, assim como os outros cursos das áreas humanas e sociais apresentarem um menor custo tanto para implementação quanto para manutenção, como podemos observar em Pereira (2010, p. 324), quando esta traz que com o governo de FHC e Lula dois eixos de ação foram cruciais para intensificação do processo de expansão.

(I) o primeiro, de fortalecimento do empresariamento da educação superior, que direciona o interesse do empresariado na abertura por cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, devido aos baixos custos e alta lucratividade; (II) o segundo eixo relaciona-se com a necessidade de manutenção de um consenso social em torno das reformas estruturais realizadas pelo governo federal em absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital.

Logo, os cursos de Serviço Social constituem o reflexo da lógica predominante do lucro, que ocorre por meio da privatização da política de ensino superior. Apesar de tal processo afetar a profissão desde os anos 1990, é a partir dos anos 2000 que se registra um significativo aumento do número de cursos, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir:

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2016	2017
Cursos	88	97	109	131	152	178	207	205	275	294	409	418	694	798	829

Tabela 1 – Cursos de Serviço Social no Brasil nos anos 2000

Fonte: elaboração de OLIVEIRA (2017) e SANTOS (2017) a partir dos dados de Almeida (2013) e sistema e-MEC (2017).

Os dados apresentados demonstram o crescimento assustador dos cursos de Serviço Social, haja vista apresentar em 2012 um quantitativo de 694 (seiscentos e noventa e quatro) cursos, sendo 441 (quatrocentos e quarenta e um) oferecidos presencialmente, na sua maioria em instituições privadas, enquanto os 253 (duzentos

e cinquenta e três) eram oferecidos na modalidade de educação à distância (ALMEIDA, 2013). O quantitativo de cursos ofertados em 2017 revela que esse número continua crescendo ligeiramente, visto registrar 829 (oitocentos e vinte e nove) cursos no Brasil, sendo 460 (quatrocentos e sessenta) presenciais, majoritariamente em instituições privadas.

O Nordeste brasileiro, por sua vez, acompanha esse crescimento visto possuir 273 (duzentos e setenta e três) cursos de Serviço Social, assim como o estado da Bahia que contabiliza 59 (cinquenta e nove) cursos. O que corrobora na profissão uma questão um tanto preocupante no que tange a qualidade da formação oferecida.

Diante deste cenário, a cidade de Salvador também tem vivenciado um crescimento na oferta dos cursos de Serviço Social majoritariamente no setor privado, apresentando um quantitativo de 36 (trinta e seis) cursos. Destes, um encontra-se em instituição pública presencial, 15 (quinze) na modalidade privada presencial e vinte na modalidade de Educação à Distância, sendo oferecidos em 32 (trinta e duas) instituições, visto algumas instituições ofertarem o curso em duas modalidades.

É válido salientar que a expansão dos cursos de Serviço Social acompanha a lógica privatista nacional, tendo em vista que a mesma ocorre majoritariamente por via da iniciativa privada. A expansão do acesso, nesse sentido, vem ocorrendo acompanhado de preocupações que se estendem à perspectiva da permanência e da qualidade dos serviços oferecidos, que carregam implicações diretas no processo de formação acadêmica e no trabalho profissional.

Parte significativa dos cursos ofertados em instituições privadas é de cunho não universitário, não existindo a obrigatoriedade de realização da pesquisa e da extensão de forma concomitante ao ensino. Essa perspectiva acaba fragilizando a formação, tendo em vista o não atendimento das propostas defendidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para formação profissional do assistente social.

Nesse sentido, além de ficar nítido o caráter mercadológico atrelado ao ensino superior, em especial aos cursos de Serviço Social, que se tornam importantes instrumentos de reprodução e fortalecimento do capital, fica a inquietação acerca da qualidade da formação dos futuros profissionais. Sob essa perspectiva, Pereira (2010) vai afirmar que no âmbito do Serviço Social esse processo vai implicar no aligeiramento da formação, na dificuldade de incorporação do que preconiza as diretrizes curriculares para esse curso, principalmente na execução do estágio e do Trabalho de Conclusão de Curso, além de causar a precarização do trabalho docente.

A lógica privatista atrelada aos cursos de nível superior, especialmente o de Serviço Social, fomenta certo retrocesso das conquistas alcançadas pela profissão no decorrer de sua trajetória, uma vez que precariza as relações de formação e do trabalho profissional, e coloca a política de educação numa perspectiva empresarial que exige o Estado na oferta desse serviço enquanto um direito.

3 | A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA

Conforme a realidade apresentada anteriormente, dos cursos de Serviço Social na cidade de Salvador, foi realizada uma pesquisa nessa região, com o objetivo de analisar os impactos que o processo de expansão do ensino causa, sobretudo no âmbito dos cursos privados presenciais de Serviço Social, para a vida profissional dos docentes e formação acadêmica dos discentes. Para tanto, a coleta dos dados se deu a partir da realização de entrevista semiestruturada em pautas com quatro docentes, bem como por meio da aplicação de trinta questionários semiestruturados com discentes das referidas instituições de ensino. Os resultados da pesquisa e a análise dos mesmos serão apresentados nos tópicos que seguem.

3.1 Impactos para a vida profissional dos docentes

De acordo com entrevistas realizadas com quatro docentes de instituições privadas presenciais em Salvador, muitos são os impactos causados pela expansão dos cursos de Serviço Social na vida desses profissionais. Esses impactos se revelam pelas condições de trabalho, que perpassam pela vivência de vínculos precários, conciliação de mais de um vínculo de trabalho, o que, por sua vez, acarreta uma elevada jornada de trabalho. Além disso, condições estruturais desapropriadas e fragilizadas, presentes em algumas das instituições, dificultam o dia a dia e a atividade docente do profissional.

Para além dessas dificuldades, o docente enfrenta um processo de desvalorização do trabalho a partir do salário, revelando assim, a precarização das relações de trabalho, que dificulta a articulação da categoria em movimentos de resistência e enfrentamento a essa lógica, visto que a instabilidade no emprego está atrelada à necessidade de manter-se empregado.

Nessa perspectiva, no que se refere aos vínculos trabalhistas, as entrevistadas revelaram que os profissionais conciliam mais de um vínculo empregatício: Docente 1: “[...] assim, eu tenho outro vínculo, que vocês perguntaram também, que é um vínculo no âmbito da saúde”. Docente 2: “Em relação aos vínculos trabalhistas eu tenho dois, ambos na área da docência do Serviço Social”.

Os dados apresentados revelam que as docentes acabam conciliando mais de um vínculo empregatício, o que, por sua vez, acarreta numa sobrecarga de trabalho para a profissional, haja vista, ter que dar conta de dois espaços de trabalho. Essa situação vivida pelas profissionais é reflexo do processo de precarização do trabalho presente nos vários espaços de atuação dos assistentes sociais.

De acordo com Guerra (2010), na medida em que conciliam mais de um vínculo de trabalho, os assistentes sociais se deparam com inúmeros desafios. No âmbito docente, a sobrecarga de trabalho (que já é especificidade da docência), atrelado à

conciliação de mais de um vínculo, vai promover outra questão apresentada por Guerra (2010), e presente na fala das entrevistadas, que se refere à jornada de trabalho. Sendo esta bastante elevada, na medida em que concilia a jornada dos dois vínculos, fazendo as docentes acumularem uma carga horária de até 60 horas semanais, como demonstra as falas: *“a minha carga horaria é 30 horas lá e 30hs aqui, então não tenho dedicação exclusiva em nenhum dos dois espaços”*. (Docente 1).

Nesse sentido, observa-se o processo de sobrecarga e excesso de trabalho no qual o trabalhador docente tem enfrentado com a expansão do ensino superior. Na medida em que expande os espaços para inserção desses profissionais ao mercado de trabalho, tem-se, em contrapartida, um processo de desvalorização desse profissional, que se inicia desde o processo de contratação.

No âmbito do processo de contratação, grande parte das entrevistadas revelou exercer atividade laborativa pelo regime celetista, em termos de direitos, estão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, com regime de contratação pelo sistema horista, tendo a remuneração com base nas horas trabalhadas. Sobre essa questão temos:

Trata-se do professor horista, podendo ser definido como o docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula independentemente da carga horária requerida ou que não se enquadre nos outros regimes de trabalho (tempo integral e tempo parcial), ou seja, esse professor é contratado exclusivamente para ministrar aula e recebe de acordo com a carga horária. (TAMBURUS, 2008, apud CARMO, 2010, p. 85).

Nessa perspectiva, sendo as professoras na sua grande maioria horistas, outra problemática constatada é a questão do salário. *“Sou horista, minha hora é 22 reais, eu tenho um salário que não passa de 900 reais com, cinco turmas eu acho [...] e não passa de 900 reais”*. (Docente 2)

Sendo professoras horistas, a remuneração refere-se apenas ao momento em que estão em sala lecionando, nesse sentido, o salário representa mais um instrumento de precarização e desvalorização que o trabalhador docente tem vivenciado, haja vista desconsiderar as atividades inerentes ao trabalho docente que extrapolam a hora aula.

Mais um reflexo da precarização do ensino superior que afeta os cursos de Serviço Social e impossibilita os docentes de realizarem um trabalho com a qualidade que se almeja, é a questão estrutural das instituições de ensino. Sobre a biblioteca a docente 2 traz que: *“[...] a biblioteca não é boa, e o professor tem que dá conta, tem que enviar por e mail, tem que trazer a cópia, tem que disponibilizar para o aluno, é o professor quem faz isso.”*

Diante disso, observa-se uma infraestrutura inadequada presente em grande parte das instituições, o que acaba por gerar um desequilíbrio no processo de ensino aprendizagem e um desânimo no âmbito docente causado pela precarização do trabalho. Como apresenta (GUERRA, 2010, p. 719).

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: [...] diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada

vez mais precários e instáveis, [...] jornadas de trabalho e salários flexíveis, [...], precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional [...].

Nessa perspectiva, temos com a expansão do ensino superior, um aumento das dificuldades básicas no âmbito do trabalho docente. Assim, a realização de um trabalho qualificado, pautado nas determinações estabelecidas pela profissão, exige do profissional não apenas um compromisso ético, mas acima de tudo, coragem e equilíbrio perante tantas dificuldades.

No âmbito da docência, essa tendência à precarização e desvalorização do trabalho, tem provocado uma instabilidade e desânimo nos profissionais, que se veem cada dia mais estagnados, e propícios a condições impróprias de trabalho, atrelado a uma desvalorização e o não reconhecimento, como relata a docente 2:

Eu não acho que eu sou reconhecida nessas faculdades, pela qualidade do que eu posso oferecer no processo de formação e ensino, eu também represento um título [...] Eu me sinto utilizada pelo que eu carrego nos meus certificados.

Diante desta situação de desvalorização e não reconhecimento, quando perguntado para as entrevistadas sobre o impacto da expansão do ensino superior para os docentes, podemos observar que as mesmas relataram, a partir dessa expansão, uma possibilidade de mercado para professores, mas que por outro lado, tem-se, com ainda mais evidência, um processo de precarização das relações de trabalho, seguida de uma instabilidade em relação ao emprego. Conforme indica a docente 3:

[...] quando ampliam os cursos de formação profissional de graduação, a gente vai ter também uma procura maior no mercado por docentes. Mas, apesar de tá aumentando o mercado de trabalho profissional pra docente, a gente também vai perceber que aumenta a fragilidade das formas de contratação, e das relações de emprego. (Docente 3)

A fragilidade e instabilidade presentes no cotidiano das docentes, somado à necessidade de se manterem no emprego demonstra o impacto que esse processo acarreta para o profissional docente. O mesmo encontra-se no embate, de ao mesmo tempo em que lida com estruturas frágeis de trabalho, precarização, desvalorização, tem que manter-se empregado por uma questão de sobrevivência. Tendo, por sua vez, que promover uma formação qualificada, considerando o compromisso ético com a profissão de formar profissionais capacitados para ingressar nos espaços institucionais.

3.2 Impactos na trajetória de formação acadêmica dos discentes

Os dados obtidos mediante da aplicação de questionário com os discentes dos cursos privados presenciais de graduação em Serviço Social, possibilitou constatar impactos no âmbito da formação profissional, gerados pelo processo de expansão do ensino. Tais impactos evidenciaram-se através das condições estruturais dos cursos, que sofrem com a falta de acesso à bibliografia, a ausência de laboratórios de informática, infraestrutura e superlotação das salas, dentre outros. Além desses, revelaram-se problemas no andamento do estágio curricular e do Trabalho de

Conclusão de Curso, da pesquisa e extensão. Essas condições, por sua vez, exercem influência direta no processo de formação profissional, tendo em vista apresentarem-se como obstáculos para a efetivação de qualidade do processo de ensino.

Entendendo a importância da formação profissional estar em consonância com o que prevê as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a análise dos impactos da expansão do ensino superior no âmbito da formação acadêmica dos discentes dos cursos ofertados em instituições privadas presenciais de Salvador, foi realizada por meio do documento elaborado pela ABEPSS em 1996, que apresenta princípios que objetivam uma formação com qualidade, pauta na flexibilidade, no rigoroso trato teórico, na adoção de uma teoria social crítica, na superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, no estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos, no caráter interdisciplinar; na indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão/entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

No que concerne às matérias previstas que devem estar presentes na formação profissional, além das disciplinas comuns aos cursos de graduação, estão definidos no referido documento, as atividades complementares, os seminários temáticos e as oficinas. Essas três atividades irão compor o conjunto pesquisa, extensão e/ou monitoria, cujas dimensões devem ser indissociáveis do ensino, formando a tríade que deve estar presente em um processo de formação profissional de qualidade.

Os resultados encontrados a partir da pesquisa com os discentes, demonstraram que nem sempre as atividades de pesquisa e extensão previstas pela ABEPSS de 1996, encontram-se presentes nos cursos ou atendem à todos os graduandos, levando-se em consideração que alguns deles declararam não ter acesso a nenhuma das referidas atividades, afirmando deixar “*a desejar*” (discente 13). Os dados apontaram, portanto, que 76,7% dos discentes não tem acesso as atividades mencionadas, e apenas 23,3% participam de alguma dessas atividades.

A não realização dessas atividades gera consequências que implicarão tanto no processo de formação acadêmica, quanto no exercício profissional. No que diz respeito a esse aspecto, Iamamoto (2007, p. 443) vai destacar que:

A ênfase nas IES privadas empresariais tem recaído sobre o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. A lógica empresarial condiciona as relações contratuais docentes, que são penalizadas pelo regime hora-aula, com elevada carga disciplinar, comprometendo um dos princípios das diretrizes curriculares: a integração do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a não materialização da tríade ensino, pesquisa e extensão, teria relação direta com a precarização que afeta o trabalho profissional dos docentes, cujas condições apontadas pela autora foram constatadas e já mencionadas no presente trabalho enquanto realidade posta na vida profissional dos docentes dos cursos de Serviço Social das instituições privadas presenciais de Salvador.

Além das atividades até então mencionadas, a ABEPSS apontará o estágio

supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso como atividades indispensáveis a formação profissional. No que concerne o estágio supervisionado, estará determinado nas Diretrizes Curriculares nos seguintes termos:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.72)

Sendo assim, o estágio possui papel bastante relevante na formação acadêmica do assistente social, visto possibilitar a aproximação, compreensão e análise crítica da realidade social posta, em suas variadas formas de expressão, que associado ao conhecimento teórico, conduz a atuação profissional. Em concordância com a Política Nacional de Estágio (2010, p. 29), essa atividade deve cumprir carga horária obrigatória de “[...] no mínimo 15% da 3.000 horas (CH mínima) do curso de Serviço Social”, equivalente a uma carga horária mínima obrigatória de quatrocentos e cinquenta horas.

De acordo com os discentes participantes da pesquisa, a carga horária de estágio supervisionado exigida no decorrer dos estágios I, II e III varia entre 270h (50%), 360h (10%) e 450h (26,7%), ao passo que 13,3% não responderam essa questão. Fazendo um comparativo entre a carga horária exigida para a formação do assistente social e as apresentadas pelos participantes, constata-se certo desacordo por parte de alguns cursos, visto o não favorecimento do mínimo necessário estabelecido como critério para a formação profissional.

Além disso, levando em consideração a Resolução do CFESS n. 533 de 2008, o estágio deve ser realizado mediante supervisão direta de um assistente social do campo e outro acadêmico, como condição indispensável ao processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, a pesquisa possibilitou constatar a existência de problemáticas nesse viés, uma vez que a supervisão de campo e acadêmica nem sempre ocorre de forma concomitante, levando-se em consideração que 36,6% dos discentes declararam não cursar a disciplina de estágio de forma simultânea a sua inserção em campo.

Para garantir uma formação de qualidade, conforme prevê as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, se faz necessário o acompanhamento do processo formativo dos discentes, através de visitas aos campos de estágio em que os mesmos estejam inseridos, da avaliação do desenvolvimento e necessidades individuais de forma conjunta entre os profissionais supervisores. Todavia, a realidade apresentada pelos discentes evidencia que o estágio ocorre em alguns casos, sem o devido acompanhamento.

No que se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, as Diretrizes Curriculares

conceberá essa atividade como momento ímpar e intrínseco à formação profissional, estando definida como

[...] uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 72).

Em vista disso, esse trabalho compõe a etapa de finalização do curso, constituindo um importante momento de investigação, cuja construção deve ser acompanhada e orientada por um professor. Entretanto, esse processo vem sendo realizado de maneira limitada em alguns cursos de Serviço Social, devido, principalmente, a quantidade de estudantes por professor orientador, que excedem os limites previstos. Referente a essa questão, Pereira (2010, p. 327) vai mencionar que

São raras as unidades privadas de ensino que possibilitam a orientação individual de seus alunos: geralmente, as orientações são realizadas através de “turmas” de TCC, o que obviamente empobrece a produção discente e desqualifica o trabalho docente. Esta “opção” claramente não é dos alunos ou dos docentes: ela parte da lógica contábil que inviabiliza o pagamento ao docente por orientações individuais.

Essa afirmação foi comprovada na pesquisa, tendo em vista que 56,7% dos discentes apontaram que a disciplina de TCC ocorre de maneira individual, enquanto que 43,3% afirmaram ser em grupo, com turmas que variam entre dois e 25 (vinte e cinco) alunos por professor orientador. Assim, fica evidente que a lógica contábil atribui uma perspectiva mercadológica a educação superior, em que o principal propósito é a geração de lucros, não se leva em consideração a qualidade da formação oferecida, bem como, a preocupação em torno da sobrecarga que recai sobre o profissional docente, que se torna o responsável para dar conta dessa demanda.

Diante do que foi posto, compreende-se que as dificuldades postas no âmbito do processo de formação acadêmica dos discentes das instituições privadas de ensino presencial, refletem questões de cunho estrutural (apresentada tanto pelos discentes como pelos docentes), como também uma não materialização do que prevê as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a formação profissional em Serviço Social. Essas questões, por sua vez, estão intrinsecamente entrelaçadas à lógica mercadológica introjetada na educação de nível superior, que visa exclusivamente o lucro e submetem o ensino superior a um processo de precarização, tendo em vista a fragilização da formação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior brasileira tem passado por um acentuado processo de expansão no decorrer dos últimos anos, ocorrido, principalmente, através do crescimento dos diversos cursos privados de graduação, dentre os quais o de Serviço Social. Essa realidade, apoiada pelo Estado por meio de ações que favorecem os interesses de reprodução do capital, submete a educação de nível superior a um processo de mercantilização.

O Estado brasileiro, no âmbito da educação superior, não se preocupou em desenvolver uma estrutura de ensino baseado na qualidade de sua oferta, a partir das reivindicações da população em torno desse nível de ensino. Este, por sua vez, se limitou em ampliar a oferta de educação superior a partir de interesses econômicos, através da criação de mecanismos como a LDB de 1996, o PNE de 2001, decretos e resoluções, tendo como propósito, legitimar a mercantilização da educação, através da sua expansão, principalmente na rede privada.

Dessa maneira, os dispositivos legais criados pelo Estado apresentam-se como importantes ferramentas de redução da ação estatal na oferta do ensino superior gratuito, transferindo recursos do fundo público para o setor privado, que deve passar a exercer a função de oferta desse ensino. Nessa perspectiva, a educação que constitucionalmente deveria ser um direito de todo cidadão e um dever do Estado, se transforma em uma mercadoria a ser negociada e barganhada pelos empresários das instituições privadas de ensino.

Os dados apresentados pela pesquisa revelaram que muitos são os impactos que a expansão do ensino superior tem ocasionado para os docentes e discentes dos cursos de Serviço Social em Salvador. Os resultados apontaram que há uma precarização das condições de trabalho no âmbito docente, uma vez que, quase todas as instituições apresentam dificuldades estruturais, que inviabilizam a realização de um trabalho qualificado, sendo acometidas pela perda de qualidade no processo de ensino, que, por sua vez, afeta diretamente a formação profissional dos discentes.

Os dados também revelaram que as instituições, em sua maioria, não se encontram vinculadas às determinações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, visto que, não realizam pesquisa e extensão, bem como, no âmbito do estágio curricular e TCC excedem a quantidade determinada de orientandos por professor. A grande quantidade de alunos pra lecionar, realizar orientações, entre outras exigências estão entre as dificuldades cotidianas dos docentes, tendo em vista que são fatores que fragilizam a atuação dos docentes, mas, principalmente, a formação dos discentes, impactando diretamente na profissão.

A realidade desvelada pela pesquisa confirmou os aspectos apontados pelos referenciais teóricos utilizados neste trabalho, considerando o processo de precarização ao qual vem sendo sujeitada a educação de nível superior na conjuntura brasileira. As reflexões até aqui realizadas propõem a necessidade de mobilização e defesa de toda

a categoria por um modelo de educação pública, gratuita e respaldada por um projeto emancipatório, que vise uma formação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Caderno ABESS n. 7, edição especial**. Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

ALMEIDA, A. C. P. dos S. **A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no Nordeste Brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal**. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). São Cristovão, 2013.

ALMEIDA, Sergio Campos de. **O AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rj, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei n. 9.394 de 20/12/1996**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

_____. **Lei n. 10.172. 2001** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

_____. **Lei n. 11.096, de 13 jan de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

CARMO, Caroline Ramos do. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: EXPRESSÃO DO PROJETO DE CONTRA-REFORMA DO ENSINO SUPERIOR**. 2010. 131 f. Monografia (Especialização) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

GONÇALVES, A. C. **O Programa REUNI: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG 2008-2012**. (Tese de Doutorado em Serviço Social – PUC-SP). São Paulo, 2013.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p.715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, K. R. de S. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15 (1): 31-50, jan.-jun./2009.

MEC. Ministério da Educação. **Instituto de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Consulta Avançada. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Taís Ana de. **Os Impactos da Expansão do Ensino Superior para os docentes dos Cursos Privados Presenciais de Serviço Social em Salvador (BA)**. 73 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas** São Luís- Ma, p.323-331, ago. 2010.

SANTOS, Thainan de Albuquerque e. **A Expansão dos Cursos Privados de Serviço Social em Salvador: estudo sobre os impactos no campo da formação profissional**. 80 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

A COLETIVIDADE DOCENTE NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Paulo Vitor Teodoro de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Catalão – Goiás/
Universidade de Brasília (UnB), Brasília – Distrito Federal.

Hélder Eterno da Silveira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais

Iara Maria Mora Longhini

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho discute a trajetória da construção de um projeto didático-pedagógico na vertente da Educação Ambiental. Para a realização da pesquisa, foram convidados docentes que atuam no 9.º Ano do ensino fundamental de uma Instituição de Ensino localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil. Dos oito professores convidados, quatro deram o retorno por meio de um dos instrumentos de pesquisa utilizado, o questionário. Desses, dois continuam exercendo a docência na instituição. Percebemos que os professores atuam em três ou mais instituições diferentes e isso pode implicar em pouco envolvimento do docente com a escola. Foram realizadas três reuniões com os participantes e, a partir dessas, foi elaborado, coletivamente, um projeto didático-pedagógico sobre educação ambiental. A

pesquisa colaborou para subsidiar reflexões sobre as dificuldades reais de se estabelecer um diálogo entre os professores das escolas de educação básica; e, ainda, para apontar discussões sobre a formação continuada na própria escola.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto didático-Pedagógico. Educação Ambiental. Escola.

ABSTRACT: This chapter discusses the trajectory of the construction of a didactic-pedagogical project in the area of Environmental Education. For the accomplishment of the research, were invited teachers who work in the 9th Year of primary education of a Teaching Institution located in the State of Minas Gerais, Brazil. Of the eight invited teachers, four gave feedback using one of the research tools used, the questionnaire. Of these, two continue to practice teaching at the institution. We realize that teachers work in three or more different institutions and this may imply that the teacher is not involved with the school. Three meetings were held with the participants and, from these, a didactic-pedagogical project on environmental education was elaborated collectively. The research collaborated to support reflections on the real difficulties of establishing a dialogue between the teachers of the basic education schools; and to point out discussions about continuing education in the school itself.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Minc (2008), a Educação Ambiental (EA) pode ser inserida nas escolas por meio de projetos pedagógicos, principalmente se esses valorizarem a participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Segundo o autor, é fundamental que um projeto de EA se relacione com a vida das pessoas, o seu dia a dia, o que elas veem e sentem, o seu bairro, a sua saúde, com as respectivas alternativas ecológicas. Caso contrário, torna-se artificial, distante e pouco criativo.

Sato e Santos (2003) reafirmam esta ideia, apontando a necessidade de projetos pedagógicos, voltados para a EA, que enfatizam a participação dos estudantes nas atividades propostas. Segundo os autores para essa participação “há que se criar mecanismos educacionais eficientes, que realmente incentivem o exercício de cidadania da comunidade na manutenção dos ambientes de uma forma sustentável. Talvez seja este, o maior desafio da EA” (Sato e Santos, 2003, p. 23).

Lemos (2009) discute que a falta de prestígio e a ausência do reconhecimento da carreira docente pode implicar no descumprimento de atividades inerentes à docência, como a elaboração de projetos de trabalho e planejamentos de aula. A autora aponta que os professores têm as atividades da profissão como uma burocracia. Isso nos mostra a ausência do próprio docente em reconhecer sua profissão, bem como suas tarefas.

Para Lemos (2009) existem professores com o olhar na posição de executor, preocupando-se mais com a técnica do que com o planejamento. Quando o docente limita sua ação à aplicação de decisões técnicas, muitas vezes até elaborados por outras pessoas, ele pode não possuir o discernimento sobre a profissão professor. Para a autora, a falta de entendimento sobre o “planejar e executar” dos docentes, no que diz respeito aos projetos pedagógicos, pode nos fazer refletir sobre as limitações existentes na formação.

Dessa forma, pensar em intervenções escolares que possibilitam os educadores a refletirem sobre a sala de aula, bem como em estratégias de ensino que superem a execução e repetição de conteúdos, são possíveis mecanismos que podem colaborar, também, com a formação continuada desse professor. Neste sentido, Andrade (2000), aponta que a implementação de projetos que envolvam pequenos grupos ou atividades isoladas pouco contribuem para impactar a comunidade escolar. Para a mobilização de grupos maiores, pode-se, por exemplo, apropriar de temas, como EA, uma vez que esse assunto permite vínculos com várias (senão todas) disciplinas escolares.

Ainda para Andrade (2000), o processo de educação não se coloca de maneira individual, mas, pela cooperação, participação e pela geração de autonomia dos participantes envolvidos (estudantes e docentes). Para tanto, inserir trabalhos, com

temas propícios para articulação entre as áreas do conhecimento, como a EA, são potenciais estratégias para favorecer a formação dos estudantes e dos professores, considerando que esses estão constantemente em formação.

2 | DESENVOLVIMENTO

Identificamos em uma instituição privada na cidade de Uberlândia/MG um lago e uma nascente em suas dependências. Diante disso, pensamos em uma proposta para construção de um projeto pedagógico que apropriasse do espaço. A intenção foi que, por meio do estabelecimento de um processo educativo com a comunidade escolar, essa instituição passasse a reconhecer o problema a partir da realidade, resultando em um desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental. E, neste sentido, as instituições de educação tem o papel fundamental na transformação social, com a discussão de valores socioambientais e com a formação dos discentes enquanto cidadãos responsáveis e críticos para atuarem em sociedade (LEFF, 2015).

A escola, onde foi realizada esta pesquisa, possui um lago e uma nascente em suas dependências, mas que, talvez por se localizarem aos fundos da instituição, são esquecidos pela comunidade escolar. Percebemos a ausência de práticas pedagógicas naquele espaço, bem como o desconhecimento dos alunos e professores sobre este ambiente. Assim, um dos docentes que atuou no 9.º ano da instituição, também autor deste texto, cogitou investigar o potencial pedagógico daquele espaço para a abordagem da EA, em disciplinas como: a química, a biologia, a geografia, a matemática, a física, a geografia e a artes, buscando-se a interdisciplinaridade.

Morales (2012) reafirma que as práticas de EA não precisam ser relacionadas diretamente ao conceito de “Meio Ambiente”. Para a autora é importante inserir o ser humano como parte do meio, não desprezando a interação existente e necessária entre a natureza e ser humano. Desta forma a EA pode ser praticada nas instituições de ensino, no âmbito econômico e social, superando a visão simplista de que é dever, apenas, dos professores de ciências desenvolverem atividades em EA (Morales, 2012; Dal-Farra e Valduga, 2012).

Para isso, são importantes práticas educativas nas quais se possam discutir, analisar e avaliar as relações entre o ser humano e o meio, partindo do próprio contexto em que a escola está inserida. Para Benta e Thomazi (2013) essa relação entre ser humano e natureza deve ser estabelecida a partir do equilíbrio entre as pessoas e o ambiente. Neste escopo, um trabalho que não seja proveniente de uma reflexão crítica sobre as questões ambientais e um sentimento da sociedade como parte do ambiente, propiciando uma prática social criativa pelo exercício da cidadania, dificilmente poderá contribuir para a superação da crise socioambiental que vivenciamos atualmente (Guimarães, 2013).

Nesse sentido, os docentes da escola, que ministram aulas no 9.º Ano do ensino fundamental, foram convidados a participar de um trabalho coletivo, no qual seria

construído um projeto didático-pedagógico interdisciplinar para trabalhar a EA, junto ao lago e à nascente que a instituição possui em suas dependências.

As disciplinas escolares, normalmente, são estudadas como conteúdo fragmentado e sem utilidade na vida real fora da escola, como é citado por Morales (2012), “A Ciência moderna funda-se na objetividade, na qual o universo é constituído de objetos isolados, o que fez prevalecer um pensamento reducionista e fragmentado” (p. 33). Com a proposta de trabalho, aplicando os conteúdos escolares, os jovens poderão aprender que a responsabilidade é de todos e, ainda, que os atos de cada um podem refletir sobre o futuro de toda a humanidade.

Diante disso, o presente trabalho objetiva-se em apresentar a trajetória da construção de um projeto de intervenção didático-pedagógico, na vertente da Educação Ambiental, que se aproprie de um espaço de uma instituição privada na cidade de Uberlândia/MG, a qual possui uma nascente e um lago em suas dependências. Para tanto, este trabalho configurou-se como uma pesquisa participativa, com análise documental e levantamento de dados em grupo focal, que teve objetivo de investigar a educação ambiental na escola. Triangulamos os dados para dar visibilidade à trajetória da construção do projeto de EA, aqui destacado, dando relevo às potencialidades e interferentes do processo.

3 | METODOLOGIA

Durante a pesquisa buscamos intervenções constantes, a fim de mediar e colaborar para a construção de um projeto sobre EA com os professores participantes. Ressalta-se o caráter deste trabalho: pesquisa aplicada no ambiente escolar, com a finalidade de se construir um projeto didático-pedagógico que seja resultado de ação de docentes da educação básica e que possa contribuir para a constituição de novas estratégias para a EA nas escolas. Assim, durante este trabalho, pretendeu-se abordar a metodologia referente à pesquisa participativa, no qual o pesquisador e os professores envolvidos participaram de forma efetiva no processo de construção do projeto didático-pedagógico.

Para Thiollent (2011), a pesquisa participativa é definida como uma investigação social com embasamento empírico, no qual pode existir a resolução de um problema. O autor ainda afirma que os pesquisadores desempenham uma notória função na sistematização dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das intervenções desencadeadas pelos problemas. Por isso, este tipo de metodologia exige uma relação do tipo participativa entre pesquisadores e participantes da situação investigada.

Assim, para a construção do projeto pedagógico, os docentes da instituição que ministram aulas no 9.º Ano do ensino fundamental foram convidados a participar de um trabalho coletivo, por um dos professores/pesquisadores da escola, também autor

deste trabalho, com o intuito de elaborar um projeto de intervenção para trabalhar a EA, junto ao lago e à nascente que a instituição possui em suas dependências.

Posteriormente um questionário foi entregue aos oito (8) docentes do 9.º Ano, referente às disciplinas de matemática/robótica, física, química, geografia, história, inglês, artes e biologia. Esse questionário teve o objetivo de conhecer o professor que ministrava aulas para o 9.º Ano; o ano em que concluiu sua graduação; identificar se ele realizava algum trabalho na vertente da EA; e saber quais são os conteúdos trabalhados na série em questão.

Em seguida, foram marcados encontros com os professores da instituição com o foco na construção do projeto didático-pedagógico. Todo o processo se deu a partir do trabalho coletivo, inclusive o número de reuniões foi sugerido pelos professores participantes.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos que houve dificuldades para os professores fazerem a devolutiva dos questionários. Para tentar entender a dificuldade dos docentes em entregarem os questionários respondidos, começamos a analisar a rotina deles na escola. Foi analisado como eles chegavam à instituição, o tempo destinado àquele ambiente na escola, o tempo na sala dos docentes e a relação com outros professores.

De início, os professores aceitaram participar da pesquisa. No entanto, a partir da entrega dos questionários, ficou visível certo receio com relação a essa participação. Nesse sentido, o professor-pesquisador valeu-se de sua proximidade com os colegas de trabalho e explicitou que o questionário era fácil de ser respondido e que não demoraria mais do que 15 minutos. Diante disso, os professores da instituição receberam a avaliação com possibilidade de devolutiva após uma semana.

Foram entregues os questionários a oito professores que trabalham nas disciplinas do 9.º Ano: física, química, biologia, matemática/robótica, geografia, artes, história e inglês. Destes, após uma semana, foi obtida a devolutiva de apenas um professor que ministra a disciplina de inglês. Então, o pesquisador conversou com os outros professores sobre a entrega dos questionários e sete deles afirmaram ter esquecido por falta de tempo para responder. No entanto, falaram que iriam entregar na próxima semana.

Os docentes das disciplinas de biologia, química e matemática/robótica devolveram os questionários respondidos. Os outros não responderam aos questionários e, para evitar possíveis constrangimentos, o pesquisador apenas comentou sobre eles, mas sem fazer a cobrança. Com isso, de oito professores participantes da pesquisa, apenas quatro entregaram os questionários.

4.1 Resultados dos questionários

Foram realizadas análises dos quatro questionários entregues pelos professores. Para não identificar o participante, serão utilizados nomes fictícios: André (Matemática/Robótica), Lúcia (Biologia), Maria (Língua Inglesa) e Carlos (Química).

O André é licenciado em Matemática desde 2000. No 9.º Ano, o professor trabalha com Potências, Equações, Sistemas, Funções e Geometria. O professor não trabalha com EA, mas, em alguns momentos, resolve exercícios com plotagem de gráficos da degradação ambiental e cálculo de áreas devastadas.

A Lúcia é licenciada em Ciências Biológicas desde 1998. Não aponta os conteúdos trabalhados no 9.º Ano e também não percebe a relação dos conteúdos específicos de Biologia com EA. Além disso, não desenvolve nenhum trabalho ou projeto sobre EA.

Maria é licenciada em Letras desde 1998. No 9.º Ano, a professora trabalha conteúdos da língua inglesa, envolvendo Contos, Conjunções, Formas verbais e Conversação. Não desenvolve projetos ou trabalhos em EA, mas discute em sala de aula alguns exercícios que tratam sobre as Leis Ambientais.

Carlos é licenciado em Química desde 1994. No 9.º Ano trabalha com conteúdos de Química Geral e Orgânica. O docente trabalha com conteúdos voltados para visão ambiental e tecnológica, mas não desenvolve nenhum projeto sobre EA.

4.2 Trajetória para a construção do projeto pedagógico

Quando os participantes devolveram os questionários respondidos, foi iniciada a análise dos dados para que então pudessem ser programadas as reuniões com os professores, visando à construção de um projeto interdisciplinar. Neste sentido, após a devolutiva dos questionários, o pesquisador convidou os professores para alguns encontros nos quais teriam discussões, reflexões e a elaboração do projeto pedagógico.

Dos quatro participantes que entregaram os questionários, dois não iriam continuar na escola no próximo ano. Além desses envolvidos na pesquisa, outros cinco professores também não continuariam na escola. Assim, foi verificado que na instituição, onde foi realizada a pesquisa, houve rotatividade de professores, o que também dificulta a implementação e continuidade de propostas de intervenção pedagógica. Convém destacar que, dos professores que entregaram os questionários, apenas dois continuam na instituição. Entretanto, o André não iria ministrar, no ano seguinte, aulas de matemática no 9.º ano, apenas robótica.

Apesar das dificuldades para a construção do projeto pedagógico, os participantes que entregaram os questionários, e ainda trabalham na escola, participaram de três reuniões semanais com o pesquisador para a elaboração do projeto. Os encontros foram filmados e depois transcritos para análise detalhada sobre os momentos de discussão.

4.3 Discussões a partir das reuniões com os professores

Durante a pesquisa, buscamos conhecer as concepções dos docentes sobre a EA e, por meio das discussões, inseri-los em momentos de reflexões sobre a temática. Esses momentos colaboraram para que os professores compreendessem a importância da EA na escola e, além disso, pudessem refletir sobre as suas concepções de EA. Percebemos que no início dos encontros, os docentes tinham uma visão de EA na perspectiva preservacionista, isto é, a natureza sendo preservada e, não necessariamente, com o ser humano integrando o ambiente.

O pesquisador realizou, durante os encontros, provocações direcionadas aos participantes no sentido de que eles pudessem refletir que não é necessário considerar a natureza distante/separada do ser humano, mas perceber a necessidade de integração entre homem-natureza.

Durante os encontros com os professores, foi percebido que várias atividades propostas já teriam sido pensadas ou planejadas quando um grupo de professores tentou desenvolver um trabalho de revitalização no lago na escola.

No primeiro encontro, o pesquisador questionou os participantes André e Lúcia: O que vocês acham que podemos fazer no projeto? Um dos participantes, (André) respondeu:

[...] no ano passado com aquela fala sobre a Roda d'água, para a movimentação da água ali, então acho que uma das coisas que pega é esta movimentação da água, então eu pensei na seguinte proposta: Primeiramente vamos ter que conseguir patrocínio para recursos, porque não tem como fazermos sozinho. Por exemplo, pegar aqueles alunos do 8.º - 9.º Ano, trabalhar com eles a construção de uma roda d'água, explorando os conceitos matemáticos nesta construção. Eu estava pensando em algo simples, uma roda com as divisórias furadas, e um cano que jogaria a água, fazendo ela rodar e movimentar a água. Tecnicamente eu não sei quanto isso é viável, eu sei a parte da construção. Trabalharia com os alunos: raio, movimentos de circunferência, força da água (André).

Pelo relato do participante, "... no ano passado com aquela fala sobre Roda d'água", percebe-se que algum assunto, no caso a roda d'água, já foi comentado na escola. O pesquisador não questionou, mas, possivelmente, o professor escutou isso dos alunos, durante as aulas ou nas interações dos alunos na escola, em um projeto que foi cogitado anos anteriores.

Os discentes e um grupo de professores que tentaram desenvolver um trabalho na nascente e no lago, em anos anteriores, consideraram que possivelmente teria que aumentar a movimentação de água no lago, já que morriam peixes com frequência. Talvez as mortes dos peixes fossem pela pouca quantidade de oxigênio na água. Disso, surgiu a ideia para a construção de uma roda d'água. Foi realizado pelos estudantes um protótipo de como seria a roda (Figura 1). Isso justifica quando o participante aponta a roda d'água "pensada no ano passado".



Figura 1: Protótipo da roda d'água

Não foi construída a roda d'água no lago da escola. No entanto, seria uma possível ação para o projeto didático-pedagógico, caso fosse mostrado, por meio das análises químicas, que a oxigenação estivesse baixa, já que no lago existiam peixes e que esses necessitam da oxigenação. Quando o protótipo foi finalizado, já estava no final de um ano letivo e, para esta intervenção, o professor e os discentes precisariam de tempo, o que inviabilizou a inserção da roda d'água. Diante disso, nota-se que um projeto que mobiliza os educandos pode causar questionamentos e discussões em momentos distintos daqueles de quando o professor orientador está em sala de aula. Pela fala do Lúcia, também é possível perceber a influência de trabalhos mobilizadores e que têm impacto na comunidade escolar: “Nós poderíamos trabalhar a parte da biodiversidade da água, pois melhorariamos a parte biológica, podendo trazer peixes para esta água”. Ou seja, é possível aumentar a oxigenação podendo ter mais peixes no lago da escola.

Outro ponto a se discutir diz respeito ao fato que o André mostrou se interessar pela participação na construção do projeto, inclusive sugeriu solicitar patrocínios com pais de estudantes que possuem empresas. O participante ainda reforça os conteúdos que podem ser trabalhados a partir da construção da roda d'água.

Diante do que foi discutido, percebe-se que alguns conteúdos, já abordados em trabalhos anteriores, são novamente apontados para compor o projeto interdisciplinar, talvez, pelo impacto que o trabalho teve na comunidade escolar. No entanto, são apresentados pelos participantes, outros possíveis conteúdos para serem trabalhados, como aponta Lúcia, quando explicita a possibilidade de ser trabalhada a aeração, pois, segundo a participante: Aeração é o fenômeno da entrada do oxigênio. Porque o que acontece, com a queda d'água, você proporciona um volume de oxigênio maior, quando você tem o lago ali, a superfície está parada, há uma troca sim, mas muito pequena (Lúcia).

Isso mostra que o trabalho que busque a interdisciplinaridade, envolvendo professores de diversas áreas do conhecimento, colabora para a ampliação dos assuntos a serem abordados, uma vez que esses podem ser trabalhados por todos os participantes. Ou seja, o trabalho colaborativo, entre os professores, apresenta possibilidade de ser ampliado, com uma gama de conteúdos abordados e, dependendo da abordagem, integrar essas disciplinas.

Em outro momento, o participante diz:

Nós temos uma mãe que tenho certeza que se falarmos com ela, ela faria todo o paisagismo para nós, de forma gratuita, falando tudo o que pode ou não plantar, porque ela entende muito disso. Eu acho que entra a parte matemática também, quando fazemos os cálculos para verificar os custos desta construção (André).

A fala do professor evidencia outra atividade que foi pensada em momentos anteriores, o paisagismo. Assim, verifica-se o impacto que um projeto de intervenção pode ter na escola. E, como existem professores que se mostram motivados, precisam de parceiros que estejam dispostos a continuar ou elaborar propostas de trabalho.

Além disso, é fundamental evidenciar que o André envolve, em suas duas falas apresentadas, até o momento, os pais de estudantes. Inicialmente o participante sugere solicitar patrocínios e, posteriormente, ajudar no paisagismo. Isso reafirma o que Chalita (2001) discute sobre a necessidade de uma postura familiar participativa da escola, em que a responsabilidade para a educação seria colaborativa, isto é, a escola e a família juntas no processo educativo.

No segundo momento do projeto didático-pedagógico, assim intitulado pelos professores, foi sugerido levar os estudantes até um Parque da cidade. Neste momento, o pesquisador entrevistou com o objetivo de conhecer qual seria a concepção de EA dos participantes, já que a retirada dos estudantes da escola para um parque da cidade poderia ser entendida com uma visão empobrecida de EA, uma vez que o ser humano iria preservar um espaço que a sociedade não estaria inserida, ou então que, para ensinar EA teria que retirar o estudante da própria escola, dando a impressão que a sociedade não está inserida no ambiente. Assim, iria contra a EA que acreditamos, na qual entendemos que o cidadão precisa compreender-se como parte do meio e não a exclusão do homem ao meio. Dessa forma, o pesquisador perguntou aos professores: Qual a intenção de levar os estudantes a um parque para trabalhar a EA se temos um lago e uma nascente na própria escola?

Essa indagação provocou nos participantes momentos de reflexão sobre EA. Após a pergunta, fizeram alguns instantes de silêncio pensando sobre o objetivo da EA. Desta forma, o pesquisador mediou a discussão a partir de questionamentos, como: É importante levar os alunos a um parque? Com qual objetivo?

Os participantes dialogaram a importância dos aprendizes conhecerem outro espaço com sua própria cultura, além de aprenderem conteúdos de ciências com aulas práticas, por exemplo, em relação à botânica.

Esse fato reforça, ainda mais, a necessidade de os professores conhecerem a EA que querem abordar, tendo o cuidado para não passar a impressão aos estudantes de que a sociedade não está inserida no ambiente, o que causaria um equívoco, como apontado em Morales (2012).

Os participantes sugerem que todos os professores trabalhem juntos conteúdos que podem ser abordados no lago e na nascente que a escola possui em suas dependências. Assim, durante as discussões para a proposta pedagógica, foi apontado

pelos participantes que os envolvidos trabalhassem juntos em sua disciplina assuntos que pudessem abordar a temática principal, a nascente e o lago. Dessa forma, a intenção inicial foi que todos os docentes levassem os estudantes para o lago e, a partir desse espaço, explorar de alguma forma, os conteúdos pretendidos.

Foi proposto, por exemplo, que os professores conduzissem juntos os discentes até a nascente. Depois desses vislumbrares sobre o espaço, eles poderiam produzir um pequeno texto sobre suas impressões. A ideia proposta foi que a escrita fosse livre e, desta avaliação, o docente tenha condições de conhecer as concepções iniciais dos estudantes sobre aquele espaço.

Neste sentido, a produção textual é uma das atividades que tem o objetivo de enfatizar o papel do sujeito na sociedade, uma vez que o indivíduo pode interagir em seu ambiente social, expor seu posicionamento e, de repente, apresentar soluções para determinado problema. Mesmo que essa atividade seja realizada pelo professor de biologia, é fundamental que os outros também compartilhem as concepções iniciais dos discentes sobre a temática, sendo que, disso, o professor possa adaptar a abordagem de algum conteúdo específico para cada turma.

Os professores, durante o encontro, apontaram que poderia ser trabalhado em sala de aula o surgimento da nascente, abordando o ciclo hidrológico da água. Para isso, são abordados os estados de agregação da matéria (sólido, líquido, vapor), já estudados em química, lençol freático e impermeabilização do solo, estudado em geografia, entre outros conteúdos. Assim, percebe-se que um assunto, normalmente abordado na disciplina de química, pode ser também trabalhado pelo professor de biologia e, ainda, articulando com outras áreas do conhecimento, como a geografia.

Ainda nesta vertente, foi sugerido que os professores de química e biologia realizem análises químicas e biológicas com os estudantes e, ao mesmo tempo, o professor de matemática discuta o tratamento de dados dos valores encontrados. Com o professor de matemática, pode-se abordar o número de amostragem, como realizar a coleta de amostras e o porquê de fazer esse tratamento com os resultados. Além do professor de matemática abordar a estatística, os professores de biologia e de química trabalham com as possíveis análises a serem realizadas no espaço para conhecer a qualidade da água da nascente.

Ressalta-se, dessa maneira, que os docentes se mobilizaram para trabalharem, juntos, o mesmo assunto no projeto e, cada professor, poderia explorar o espaço, visando à interdisciplinaridade e à construção do conhecimento dos alunos. Neste sentido, percebe-se a intenção do projeto na abordagem interdisciplinar, os professores colaborando com a tentativa de rompimento da rigidez dos compartimentos em que se encontram as disciplinas dos currículos escolares e, ainda, as disciplinas discutem suas ideias, estabelecem interações e tentam ultrapassar as barreiras que caracterizam a especificidade de cada matéria (POMBO, 2005; SOUZA, SILVEIRA e LONGHINI, 2015).

Nota-se a importância em pontuar que em um dos encontros, o professor-

pesquisador indaga os participantes sobre a interdisciplinaridade e, segundo os sujeitos da pesquisa: “Tem que aliar as três áreas de conhecimento” (André); “Não é isolado, é um projeto grande com áreas distintas. É um tema que está sendo explorado por três áreas diferentes” (Lúcia). Mesmo pela complexidade da interdisciplinaridade, os participantes possuem concepções que vêm a caminho do trabalho interdisciplinar, cujas disciplinas se integram; e os professores, tendo a mesma linguagem, transitando por outras áreas do conhecimento. Acreditamos que esse seja o início para a realização de proposições interdisciplinares: os docentes dispostos a realizarem ações que superam os conteúdos específicos, de forma compartimentada, de uma disciplina.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades que a escola, hoje, pode encontrar, como ausência de reconhecimento do professor, poucos recursos, salas de aulas cheias, pouca motivação, entre outros, ainda há professores que disponibilizam seu tempo para discussões, reflexões e participação em projetos, como os sujeitos de pesquisa que colaboraram na elaboração deste trabalho. Nesse sentido, esses professores, como apontado por Leme (2006), precisam ter seu reconhecimento e apoio nas atividades escolares. Um bom início, talvez, seria ter parte de sua carga horária destinada à realização de projetos.

Uma das principais limitações da pesquisa foi não ter alcançado maior número de participantes para a construção do projeto didático-pedagógico, pois acredita-se que, com mais docentes envolvidos, novas discussões poderiam surgir, resultando em um projeto ainda mais amplo. Entretanto, a pouca participação dos docentes foi um fator também analisado e discutido durante este trabalho, pois isso contribuiu com as reflexões e a formação do pesquisador, enquanto professor, além de contribuir com outros trabalhos de pesquisa dessa natureza. Considerando a dificuldade de encontros com os envolvidos na pesquisa, de acordo com os motivos já discutidos no texto, talvez outros trabalhos pudessem se apropriar desta experiência para organizar outras estratégias de mobilização dos participantes.

O desenvolvimento da pesquisa também mostrou a importância de investimento na formação continuada de professores, mesmo que essa formação seja em momentos de encontros na escola para planejamento de atividades, desenvolvimento de projetos e outros fazeres. Pois é exatamente este o desafio e, ao mesmo tempo, a riqueza de experiências como esta que poderá contribuir com as reflexões de profissionais da educação inerentes à área de ensino/educação.

A EA em sala de aula depende muito dos professores, pois é responsabilidade deles a difícil tarefa de formar as futuras gerações. Para chegar aos estudantes com os conteúdos ambientais, seria importante o docente se convencer da mensagem que vai ensinar e, ainda, estar seguro para saber a melhor estratégia didática para êxito no

objetivo. Desse modo, é importante que o educador tenha uma formação sólida, voltada para os princípios da EA que precisam estar presentes em todas as disciplinas em diferentes conteúdos de forma contextualizada e interdisciplinar (SOUZA; SILVEIRA; LONGHINI, 2015).

A construção do projeto na escola colaborou, sobremaneira, para a reflexão em torno das dificuldades reais de se estabelecer um diálogo permanente entre os professores das escolas de educação básica. Esse diálogo, com caráter interdisciplinar, é ainda mais complicado tendo em vista que a formação dos professores, muitas vezes, é pautada na disciplinaridade com forte vertente no conteúdo e não numa abordagem mais ampla dos saberes escolares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 4. 2000. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/artigos/ArtigoLixonaEscola.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

BENTA, I. C.; THOMAZI, A. R. G. Educação ambiental emancipatória na escola: possibilidades da prática educativa docente. **Holos**, Rio Grande do Norte, Ano 29, v. 6, p. 103-119, 2013.

CHALITA, G. **Educação**: A solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

DAL-FARRA, R. A.; VALDUGA, M. A educação ambiental na formação continuada de professores: as práticas compartilhadas de construção. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.36, p. 395-415, maio/ago, 2012.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 11 ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEME, T. N. Conhecimentos práticos dos professores e sua formação continuada: um caminho para a Educação Ambiental na escola. In: GUIMARÃES, M. (Org.). **Caminhos da educação ambiental**. São Paulo: Papyrus, 2006. p. 87-112.

LEMOS, J. C. G. **Do encanto ao desencanto, da permanência ao abandono**: o trabalho docente e a construção da identidade profissional. 2009. 315 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MINC, C. **Ecologia e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

MORALES, A. G. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações. 2. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012. 223p.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, [online], v.1, n.1, março. 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

SATO, M.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Org.) **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253-283.

SOUZA, P. V. T.; SILVEIRA, H. E.; LONGHINI, I. M. M. A busca da construção de um projeto interdisciplinar com foco na educação ambiental. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, v. 11, n. 20, p. 14-25, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING

Giovanna Back

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel - PR

RESUMO: O sistema de produção capitalista, extremamente injusto e desigual, gera inúmeros conflitos sociais. A contradição é inerente a ele. Para sua propagação depende do Estado capitalista, o qual, a partir de mediações e regulamentações institucionais, garante o controle ideológico e social, perpetuando os conflitos e a conseqüente violência em relação ao semelhante que, no capitalismo, passa a ser apenas um concorrente, perdendo sua humanidade. Esse fenômeno pode ser observado em todos os âmbitos da sociedade contemporânea, mas se analisara nesse artigo, especificamente, a violência no ambiente escolar, também conhecida como Bullying.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Estado. Violência. Bullying.

ABSTRACT: The capitalism production system, extremely unfair and uneven, generates innumerable social conflicts. It's a contradiction inherent to itself. In order to propagate, it depends on the capitalist state that, from institutional mediation and regulation, guarantees ideological and social control, perpetuating conflicts and the consequent violence against their peers,

which on capitalism become only a competitor, and lose their humanity. This phenomenon can be observed at all scope of contemporary society, however will be analyzed in that article, specifically, the violence at school, also known as Bullying.

KEYWORDS: Capitalism. State. Violence. Bullying.

1 | INTRODUÇÃO

O capitalismo, na mesma dinâmica de progresso, traz consigo a decadência, a concentração da riqueza e a pobreza e, acima de tudo, a violência.

Mas, a profunda interferência nas relações sociais só é possível devido à aliança imprescindível entre Estado e capital, em uma simbiose entre o público e o privado.

O Estado, como instituição da sociedade capitalista, realiza os interesses gerais do capital, mediando as relações sociais e perpetuando as contradições inerentes ao sistema, através de seus instrumentos repressivos e institucionalizados.

Somado a isso, órgãos de propaganda de circulação em massa, auxiliam na alienação geral com mitos da necessidade de salvação do sistema, através da universalização de questões particulares.

Resultado disso é a alienação social e o individualismo, sendo o outro ser humano um concorrente a ser aniquilado, ou seja, a violência em grandes proporções, a qual, a longo prazo, poderá ser o fim da humanidade.

Assim sendo, não há dúvida de que os fluxos contraditórios do capitalismo levarão o homem à ruína quando até o próximo passa a ser mercadoria, num modo de produção desumano e que reforça desigualdades.

Inclusive o atual Papa, Jorge Mario Bergoglio, mais conhecido como Papa Francisco, alertou recentemente para o perigo do que chamou de “Globalização da Indiferença” pautada no individualismo e no egoísmo, ambos fomentados pelos grupos hegemônicos em busca da alienação social.

Nos termos do autor húngaro, Mészáros, a solução para o futuro está na mudança sistêmica radical em que as categorias (capital, Estado e trabalho) devem se alterar eventualmente a fim de que o capital não subordine às demais.

Para ele, não adiantaria apenas eliminar o Estado, mas superar a relação capital-trabalho no intuito de que hajam alterações totalizadoras e não meramente parciais, pois a crise do sistema é estrutural.

Ou seja, sem o Estado capitalista, o modo de produção capitalista não sobrevive, visto que aquele sustenta este. Com a morte daquele, será possível a igualitária promoção de justiça social.

É importante considerar, nesse contexto, que a violência social se reflete em todos os âmbitos da vida do indivíduo, a exemplo do ambiente escolar.

Desse modo, poder-se-ia dizer que o Bullying (violência escolar) é um reflexo da sociedade capitalista, desigual e injusta, fomentadora do individualismo.

Vive-se na lógica da exclusão, formando sujeitos ideologicamente violentos, reproduzindo a violência institucional de um Estado que promove o capital, não a justiça social, perpétua do a cultura da violência.

Ademais, a estrutura escolar exprime a estrutura social capitalista, enviando a ausência de postura crítica à escola, em relação ao preconceito e à discriminação.

Sujeitos alienados e individualistas são frutos do perverso sistema capitalista, mantido pelo Estado supostamente democrático, e atores da violência corriqueira.

2 | NOÇÕES GERAIS

O homem capitalista, visto a partir de uma visão hobbesiana, nasce egoísta e busca a satisfação de suas necessidades a partir da dominação de seu semelhante.

A fim de evitar a guerra de todos contra todos, nessa tentativa de dominação recíproca, cede parte de sua liberdade ao Estado, por intermédio de um Pacto Social. O poder do Estado passa a ser justificado para manutenção da paz social.

O Estado, através de suas instituições, busca, na realidade, preservar a totalidade do sistema construído pela burguesia por meio da regulação das relações sociais

e econômicas (através da lei) e do uso exclusivo do poder da violência (coerção e imposição).

Com o fracasso do comunismo, no início dos anos 1990, prosperou a hegemonia mundial das leis de livre mercado e a importância do papel do Estado em uma sociedade liberal democrática, não sem muitas divergências entre os integrantes da classe dominante.

Nesse contexto, foi possível observar a presença do Estado em diversas áreas da vida nacional, como seguridade social, regulamentação de setores produtivos, preservação ambiental, composição de investimentos, prestação de serviços públicos, estabelecimento de padrões educacionais e profunda desigualdade na distribuição de renda.

Além disso, é visível a busca da instituição de um governo mundial, comandado pelos Estados Unidos, com uma política agressiva de degradação ambiental, massacre dos povos, desvalorização do trabalho, perda de valores da humanidade e da vida social.

Enganam-se aqueles que acreditam que acabou a época dos impérios. Hodiernamente, segundo István Mészáros (2003), vive-se outra fase do imperialismo, o Imperialismo Global Hegemônico, em que os Estados Unidos da América exercem a política de conquista da supremacia internacional, a partir da retórica capitalista, repetida como um mantra pelos poderes hegemônicos, de liberdade para todos.

No final do século XIX e início do século XX, houve a intensificação das competições na arena mundial e a maturação de um sistema capitalista verdadeiramente internacional, tendo os Estados Unidos como centro hegemônico.

Sendo o capitalismo uma atroz forma de produção e o Estado seu gestor e executor, na “era da globalização”, a sociedade passa a ser, cada vez mais, comandada pelos instrumentos do poder hegemônico, desprovidos de ética.

É nesse contexto, sob o predomínio do liberalismo, que a “fábrica capitalista” produz tensões e contradições que produzem e reproduzem a cultura da violência, a exemplo do bonapartismo no século XIX, do Estado Nazista da Alemanha em meados do século XX ou da ideologia funcionalista norte-americana dos direitos humanos (sendo que os Estados Unidos se recusam à submissão ao Direito Internacional, tendo como principal exemplo o Tribunal Penal Internacional, para julgamento de crimes contra a humanidade).

3 | O SISTEMA CAPITALISTA

Trata-se de um sistema de produção econômica e reprodução social baseada na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade comercial, que visa lucro a partir da mais-valia resultante do trabalho e que, em seu auge, tem sido responsável por crises globais.

Procura reter a ordem existente, apesar dos antagonismos de um sistema injusto de produção e de troca, através do controle social metabólico, com auxílio de órgãos de propaganda de circulação em massa e o mito da necessidade geral de “salvar o sistema”.

Para manutenção do sistema, são necessárias a ampla sistematização e a normalização das relações sociais, a partir de um discurso isonômico. “Todos são iguais perante às leis”, “mas devem ser desiguais em relação aos rendimentos, à habitação, à justiça para poderem ter acesso a esses direitos” (FALEIROS, 1980, P. 44) (sendo a defendida universalidade discriminatória).

A partir da deslegitimação de direitos fundamentais, a realidade se torna coisificada, o controle fica mais rígido e o mundo mais áspero, com as relações pessoais mais artificiais e o crescimento da violência. Para combater estas, novas medidas restritivas são implementadas, com maior criminalização das relações sociais, gerando um círculo vicioso.

O modelo capitalista reforça, continuamente, a exclusão, a pauperização e a violação de direitos fundamentais, ou seja, a violência sistêmica, através de duros mecanismos de controle sociais, mitificados na cultura popular como esperanças de uma sociedade melhor, mais justa e mais fraterna.

Como maior colaborador, tem-se o Estado capitalista, superestrutura mediadora por excelência das contradições inerentes ao capitalismo, responsável pela manutenção do funcionamento das instituições e do capitalismo, por meio de regulações, conforme pregava Max Weber.

Estas regulações devem transformar o particular em universal, de modo que todos devem seguir a mesma ideologia, supostamente benéfica à maioria, mas que apenas mantém o sistema pelas classes hegemônicas.

Afinal, a manutenção do sistema garante a manutenção da ordem política e vice-versa, sendo imprescindível a internalização de ideologias, da regulação social e do controle social para garantia da totalidade.

Mesmo que para tanto seja necessário o sacrifício de alguns, haja vista que para a ideologia liberal, é preciso expurgar e expor aqueles que desafiam as leis, como forma de educação dos demais e internalização de ideologias. É o chamado controle social ou ideológico.

É preciso considerar que o sistema capitalista é contraditório por natureza, entretanto os desentendimentos dentro da mesma classe não podem implodi-la. As contradições devem se alinhar, visto que se não o fizerem, a estrutura do sistema rompe, havendo perda do controle e conseqüente alteração da ordem social.

As profundas contradições e os antagonismos do sistema, manifestados na crise estrutural global, são suicidas, tendo gigantesco potencial de autodestruição da humanidade.

4 | O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA

A partir do século XVI, com a ascensão da classe burguesa, entende-se por Estado a instituição fundamentada em prescrições sociais e jurídicas que tem o dever de regulamentar a vida em sociedade, sendo a forma máxima de organização humana, como ensina o jurista Norberto Bobbio (1999)

Sem dúvida alguma, é considerado o monopólio da força e do poder, tanto econômico e político quanto ideológico e legal. Este último é fundamental para consecução de sua finalidade suprema: regimentar a vida em sociedade através das leis (“governo das leis”)

Bobbio defende, destarte, que é melhor o governo das leis ao governo dos homens, pois aquele é desprovido de paixões e se baseia na racionalidade, sem olvidar das leis naturais.

Não se pode perder de vista que o Estado, através de sua política, representa a luta de classes, mas estas não são blocos monolíticos, tendo conflitos internos que também devem ser mediados pelo Estado.

Em suma, o Estado capitalista tem como função primordial o controle da sociedade através de normas criadas pelos seus “braços”, denominados instituições.

Objetiva o controle social a partir da ideologia hegemônica, afinal, é o efeito psicológico que mantém a sociedade por intermédio de um processo de consciência social e de educação.

É fato notório que apenas com os arranjos institucionais do Estado é que foi possível a ascensão do sistema capitalista à hegemonia mundial. As obras de gestão do Estado, estruturas de assistência e serviços essenciais, além de financiamentos e juros são apenas alguns dos exemplos da união de desígnios entre ambos.

Assim, o Estado é mediador das relações sociais por excelência. Realiza mediações com a classe trabalhadora, com o auxílio das instituições (representações econômicas e políticas), tendo como fio condutor as determinações do capital.

Embora aparente ser um governo de todos, alegando representar a sociedade como um todo, incluindo as minorias sociais, o Estado segue a direção oposta ao limitar o poder contra hegemônico, ao precarizar o trabalho (aquele que ontologicamente produz riqueza e sem o qual o capital não sobrevive) ou ao manter as desigualdades sociais.

Com a “nobre causa” de salvar o sistema, a principal resposta encontrada pelas classes dominantes é a intervenção governamental. O que significa a “injeção” de dinheiro público para salvar o capital privado, ou seja, somas astronômicas que submetem a massa trabalhadora a esforços fiscais crescentes, em uma suposta igualitária divisão do custo.

Seria, em outras palavras, a nacionalização da bancarrota capitalista, apesar do defendido livre mercado, sendo que os contribuintes não obtêm nada com as grandes somas investidas em ativos capitalistas fracassados.

A principal estratégia é a transferência desses ativos para o controle do Estado a fim de que sejam revigorados, por intermédio de tributação, para serem posteriormente privatizados, no devido momento.

Isso gera dívidas públicas perenes, com altos custos e condições abusivas, que geram escravidão econômica, interferência política, apropriação de recursos e privatizações de patrimônio público, conforme ensina Maria Lúcia Fatorelli (2013).

O dinheiro público, oriundo da riqueza socialmente produzida através do trabalho humano, muitas vezes não segue seu destino devido, como a promoção de direitos fundamentais e a distribuição de riqueza. É destinado ao setor privado mediante parcerias público-privadas.

Estas realizam administração privada com o dinheiro público, haja vista a necessidade da dilatação do Estado na busca de eficiência, conforme os ditames da ideologia liberal.

O Estado dito eficiente, segundo Vicente de Paula Faleiros (1980), é supostamente neutro (quando árbitro), se utiliza da miséria e do terrorismo (anomalias) para estabilização do sistema, classifica seus nacionais de acordo com a renda (os desfavorecidos e os privilegiados), estabelece parâmetros mínimos, evita a universalização por meio de políticas sociais focalizadas e institucionaliza conflitos.

Este Estado mantém problemas crônicos e questões contraditórias, mantendo a desigualdade, visto que esta é o pressuposto fundamental do capitalismo.

A partir da desigualdade, é possível a orquestração do jogo capitalista, que privilegia os rentistas, e a destinação de recursos, frutos de juros e espoliações, para investimentos em áreas sensíveis do capital, como isenções fiscais.

O Estado tem papel essencial na defesa dos interesses capitalistas e na reprodução do sistema capitalista em escala ampliada. Afinal, quem salva o capitalismo de suas crises estruturais é o Estado.

Este realiza mediações constantemente, através de uma democracia minimamente participativa, para manutenção da hegemonia, limitando as políticas sociais (responsáveis pela distribuição da riqueza) e transformando tanto o homem em mercadoria, quanto a sociedade em mercado.

A sociedade é submetida à destruição causada pela simbiose entre o Estado e o capital, administrada por práticas corruptas e antidemocráticas.

Como afirma Mézaros (2003), o papel do Estado capitalista, no mundo parasitário das finanças, é fundamentalmente importante e potencialmente catastrófico, pois o Estado é o legitimador “democrático” da institucionalização da fraudulência.

Nunca foi possível ao certo definir onde terminava o capital e começava o Estado, ainda que ideologicamente houvesse a defesa de uma separação absoluta.

5 | A CULTURA DA VIOLÊNCIA

Nos últimos séculos da história da humanidade, houve um incremento do cenário da violência, das mais variadas formas, quer por conflitos étnicos ou religiosos, quer por terrorismo ou por narcotráfico. São vastas as possíveis formas de violência na atualidade, incluindo os jogos das forças político-econômicas.

Conforme destaca Ianni (2002, p. 10), a ideia é:

O Mercantilismo, o Colonialismo, o Imperialismo e o Globalismo podem ser vistos inclusive como processos histórico-sociais, ou geo-históricos, nos quais florescem e reflorescem as mais diversas formas e técnicas de violência. São formas e técnicas de violência que atingem indivíduos e coletividades, povos e nações, tribos e reinos. Essa é uma história de diásporas e de holocaustos das mais diversas proporções, envolvendo indivíduos e coletividades, em todas as partes do mundo.

Parece algo intrínseco à organização social moderna e à defesa da propriedade privada, desde o primeiro homem que cercou seu terreno e disse: “isto é meu”, como ensina Rousseau, até as mais sofisticadas técnicas de ampliação da capacidade produtiva e de concentração de capital.

A sociedade burguesa, por seu turno, busca justificar a realidade violenta e altamente competitiva, devido à acirrada concorrência entre grupos capitalistas para domínio do mercado, e a garantia da coesão social, por meio de um sistema repressivo e de dominação ideológica.

Para tanto, a estratégia é a promoção da alienação social e o incitamento ao individualismo e à rivalidade. O ser humano deixa de ser visto como companheiro ou semelhante para ser visto como concorrente.

A sobrevivência na sociedade capitalista depende, portanto, do aniquilamento do concorrente, através da violência, a qual se tornou, inclusive, um mercado em ascensão.

Milhões são gastos diariamente para financiamento do tráfico e da indústria armamentista, para lavagem de dinheiro em paraísos fiscais, para manutenção dos atos corruptos ou para promoção de guerras em busca de riquezas, sem que se considerem as consequências sociais e humanas.

A cultura da violência é mantida e propagada em virtude da forma pela qual o Estado se organiza, com sua ideologia burguesa, fervorosamente defendida pela grande mídia - “espaço privilegiado do sistema para aprisionar as pessoas na mais-valia ideológica” (SILVA, 2013).

No século atual, a violência pode ser justificada também pela globalização dos processos econômicos e pela mundialização das novas questões sociais (SANTOS, 2002), profundamente marcada pela desigualdade social em todas as dimensões (saúde, habitação, trabalho, educação, segurança, informação, conhecimento e participação política).

Deve se dar destaque ao fato que ela se tornou visivelmente espetacularizada pelas grandes mídias, com a dramatização dos fatos “de maneira a produzir o

extraordinário do mundo ordinário” (SANTOS, 2002).

O fato é que ela se deve à fragmentação social e à ode ao individualismo que dá origem à “multidão solitária” (IANNI, 1996) em um processo de massificação e de rompimento da consciência coletiva de integração social.

Além disso, na busca de estimular a competição, incute-se o medo do outro. Afinal de contas, o natural do homem não é a competição, mas a cooperação, pois aquela parte da lógica da exclusão, com o único objetivo de consolidação de um pequeno grupo no poder.

Nesse contexto, a violência é algo natural, fruto apenas da maldade humana, sem qualquer relação com a “política da competição”.

De braços dados com a política do medo, surge a lógica invertida de justiça, a partir do discurso ideológico midiático: já que a sociedade é refém de uma violência sem solução, deve fazer a justiça com as próprias mãos, em especial com relação aqueles que foram rotulados como delinquentes.

O “inimigo” povoa o imaginário humano e ganha formas pelos discursos hegemônicos, retirando qualquer resquício de humanidade dos indivíduos, na busca da “higienização social” daqueles que não compartilham da produção capitalista, quer por opção, quer por condicionantes econômicas ou políticas.

Comparando o capitalismo a uma imensa e complexa fábrica, Octavio Ianni revela que, por essa influência direta ou indireta nas condições de vida e nas perspectivas individuais e coletivas, enquanto os benefícios são compartilhados por poucos, os prejuízos o são por muitos (IANNI, 2004).

As artimanhas ideológicas perpetuadas pelos capitalistas encobrem as desigualdades e dão força para a propagação desse acontecimento que deveria ser excepcional: a violência, sempre com alegações racionais e humanitárias.

No desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pululam diversidades e desigualdades, além de formas de alienação e técnicas de dominação e repressão, não sem falsos discursos democráticos e de cidadania.

Destaca-se, ainda que com a potencialização do trabalho necessário, a fim de promover o consumo e a acumulação da riqueza, resta maior tempo disponível, visto que menos força humana é necessária para aumentar a produtividade.

Contudo, o tempo livre, que deveria ser socializado, é controlado e comercializado pelo capital, inclusive através da produção destrutiva, o que resulta no incremento da violência social.

Em termos práticos, portanto, a violência seria o reflexo das contradições sociais e da manifestação da luta de classes, a partir da natureza vil e desumanizante do capitalismo, mas também resistência à ordem imposta pelos poderes instituídos pelo Estado.

5.1 Violência escolar ou Bullying

Várias são as formas de violência perpetradas na atual sociedade, pelos motivos dantes analisados, abrangendo inúmeras esferas sociais. Dentre estas, destaca-se a escolar, também conhecida como Bullying.

Para muitos especialistas, é uma forma de assédio moral, caracterizado por condutas repetitivas e prolongadas de conteúdo ofensivo e/ou humilhante que tem como finalidade a exclusão de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos do ambiente social.

Inicia-se, frequentemente, pela recusa de uma diferença e manifesta-se por comportamentos no limite da discriminação.

A conclusão sobre o fenômeno é unânime entre os especialistas (CALHAU, 2009, p. 76):

O fenômeno Bullying estimula a delinquência e induz a outras formas de violência explícita, produzindo, em larga escala, cidadãos estressados, deprimidos, com baixa autoestima, capacidade de autoaceitação e resistência à frustração, reduzida capacidade de autoafirmação e autoexpressão, além de propiciar o desenvolvimento de sintomatologias de estresse, de doenças psicossomáticas, de transtornos mentais e de psicopatias graves. Tem, como agravante, interferência drástica no processo de aprendizagem e de socialização, que estende suas consequências para o resto da vida, podendo chegar a um desfecho trágico.

É um assunto que vem tendo sua discussão ampliada ao longo dos anos em razão dos efeitos maléficos e destrutivos aos cidadãos em desenvolvimento de sua personalidade, mas poucas vezes se considera o violento contexto social.

O Bullying, como qualquer fenômeno social, está intrinsecamente relacionado à realidade dos indivíduos e a fatores particulares que agem em conjunto (NESELO, 2014). A violência sofrida nos mais variados âmbitos também se expressa no ambiente escolar.

É importante destacar a multiplicidade de fatores em que o indivíduo se insere, de modo que existe uma relação de causa e efeito entre a parte e o todo.

A valorização do individualismo, no sistema capitalista, é um campo favorável para o desenvolvimento do Bullying. A dificuldade em lidar com a diferença é a chave dos conflitos e das ações desrespeitosas.

Os danos podem ser ainda maiores e mais nefastos quando o Bullying é praticado na modalidade Cyberbullying ou Bullying digital, desenvolvido a partir da globalização e da popularização da internet (engrenagens do atual sistema capitalista), no início do século XXI.

Teoricamente, a partir do hodierno modelo de Estado Democrático de Direito, adotado por grande parte das nações, seria possível o desenvolvimento de uma sociedade livre e solidária, em que o povo é adequadamente representado e tem garantido seus direitos fundamentais.

Entretanto, como cediço, o Estado capitalista media relações a partir do capital e não do bem social, no intuito de manter o sistema e o poder.

Para o capitalismo, não há direito e sim mera pretensão de direito, sempre a depender da ordem jurídica estabelecida, a qual se molda aos interesses do capital. Este financia as instituições e a manutenção da estrutura socioeconômica e política, desde que gere lucro.

O próprio sistema escolar reproduz a estrutura capitalista, de hierarquia e desigualdade de poder. Visivelmente repressiva, está pautada na disciplina e na aprendizagem acrítica e alienadora.

A dinâmica da sala era sempre a mesma e envolvia correção, explicação, inquietação, resolução em grupos e, novamente, correção, e assim por diante, em um ciclo contínuo, que não favoreceu a criatividade e a reflexão diante dos conhecimentos, mas sim a repetição monótona de uma rotina desmotivadora (TORO, 2010, p. 130)

Isso porque é extremamente complexo e indesejável a construção de um sistema educacional com postura crítico reflexiva, diante do contexto sociocultural existente com relações rígidas e que desconsideram vínculos.

Conforme ensina May (1972), “quando o vínculo entre os seres humanos é destruído, significa que foram desfeitas e desorganizadas as possibilidades de comunicação, e entram em cena a agressão e a violência”, quer na sala de aula, quer na realidade social.

Ou seja, quando ausente uma postura ativa e questionadora, não há a construção de relações reveladoras e autênticas, dando margem a alternativas violentas e destrutivas.

É preciso uma análise radical da educação típica que impõe aos indivíduos um modelo de ser e agir, mantendo a sociedade administrada, e torna desnecessária a reflexão e a emancipação dos indivíduos.

A educação voltada à independência intelectual:

(...) embora amplamente reconhecida como discurso, é em sua face verdadeira um projeto subversivo, pois visa a desmascarar a cultura dominante teoricamente democrática que promove a heteronomia sob o rótulo de autonomia, limitando o pensamento e a experiência ao invés de promover sua ampliação (MARCUSE, 2001).

Como uma forma de violência, o Bullying é uma questão social a ser estudada no âmbito da educação a fim de se desenvolver alternativas viáveis para seu enfrentamento e solução.

Nesse sentido, não bastaria a criminalização da conduta ilícita, seria fundamental a discussão sobre o respeito à diferença, com uma postura crítica, em uma detida análise sobre o contexto social.

É essencial, sem dúvida, o fortalecimento de determinados valores da sociedade, como o repúdio ao preconceito e à discriminação, na busca da efetivação da dignidade humana.

Outra alternativa possível seria a realização de políticas sociais de prevenção e combate ao Bullying, mas não as mesmas políticas focalizadas de sempre que

não passam de gestão estatal da força de trabalho e manutenção da ordem social (FALEIROS, 1980).

Ao contrário, deve haver amplas políticas de saúde e de educação para minimizar ou erradicar os nefastos efeitos da violência escolar, haja vista as políticas sociais deverem ser a repartição da riqueza socialmente produzida.

Para tanto, precisa-se que o Estado seja efetivamente Democrático de Direito e legítima representação dos interesses da sociedade, não do capital.

Tal violência é apenas reflexo da sociedade engessada por uma ciência instrumentalizada que busca a adaptação das pessoas para a manutenção de uma ordem social desigual.

Essa ciência tipifica a violência e a trata como natural, na busca de controlá-la. No entanto, mascarada sob o rótulo da ciência, passa a exercer poder sobre o indivíduo e se torna incontrolável (ANTUNES, 2008).

O Bullying, portanto, tem origem na violência institucional, derivada da estruturação da sociedade de classes e do processo de exploração do homem pelo homem.

Resultado disso é a produção de sujeitos ideologicamente violentos, que consomem e reproduzem violência, tornando a escola terreno fértil para a propagação do Bullying.

6 | CONCLUSÃO

A violência é uma realidade arraigada ao contexto atual, com números cada vez mais expressivos, sendo que a origem do problema pode ser legada à organização social moderna e à defesa da propriedade privada.

Pilares do sistema de produção capitalista que precisaram ser reorganizados durante o período Moderno e depois mantidos por uma grande estrutura de poder político, econômico e ideológico.

Assim, para a consecução do capitalismo, desenvolvido pela classe burguesa ascendente, a criação do Estado de cunho liberal, a partir do contrato social, foi necessária.

O Estado tem como função primordial a regulação social, a partir de suas instituições e regulamentações normativas, e consequente manutenção do sistema.

Ele é, então, uma superestrutura mediadora que se move com base nos interesses do capital. Ambos estabelecem uma simbiose com o objetivo de “salvar o sistema”, garantindo a consecução dos interesses da classe hegemônica e mitigando os direitos fundamentais dos indivíduos que deveria proteger.

Ou seja, com discurso humanista, de liberdade e igualdade (meramente formal) para todos, o sistema, financiado e perpetuado pelo Estado capitalista, esconde seus conflitos e contradições inerentes, transformando o homem em mercadoria.

A partir da lógica competitiva e concorrencial, o capitalismo estimula a violência

entre os indivíduos enquanto realiza o desenvolvimento produtivo alienante e opressor.

Fator importante para o fomento do individualismo e da rivalidade é a alienação social promovida e propagada pelos órgãos de circulação em massa, estabelecidos na ideologia burguesa e em sua lógica de exclusão.

Com a política do medo e da exterminação do inimigo, justifica o injustificável: a violência, a partir de um sistema repressivo e assentado na dominação ideológica para manutenção de um pequeno grupo no poder.

Sem dúvida alguma, a violência é fruto das desigualdades sociais, dos problemas sociais oriundos da organização social capitalista, de modo que apenas a mudança da ordem social, com reformas nas bases materiais concretas, seria a resposta para esse problema.

No tocante ao Bullying, é importante identificá-lo como mais uma forma de violência, elemento social significativo na realidade contemporânea, decorrente de relações de expropriação de poder, de repressão e de ruptura do diálogo.

As alternativas possíveis em relação ao fenômeno devem estar lastreadas em princípios como a tolerância e o respeito, além da busca do desenvolvimento interpessoal.

Necessário se faz que para o estudo da violência escolar seja realizada uma análise dialética, entre o indivíduo e a sociedade, visto que a barbárie é a condição de existência da própria sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. (2003). **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Original publicado em 1971).

ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia e Sociedade**. n. 20, p. 33-42, São Carlos. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3093/309326454004/>. Acesso em: 10/07/2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1980. p. 44.

FATORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria cidadã da dívida: experiências e métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara. n.12, p-7-28, 2002.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARCUSE, Herbert. Comentários para uma redefinição da cultura. In H. Marcuse. **Cultura e psicanálise**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001. (Original publicado em 1965).

MAY, Rollo. **Poder e inocência**: uma análise das fontes de violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MÉSZAROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. 1ª Ed., São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares. Microfísica da violência: uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p.22-24, Set. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000100017&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SILVA, Ludovico. **Mais-valia ideológica**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

TORO, Giovana Vidotto Roman; NEVES, Anamaria Silva; REZENDE, Paula Cristina Medeiros. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Psicologia: Teoria e Prática**. p. 123-137. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1938/193814418011/>. Acesso em: 10/07/2017.

O USO DOS PRINCÍPIOS DO DESIGN DE INTERIORES NA HUMANIZAÇÃO DA CASA DE APOIO

Rubia Maiara Silva Marcon

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Maringá – Paraná

Larissa Siqueira Camargo

UniCesumar e Universidade Anhembi Morumbi, Programa de Pós-Graduação em Design

Maringá – Paraná

São Paulo – São Paulo

RESUMO: O Design de Interiores tem o propósito de melhorar a qualidade de vida de quem ocupa o ambiente e por isto seu projeto deve alinhar necessidades técnicas, funcionais e estéticas ao bem estar, à segurança e ao conforto. Diante disso, o estudo objetivou buscar na literatura estratégias e princípios do Design de Interiores que possam ser utilizados para proporcionar aos hóspedes de uma Casa de Apoio um ambiente acolhedor durante o período de sua permanência. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva com a finalidade de identificar o conhecimento produzido na área de Design de Interiores aliado à Psicologia Ambiental para melhorar a qualidade de vida de quem ocupa o espaço. Os dados foram coletados da base de dados do Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave: Psicologia Ambiental; Design de Interiores; Humanização de Ambientes e Ambientação

de Interiores. Os dados foram comparados e analisados para identificar soluções de Design de Interiores capazes de humanizar os ambientes. Foram destacados elementos, atributos, fatores e necessidades ambientais que são estratégias e princípios do Design de Interiores que possibilitam a apropriação e humanização do espaço. Os resultados obtidos apontaram que a Humanização de Ambientes de uma Casa de Apoio é fundamental para a manutenção da qualidade de vida dos usuários destas instituições, e acredita-se, que a Psicologia Ambiental, por objetivar a melhoria da qualidade de vida do usuário, pode propiciar o desenvolvimento de projetos centrados nos usuários, resultando em ambientes cada vez mais qualificados e humanizados.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Apoio; Design de Interiores; Humanização de Ambientes; Psicologia Ambiental.

ABSTRACT: The Interior Design have the purpose of improving the life quality of those who occupy the environment and there for e their project must align technical, functional and aesthetic needs to well-being, safety and comfort. On this, the stud aimed to search in the literature Interior Design strategies and principles that can be used to provides the Support House guests with a warm environment during the period of their stay. It was a descriptive bibliographical

research with the purpose of identifying the knowledge produced in the area of Interior Design associated with Environmental Psychology to improve the quality of life of those who occupy the space. The data were collected from the Google Scholar database, using the following Keywords: Environmental Psychology; Interior Design; Humanization of Environments and Interior Settings. The data were compared and analyzed to identify Interior Design solutions capable of humanizing environments. Elements, attributes, factors and environmental needs were highlighted that are strategies and principles of Interior Design that allow the appropriation and humanization of space. The results obtained indicated that the Humanization of Environments of a Support House is fundamental for the maintenance of the life quality of these institutions users, and it is believed that Environmental Psychology, by objectifying the improvement the life quality of the user, can to foster the development of user-centered projects, resulting in increasingly qualified and humanized environments.

KEYWORDS: Support House; Interior Design; Humanization of Environments; Environmental Psychology.

1 | INTRODUÇÃO

A Casa de Apoio deve ser entendida como um local de habitação temporária que tem por objetivo auxiliar o hóspede durante a sua estadia, acolhendo-o e amparando-o no que diz respeito às suas necessidades básicas. Sem fins lucrativos, ela realiza serviços de cunho social e disponibiliza suas acomodações aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

No Brasil, as primeiras casas de apoio surgiram na década de 1980 para atender portadores do HIV e pacientes de Aids, sendo um espaço de acolhimento para doentes sem recursos financeiros e que não podiam contar com apoio familiar. A partir desta demanda inicial surgiram outras tipologias de casas de apoio para atender diversos públicos (ANDRADE, MARTINS e BÓRGUS, 2007).

A tipologia de Casa de Apoio para o familiar que está acompanhando um paciente internado em hospital é muito importante, pois embora este acompanhante seja fundamental para a recuperação do paciente, o ambiente hospitalar é desgastante e não oferece estrutura física de modo a permitir que este realize atividades relacionadas com suas necessidades básicas, como alimentação, higiene e descanso adequado.

Neste contexto, questionou-se: Como a Casa de Apoio pode propiciar uma melhoria da qualidade de vida dos familiares e/ou acompanhantes dos pacientes? Como ela pode oferecer melhores condições de repouso e convivência?

Sendo assim, é importante compreender alguns fatores de Design de Interiores que podem ser aplicados no ambiente para influir positivamente sobre o usuário. Além de conhecer a Psicologia Ambiental, área multidisciplinar que estuda a influência do ambiente no comportamento humano.

Deste modo, o presente artigo teve por finalidade buscar na literatura estratégias

e princípios do Design de Interiores que possam ser utilizados para proporcionar aos hóspedes de uma Casa de Apoio um ambiente acolhedor durante o período de sua permanência.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica descritiva com a finalidade de identificar o conhecimento produzido em Design de Interiores com enfoque em Psicologia Ambiental, cujo emprego pode favorecer a melhoria da qualidade de vida de quem ocupa o espaço.

Os dados foram coletados no período de maio a agosto de 2015, por meio de consulta à base de dados do Google Acadêmico, utilizando, entre outras, as palavras-chave: Psicologia Ambiental; Design de Interiores; Humanização de Ambientes e Ambientação de Interiores.

As informações encontradas em livros, dissertações e artigos foram comparadas e analisadas de modo a identificar as estratégias e princípios do Design de Interiores capazes de humanizar ambientes de uma Casa de Apoio para melhor atender os usuários deste espaço.

3 | REVISÃO DE LITERATURA

Foram encontrados três estudos cujo enfoque era a humanização de ambientes, dois estudos voltados ao Design de Interiores, seu projeto e aplicação, um estudo sobre a correlação entre a psicologia e o ambiente construído e um sobre Casas de Apoio.

Para Gubert (2011), o Design de Interiores é considerado uma profissão em que soluções criativas, técnicas, funcionais e estéticas são aplicadas ao ambiente interior já construído com o propósito de melhorar a qualidade de vida dos ocupantes, proporcionando-lhes bem estar, segurança e conforto.

De acordo com o Dicionário Priberam, humanizar significa tornar humano, sociável, agradável ou suportável. Segundo Marques e Souza (2010), “o conceito de humanização pode ser traduzido como uma busca incessante do conforto físico, psíquico e espiritual”, tendo, para Horevicz e Cunto (2007), seu valor revelado à medida que resgata o respeito à vida humana.

Para humanizar é preciso estar ciente de que “a pessoa que utiliza o espaço é a peça fundamental na definição de como deve ser o ambiente”. Conhecendo as necessidades e expectativas do usuário, será possível proporcionar-lhe um ambiente capaz de supri-las e superá-las, tornando-o assim, mais próximo de seus sentimentos, pensamentos e valores pessoais (VASCONCELOS, 2004).

Pequenas mudanças podem alterar completamente o temperamento do

ambiente, sendo possível modificar a atmosfera e as sensações produzidas por um espaço através de detalhes, proporcionando novas experiências aos seus ocupantes (NASCIMENTO, 2014). Desse modo, segundo Vasconcelos (2004),

a humanização de ambientes consiste na qualificação do espaço construído a fim de promover ao seu usuário conforto físico e psicológico, para a realização de suas atividades, por meio de atributos ambientais que provocam a sensação de bem-estar.

Tendo em vista a melhora da qualidade de vida dos familiares e/ou acompanhantes dos pacientes internados em hospital, possibilitando que estes possam repor suas energias em um ambiente acolhedor, faz-se necessária uma análise sobre a interferência que o ambiente proporciona no estado psicológico das pessoas. Para que ele contribua de forma favorável ao bem estar de quem o ocupa, a escolha de materiais, formas, cores, texturas, tipo de iluminação, dentre outras, deve ser planejada, buscando a harmonia do conjunto.

3.1 Psicologia ambiental

Na interface entre comportamento humano e ambiente temos a Psicologia e a Arquitetura, duas das áreas mais próximas ao estudo da relação pessoa-ambiente. A psicologia tem ampliado sua área de atuação e redefinido seu objeto de estudo para abarcar as interações entre comportamento e ambiente. Já na arquitetura há um maior cuidado com a percepção e satisfação dos usuários, tirando a ênfase dos aspectos estéticos, construtivos e funcionais (ELALI, 1997).

Assim, ganha espaço a Psicologia Ambiental, voltada à interface entre ambiente e comportamento humano, e que pode ser entendida como um “*locus* onde a soma entre o conhecimento psicológico e o arquitetônico pode alimentar a produção de um ambiente mais humanizado” (ELALI, 1997). Nesse sentido, para a autora, o edifício, cujo principal objetivo é o de garantir a qualidade de vida da população, passa a ser encarado enquanto espaço vivencial, sujeito à ocupação, (re)interpretação e/ou modificação pelos usuários, e não apenas por suas características físicas.

A Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações entre a pessoa e o meio ambiente físico e social. Essa inter-relação é dinâmica porque os indivíduos agem sobre o ambiente e este modifica e influencia as condutas humanas (MOSER, 1998).

Portanto, ela tem por especificidade analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente concomitantemente à como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente. Sabe-se que determinadas especificidades ambientais tornam possíveis algumas condutas, ao passo em que inviabilizam outras. Por exemplo, nos comportamos diferentemente dependendo do espaço em que estamos, pois a avaliação e percepção que temos do espaço influenciam na nossa maneira de atuar, o que quer dizer que interagimos diferentemente dependendo do local (MOSER, 1998).

Já para Vasconcelos (2004), o uso de cores adequadas, nas paredes ou na

decoração, o controle da iluminação natural e/ou artificial, a condição de orientabilidade e a personalização dos espaços, são exemplos que fazem com que o ambiente adquira um valor mais humano, aproximando-o da vida do usuário e afastando-o do caráter unicamente institucional da Casa de Apoio. Neste sentido, o projeto deve priorizar os efeitos que os atributos do ambiente irão causar nos usuários, procurando sempre evocar respostas positivas do corpo humano e, assim, evitar o estresse.

Com relação à cor, que define a identidade dos espaços, das pessoas e dos objetos, o processo de escolha exige equilíbrio e harmonia. Mas esta escolha está além de questões estéticas, pois estudos nos revelam a influência da cor na vida das pessoas, servindo para estabelecer o equilíbrio e a harmonia do corpo, da mente e das emoções (BECK et al, 2007).

O uso das cores pode contribuir de forma benéfica na vida das pessoas, uma vez que sugerem diferentes significados, de acordo com a maneira como forem utilizadas, atuando sobre a nossa emotividade e produzindo diferentes sensações, uma vez que os indivíduos reagem fisicamente perante a cor, de forma direta e espontânea (LUFT, 2011). A cor pode modificar totalmente um ambiente, tendo como função: influenciar o estado de espírito, criar diferentes atmosferas, alterar visualmente as proporções de um ambiente, aquece-lo ou esfria-lo, valorizar e criar centros de interesse (GURGEL, 2002). Além da escolha adequada da cor, também é importante: a quantidade de cada cor, a textura das superfícies de aplicação, a iluminação, bem como a função e objetivos do ambiente (GURGEL, 2007). Tendo esses fatores em concordância, pode-se dizer que o esquema de cores foi bem escolhido (LUFT, 2011).

No que diz respeito à iluminação, já é comprovado o poder da luz em afetar o comportamento natural das pessoas, tanto de forma objetiva como subjetiva. Cada indivíduo possui uma percepção única da luz, que dependendo de suas características e forma de distribuição, permitirá interpretações diferenciadas de um mesmo espaço. “Este aspecto subjetivo provoca alterações comportamentais e de humor que determinarão avaliações sobre o espaço físico e a qualidade dos ambientes construídos.” (NASCIMENTO, 2014).

Entende-se, portanto, que a distribuição da iluminação estimula a percepção visual em diferentes aspectos através, por exemplo, de variações de iluminância, contraste, ofuscamento, sombras e ângulos de visão. Assim, as sensações visuais agem no indivíduo e influenciam nos comportamentos individuais e de grupo desenvolvidos nos ambientes construídos (NASCIMENTO, 2014).

Em se falando de orientabilidade e personalização do espaço vê-se que elas coexistem, pois a primeira esta relacionada à identificação que o usuário apresenta perante o ambiente e esta é um meio para se chegar a ela. Assim sendo, pode-se chegar a elas através do uso de objetos com valor simbólico e sentimental, portanto, devem-se prever locais onde se possam expor objetos pessoais, como criado-mudo ou prateleiras; dispor obras de arte ornamentando o ambiente; buscar uma identidade visual apropriada ao perfil dos usuários; preferenciar uma ambiência de residência

e criar espaços alternativos, como os recreativos ou terapêuticos. Mais exemplos desses dois elementos de humanização do espaço podem ser vistos na seção sobre Necessidade de Apropriação, que pode ser vista mais adiante (CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-a).

3.2 Elementos e princípios

Expõe-se a seguir algumas particularidades que podem ser adotadas em um projeto de interiores para tornar o ambiente mais aconchegante, acolhedor e relaxante.

De acordo com Gurgel (2002) no que diz respeito aos **elementos do design**, podemos ter no ambiente, linhas retas e curvas, que transmitem graus de seriedade distintos. Segundo Gubert (2011), podem, dependendo da forma com que serão empregadas no ambiente podem significar movimento, direção, comprimento, continuidade, caráter visual, dentre outros. O modo e o tipo de linhas presentes em um projeto lhe proporcionarão diferentes características.

Em geral a linha reta é relaxante e informal e subdividi-se em três. A linha horizontal representa estabilidade e repouso, é relaxante e informal, ao contrário da linha vertical, que é imponente, rígida e transmite altivez, frescura e formalidade ao espaço. Ambas, dependendo da direção em que são empregadas, podem aumentar a largura, o comprimento ou a altura dos ambientes. A linha diagonal, por sua vez, apresenta movimento, é ativa e dinâmica, mas pode ser inquietante e dar ao hóspede a sensação de desequilíbrio (GUBERT, 2011).

A linha reta é mais direta e masculina, já a linha curva traz movimentos suaves e feminilidade ao ambiente, além de proporcionar relaxamento. Elas aparecem com facilidade no ambiente, tanto em elementos estruturais como em elementos compositivos, como mobiliários e adornos (GURGEL, 2002).

Já em relação aos **princípios do design**, Gurgel (2002) diz que o equilíbrio assimétrico é mais informal, dinâmico e espontâneo que o equilíbrio simétrico, pois é totalmente livre e flexível e “deve ser usado quando se deseja amplitude à informalidade”. Já o desequilíbrio não deve ser utilizado, pois proporciona uma sensação de instabilidade, além de não ser repousante e causar intranquilidade a quem ocupa o espaço.

3.3 Atributos de humanização

As pessoas têm necessidades diferenciadas em relação ao espaço. Algumas podem demandar maior privacidade, enquanto outras podem desejar desenvolver atividades coletivas. Por meio da variabilidade da organização e arranjos ambientais, podem-se criar diferentes oportunidades de uso dos ambientes, favorecendo seu ajuste às necessidades dos usuários. A variabilidade da organização e dos arranjos espaciais consiste, portanto, em dar escolhas ao usuário, permitindo a ele melhor expressar suas necessidades.

Entre os estudiosos do assunto há uma grande concordância no que se refere aos fatores que causam reações fisiológicas favoráveis no corpo humano. Tais fatores são os responsáveis pela atenuação do estresse e promoção do bem estar aos usuários, sendo considerados como atributos de humanização do ambiente. São eles: controle do ambiente; suporte social e distrações positivas (VASCONCELOS, 2004; HOREVICZ e CUNTO, 2007).

3.3.1 Controle do Ambiente

O controle sobre as características do ambiente e a livre escolha sobre sua apropriação, são capazes de refletir positivamente no bem estar do usuário, conferindo-lhe autonomia. Todavia situações ou condições incontroláveis são aversivas e estressantes, portanto, algumas soluções de design de interiores podem ser listadas para possibilitar ao usuário da Casa de Apoio a sensação de controle do ambiente, como (VASCONCELOS, 2004; CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-b; SOETHE e LEITE, 2015):

- Promover ambientes de apoio que permitam ao indivíduo estar só ou estar com outros de forma resguardada;
- Oferecer privacidade visual, acústica e olfativa;
- Oferecer equipamento individualizado de áudio e mídia, permitindo ao usuário decidir como, quando e o que deseja assistir ou ouvir;
- Permitir o controle dos comandos da televisão, temperatura e iluminação do quarto;
- Localizar tomadas, interruptores e controles próximos à cama;
- Prever armários ou guarda-volumes com fechadura para armazenagem de objetos pessoais;
- Dispor um suporte horizontal (mesa ou bancada) para a realização de refeições, atividades manuais, jogos de mesa e/ou tabuleiro, apoio para computador e livros, dentre outros;
- Criar ambientes onde possam dedicar-se a atividades de seu interesse;
- Elaborar um ambiente com cores e materiais variados que diminuam a monotonia e o caráter institucional.

3.3.2 Suporte Social

O contato frequente ou prolongado com pessoas ou mesmo a inserção em um sistema que proporciona suporte social, traz benefícios para o estado físico e emocional do hóspede. Assim sendo, algumas sugestões de estratégias de design de interiores para promoção do suporte social nestes ambientes incluem (VASCONCELOS, 2004; CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-b):

- Acomodações confortáveis;

- Áreas de espera com assentos móveis que permitam reuniões em grupo;
- Locais de encontro que estimulem a interação social;
- Ambientes menores, com mobília confortável e arranjos flexíveis;
- Evitar cadeiras lado a lado, encostadas às paredes e/ou fixadas ao chão;
- Disponibilizar facilidades de apoio, como biblioteca ou carrinhos móveis com livros; restaurante, café, copa ou móvel onde se possa preparar um lanche; brinquedoteca, entre outros.

O ambiente é favorável à interação entre as pessoas quando confortável, aconchegante e com mobiliário flexível. Um bom projeto pode promover o suporte social ao apresentar espaços específicos para este fim, como ambientes para reuniões e formação de grupos e espaços para lazer e para oração (SOETHE e LEITE, 2015).

3.3.3 *Distrações Positivas*

Já o que proporciona o terceiro atributo é um ambiente formado por elementos que provoquem sentimentos favoráveis no familiar e/ou acompanhante, sendo, além de componentes estéticos, parte integrante dos ambientes, prendendo a atenção e despertando o interesse dos usuários, como (VASCONCELOS, 2004; CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-b; SOETHE e LEITE, 2015):

- Promover espaço para a realização de terapia ocupacional, atendimento psicológico, atividades de educação em saúde, atividades físicas e trabalho;
- Propiciar o uso de televisão e computador; a realização de leitura e de jogos de mesa e/ou tabuleiro;
- Propiciar a permeabilidade visual para a natureza e jardins;
- Usar elementos como água e fogo, incluindo fontes, lareiras e aquários;
- Propor projeto luminotécnico adequado, bem como o uso pertinente das cores;
- Inserir arte e mobiliário interativo;
- Inserir elementos naturais além da vegetação, pois estimulam o usuário e causam sentimentos positivos.

Para dosar os estímulos através dos elementos que compõem o ambiente deve-se conhecer a população à qual ele se destina e as atividades que serão nele realizadas (SOETHE e LEITE, 2015).

3.4 Fatores ambientais

Além dos atributos de humanização do ambiente, o bem estar físico e emocional do homem também pode ser influenciado por seis fatores ambientais que possuem grande impacto no psicológico e no físico dos indivíduos: luz; cor; som; aroma; textura e forma (SOETHE e LEITE, 2015).

3.4.1 Luz

A luz influencia positivamente no humor e na disposição do usuário, sendo importante proporcionar-lhe a possibilidade de controlar a iluminação do ambiente de acordo com suas necessidades, além de possibilitar estímulo visual, clima para reflexão, atmosfera intimista e destaque de objetos. Deve-se fazer uso de luz em tom amarelado, proporcionando a sensação de aconchego e relaxamento (SOETHE e LEITE, 2015).

3.4.2 Cor

As cores, por sua vez, influenciam o psicológico e o emocional humano, além de provocar estímulos sensoriais. Para Gurgel (2002), cores quentes são estimulantes e parecem dar uma sensação de proximidade e calor. Já as cores frias são calmantes e parecem distantes e frias. Vasconcelos (2004) diz que estas podem ser aplicadas ao ambiente com a intenção de destacar algum objeto ou elemento construtivo, tornar o ambiente mais aconchegante e agradável, ou criar variadas atmosferas, além de afetarem a percepção dos objetos e espaços e influenciarem no conforto térmico do ambiente.

3.4.3 Som

No que se refere ao ruído, Horevicz e Cunto (2007) destacam que um barulho estressante causa irritação, frustração e agrava o mau humor, além de afetar a percepção visual e diminuir a capacidade de aprendizado. Revestimentos e móveis que não refletem ou amplificam as ondas sonoras são capazes de melhorar a acústica dos ambientes, assim como carpetes, tecidos, madeiras, painéis acústicos e superfícies irregulares, que dispersam o som (VASCONCELOS, 2004). Para promover um efeito calmante e relaxante, recomendam-se um circuito de música ambiente e fazer uso de sons naturais, principalmente os causados pela água e vegetação em movimento (SOETHE e LEITE, 2015).

3.4.4 Aroma

Cheiros agradáveis reduzem o estresse, portanto, uma solução favorável para os ambientes da Casa de Apoio pode ser o uso de saches, arranjos florais e/ou vegetação, proporcionando fragrâncias agradáveis, além de purificar o ar interno ao absorver toxinas.

3.4.5 Textura

A qualidade tátil do espaço pode proporcionar conforto ao ser enriquecida devido ao uso de tratamentos diferenciados para as superfícies, por meio da variedade de

tecidos e acabamentos e da versatilidade dos móveis (VASCONCELOS, 2004). Outra opção é proporcionar o contato do usuário com a flora, devido à riqueza de texturas que esta apresenta.

3.4.6 Forma

Já o uso de variadas formas em um mesmo espaço, provoca estimulação sensorial e cria distração positiva no familiar e/ou acompanhante. As formas podem ser destacadas por meio das cores e/ou da iluminação, podem ser educativas ou recreativas, ou ainda, podem despertar a atenção através da força das formas puras.

3.5 Necessidade de apropriação

A seguir são categorizadas algumas necessidades humanas que se relacionam à apropriação dos espaços.

3.5.1 Identificação

Esta relacionada à necessidade de orientar-se em um ambiente e perceber-se centrado, conectado e acolhido. Também se relaciona com a imagem do ambiente e a forma como esta corresponde aos anseios e à identidade do indivíduo. O usuário tende a ter expectativas relacionadas à imagem dos ambientes que vivencia em seu cotidiano ou que já vivenciou em algum momento;

3.5.2 Possessão

Refere-se à necessidade de expressar-se territorialmente mediante zelo, cuidado, apego ou demarcação de um ambiente, refletindo significância para o usuário. Reservar uma poltrona em um quarto coletivo, colocando sobre ela uma bolsa ou um cobertor, constitui um exemplo de demarcação. A possessão também pode se manifestar através da personalização do ambiente por meio de objetos de valor simbólico, como porta retratos ou imagens religiosas;

3.5.3 Ação

Corresponde à movimentação e uso do local. A apropriação enquanto vivência de um local, pode se dar tanto para as funções previstas para o ambiente, quanto para atividades outras, desde que o espaço dê suporte para sua ocorrência, potencializando uma maior variedade de usos (CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-a).

Assim, as pessoas afetam e são afetadas por cada local, interagindo e se apropriando de ambientes. No entanto, o espaço pode potencializar uma maior ou menor apropriação dependendo de suas características. Quando se adéquam ao indivíduo, favorecendo seu uso e permitindo sua expressão, os ambientes são mais

fácil e positivamente apropriáveis (CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-a).

Esses elementos, atributos, fatores e necessidades ambientais são estratégias e princípios do Design de Interiores que habilitam o homem a apropriar-se do espaço, humanizando-o e modificando-o para dotá-lo de sua própria maneira. Portanto, humanizar ambientes, significa torná-los adequados ao uso dos humanos, ou seja, torná-los apropriados e apropriáveis (VASCONCELOS, 2004).

Em outras palavras, a apropriação está ligada à vivência do local e à identificação com ele, através da realização de ações, atribuição de significados e pelo modo como o ambiente responde aos anseios dos usuários e reflete sua identidade (CAVALCANTI, AZEVEDO e BINS ELY, 2009-a).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo percebe-se como a interdisciplinaridade entre Design de Interiores e Psicologia tem muito a desenvolver-se. Objetivando a melhoria da qualidade de vida do usuário, a Psicologia Ambiental, área de convergência entre as outras duas, apresenta-se como um forte nicho de estudo. Acredita-se que com ela será possível desenvolver projetos centrados nos usuários, resultando em ambientes cada vez mais qualificados e humanizados.

Assim sendo, este tipo de pesquisa ajuda a divulgar para a população e para outros pesquisadores a importância destas áreas e o efeito favorável que elas causam no comportamento humano. Espera-se que a pesquisa e seus resultados possam contribuir com estudantes e profissionais que precisem de mais informações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria de Fatima de Oliveira; MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira; BÓGUS, Cláudia Maria. Casa Siloé: a história de uma ONG para crianças portadoras de HIV/aids. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1291-1311, out.-dez., 2007.

BECK, Carmem Lúcia Colomé; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; LISBOA, Maria da Graça Portela; LISBOA, Rosa Ladi. A Linguagem Sígnica das Cores na Resignificação (Humanização) de Ambientes Hospitalares. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, ago./set. 2007.

CAVALCANTI, Patrícia Biasi; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; BINS ELY, Vera Helena Moro. A humanização dos ambientes de saúde: atributos ambientais que favorecem a apropriação pelos pacientes. **IV Projetar**, Projeto como investigação: Ensino, Pesquisa e Prática. FAU-UPM, São Paulo. 2009-a.

CAVALCANTI, Patrícia Biasi; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; BINS ELY, Vera Helena Moro. Indicadores de qualidade ambiental para hospitais-dia. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 73-86, abr./jun. 2009-b.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/humanizar>. Acesso em 10 ago. 2015.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do *locus* interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, p. 349-362. 1997.

GUBERT, Marjorie Lemos. **Design de Interiores**: a padronagem como elemento compositivo no ambiente contemporâneo. 2011. 161 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GURGEL, Miriam. **Projetando espaços**: design de interiores. São Paulo: Senac, 2007.

GURGEL, Miriam. **Projetando espaços**: guia de arquitetura de interiores para áreas residenciais. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002. 301 p.

HOREVICZ, Elisabete Cardoso Simão; CUNTO, Ivanoé de. A humanização em interiores de ambientes hospitalares. **Revista Terra e Cultura**, n. 45, ano 23, p. 17-23, ago./dez. 2007.

LUFT, Maria Gabriela Cherem. **Um estudo de cores em Josef Albers para um ambiente infantil**. 2011. Trabalho de Conclusão (Pós-Graduação Lato Sensu em Artes Visuais, Cultura e Criação) – Faculdade de Tecnologia SENAC. 2011.

MARQUES, Isaac Rosa; SOUZA, Agnaldo Rodrigues de. Tecnologia e humanização em ambientes intensivos. **Revista Brasileira de Enfermagem** – REBEn, Brasília, p. 141-144, jan./fev. 2010.

MOSER, Gabriel. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**. p. 121-130. 1998.

NASCIMENTO, Cristhian Augusto Furquim do. Iluminação artificial e seu impacto no ser humano: uma ferramenta indispensável aos arquitetos e projetistas de interiores. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia. 8. ed. v. 01, n. 009, dez. 2014.

SOETHE, Andreza; LEITE, Leandro S. Arquitetura e a saúde do usuário. **IV Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído** – Tecnologia e Sustentabilidade Gerando Qualidade no Ambiente Construído. Universidade Federal de Viçosa. 2015.

VASCONCELOS, Renata Thaís Bomm. **Humanização de ambientes hospitalares**: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. 2004. 177 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

TEORIAS DE APRENDIZAGEM DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Laysa Cristina de Oliveira

Unicesumar

Maringá – PR (Polo Varginha-MG)

RESUMO: O estudo de uma segunda língua atualmente é muito importante devido a diversos fatores. Dentre eles estão as questões profissionais, de entretenimento e, principalmente, desenvolvimento de pesquisas. Com ênfase no ensino da Língua Inglesa como segunda língua, este trabalho busca analisar de forma crítica as teorias e métodos de ensino e aprendizagem de língua estrangeira, apresentando o contexto histórico e sua evolução na tentativa de compreender o processo e formação das abordagens em nossos dias atuais, intentando aprimora-las no sentido de poder oferecer, mesmo ao aluno da escola pública, um ensino de qualidade, onde ele possa fazer uso de seu conhecimento de forma efetiva, diminuindo desigualdades, fazendo uso da aprendizagem colaborativa como forma de construção social do conhecimento. A pesquisa será de caráter exploratório, usando meios de investigação bibliográficos, com base em levantamento de material publicado sobre o tema e de abordagem qualitativa com análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem Colaborativa, Inglês, Métodos, Segunda Língua.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo da língua tem sido objeto de diversos teóricos ao longo da história. Antiquados métodos dedutivos eram utilizados pela aristocracia até fins do século XIX, a chamada gramática normativa, herdada dos gregos e usada pelos gramáticos latinos que ainda fazem parte do nosso cotidiano. Porém foi a partir do século XX que podemos observar as várias mudanças paradigmáticas no sentido do desenvolvimento das teorias de aprendizagem de segunda língua. Houveram a linguística histórico-crítica e seu declínio; bem como o estruturalismo; e ainda uma teoria de base cartesiana: a teoria gerativa de Noam Chomsky. Perpassou-se pelo behaviorismo, por modelos de processamento de informação até chegarmos à interação social como base imprescindível para o aprendizado de uma segunda língua.

A aquisição de uma segunda língua, principalmente a Língua Inglesa, tornou-se atualmente uma imposição do mercado de trabalho, além de ser de grande necessidade no desenvolvimento de pesquisas científicas, aproximando as pessoas através da linguagem.

Paiva (2011 p. 144) define a língua(gem) como um “sistema dinâmico não linear e adaptativo, composto por uma interconexão de

elementos bio-cognitivo-sócio-histórico-culturais e políticos que nos permitem pensar e agir na sociedade” sendo o ponto principal a interação pessoal em contextos sociais porque o aprendizado de uma segunda língua é um processo interativo. Krashen (2013) é bastante específico ao colocar que temos duas formas diferentes de aprender sobre outra língua. Podemos adquiri-la ou podemos aprende-la. Não existe um consenso ainda sobre qual teoria seria ideal e, de acordo com Malone (2012), a pesquisa e avaliação das teorias existentes são necessárias para se desenvolver teorias de ensino de línguas mais úteis.

Zainuddin *et al* (2011) descreveu como principais métodos e abordagens no ensino do inglês como segunda língua: o método de tradução gramatical; o método direto, o método áudio-lingual; a sugestopédia; o período silencioso; a resposta total física; a abordagem natural; e a abordagem comunicativa. Podemos acompanhar a evolução dos métodos, comparando-os e fazendo uma análise apurada, buscando seus pontos fortes com a intenção de aprimorar os métodos utilizados atualmente e proporcionar aos alunos uma chance de galgar melhores oportunidades ao fazer uso do conhecimento adquirido na escola.

Vivemos uma época sem precedentes. Principalmente com o advento da internet a globalização é real. Não existem mais distâncias e dominar o idioma conhecido como língua franca é imperativo: seja no meio profissional, como forma de entretenimento ou para pesquisas científicas compartilhadas pela rede mundial, justificando a razão pela qual o ensino da Língua Inglesa passa por um momento de extrema importância.

Outro aspecto a ser observado é que, enquanto escolas particulares utilizam modernos métodos e recursos didáticos, a grande parte da população, que estuda em escolas públicas, fica defasada em função da pouca ou nenhuma habilidade da maioria dos professores de língua estrangeira moderna.

Como forma de aprimorar principalmente os métodos utilizados pelos professores da rede pública, busca-se uma melhora no ensino da Língua Inglesa em todos os anos do Ensino Fundamental II além do Ensino Médio para, deste modo, efetivamente preparar o aluno para avaliações em concursos em que o conhecimento da língua estrangeira será cobrado.

Diante do exposto, busca-se uma análise crítica das teorias utilizadas no ensino de línguas transversalmente focando na investigação de suas mudanças diacrônicas. Ainda, através desta análise, busca-se investigar respostas que possam explicar métodos atuais com base em práticas do passado. Para isso, o principal questionamento é: De que maneira podemos aprimorar a forma como ensinar uma segunda língua?

Com base na indagação proposta, torna-se necessário, então, nos debruçarmos em um estudo analítico das teorias e métodos utilizados no ensino de uma segunda língua, com ênfase ao Inglês, com a intenção de oferecer aulas providas de técnicas mais modernas e abordagens como a colaborativa, onde os adolescentes e jovens possam aprender de forma efetiva, diminuindo desigualdades.

A pesquisa será de caráter exploratório, usando meios de investigação

bibliográficos, com base em levantamento de material publicado sobre o tema e de abordagem qualitativa com análise de conteúdo. Assim, a partir da bibliografia revisada, será evidenciado os métodos de ensino do inglês como segunda língua e sua evolução ao longo dos tempos analisando as teorias e buscando um método baseado na aprendizagem colaborativa que possa ser utilizado em escolas públicas no Brasil.

2 | PRINCIPAIS TEORIAS DE ENSINO DE SEGUNDA LÍNGUA

Existem muitas teorias e abordagens sobre o ensino e aprendizagem de uma segunda língua desenvolvidas ao longo do tempo. Larsen-Freeman e Long *apud* Paiva (2016) apontam para o fato de já terem sido propostas, pelo menos, quarenta teorias, métodos ou hipóteses distintas, embora ainda não se tenha chegado a um consenso sobre qual seria a mais efetiva ou qual explicaria o fenômeno do aprendizado de uma segunda língua.

De acordo com Jalil e Procailo,

“muito tem se discutido na área de Linguística Aplicada a esse respeito, principalmente no que concerne a questão de se existir (ou não) um método ideal e quais contribuições cada método pode trazer para o professor de línguas. Tal discussão provém da constante busca por um aprimoramento dos princípios que norteiam a prática docente e o complexo processo de ensino e de aprendizagem de línguas estrangeiras.” (JALIL e PROCAILO, 2009, pag.774-5).

Analisando do ponto de vista diacrônico, é possível nos debruçarmos sobre as principais abordagens e métodos postulados a partir do século XIX com o intento de avaliar seus aspectos positivos para o ensino e aprendizagem de uma segunda língua. Deste modo, será possível ao professor de língua estrangeira aperfeiçoar sua prática e ponderar sobre a possibilidade de sempre aprimorar suas abordagens adotadas em sala de aula.

2.1 Método Gramática-Tradução ou Método Tradicional (Século XIX)

Do ponto de vista cronológico, a primeira teoria que se tem registro é a Gramática-Tradução (GT), conhecida também por Método Tradicional ou Método Clássico, sendo a primeira teoria a ser utilizada no ensino das línguas clássicas como o Latim e o Grego (CHASTAIN *apud* LARSEN-FREEMAN, 2000). Este método era baseado no ensino de regras gramaticais, conjugações, traduções e cópias de frases como exemplo da gramática estudada, diversas vezes como um paralelo bilíngue entre textos (GOMES, 2011).

Como o objetivo principal na época era capacitar os aprendizes a ler textos literários ou religiosos, Leffa (1988 *apud* LUCINDO, 2006) menciona três passos básicos de aprendizagem no método que se estabelecia a partir de então, seria: memorização de vocabulário; estudo de regras gramaticais; e exercícios de tradução. De acordo com Malmkjer (1998 *apud* FERREIRA, 2008) e Richards & Rodgers (2001),

o aprendiz estudava a gramática da língua e lia textos com ajuda de dicionário e, por fim, escrevia uma tradução do texto. No método Gramática-Tradução (GT), a língua materna é o sistema de referência na aquisição da segunda língua (STERN 1983, apud RICHARDS & RODGERS, 2001). Outra característica marcante deste método é a tradução de sentenças. Uma vez sendo os textos da língua alvo complexos para os aprendizes, a língua materna exercia papel fundamental para a explicação de vocabulários e pontos gramaticais novos.

De acordo com Larsen-Freeman

“It was also hoped that, through the study of the grammar of the target language, students would become more familiar with the grammar of their native language and that this familiarity would help them speak and write their native language better. Finally, it was thought that foreign language learning would help students grow intellectually; it was recognized that students would probably never use the target language, but the mental exercise of learning it would be beneficial anyway. (Tradução desta autora).” (LARSEN-FREEMAN, 2000, p.11).

Ainda, Lado (1964) pontua que com o avanço pelo interesse das línguas modernas para a comunicação esta abordagem se torna inadequada. Infelizmente, observa-se que ainda nos dias atuais essa abordagem é utilizada em escolas públicas por professores de língua estrangeira. Sem o conhecimento adequado de seus professores, os alunos são expostos a realizarem traduções literais de textos e memorizarem vocabulários como forma de aprendizagem de uma segunda língua.

2.2 Abordagem Direta (1900)

Como uma reação contra o método da Gramática-Tradução que não se mostrava efetivo no alcance para a fluência em uma segunda língua, o Método Direto ou Abordagem Direta foi um movimento que começou na Europa por volta do início do século XX, opondo-se a prática proposta pela abordagem anterior. Nesta época, de acordo com Lado (1964), o contato direto com línguas estrangeiras se tornou significativo por conta da exposição a diversas situações como, por exemplo, viagens realizadas em busca de novas oportunidades, principalmente no Novo Mundo.

A base para a Abordagem Direta se deu a partir da criação do “Método Berlitz”, uma metodologia interativa ainda utilizada nos nossos dias. Este método enfatiza a fala e a gramática indutiva, fazendo uso de diálogos e recursos visuais como objetos, gestos e figuras em inglês, chamada “*realia*”. A primeira escola fundada por foi em 1878 e por mais de cem anos estas escolas têm ensinado línguas objetivando a ênfase nas habilidades de fala e compreensão ao invés da leitura e escrita (Stieglitz, 1955).

Assumindo a teoria segundo a qual aprender uma segunda língua ocorre da mesma forma que o aprendizado da língua mãe, a abordagem direta expõe o aluno à gramática indutiva enfatizando somente a fala através de prática de conversação.

2.3 Abordagem de Leitura (1930)

Esta abordagem foi criada por razões práticas com o intuito de auxiliar pessoas que necessitam apenas da habilidade de leitura da língua estrangeira. De acordo com West (1937), o Método de Leitura foi inventado por aprendizes de Língua Inglesa na Índia e de Francês e Alemão nos Estados Unidos que não tinham tempo para dominar toda a língua ou fazer o uso oral da mesma. Uma de suas principais características é o fato do aluno não ter que dominar a gramática, apenas reconhece-la.

O Método de Leitura é uma reação à impraticabilidade da Abordagem Direta, pois poucos professores poderiam usar a língua alvo de modo fluente para aplicar o Método Direto com sucesso. Neste sentido, como o intuito torna-se apenas facilitar a compreensão da leitura, o ensino da gramática da língua alvo se dá de modo restrito e os professores não precisam ter uma boa proficiência oral, uma vez que o idioma não é utilizado como uma ferramenta de comunicação no ambiente de sala de aula.

Braunger e Lewis (1998 *apud* Biddulph 2002) afirmam que a leitura é um processo interativo no qual os leitores se envolvem ativamente com os textos, construindo sua própria compreensão da mensagem do autor. O significado que eles fazem está no cerne do processo de leitura. O desafio para os professores é, então, proporcionar oportunidades, como ativar conhecimento ou fazer previsões, facilitando assim o desenvolvimento de estratégias eficazes para a compreensão de textos.

2.4 Abordagem Audiolingual (1940)

O envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial trouxe uma mudança significativa no ensino de línguas nas escolas americanas. O exército necessitava de muitos falantes de outros idiomas para se comunicar com seus aliados ou para lidar com falantes das nações inimigas (CALICCHIO e FERNANDES, 2016). O governo então solicitou às universidades que desenvolvessem um método no qual os estudantes pudessem aprender a se comunicar rapidamente em outras línguas. Leonard Bloomfield e Charles Fries foram os linguistas que desenvolveram o método que chamamos de Audiolingual. Nessa abordagem as repetições são enfatizadas no intento de habituar os aprendizes na língua alvo:

“In the audio-lingual method, the emphasis was on the memorization of a series of dialogues and the rote practice of language structures. The basic premises on which the method was based were that language is speech, not writing, and language is a set of habits. It was believed that much practice of the dialogues would develop oral language proficiency. The use of the native language was avoided. (ZAINUDDIN, 2011, p. 65) Tradução desta autora.

Embora seja inegável o benefício que recursos audiovisuais trouxeram para o ensino de idiomas e que eles são utilizados até hoje, a aquisição de uma segunda língua é apenas questão de hábitos constituídos. (CALICCHIO e FERNANDES, 2016).

2.5 Abordagem Cognitiva (1960)

A abordagem cognitiva da linguagem tem ênfase na cognição humana. Esta não foi uma metodologia usada em salas de aula, mas decorreu do aprendizado em disciplinas como psicologia e sociologia, em que se buscava a compreensão científica da aprendizagem de línguas. Nessa perspectiva, os cientistas tentavam entender como tal processo acontece dentro de nossos cérebros, comparando-os a computadores.

A abordagem cognitiva inspirou as pessoas a aprenderem como as línguas funcionavam. De acordo com o curso Teach English Now, da Arizona State University (2016), departamentos de linguística em todo o mundo colocaram uma lente científica para o estudo dos idiomas. Analisar a capacidade humana para aprender outras línguas permitiu estudos sobre princípios como recuperação, codificação semântica, retenção e transferência. A partir de tais estudos foi possível desenvolver formas de ajudar as pessoas a aprenderem melhor, possibilitando o desenvolvimento de novas abordagens que ainda são utilizadas efetivamente nos dias atuais.

2.6 Abordagem Afetiva Humanística (1970)

A partir da década de 1970 novos estudos sobre a aprendizagem de uma segunda língua vislumbrava a questão humanista, ou seja, entrosava a psicologia com pedagogia e que tinha o aluno como centro da aprendizagem.

De acordo com Larsen-Freeman (2000) a abordagem afetiva-humanista teve sua origem com o educador e psiquiatra búlgaro Georgi Lozanov que intentava eliminar as barreiras que as pessoas tinham ao aprender, levando em consideração os sentimentos delas para superar o medo de falhar. Com o uso de reforço positivo, dramatizações e resposta física total o aluno poderia ultrapassar o período silencioso de forma mais rápida, agilizando assim seu aprendizado. Este método, também conhecido como Sugestopédia, preocupava-se com o conforto dentro da sala de aula e introduziu um elemento que ainda é fundamental nos dias de hoje: a música.

Contudo, foi o norte americano Stephen Krashen quem primeiro fez distinção entre aquisição e aprendizado de segunda língua e ainda pontuou as cinco principais hipóteses acerca da aquisição de uma segunda língua. De acordo com Calicchio e Fernandes (2016, p. 63), sua teoria abarca, “além dos elementos relacionados à língua e ao contexto, a relação afetiva que o aprendiz precisa desenvolver com a aprendizagem”.

Krashen, na segunda metade dos anos 1970, apresenta os argumentos fundantes de suas hipóteses. No ano de 1982 o teórico postula que os adultos têm duas formas distintas e independentes de desenvolver competência em uma segunda língua. A primeira é a “aquisição de linguagem, processo similar, se não idêntico, à maneira que as crianças desenvolvem a habilidade na primeira língua”, sendo a aquisição de linguagem um processo subconsciente (KRASHEN, 1982). Neste processo a gramática é indutiva, soando certa ou errada se uma regra for violada. A segunda maneira é o

aprendizado, se referindo ao termo pela consciência do conhecimento da segunda língua (regras gramaticais acontecendo em um ambiente formal).

Krashen acrescenta que alguns teóricos de segunda língua tem assumido que as crianças adquirem a língua, enquanto os adultos somente podem apenas aprender (KRASHEN, p. 17). A hipótese de aquisição-aprendizado, entretanto, afirma que adultos também podem adquirir e que a habilidade de “captar” línguas não desaparece na puberdade, podendo os adultos acessar seus dispositivos naturais de aquisição de línguas como as crianças.

Além desta, temos ainda as hipóteses da ordem natural na qual prevê que adquirimos regras de uma língua em uma ordem previsível, independente da ordem como as regras são ensinadas em sala de aula; do monitor que reforça que produzimos em outra língua de forma inconsciente e que nosso conhecimento consciente monitora e faz correções, se necessário; do *input* onde Krashen recorre a um construto de Chomsky: um processador interno de linguagem característico dos seres humanos; e do filtro afetivo que é um bloqueio mental que impede os aprendizes de utilizar plenamente o *input*.

Apesar de inúmeras críticas que recebeu principalmente pelo fato de minimizar a importância do ensino formal do idioma, Krashen leva em conta a psicologia social e humanista onde destaca o filtro afetivo e sua significância dentro de sala de aula.

2.7 Abordagem Comunicativa (1980)

Nos anos 1980 professores e linguistas atentaram para o fato de que a comunicação em uma segunda língua requeria mais que o conhecimento de regras. Os alunos eram capazes de produzir sentenças dentro de regras gramaticais, porém, eles não usavam as mesmas fora de sala de aula, em situações reais. O sociolinguista Hymes (1972 *apud* Calicchio e Fernandes 2016) propôs uma competência linguística que considerava os elementos pragmáticos e semânticos, ampliando o conceito apenas gramatical proposto anteriormente por Chomsky. Para Hymes ser competente comunicativamente vai além do conhecimento linguístico que o indivíduo pode ter, a competência comunicativa é a capacidade de o sujeito circular na língua-alvo, de modo apropriado, composta pelo conhecimento tácito, que o indivíduo sabe consciente ou inconscientemente, e a capacidade para usá-lo.

Canale e Swain (1995 *apud* Calicchio e Fernandes 2016) aprofundam o conceito de competência comunicativa, trazendo-a para um contexto mais pedagógico e prático, descrevendo-a como um conjunto de quatro subcompetências inter-relacionadas: Gramatical; sociolinguística, discursiva e estratégica.

Com o ensino das quatro habilidades, a saber: oral – ouvir e falar – e escrita – ler e escrever - o principal objetivo é que o aprendiz se torne competente em sua comunicação, engajando os alunos em atividades que promovam o uso real da linguagem e os mesmos saibam se comunicar em contextos sociais. Esta é uma das

abordagens mais utilizadas em cursos particulares de língua estrangeira.

3 | A NECESSIDADE DE SE APRIMORAR O ENSINO PÚBLICO DE SEGUNDA LÍNGUA

A educação pública brasileira como um todo é considerada muito fraca, basta ver os resultados pífios de exames internacionais nos quais o Brasil fica sempre atrás de diversos outros países, inclusive da América do Sul, como Chile e Argentina. De acordo com a revista Exame, o Brasil está entre os piores em ranking mundial de educação ocupando o 65º lugar entre 70 nações avaliadas pelo PISA em 2015.

Diante deste quadro visualizamos a situação precária em que se encontra o Ensino de Língua Estrangeira. O estudo “O Ensino de Inglês na Educação Pública Brasileira”, elaborado pelo Plano CDE para o British Council, teve como objetivo entender as principais características do ensino da Língua Inglesa na Educação Básica da rede pública brasileira. A pesquisa procurou compreender o contexto do ensino de inglês no Brasil, abordando desde políticas públicas até as práticas cotidianas, coletando informações dos diversos atores envolvidos.

O Ensino da Língua Inglesa, que pertence à parte diversificada da Base Curricular Comum, é tratado na maioria dos casos como uma disciplina complementar, o que lhe confere um papel marginal, haja vista sua menor carga horária em relação às outras disciplinas. Como não há uma padronização é difícil mensurar o nível do que é ensinado em termos nacionais, pois não existem indicadores que avaliem a qualidade da oferecida pelas escolas.

De acordo com estudo do British Council,

“As principais dificuldades encontradas são indicativas de ambientes de alta vulnerabilidade social, onde se encontra violência dentro e fora da escola, excesso de alunos nas salas de aula, turmas desniveladas, falta de recursos didáticos, alunos com problemas básicos de leitura e escrita e a existência de funcionários com contratos de trabalho precários e insatisfação com seus salários.” (British Council, 2015, p. 09).

Os resultados apresentados em exames internacionais refletem os problemas enfrentados por todas as disciplinas, sendo o ensino da Língua Inglesa ainda agravado pelas dificuldades de formação dos professores e a sobrecarga de trabalho. Segundo o levantamento realizado pelo British Council, 69% dos professores se dedicam a mais de 6 turmas por semana e 65% lecionam mais de uma disciplina, geralmente Língua Portuguesa.

O paradoxo da má qualidade da educação e da alta cobrança de resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) permeia a formação de nossos estudantes. Analisando especificamente a Língua Inglesa, como língua estrangeira moderna, podemos observar que os alunos das escolas públicas que não tem condições financeiras de buscar um curso de idiomas particular para aprimorarem seus conhecimentos são

altamente prejudicados. Desta forma, fica evidente a defasagem do ensino e o reflexo das dificuldades ao longo da vida estudantil, profissional e acadêmica do alunado.

3.1 Como o conhecimento dos métodos e abordagens pode aprimorar as técnicas do professor de Segunda Língua

Os métodos refletem a consciência didática de cada professor, sendo a base de conhecimento do ensino. Suas ações são subjacentes à sua formação tanto como aluno quanto como professor. Cada um traz consigo suas impressões pessoais de como atuar da melhor forma.

Larsen-Freeman (2000) afirma que quando os professores estão expostos a métodos, solicitados para refletir sobre seus princípios e se envolver ativamente com suas técnicas, eles podem se tornar mais claros sobre o porquê eles fazem o que fazem. Assim, os professores tomam consciência de seus próprios pressupostos, valores e crenças.

O conhecimento das abordagens permite aos professores a escolha de que maneira lecionar e, principalmente, poder ensinar de uma forma diferente da qual eles foram ensinados. Sendo assim, são capacitados a escolher certos métodos em detrimento de outros. A possibilidade de saber adequar cada método com determinada classe - pois existem diversos fatores que diferenciam os alunos, tais como o nível de conhecimento e de interesse na língua alvo, idade e quantidade de alunos por turma – promove um aprimoramento no ensino-aprendizado, tornando as aulas mais eficazes e gerando resultados mais satisfatórios.

3.2 O Ensino Colaborativo como forma de viabilizar a aprendizagem

O psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934) já defendia, no início do século 20, o convívio em sala de aula de crianças mais adiantadas com aquelas que ainda precisam de apoio para dar seus primeiros passos. Conhecido como Zona de Desenvolvimento Proximal, este conceito se baseia na distância do que o aluno já sabe e o que se pode saber se houver alguma assistência sob orientação de adultos ou colaboração com os pares mais capazes ou mediadores: a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. De acordo com Vygotsky (1984 *apud* Zanella, 1994, p. 02), “a Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário”.

Nesse sentido, a criação de grupos de aprendizagem colaborativa com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, embora próximos na capacidade para a realização das tarefas, constitui uma estratégia de mediação importante. Diante das habilidades individuais distintas de cada um, promover a troca de conhecimentos pode ser uma experiência enriquecedora.

A internalização dos processos cognitivos implícitos nas interações, bem como nas relações sociais visualizados por Vygostky é a base deste inovador modelo de construção de conhecimento e compartilhamento do mesmo, potencializando o ensino de língua estrangeira e utilizando a comunicação em todas as suas quatro habilidades – ler, escrever, ouvir e falar.

A aprendizagem colaborativa tem sido utilizada em cursos a distância, mas principalmente como forma de educação inclusiva. No ensino de Língua Inglesa, segundo Larsen-Freeman (2000), inovações tais como a aprendizagem cooperativa ou colaborativa não é um método abrangente de ensino linguístico, mas reflete práticas metodológicas interessantes e duradouras, complementando outros métodos.

Dentro do ensino colaborativo o professor assume o papel de mediador do conhecimento e propõe aos alunos trocas de saberes com os quais todos aprendem algo. Formar grupos de alunos onde uns ajudam os outros, em uma nova formatação de classe é interessante, pois, além de trazer benefícios a todos, torna a aprendizagem mais ativa por meio do desenvolvimento da capacidade de interação e do pensamento crítico. A construção do conhecimento acontece de forma social e autônoma, tirando o aluno da posição passiva e da mera transmissão de saberes, colocando-o no centro do processo de ensino-aprendizagem. De acordo Torres e Irala (2014), o professor atua na criação de contextos e ambientes adequados para que o aluno possa desenvolver suas habilidades sociais e cognitivas de modo criativo mediante o processo de interação com outrem.

A aplicação deste método no ensino da Língua Inglesa nas escolas poderia promover um grande avanço e uma melhoria no contexto geral. Como a prática de aprendizagem colaborativa pode assumir diversas características, é possível que haja dinâmicas e resultados de aprendizagem diferentes para cada contexto específico (TORRES e IRALA, 2014). Segundo alguns estudiosos desse tipo de aprendizagem, a interação em grupos realça a aprendizagem, mais do que em um esforço individual. Uma aprendizagem mais eficiente, assim como um trabalho mais eficiente, é colaborativa e social ao em vez de competitiva e isolada. A troca de ideias com outras pessoas melhora o pensamento e aprofunda o entendimento (GERDY, 1998, *apud* TORRES E IRALA, 2014).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprendizado de uma segunda língua é resultado de um processo de interação social. Ainda não se comprovou que um determinado método seja mais efetivo em detrimento de outro. Porém, é possível constatar que ao se analisar as principais abordagens utilizadas ao longo do tempo no ensino da Língua Inglesa, cada uma delas traz características que permitem ao aprendiz um avanço na aquisição-aprendizagem.

A aprendizagem colaborativa, mesmo não sendo uma novidade no meio acadêmico, ainda encontra barreiras dentro da educação tradicional. Professores das

escolas públicas brasileiras, em sua maioria, vivem o cotidiano de baixa remuneração, salas de aulas superlotadas, excessiva carga de trabalho e pouco ou nenhum recurso de aprimoramento profissional no que tange ao ensino da Língua Inglesa. Com poucos recursos disponíveis, os professores não conseguem atingir o nível de cobrança que é exigido em provas, como o Exame Nacional do Ensino Médio que é a porta de entrada da maioria dos jovens nas universidades. Tais discrepâncias podem ser sanadas através do estudo de abordagens que sejam factíveis diante do quadro apresentado.

Cabe aos educadores buscarem o aprimoramento de suas técnicas e didática de ensino, utilizando as qualidades que cada método pode oferecer e, ainda, inserir dentro da sala de aula o conceito de aprendizagem colaborativa, no qual os próprios alunos poderão se tornar sujeitos ativos neste contexto educacional. Sendo assim, o processo ensino-aprendizagem não está mais centrado na figura do professor, pois sua função será a de atuar na criação de ambientes adequados para que o aluno possa desenvolver suas habilidades sociais e cognitivas de modo criativo, através da interação social. Tais ambientes educacionais favorecem a construção do conhecimento de forma autônoma, desenvolvendo habilidades metacognitivas dos envolvidos a partir da troca de experiências.

Segundo Irala e Torres (2014), a aprendizagem colaborativa é uma filosofia que se adapta ao mundo globalizado de hoje. Se diferentes pessoas aprendem a trabalhar juntas na sala de aula, então elas provavelmente se tornarão melhores cidadãos do mundo.

Ressalta-se, enfim, a importância da interação dialógica, justamente porque o princípio fundamental do ensino de uma língua estrangeira está na comunicação. Cabe à comunidade docente a busca pelo aprimoramento desta prática na escola pública com o intento de direcionar o alunado ao pensamento crítico e, por conseguinte, possibilitar a estes alunos a chance de oportunidades igualitárias no que toca a aprendizagem e prática de uma segunda língua.

REFERÊNCIAS

_____. **O Ensino de Inglês na Educação Pública Brasileira**. Elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisas Plano CDE 1ª Edição; São Paulo, 2015. 48 p. Disponível: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/estudo_oensinodoinglesnaeducacaopublicabrasileira.pdf Acesso: Dez/2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrageira.pdf Acesso em: Jan/2016.

BIDDULPH, Jeanne. **The Guided Reading Approach, Theory and Research**. Learning Media Limited, New Zealand. 2002. Disponível em: <http://learning.gov.wales/docs/learningwales/publications/130718-guided-reaching-approach-en.pdf> Acesso em: Nov/2016.

CALICCHIO, Fátima Christina e FERNANDES, Fábio Gonçalves. **Prática do Ensino da Língua Inglesa I**. Reimpressão Revista e Atualizada. Maringá-PR.: Unicesumar, 2016. 156 p.

CRYSTAL, David. **A revolução da Linguagem**. Trad. Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. 151 p.

FIORIN, José Luiz. *et al.* **Introdução à Linguística – I. Objetos Teóricos**. 6ª Edição, 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. 227 p.

GOMES, Almir Anacleto de A. **A Tradução no Cenário do Ensino de Línguas Estrangeiras**. Cultura & Tradução. João Pessoa, v.1, n.1, 2011.

JALIL, Samira Abdel; PROCAILO, Leonilda. **Metodologia de Ensino de Línguas Estrangeiras: Perspectivas e Reflexões Sobre os Métodos, Abordagens e o Pós-Método**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, PUCPR, 2009. Disponível: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2044_2145.pdf Acesso: Jun/2016.

KRASHEN, Stephen. **Second Language Acquisition: Theory, Applications, and Some Conjectures**. Cambridge University Press, 2013. Disponível em: http://www.sdkrashen.com/content/articles/krashen_sla.pdf Acesso em: Fev, 2016.

LADO, Robert. **Language Teaching: A Scientific Approach**. Tata McGraw-Hill Publishing Co. Ltd. Bombay – New Delhi, 1964. 239 p.

LARSEN-FREEMAN, Diane. **Techniques and Principles in Language Teaching Second Edition**. Oxford University Press, New York. 2000. 189 p.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Aquisição de Segunda Língua**. 1ª Edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 198 p.

SANTOS, Bárbara Ferreira; RIBEIRO, Marcelo. **Brasil está entre os piores em ranking mundial de educação**. Exame on-line. Publicado em 6 dez 2016. Disponível: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/> Acesso: Jan/2018.

STIEGLITZ, G. J. (1955), **The Berlitz Method**. The Modern Language Journal. Retrieved November 13, 2015 from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4781.1955.tb03457.x/pdf>

THEORIES OF Second Language Acquisition. **Teach English Now**. Direção e Produção: Dr. Justin Shewell. Arizona State University, Estados Unidos, 2016.

TORRES, Patrícia Lupion. IRALA, Esrom Adriano F. **Aprendizagem Colaborativa: Teoria e Prática**, 2014. Disponível: http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/2_03_Aprendizagem-colaborativa.pdf Acesso: Jan/2018

WEST, Michael. “**The ‘Reading Approach’ and ‘The New Method System.’**” The Modern Language Journal, vol. 22, no. 3, 1937, pp. 220–222. www.jstor.org/stable/317672 .

ZAINUDDIN *et al.* **Methods/Approaches of Teaching ESOL: A Historical Overview**. From Fundamentals of Teaching English to Speakers of other Languages. 3rd Edition, Kendall Hunt Publishing, 2011. Disponível em: https://www.kendallhunt.com/uploadedFiles/Kendall_Hunt/Content/Higher_Education/Uploads/CH11_Zainuddin_3e.pdf Acesso: Fev, 2016.

ZANELLA, Andréa Vieira. **Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 97-110 ago.1994. Disponível http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200011&lng=pt&nrm=iso Acesso: Fev, 2018.

USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

Ernane Rosa Martins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Luziânia – Núcleo de Inovação, Tecnologia e Educação
Luziânia – GO, Brasil

Wendell Bento Geraldes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Luziânia – Núcleo de Inovação, Tecnologia e Educação
Luziânia – GO, Brasil

Ulisses Rodrigues Afonseca

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Luziânia – Núcleo de Inovação, Tecnologia e Educação
Luziânia – GO, Brasil

Luís Manuel Borges Gouveia

Universidade Fernando Pessoa – Coordenação do Doutoramento em Ciências da Informação – Especialidade em Sistemas, Tecnologias e Gestão da Informação
Porto, Portugal

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar o uso do “kahoot” como recurso educacional no processo de ensino-aprendizagem para estudantes do ensino médio da área de informática. Para isso, utilizou-se uma abordagem exploratória, descritiva e bibliográfica. A pesquisa foi realizada com 34 alunos do curso técnico em informática para

internet do Instituto Federal de Goiás (IFG). Os alunos realizaram as atividades propostas e em seguida responderam a um questionário através de um formulário do GoogleDocs. De acordo com os resultados da utilização do jogo, verificou-se uma melhora na aprendizagem dos alunos revisando e reforçando os conceitos aprendidos de maneira divertida, engajadora, motivadora e interessante.

PALAVRAS-CHAVE: Kahoot; Gamificação; Ensino; Tecnologia Educacional; Aprendizagem Móvel.

ABSTRACT: The present work aims to investigate the use of kahoot as an educational resource in the teaching-learning process for high school students in the area of computer science. For this, an exploratory, descriptive and bibliographic approach was used. The research was carried out with 34 students of the technical course in computer science for internet of the Federal Institute of Goiás (IFG). The students performed the proposed activities and then answered a questionnaire using a GoogleDocs form. According to the results of the use of the game, there was an improvement in students' learning by reviewing and reinforcing the concepts learned in a fun, engaging, motivating and interesting way.

KEYWORDS: Kahoot; Gamification; Teaching; Educational technology; Mobile Learning.

1 | INTRODUÇÃO

Os jogos estão presentes na vida das pessoas de todas as idades. As crianças aprendem desde cedo a brincar com jogos o que é muito importante por permitir o desenvolvimento de suas habilidades. O uso dos Jogos em ambientes escolares tem se tornado uma excelente estratégia de ensino. Macedo (2000), afirma que a utilização de jogos no ensino permite melhorar a capacidade de adquirir conhecimentos e conteúdos abstratos, desenvolver habilidades, motivar a aprendizagem, estimular o raciocínio e a compreender regras. O mesmo autor destaca ainda que a escolha do jogo para utilizar em uma sala de aula é de grande importância, principalmente definindo os objetivos da utilização, para não perder o foco do conteúdo e da aprendizagem.

O jogo é uma estratégia didática, e para se obter um resultado positivo precisa de um conjunto de estratégias. Apenas o ato de jogar não é o suficiente para atingir os objetivos educacionais esperados pelo professor. Alguns fatores devem ser levados em consideração na escolha de uma técnica de ensino, tais como: as diferenças entre os alunos (idade, contexto sociocultural, aptidões; interesses e necessidades dos alunos); quem a emprega; quais os objetivos a alcançar; quais os tipos de pessoas a que se destina; qual o conteúdo será tratado; em qual momento a técnica será aplicada. O que vem se demonstrando na literatura, é que bons resultados dependem do planejamento do professor e da condução do mesmo na sala de aula. Os jogos devem explorar a possibilidade de combinar entretenimento com educação, desta maneira o conhecimento e o aprendizado se tornam mais motivador. (COVOS, et. al., 2018).

O kahoot é um software interativo que contém elementos dos jogos e permite aplicar uma atividade gamificada com conteúdo específico (Gazotti-Vallim, 2017). O conteúdo é adicionado pelo professor e aplicado em classe, necessitando simplesmente de um computador, internet e dos smartphones dos próprios alunos (Bottentuit Junior, 2012).

A utilização do kahoot em sala de aula tem como finalidade permitir ensinar os alunos a aprender com mais prazer, a construir seus próprios conhecimentos e promover uma melhor comunicação, assim este estudo é importante por buscar minimizar as dúvidas dos profissionais da educação em utilizar esta ferramenta educacional disponível, visto o novo perfil digital dos alunos, permitindo que o ensino seja mais bem transmitido, melhor absorvido pelos alunos, menos cansativo e com maior concentração.

Sendo assim, este trabalho propôs investigar o uso do “kahoot” como recurso educacional no processo de ensino-aprendizagem para estudantes do ensino médio da área de informática. Utilizando uma abordagem exploratória, descritiva e bibliográfica.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Nesta presente seção apresenta, além da introdução, a definição da problemática de pesquisa, o objetivo, a justificativa e importância do estudo e a estrutura da presente pesquisa. A seção 2 traz o referencial teórico, com a formação de uma base conceitual e teórica, que fornecem subsídios para

o desenvolvimento deste estudo. Na seção 3 são apresentados o método empregado e as técnicas e procedimentos metodológicos utilizados. Na seção 4 estão descritos os resultados obtidos na pesquisa e discussão. Por fim, a seção 5 apresenta a conclusão e propõe a continuidade da pesquisa.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Kahoot! é uma plataforma de aprendizagem gratuita baseada em jogos que tem como missão institucional “desbloquear o potencial mais profundo de cada aluno de todas as idades e em todos os contextos” através de um aprendizado divertido, mágico, inclusivo e envolvente (KAHOOT!, 2018). Esta plataforma permite criar questionários, discussões ou pesquisas que podem ser respondidas por usuários que estejam conectados à internet por meio de smartphones ou computadores. Para sua utilização, faz necessário a realização de um cadastro na plataforma de ensino virtual (<https://kahoot.com/>).

A proposta do Kahoot! é envolver os alunos por meio de questionários, discussões e pesquisas pré-elaboradas semelhantes a jogos, com pontuação, interação e ranqueamento, (DELLOS, 2015). O professor pode usar o conteúdo de uma disciplina, bem como avaliar o desempenho do aluno. Segundo seus criadores, o seu objetivo, é ser uma plataforma baseada em jogo tornando a aprendizagem divertida (IZEKI et al., 2016). Amico et al., 2017, enfatiza que esta é uma importante ferramenta no auxílio à tecnologia educativa.

No Kahoot! os alunos acessam com um apelido que aparece na tela, permitindo a identificação dos grupos que estão jogando. Deste modo, os alunos não são expostos para o restante da turma. O professor também configura qual o tempo para responder cada questão, podendo ter perguntas com tempo de respostas diferentes, conforme a dificuldade da pergunta. Por ser similar a um jogo, o tempo não deve ser muito longo, senão a atividade pode perder sua capacidade lúdica. Mas também não pode ser muito longo, pois, não permitiria que o aluno aplicasse o seu conhecimento na resolução.

Os alunos não precisam ter uma conta para utilizar o Kahoot! Para entrar, eles devem inserir um pin e o apelido. Ao iniciar, as perguntas junto com as respostas são mostradas na tela grande, e os alunos pressionam a mesma cor e símbolo com a resposta que eles acreditam ser a correta na tela do celular. É exibido um cronômetro, que vai diminuindo até zero, assim como o número de alunos que vão respondendo às perguntas. Ao mesmo tempo, os alunos recebem feedback individual sobre como responderam em seus dispositivos. As respostas dos alunos fornecem ao professor feedback sobre a compreensão dos alunos sobre a questão, e cria uma oportunidade para discussão sobre a questão e as respostas. O placar dos cinco melhores, com os pontos e apelidos, é mostrado entre as perguntas. Cada aluno também pode seguir sua própria pontuação e ranking no próprio dispositivo móvel. Para obter uma pontuação

alta, os alunos precisam responder corretamente e rapidamente as perguntas. Música e efeitos sonoros são usados no Kahoot! para criar suspense e atmosfera de um game show (Wang, 2015).

A ideia principal do Kahoot! é ser uma plataforma onde o professor e os alunos podem interagir em sala de aula simulando um jogo de conhecimento competitivo. A motivação é envolver os alunos através da transformação da sala de aula em um game show, onde o professor seria o apresentador e todos os alunos podem competir ganhando pontos através de respostas corretas em várias questões relacionadas ao assunto que está sendo ensinado na aula (Wang, 2015).

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa tem caráter exploratória, descritiva e bibliográfica. A pesquisa exploratória “tende a abordar novos problemas sobre os quais pouca ou nenhuma pesquisa anterior foi feita” (Brown, 2006). Além disso, deve notar-se que “Pesquisa exploratória é a pesquisa inicial, que forma a base de pesquisas mais conclusivas.” (Singh, 2007). Esta pesquisa foi fundamentada na gamificação na educação com o Kahoot! como uma atividade interativa em sala de aula. Este estudo exploratório foi implementado em três etapas: Criação, aplicação e avaliação do Jogo.

A primeira etapa consistiu em preparar o quiz on line utilizando o site <https://kahoot.com/>, antes da aula, pelo professor, para a disciplina de Programação Web do curso técnico em informática para a internet do Instituto Federal de Goiás (IFG) Câmpus Luziânia. A princípio realizou-se o cadastro conforme as informações do site. Em seguida selecionou-se a modalidade “quiz” do Kahoot! e as instruções de preenchimento do site para a criação do quiz.

O quiz foi criado com 25 questões de múltipla escolha, com questões de 3 alternativas incorretas e uma correta, todas abordavam o conteúdo ministrado na disciplina. Na criação do jogo também foi definido o tempo de 30 segundos para a resposta de cada questão.

No dia da atividade, o professor abriu o quiz on line e disponibilizou o link e o código de acesso para os alunos. Estes estavam familiarizados com a metodologia, pois outro quiz já havia sido utilizado pelos alunos anteriormente para apresentar a ferramenta e metodologia. A turma possuía trinta e três alunos que foram divididos em grupos de três, a divisão dos grupos ficou a critério dos próprios estudantes. O quiz foi jogado em grupo, sendo que os mesmos podiam discutir entre eles a melhor resposta.

O jogo transcorre com a aparição de quatro telas para cada pergunta: primeiro uma tela com a pergunta, a segunda tela com a pergunta, as alternativas, e a contagem do tempo, a terceira tela com a marcação da resposta certa e com as frequências de acertos e erros daquela pergunta e a quarta tela com a classificação parcial do teste até o presente momento. Após a última pergunta, aparece um pódio com a

classificação dos três primeiros lugares.

Após a atividade, os alunos foram convidados a responder um questionário online construído usando um formulário do GoogleDocs. O link foi compartilhado com os alunos por meio de um grupo da turma no whatsapp, que foi criado pelo professor, para a disciplina, com o propósito de facilitar a interação entre alunos e professor, compartilhar informações e materiais de estudo. Eles responderam o formulário em sala, individualmente. O formulário contava com cinco perguntas, sendo elas: Quais as limitações do uso da tecnologia móvel no processo de aprendizagem? Como o uso do aplicativo durante a atividade contribuiu para a sua aprendizagem? Quais os pontos positivos na utilização de tecnologias móveis no processo de aprendizagem? Quais os pontos negativos na utilização de tecnologias móveis no processo de aprendizagem? Quais as suas sugestões em relação a atividade?

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como principais limitações do uso da tecnologia móvel no processo de aprendizagem, tivemos: a baixa velocidade da internet disponível pela instituição, alguns dos aparelhos dos alunos, o tamanho reduzido da tela, a possibilidade de acessar outros conteúdos que não tem relação com a aula durante a atividade proposta.

Ao perguntar como o uso do aplicativo durante a atividade contribuiu para a sua aprendizagem? Eles responderam: a troca de conhecimento por meio dos debates, deixou a aula e o conteúdo mais interessantes, aumentou a concentração e envolvimento dos alunos, tornou o aprendizado mais vivencial, divertida, e interativa, estimulou o entente do aluno, aumentou a velocidade de raciocínio para responder em menor tempo e corretamente, e permitiu o trabalho em grupo.

Quando solicitado para apontar quais os pontos positivos na utilização de tecnologias móveis no processo de aprendizagem? Disseram: incentivou todos a participarem da atividade de maneira mais dinâmica e moderna, estimulou a concentração, tornou o aprendizado mais divertido, incitou uma concorrência saudável entre os alunos, despertou o interesse dos alunos nas aulas, melhorou a interação entre os alunos e professor e entre os alunos, e facilitou a aprendizagem.

Entre tanto, em relação aos pontos negativos na utilização de tecnologias móveis no processo de aprendizagem? Responderam: possibilidade de poder tirar o foco da aprendizagem e usar o celular para outras coisas, o tamanho da tela e as conexões de internet lentas, a desigualdade de aparelhos entre os colegas pode gerar uma certa desvantagem por alguns, ou se algum estudante não possuir aparelho ou acesso a internet.

Quando solicitados a fornecer sugestões em relação a atividade? Apresentaram: mais atividades como essa durante o semestre, novas questões para repetição do tema, manter o aplicativo e, se possível, aderir a outros similares, utilizar de forma

individual, maior tempo para responder.

Grande parte das respostas dos alunos confirmaram Dellos (2015) que afirma que o Kahoot! é um jogo que possibilita maior interação entre os alunos, envolvendo e encorajando eles a não desistirem facilmente das dificuldades encontradas nas disciplinas. A solicitação pela maioria dos alunos em continuar a utilizar o Kahoot! nas aulas confirma Sandy e Sandy (2018) ao dizerem que a aprendizagem é um processo diferente entre cada alunos, sendo imprescindível, o uso de diferentes estratégias, para que o máximo de alunos consiga compreender os conteúdos abordados.

Foi observado pelo professor que a música e a pontuação apresentada a cada questão faz com que o jogo se torne mais estimulante. Confirmando o estudo de Wang (2015) que avaliou a concentração, o aproveitamento, o engajamento e a diversão dos alunos jogando Kahoot! utilizando ou não o áudio e a pontuação, sendo que quando não utilizou áudio e pontuação, os alunos não mantiveram o foco e a concentração da mesma forma. A apresentação da pontuação em cada questão fez com que os alunos se mantivessem mais concentrados e engajados com o jogo, aumentando assim a competitividade. Mostrando que a música e pontos, podem influenciar de maneira significativa no aprendizado.

As respostas dos alunos confirmaram o trabalho de Santos e Santos (2017) que também apresentou como resultado a percepção de que os estudantes ficaram mais atentos e mais interessados nas aulas quando da aplicação do Kahoot! Segundo Costa et al. (2017), a participação dos estudantes em uma atividade gamificada do tipo quiz virtual como o kahoot! favoreceu o aprendizado dos alunos. Concordando com Alves et al. (2015, p. 5), que o jogo também contribuiu na construção do conhecimento, por despertar o interesse do aluno em acertar cada uma das questões e querer sempre ultrapassar os que estão nas melhores posições.

5 | CONCLUSÃO

Por meio da realização deste trabalho, foi possível observar que a utilização do jogo kahoot em sala de aula proporcionou uma maior e melhor interação entre aluno/professor e aluno/aluno, transformando o professor em um mediador do aprendizado. Com isso, além de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, percebe-se que o jogo, quando bem utilizado pelo professor, contribui para a formação social e moral do indivíduo, principalmente quando trabalhado em grupo, despertando nos indivíduos o respeito entre os colegas.

A utilização do kahoot possibilitou a obtenção de resultados significativos no ensino, provocou nos alunos um sentimento de desafio, gerando mais interesse e prazer pela aprendizagem. Para a continuidade da pesquisa pretende-se ampliar o número de turmas e alunos de modo a melhorar a amostra e confirmar os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

Alves, R.M.M.; Geglio, P.C.; Moita, F.M.G.S.C.; Souza, C.N.S.; Araújo, M.S.M., (2015) **O Quiz como Recurso Pedagógico no Processo Educacional: Apresentação de um Objeto de Aprendizagem**. Anais do XIII Congresso Internacional de Tecnologia na Educação.

Amico, M. R. De A.; Pra, R., Moraes, J. P. (2017) **As aplicações do Kahoot! como tecnologia educativa**. In: 22º Seminário de Educação, Tecnologia e Sociedade, 2017, Taquara, RS. Anais Eletrônicos da Revista Educacional Interdisciplinar (REDIN).

Bottentuit Junior, J. B. (2012) **Do computador aos tablets: vantagens pedagógicas na utilização de dispositivos móveis na educação**. Revista Educa Online, 6(1):125-149.

Brown, R. B. (2006). **Doing your Dissertation in Business and Management: The Reality of Researching and Writing**. SAGE, London.

Costa, C. H. C.; Dantas Filho, F. F.; Gonçalves, Da S. C. M. F. M. (2017) **Marvinsketch e Kahoot Como Ferramentas no Ensino de Isomeria**. Holos (Natal. Online), v. 1, p. 31-43.

Covos, J. S.; Covos, J. F.; Rodrigues, F. R.; Ouchi, J. D. (2018) **O Novo Perfil de Alunos no Ensino Superior, e a Utilização de Jogos Lúdicos para Facilitação do Ensino Aprendizagem**. Educação em Foco (Amparo), v. 1, p. 62-74.

Dellos, R. (2015) **Kahoot! A digital game resource for learning**. International Journal of Instructional Technology and Distance Learning, 12(4), 49-52.

Gazotti-Vallim, M. A. (2017) **Vivenciando inglês com Kahoot**. The ESPECIALIST: Descrição, Ensino e Aprendizagem, 38(1):1-18.

Izeki, C. A.; N., Walter A.; Dias, R. M. C. (2016) **“Experiência no Uso de Ferramentas Online Gamificadas na Introdução à Programação de Computadores”**. Anais do XXII Workshop de Informática na Escola (WIE 2016), p. 301-310.

Kahoot. (2018) **Kahoot**. Disponível em: <http://www.kahoot.it>. Acesso em 02 de Mar. 2018.

Macedo, L. de, Petty, A. L. S, Passos, N. C. (2000) **Aprender com jogos e situações problema**. Porto Alegre: Artmed.

Sandy, D.; Sandy, D. (2018) **Uso do Kahoot como Ferramenta de Avaliação e Ensino-Aprendizagem no Ensino de Microbiologia Industrial**. Holos (Natal. Online), V. 1, P. 170-179.

Santos, D. S.; Santos, D. S. (2017) **O QUIZ DO BIS: uso do kahoot como ferramenta de aprendizagem**. In: III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior, 2017, Belo Horizonte. Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior - CIM. v. 3.

Singh, K. (2007). **Quantitative Social Research Methods**. SAGE Publications, New Delhi.

Wang, A. I. (2015) **The wear out effect of a game-based student response system**. Computers and education. vol. 82.

O USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Juliana Santos Alves

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.
Santa Maria - RS

Paulo Sergio Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.
Santa Maria - RS

Leila Maria Araújo Santos

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.
Santa Maria - RS

RESUMO: Este trabalho relata os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria, que visa responder: Podemos utilizar as redes sociais como um ambiente de produção de conhecimento? Os objetivos são: demonstrar que as redes sociais podem servir de meio de aproximação entre os professores, que são imigrantes digitais, e os alunos, que são nativos digitais; investigar o uso das redes sociais como um ambiente de aprendizagem e usar as redes sociais como uma estratégia motivadora para

a interação, colaboração e protagonismo do aluno no processo de aprendizagem. Aqui são apresentados alguns dos fundamentos teóricos relacionados com o contexto da sociedade contemporânea, com as necessidades e dificuldades da inserção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação e o uso das redes sociais na educação. O estudo indica a necessidade de renovar e contextualizar as práticas pedagógicas, para que fiquem mais próximas da realidade dos jovens estudantes. Fica evidente que há diversas possibilidades de utilizar as TIC como forma de otimizar o processo de ensino e aprendizagem e até mesmo torná-lo mais atraente e motivador. A pesquisa mostrou que o uso destas ferramentas podem ser eficientes no ensino em diferentes modalidades. Assim, podemos constatar que devemos aprender a explorar as potencialidades das redes sociais na educação, pois é uma forma de incorporar, reconhecer e aproveitar as vivências dos alunos, para construir e desenvolver práticas pedagógicas mais condizentes com o perfil e o cotidiano do aluno contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: redes sociais; conhecimento; informação.

ABSTRACT: This work reports the partial results of a research developed with the graduate program in professional and technological

education, from the Federal University of Santa Maria, which aims to answer: we can use social networks as an environment of Knowledge production? The objectives are: to demonstrate that social networks can serve as a means of rapprochement between teachers, who are digital immigrants, and students, who are digital natives; investigate the use of social networks as a learning environment and use social networks as a motivating strategy for the interaction, collaboration and role of the student in the learning process. Here are some of the theoretical foundations related to the context of contemporary society, with the needs and difficulties of the insertion of information and communication technologies (TIC) in education and the use of social networks in education. The study indicates the need to renew and contextualize pedagogical practices so that they are closer to the reality of young students. It is clear that there are several possibilities to use TIC as a way to optimize the teaching and learning process and even make it more attractive and motivating. Research has shown that the use of these tools can be efficient in teaching in different modalities. Thus, we can see that we must learn to exploit the potential of social networks in education, as it is a way of incorporating, recognizing and harnessing the experiences of students, to build and develop practical pedagogical more consistent with the profile and daily life of the contemporary student.

KEY-WORDS: Social networks; Knowledge, Information.

1 | INTRODUÇÃO

Devido as evoluções sociais, econômicas, tecnológicas, entre outras, vivenciadas na sociedade contemporânea, percebe-se que a educação necessita passar por drásticas transformações, desde a sua forma de ser vista pelos alunos, pelos professores, pelas instituições de ensino e a sociedade, até a sua forma de ser colocada em prática.

Vivenciamos uma era tecnológica, onde as informações estão dispostas e acessíveis de várias formas, em diferentes meios de comunicação, porém percebemos uma confusão entre o que é informação e o que é conhecimento. A informação está posta e acessível para todos, porém o conhecimento deve ser construído, significado e apropriado.

Nota-se, então, que cotidianamente temos acesso a muita informação e pouco conhecimento. E é neste contexto educacional, que estudantes, de todos os níveis e modalidades educacionais, necessitam transformar a informação em conhecimento, e para que isto ocorra eles precisam significar esta informação, dar o seu devido sentido, valoração e assim memorizá-lo, fazendo parte de suas bases cognitivas. O que muitas vezes não ocorre devido a carências metodológicas do modelo educacional atual, e até mesmo carências na atuação do professor e na formação do aluno.

Diante desta realidade, a educação necessita achar metodologias diferenciadas e diversificadas, para dar conta da demanda educacional atual: jovens que são

nativos digitais, imersos em um mundo de estímulos e experiências rápidas, fluídas, extremamente atraentes e estimuladoras, que, no entanto, não demonstram interesse e comprometimento com a sua formação educacional.

Portanto, com os objetivos de fazer uma educação atraente e motivadora aos estudantes, buscou-se apresentar neste artigo as redes sociais como uma possibilidade de aproximação entre as diferentes gerações: nativos digitais e imigrantes digitais. Também impulsionar o uso das redes sociais como um ambiente de ensino e aprendizagem, estimulando as relações entre os pares, entre os pares e o professor, e proporcionando um ambiente de frutíferas discussões crítico reflexivas a respeito de assuntos educacionais.

Estes objetivos são formas de pensar a problemática atual que norteiam uma pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica que visa responder: Podemos utilizar as redes sociais como um ambiente de produção de conhecimento?

Esta pesquisa está em andamento e aqui são apresentados alguns dos fundamentos teóricos que indicam a possibilidade e necessidade do uso destas ferramentas no ensino em diferentes modalidades.

2 | DESENVOLVIMENTO

De acordo com Castells, (1999), vários acontecimentos de importância histórica vêm transformando os cenários da vida social humana. E uma revolução tecnológica centrada nas tecnologias da informação que está remodelando a base social em ritmo acelerado.

É neste contexto que estão inseridas as tecnologias de informação e comunicação na educação (TICs), que em muitos casos, possibilita uma visão mais próxima do que é vivenciado pelo aluno ao que está sendo ensinado na escola. Segundo Kenski "a imagem, o som e o movimento oferecem informações mais realistas em relação ao que está sendo ensinado" (2007, p.45).

A educação é e sempre será um desafio, e o professor, que depende do contexto histórico-social em que se encontra, das relações sociais existentes, do posicionamento do sistema educacional em relação ao sistema produtivo etc., para articular no seu fazer pedagógico, ou seja, as dimensões do "o que ensinar", do "como ensinar", do "para que ensinar", do "para quem ensinar"; necessita utilizar de forma adequada as tecnologias de informação e comunicação, para proporcionar um processo de ensino e aprendizagem atraente e condizente com a atualidade (LIBÂNEO, 2002).

Portanto, "as práticas pedagógicas precisam gerar atividades que envolvam a colaboração potencializando a comunicação e ajudando a colocar a educação em um patamar de modernidade condizente com o desenvolvimento da sociedade do século XXI " (SANTOS, BEHRENS, 2008, p. 11).

Então, de acordo com Kenski, (1997, p.61), favoráveis ou não, é chegada a

hora de nós, profissionais da educação, enfrentarmos os desafios oriundos das novas tecnologias. Esses enfrentamentos não significam a adesão em condicional ou a oposição radical ao ambiente eletrônico, mas ao contrário, significam conhecê-los criticamente, para saber de suas vantagens e desvantagens, de seus riscos e possibilidades, para transformá-los em ferramentas e parceiros em alguns momentos e dispensá-los em outros instantes.

2.1 As Redes Sociais e a Educação

Frente ao desafio de unir as tecnologias à educação de uma maneira atrativa para os alunos, é que o uso de redes sociais inseridas no processo pedagógico pode ser interessante. Pois, segundo Coutinho e Farbiarz (2010, p. 6), “nessa linha, o aluno é considerado individualmente, com seu repertório e particularidades, e constrói seu próprio conhecimento.” Assim, as redes sociais servem de meio, onde o contexto é conhecido e de domínio do aluno. E nesse ambiente virtual, o professor, que é imigrante digital, pode ficar mais próximo do aluno, que é nativo digital.

Assim, com a popularização da internet e a proliferação das redes sociais, os ambientes *online* ganham força como ferramentas didáticas relevantes para acesso a informação, interação e produção coletiva de saberes (CASTELLS, 1999). Deste modo, as TIC inseridas na educação por meio das redes sociais possibilitam novas formas de lidar com a informação, por ser um espaço privilegiado de expressões, por romper barreiras geográficas e temporais e por permitir a construção do conhecimento através de uma forma autônoma, colaborativa e experienciada (DORSA E SANTOS, 2012).

Sendo assim, Caritá, Padovan e Sanches, (2011) relatam que o uso das redes sociais, pode auxiliar a educação através do contato entre pessoas de diferentes níveis sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais. Os professores podem sanar questionamentos “a qualquer hora, de qualquer lugar, promover atividades em grupo para aumentar a interação entre os alunos e compartilhar conhecimento e experiências” (p.3). Ou seja, podemos tornar a rede social um ambiente digital de aprendizagem.

Portanto explorar as potencialidades das redes sociais na educação é uma boa oportunidade, para nativos e imigrantes digitais, incorporar, reconhecer e aproveitar as vivências dos alunos com as tecnologias para construir e desenvolver práticas pedagógicas mais condizentes com o perfil e o cotidiano do aluno contemporâneo (DORSA E SANTOS, 2012).

Os mesmos autores ainda ressaltam que:

As reflexões sobre as aprendizagens a partir das vivências dos sujeitos, é muito valiosa em um espaço de rede social onde brotam dúvidas, possibilidades, significados, respeito, questionamentos, acolhimento e amadurecimento, possibilitando aos envolvidos a criação de novos saberes advindos da reciprocidade coletiva. (p.1)

Segundo Caritá, Padovan e Sanches (2011), as redes sociais tornam possível

o uso de novas estratégias e ferramentas para apoiar a aprendizagem, oferecendo possibilidades inovadoras para o processo de ensino-aprendizagem. Além de diminuir as barreiras de comunicação entre alunos e professores, estende-se o espaço físico das salas de aula, aumentando também o tempo de envolvimento dos discentes com os conteúdos (PATRÍCIO E GONÇALVES, 2010).

Assim, Kenski (2008) ao afirmar que os ambientes digitais estimulam o uso das tecnologias na educação, pontua que surgem novas maneiras de se fazer a educação, pois surgem novos papéis, novas formas de relacionamentos, novas oportunidades e resultados tanto para professores quanto para alunos.

2.2 As redes sociais e a construção do conhecimento

“Anthropos physei politikon zoon”, “O homem é por natureza um animal político”, ou seja, um animal que busca a “eudaimonia” e que se realiza na polis, na comunidade, junto de seus pares (ARISTÓTELES, 1998). Esta frase pode explicar o grande sucesso e a aceitação em massa das redes sociais.

O termo grego, eudaimonia, costumava ser traduzido como “prosperidade” ou “sucesso”. Quando relacionamos a busca por felicidade nas redes sociais, não necessariamente estaríamos falando sobre a mesma coisa que Aristóteles, já que ele via a eudaimonia não como momentos efêmeros de alegria, ou a como nos sentimos, mas para ele, felicidade diz respeito à teleologia, ou a finalidade da vida, ou seja, a realização global da vida. Nas redes sociais o homem realiza-se pelo sentimento de pertencimento, de importância.

Assim, as redes sociais tornaram-se os espaços de interações e principalmente o compartilhamento de notícias, ideias e opiniões.

Não restam dúvidas de que a chamada sociedade do conhecimento trouxe muita informação. As redes sociais são os lugares onde essas informações mais circulam e estão disponíveis para todos que as queiram produzi-las ou colhê-las.

O problema da distância para a comunicação praticamente acabou, ao menos em tese, para um grande público. Como resultado, o mundo transformou-se em uma “aldeia global”, expressão criada pelo comunicólogo canadense Marshall McLuhan (1911-1980) na década de 70.

Porém, o desafio é saber de que forma todo este arsenal de informações, que não encontram barreiras de tempo e de espaço, poderá contribuir para a democratização do conhecimento, visando aprendizagens significativas em que a nova informação seja interiorizada e incorporada naquilo que o sujeito já conhece (AUSUBEL, 1982).

Então, como qualquer outro produto, as redes sociais devem ser usadas com parcimônia e “bom senso”.

O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que o têm. E não é verossímil que todos se enganem a tal respeito; mas isso antes testemunha que o poder de bem

julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem mais uns racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, tanto quanto das maiores virtudes, e os que só andam muito lentamente podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho reto, do que aqueles que correm e dele se distanciam (DESCARTES, 2001, p. 5).

O que se percebe é que, aparentemente, todos estamos satisfeitos, quanto ao bom senso. Isto é, tornamo-nos juízes quanto ao certo e errado, ao verdadeiro e falso, muito rapidamente. Da mesma forma o filósofo que deu ao ser humano o título de “animal político”, também se debruçou sobre a questão do bom senso, como uma das condições para se alcançar a eudaimonia, ou a vida feliz. Para tal preconizava que o instrumento para a justa medida, ou a mediania seria a frônesis (prudência), ou ainda, novamente, bom senso.

Diante desse cenário, cabe ao professor o papel de mediador, de facilitador ou de alguém responsável por prevenir os estudantes quanto às armadilhas das redes sociais e do acúmulo de informações que podem não gerar conhecimento.

Sendo assim, o desafio imposto à escola por esta atual sociedade é imenso. Ela deve desenvolver nos estudantes competências e habilidades para participar e interagir num mundo globalizado, altamente competitivo, que valoriza o ser flexível, criativo, capaz de encontrar soluções inovadoras para os problemas de amanhã, ou seja, a capacidade de compreendermos que a aprendizagem é um processo dinâmico (COUTINHO E LISBÔA, 2011).

Portanto, o acesso à informação não é garantia que disso resulte conhecimento e, muito menos, aprendizagem. Para que tal ocorra, é necessário que, frente às informações apresentadas, as pessoas possam reelaborar o seu conhecimento ou até mesmo desconstruí-lo, visando uma nova construção. Esta construção deverá estar alicerçada em parâmetros cognitivos que envolvam a autorregulação, aspectos motivacionais, reflexão e criticidade frente a um fluxo de informações que se atualizam permanentemente (COUTINHO E LISBÔA, 2011).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores até aqui estudados são unânimes em afirmar que a inserção da tecnologia é positiva no ensino e que é necessária uma mudança na comunicação entre os professores e seus alunos para que estes se aproximem e possam transformar a educação. Assim sendo, as redes sociais podem ser uma fonte fácil e rápida de comunicação e informações, entre professores e alunos, onde a informação possa ser significada pelo aluno e contribuir para o seu desenvolvimento. Para isto o professor deve aproveitar-se da familiaridade e da simpatia dos alunos com as redes sociais e estimular a criticidade, a reflexão, a geração de opiniões, para assim, haver uma

significação real e uma possibilidade de construção do conhecimento.

Segundo, Libâneo (2002) devemos utilizar a pedagogia do pensar ou o ensino do pensar e do aprender. Está claro que o aluno deve ser o sujeito do conhecimento, que a aprendizagem é um processo ativo, etc., mas a apropriação do conhecimento necessita do domínio de saberes e modos de relacionar, de significar as informações. É um processo de aprendizagem. "O aluno precisa aprender métodos de trabalho, processos de pensamento, desenvolver competências. É ensinar a pensar de maneira direta e sistemática" (p 34).

Assim, a escola deve visualizar as contribuições das redes sociais na educação. Deve aproveitá-la como um meio de acesso as informações e comunicações diversas, para desenvolver a colaboração, o compartilhamento, a reflexão, a autonomia e o protagonismo da construção do conhecimento pelos alunos e intermediada pelos professores. Pois, a matéria prima da aprendizagem é a informação organizada, significativa: a informação transformada em conhecimento.

Portanto, essas tecnologias estão transformando a maneira de ensinar e aprender, oferecendo maior versatilidade, interatividade e flexibilidade de tempo e de espaço educacional (SILVA E COGO, 2007).

A aplicação desta pesquisa pretende observar o uso das redes sociais no ensino, como ambientes de aprendizagem, aproximando mais seus atores e verificando a possibilidade de uma aprendizagem significativa aos alunos. Espera-se com o desenvolvimento deste estudo a disseminação do uso das redes sociais no ensino, tendo em vista a familiaridade do aluno e a facilidade de seus recursos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 15 edição. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1998.

AUSUBEL, D.P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes. 1982.

CARITÁ, E. C.; PADOVAN, V. de T.; SANCHES, L. M. P. **Uso de redes sociais no processo ensino-aprendizagem**: Avaliação de suas características. 2011. disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/61.pdf> > . Data de acesso: 06/01/2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: A era da informação, economia, sociedade e cultura. 2. ed. v.1. São Paulo: Paz e terra, 1999.

COUTINHO, C. LISBÔA, E. Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Revista de Educação, Vol. XVIII, nº 1, 2011.

COUTINHO, M. S.; FARBIARZ, A. **Redes sociais e educação**: uma visão sobre os nativos e imigrantes digitais e o uso de sites colaborativos em processos pedagógicos. In: 3º Simpósio Hipertexto E Tecnologias Na Educação: Redes Sociais e Aprendizagem. 2010. Anais Eletrônicos. Disponível em: < <https://www.ufpe.br/nehte/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Mariana-Souza-Coutinho&Alexandre%20Farbiarz.pdf> > . Acesso em: 26 set. 2015.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DORSA, A. C., SANTOS, R. M. R. dos. **Aprendizagem colaborativa em um contexto intercultural: o olhar em uma formação continuada na rede social virtual Facebook**. *Temporis (ação)*, v 12, n1, p 131- 146, jan / dez 2012. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/revista/index.php/temporisacao/article/view/887>. Acesso em: 18/08/2015.

KENSKI, V. M. **Novas tecnologias: O Redimensionamento do Espaço e do Tempo e os Impactos no Trabalho Docente**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 8, p. 58-71, mai./jun./jul./ago. 1997.

_____, V. M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas, 3 ed. SP: Papirus, 2007.

KENSKI, Vani M. **Tecnologias E Ensino Presencial E A Distância**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LIBÂNIO, J. C. **DIDÁTICA: Velhos e novos temas**. Edição do Autor Maio de 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Did%C3%A1tica%20-%20%20Velhos%20e%20novos%20temas.doc>. Acesso em: 16/05/2016

PATRÍCIO, R.; & GONÇALVES, V. **Facebook: rede social educativa? I Encontro Internacional TIC e Educação**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. 593-598, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.digital.ipb.pt/bitstream/10198/3584/1/118.pdf>
acesso: 25/01/2015

SANTOS, V. S. dos; BEHRENS, M. A. **Inserção das tecnologias na educação a partir de um paradigma inovador**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/302_307.pdf
acesso: 17/09/2015.

SILVA, A. P. S. S.; COGO, A. L. P. **Aprendizagem de punção venosa com objeto educacional digital no Curso de Graduação em Enfermagem**. *Revista Gaúcha de Enfermagem* 2007;28(2):187-92. Disponível em: seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/download/3162/1733. Acesso em: 23/05/2016.

TECNOLOGIAS MÓVEIS EM CONTEXTO EDUCATIVO

Ernane Rosa Martins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Luziânia – Núcleo de Inovação, Tecnologia e Educação
Luziânia – GO, Brasil

Wendell Bento Geraldes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Luziânia – Núcleo de Inovação, Tecnologia e Educação
Luziânia – GO, Brasil

Ulisses Rodrigues Afonseca

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Luziânia – Núcleo de Inovação, Tecnologia e Educação
Luziânia – GO, Brasil

Luís Manuel Borges Gouveia

Universidade Fernando Pessoa – Coordenação do Doutorado em Ciências da Informação – Especialidade em Sistemas, Tecnologias e Gestão da Informação
Porto, Portugal

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre as produções disponíveis em algumas bases de dados acerca das Tecnologias Móveis em contexto educativo. Neste sentido, foram analisados 174 trabalhos que se encontravam disponíveis online e que apresentavam estudos empíricos ou teóricos sobre a aplicabilidade deste tipo de tecnologias

no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados mostram os benefícios e dificuldades no uso dos dispositivos móveis.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão Sistemática; Tecnologias Móveis; Ensino; Aprendizagem.

ABSTRACT: This article presents a systematic review of the literature on the productions available in some databases on Mobile Technologies in an educational context. In this sense, we analyzed 174 works that were available online and that presented empirical or theoretical studies on the applicability of this type of technologies in the process of teaching and learning. The results show the benefits and difficulties in using mobile devices.

KEYWORDS: Systematic review; Mobile Technologies; Teaching; Learning.

1 | INTRODUÇÃO

A nossa era é conhecida como a era do conhecimento, visto a importância dada hoje ao conhecimento, em todos os setores, sobretudo em consequência da informatização e do processo de globalização das telecomunicações. Todavia, o que vemos é a predominância da difusão de dados e informações e não de conhecimentos. Isto é possível graças às novas tecnologias que estocam o conhecimento, de

forma prática e acessível, em gigantescos volumes de informações, permitindo a pesquisa e o acesso de maneira muito simples, amigável e flexível. Não somente o acesso, mas também como emissor de informações. Pela internet, a partir de qualquer lugar e a qualquer hora, pode-se acessar inúmeras bibliotecas em muitas partes do mundo, permitindo acessar conhecimentos não apenas por palavras, mas também por imagens, sons, fotos, vídeos, etc (GADOTTI, 2000).

As tecnologias de comunicação modificam algumas das funções dos professores, mas não os substituem. A tarefa de transmitir informações, passa a ser feita por bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD, os professores agora tem o papel de estimulador da curiosidade do aluno na busca de querer conhecer, pesquisar e buscar as informações mais relevantes. É ele que coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos, contextualiza os resultados, os adapta à realidade dos alunos e questiona os dados apresentados, também transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida e em sabedoria (MORAN, 1995).

As tecnologias permitem um novo encantamento na escola, abrindo suas paredes e possibilitando que alunos conversem e pesquisem com outros alunos da mesma cidade, país ou do exterior, no seu próprio ritmo. Acontecendo o mesmo com os professores. Seus trabalhos de pesquisa podem ser compartilhados por outros alunos e divulgados instantaneamente na rede. Encontram-se disponíveis para alunos e professores inúmeras bibliotecas eletrônicas, revistas on line, textos, imagens e sons, que facilitam a tarefa de preparar as aulas, fazer trabalhos de pesquisa e ter materiais atraentes para apresentação. O professor passa a estar mais próximo do aluno, podendo receber mensagens com dúvidas, passar informações complementares para determinados alunos, adaptar a sua aula para o ritmo de cada aluno, procurar ajuda em outros colegas sobre problemas que surgem, novos programas para a sua área de conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem pode ganhar mais dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitados (MORAN, 1995).

O mundo atualmente exige um profissional cada vez mais crítico, criativo, com capacidade de pensar, de aprender a aprender, de trabalhar em grupo e de conhecer o seu potencial intelectual, com capacidade de constante aprimoramento e depuração de ideias e ações. Essa nova atitude não é passível de ser transmitida mas deve ser construída e desenvolvida por cada indivíduo, ou seja, deve ser fruto de um processo educacional em que o aluno vivencie situações que lhe permitam construir e desenvolver essas competências. Neste contexto o computador e as novas tecnologias podem ser importantes aliados neste processo (VALENTE, 2012).

Pensando nas possíveis publicações advindas da possibilidade pedagógica do uso das tecnologias móveis, é que se decidiu sistematizar um estudo a fim de mapear e conhecer o que os pesquisadores têm descoberto quando utilizam estas tecnologias com seus alunos. Por esta razão, a questão problema norteadora que direcionou a realização deste estudo foi: “Quais os benefícios e dificuldades encontradas com o uso das tecnologias móveis em contexto educativo?”.

O estudo justifica-se na medida em que, hoje em dia, grande parte dos alunos e professores, possuem aparelho celular e, praticamente todos, são smartphones com acesso à internet. Assim como, a constatação que estes possuem grandes potencialidades e possibilidades de utilização no ensino de todas as áreas do conhecimento. O que pode proporcionar ricas experiências ao professor e aos alunos, assim como, um maior compartilhamento de informações.

Este artigo está estruturado da seguinte forma. Além desta introdução, na seção 2, é apresentada uma revisão bibliográfica. Na seção 3 é descrita a metodologia utilizada na pesquisa. A seção 4 relata os resultados alcançados e discussões. Por fim, na seção 5 são apresentadas as considerações finais e as perspectivas de complementação deste estudo.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A popularização da internet e de suas mídias mudou o cenário educacional brasileiro, por meio da utilização dos meios de comunicação virtual, digital e dos dispositivos móveis na escola, ou seja, estes passaram a integrar-se como instrumentos pedagógicos para a aquisição do conhecimento. Por isto, o professor se depara com o desafio de acompanhar esse ritmo, buscando integrar a cultura extraescolar dos alunos (SENA; BURGOS, 2010).

Wains e Mahmood, 2008 definem o M-learning (mobile learning - aprendizagem por meio de dispositivos móveis) com sendo “um campo emergente, que engloba tecnologias sem fio e computação móvel para permitir que a aprendizagem possa ocorrer em qualquer tempo e em qualquer lugar, maximizando a liberdade dos alunos”. O Mobile Learning ou m-Learning surgiu a partir da disponibilidade de dispositivos móveis e considerando as necessidades específicas da educação e treinamentos (NYIRI, 2002).

As inovações tecnológicas provenientes do desenvolvimento das telecomunicações estão oportunizando acesso a diferentes ambientes e formas de aprendizagem. Anteriormente precisava-se de um aparelho ligado a uma estrutura fixa de rede, atualmente os dispositivos móveis permitem o acesso a ambientes e recursos educacionais similares (MÜLBERT E PEREIRA, 2011).

O telefone celular é o mais popular e acessível dos dispositivos que podem suportar o Mobile Learning, não necessitando de investimentos financeiros por parte das instituições, por se tratar de uma ferramenta comum e disponível no cotidiano dos alunos “Se o computador ainda é um objeto restrito, o celular está presente em boa parte das escolas, nas mochilas dos alunos de diferentes classes sociais” (MERIJE, 2012, p.81).

O *smartphone* é uma tecnologia que reúne várias mídias num só aparelho (telefone, internet, console de jogos, recursos dos computadores pessoais, etc.). A

associação dos recursos dos aparelhos celulares e das redes de telefonia móvel com os da internet possibilitou o acesso e compartilhamento de conteúdo, o que proporcionou uma nova dinâmica aos processos de comunicação, assim como, a aprendizagem (MERIJE, 2012).

A revolução digital, a miniaturização de aparelhos e a conectividade com redes de comunicação, possibilitaram misturar o digital com o físico, criando um ambiente de tecnologia semântica e cognitiva, que vem remodelando as formas de fazer, criar, pensar e relacionar a vida cotidiana, ao trabalho, ao lar, ao lazer, a educação ou a qualquer outro espaço (CORDEIRO; BONILLA, 2015).

O m-Learning conforme Marçal et al., 2005, surge como uma importante alternativa de ensino e treinamento à distância, na qual podem ser destacados os seguintes objetivos:

- Melhorar os recursos para o aprendizado do aluno, que poderá contar com um dispositivo computacional para execução de tarefas, anotação de ideias, consulta de informações via internet, registro de fatos através de câmera digital, gravação de sons e outras funcionalidades existentes;
- Prover acesso aos conteúdos didáticos em qualquer lugar e a qualquer momento, de acordo com a conectividade do dispositivo;
- Aumentar as possibilidades de acesso ao conteúdo, incrementando e incentivando a utilização dos serviços providos pela instituição, educacional ou empresarial;
- Expandir o corpo de professores e as estratégias de aprendizado disponíveis, através de novas tecnologias que dão suporte tanto à aprendizagem formal como à informal;
- Fornecer meios para o desenvolvimento de métodos inovadores de ensino e de treinamento, utilizando os novos recursos de computação e de mobilidade.

3 | METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa pretende-se utilizar como procedimento uma revisão sistemática da literatura, que é uma metodologia eficaz para integrar as informações de um conjunto de trabalhos realizados separadamente, ou seja, investigar o atual estado da arte. Esses trabalhos podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como, identificar novos temas que necessitem de uma pesquisa realizada dentro de preceitos científicos, de modo a conhecer melhor, auxiliando na orientação para possíveis investigações futuras (SAMPAIO & MANCINI, 2007).

Para Gonçalves, Nascimento e Nascimento (2015, p. 194), a revisão sistemática da literatura “possibilita uma investigação que visa identificar evidências relacionadas a um problema específico de pesquisa, com o intuito de destacar ideias, posturas e opiniões de autores, publicadas na área de conhecimento em que se insere”.

Segundo Gonçalves, Nascimento e Nascimento (2015, p.195) as principais etapas para a elaboração de uma revisão sistemática são:

1. Problema de Pesquisa (questão a ser investigada);
2. Protocolo de Pesquisa (descrição criteriosa do estudo);
3. Bases de Dados (localização dos estudos);
4. Critérios de Inclusão/Exclusão (características e especificidades dos estudos);
5. Análise, Crítica e Avaliação (validade dos estudos selecionados)
6. Elaboração do Resumo (Síntese dos conteúdos abordados);
7. Identificação das Evidências (estudos agrupados conforme a semelhança);
8. Conclusão (alcance das evidências identificadas).

Assim, para selecionar a amostra utilizada, foram definidos alguns parâmetros de inclusão e exclusão. Este procedimento teve como objetivo auxiliar na composição de um conjunto de artigos que abordem o mesmo tema. Os fatores utilizados neste estudo podem ser visualizados na Tabela 1.

FATORES DE INCLUSÃO	FATORES DE EXCLUSÃO
<p>Artigos disponíveis no Google, Google Acadêmico, Periódicos Capes e Scielo;</p> <p>Estudos sobre Tecnologias Móveis em contexto educacional;</p> <p>Artigos empíricos ou teóricos.</p> <p>Artigos que abordam o processo de ensino aprendizagem através de aprendizagem móvel</p>	<p>Artigos em outras bases de dados que não sejam Google, Google Acadêmico Periódicos Capes e Scielo;</p> <p>Estudos sobre Tecnologias Móveis em outros contextos, que não sejam educacionais.</p> <p>Artigos sem enfoque no ensino ou na aprendizagem</p>

Tabela 1 – Fatores de inclusão e exclusão dos trabalhos encontrados.

Para a formação da base de dados documental dos artigos que compuseram a amostra deste estudo, executou-se uma busca sistemática na web nos motores de busca Google, Google Acadêmico, Periódicos Capes e Scielo. Para a busca dos artigos nas bases de dados, utilizou-se como descritores as seguintes palavras: “Tecnologias Móveis”, “Tecnologias Móveis e Educação”, “Tecnologias Móveis e Ensino” e “Tecnologias Móveis e sala de aula”.

Na busca dos artigos para realização da pesquisa, após a exclusão dos artigos em duplicidades e que atendiam aos critérios estabelecidos, encontrou-se um total de 174 artigos. Que em seguida foram exportados para o software ATLAS.ti, sendo analisados, codificados e categorizados.

4 | RESULTADOS

O estudo realizado buscou respostas para as seguintes questões: “Quais os benefícios e dificuldades encontradas com o uso das tecnologias móveis em contexto educativo?” Com a realização das codificações no software ATLAS.ti dos artigos foi possível encontrar os possíveis benefícios da utilização de tecnologias móveis na educação, ilustrados na Tabela 2.

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS MOVEIS NA EDUCAÇÃO
Abandona o sistema de massa e adota um sistema interativo
Estimula os alunos a fazerem descobertas sozinhos
Insere os alunos em um processo de pesquisa
Desenvolve um pensamento crítico em vez de decorar as informações transmitidas
Estimula os alunos a colaborar entre si
Flexibiliza quando estudar, onde e por quanto tempo
Transfere as tarefas para além dos ambientes físicos da sala de aula
Amplia as experiências de aprendizagem dentro e fora da sala de aula
Substitui a necessidade de um computador para acessar a internet em sala de aula
Facilita a comunicação e troca de informações a qualquer hora e lugar
Permite a socialização e inclusão de pessoas com deficiência ou restrição de locomoção
Possibilita a utilização de recursos de vídeo e áudio
Fornecer um estilo de educação com foco nas demandas e necessidades individuais de aprendizado

Tabela 2 – Apresenta os possíveis benefícios da utilização de tecnologias móveis na educação.

Para Feenberg (2010) o conceito de educação centrado na interatividade humana, facilita a participação de grupos menos favorecidos, podendo aumentar o nível cultural da população como um todo.

Feitosa e Machado (2014) apresentam um caso em Vitória, no Espírito Santo, Brasil, em que uma escola recolhe cerca de 400 celulares dos alunos todos os dias na entrada, devolvendo-os na saída. O motivo apresentado é que os celulares atrapalham o rendimento dos outros alunos e dos professores. Segundo a escola sem a utilização dos celulares o trabalho dos professores e a participação dos alunos melhorou. Alguns Estados como o do Paraná tem a Lei Estadual nº 18.118/2014-PR, de 24 de junho de 2014, que proíbe o uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos, no ensino fundamental e médio, sendo permitido somente para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino. Já o Estado de Santa Catarina também dispõe da Lei Estadual 14.363 que diz em seu artigo 1 (SANTA CATARINA, 2008): “Fica proibido o uso de telefone celular nas salas de aula das escolas públicas e privadas no Estado de Santa Catarina”.

Pompeo (2014) explica que proibir o uso de aparelhos eletrônicos é autoritário e retrógrado, o melhor jeito é adaptar-se à realidade e usar a tecnologia em favor da aula. O estudo de Beland e Murphy (2015), investigou o impacto de restringir o uso de dispositivos móveis nas escolas em relação a produtividade do aluno, a pesquisa foi

realizada com 91 escolas de ensino médio, em quatro grandes cidades da Inglaterra, e os resultados indicaram que há uma melhoria no desempenho dos alunos de apenas 6,41% nas escolas que introduziram uma proibição. E Guenaga et al. (2012) reforça que em vez de proibir o uso dos dispositivos móveis na educação, o melhor é criar meios que possibilitem a exploração de seus recursos.

Para concretizar os benefícios da aprendizagem móvel, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2014), recomenda aos formuladores de políticas que desenvolvam as ações a seguir:

- Criar ou atualizar as políticas referentes à aprendizagem móvel, fornecendo orientação sobre como novos investimentos em tecnologia podem funcionar em conjunto com os investimentos e as iniciativas educacionais existentes;
- Formar professores sobre como fazer avançar a aprendizagem por meio de tecnologias móveis, a fim de transformar e melhorar abordagens de ensino e aprendizagem;
- Fornecer apoio e formação a professores por meio de tecnologias móveis, assegurando que, onde possível, os currículos, os recursos educacionais e os planos de aula estejam disponíveis para os professores por meio de aparelhos móveis, mas trata-se de uma abordagem complementar, não devendo substituir a formação presencial;
- Criar e aperfeiçoar conteúdos educacionais para uso em aparelhos móveis, assegurando que os recursos e os conteúdos educacionais, incluindo os de depósitos online existentes, sejam facilmente acessíveis por meio de aparelhos móveis;
- Ampliar e melhorar as opções de conectividade, assegurando também a igualdade, examinando a infraestrutura de TIC existente e estabelecer metas realistas para melhorá-la;
- Desenvolver estratégias para fornecer acesso igual a todos, assegurando acesso e participação igualitários na aprendizagem móvel, a todos os estudantes e professores;
- Promover o uso seguro, responsável e saudável das tecnologias móveis, atualizando-se sobre pesquisas a respeito de potenciais riscos à saúde associados às tecnologias móveis, incluindo o esforço ocular devido ao trabalho em pequenas telas e a exposição à radiação eletromagnética;
- Usar as tecnologias móveis para melhorar a comunicação e a gestão educacional, simplificando tarefas, como o registro de frequência e os resultados das avaliações, e, também, utilizar os aparelhos móveis para comunicação com estudantes e pais;
- Aumentar a conscientização sobre a aprendizagem móvel, destacando e elaborando modelos sobre como as tecnologias móveis podem melhorar o ensino, a aprendizagem e a gestão educacional, e oferecer uma visão coerente sobre como as tecnologias móveis podem contribuir para se atingir metas de aprendizagem.

A Tabela 3 apresenta as dificuldades encontradas na utilização de tecnologias móveis na educação.

DIFICULDADES NA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS MOVEIS NA EDUCAÇÃO
Não ter certeza se está correta e suspeitar da validade e da precisão da fonte de informação pesquisada
O aluno ser incapaz de obter respostas ou solução para suas perguntas ou dúvidas
Atrapalhar o rendimento dos outros alunos e dos professores
Desvio de atenção e distração
Cansaço na utilização por muito tempo
Falta de bateria e banda larga suficiente
Despreparo dos professores, falta de capacidade para incorporar o uso de tecnologias móveis na sala de aula
Falta de planejamento
Falta de ações bem financiadas, coerentes, de grande escala e altamente visíveis
Assegurar que os projetos levem em conta as realidades e limitações das infraestruturas que já existem para a educação e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como os contextos sociais e culturais dos distintos países e regiões,
Colas em provas

Tabela 3 – Apresenta as possíveis dificuldades na utilização de tecnologias moveis na educação.

Segundo Bedi (2014), o papel do professor vai além de simplesmente prover novas informações, mas também em ajudar os alunos a engajar-se no processo de abstração e diferenciação de informações importantes e confiáveis.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar e apresentar os benefícios e dificuldades no uso dos dispositivos móveis. Assim, foi possível verificar algumas das dificuldade encontradas na utilização de equipamentos para finalidades educacionais, como por exemplo, serem elementos distraidores e que perturbam a concentração dos alunos nas tarefas escolares, ou os enormes benefícios para a educação que a utilização dos dispositivos móveis pode trazer, como por exemplo, permitir aos alunos aprender em qualquer hora e lugar ou permitir a socialização e inclusão de pessoas com deficiência ou restrição de locomoção, se adaptando ao cotidiano das pessoas.

Para continuidade da pesquisa pretende-se investigar utilizando esta mesma base de dados, quais as possíveis estratégias para tornar o professor melhor preparado? E o que ainda falta ser explorado levando em consideração este contexto? Assim como, outras possíveis abordagens investigativas.

REFERÊNCIAS

- Bedi, K. (2014) **Tablet PC & smartphone uses in education (Tablet Tours)**. In: 37th International Convention on Information and Communication Technology, Electronics and Microelectronics (MIPRO). p. 940-945.
- Beland, L.; Murphy, R. (2015) **III Communication: Technology, Distraction & Student Performance**.
- Cordeiro, S. F. N.; Bonilla, M. H. S. (2015) **Tecnologias digitais móveis: reterritorialização dos cotidianos escolares**. Educar em Revista, Curitiba, n. 56, p. 259-275.
- Feenberg, A. (2010) **A fábrica ou a cidade: qual o modelo de educação a distância via web?** In: NEDER, Ricardo T. A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Ricardo T. Neder (org.). Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, p. 153-175.
- Feitosa, T.; Machado, L. (2014) **Escola institui tolerância zero para celulares na sala de aula**. Gazeta Online. 26 ago. 2014. Disponível em: <http://hmgazetaonline.redegazeta.com.br/_conteudo/2014/08/noticias/cidades/1495819-escola-institui-tolerancia-zero-para-celulares-na-sala-de-aula.html> Acesso em: 14 fev. 2018.
- Gadotti, M. (2000) **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 3-11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- Gonçalves, H. A.; Nascimento, M. B. C.; Nascimento, K. C. S. (2015) **Revisão Sistemática e Metanálise: níveis de evidência e validade científica**. Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica, v. 5, p. 193-211.
- Guenaga, M. et al. (2012) **Smartphones and teenagers, threat or opportunity**. In: 15th International Conference on Interactive Collaborative Learning, IEEE, p. 1-5.
- Marçal, E.; Andrade, R.; Rios, R. (2005) **Aprendizagem utilizando dispositivos móveis com sistemas de realidade virtual**. CINTED-UFRGS, v. 3, n. 1, Porto Alegre. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/13824-48490-1-PB.pdf>> Acessado em: 08 fev. 2018.
- Merije, W. (2012) **Movimento: educação e comunicação mobile**. São Paulo: Petrópolis.
- Moran, J. (1995) **Novas Tecnologias e o Reencantamento do Mundo**. Revista Tecnologia Educacional. Brasil, vol. 23, n.126, p. 24-26.
- Mülbert, A. L.; Pereira, A. T. C. (2011) **Um panorama da pesquisa sobre aprendizagem móvel (m-learning)**. In: Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, Florianópolis. Anais do V Simpósio Nacional da ABCiber. Disponível em: <<http://simposio2011.abciber.org/anais/Trabalhos/artigos/Eixo%201/7.E1/80.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.
- Nyiri, K. (2002) **Towards a philosophy of m-Learning**. In: IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON WIRELESS AND MOBILE TECHNOLOGIES IN EDUCATION - WMTE.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2014) **Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel**. Brasília: UNESCO.
- Pompeo, C. (2014) **Professores disputam atenção de alunos com redes sociais**. Gazeta do Povo. Londrina, 24 mai. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/professores-disputam-atencao-de-alunos-com-redes-sociais-8i7ugq1uxkjhagjbhy7hgl5ji>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- Sampaio, R.; Mancini, M. (2007) **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa**

da evidência científica. Brazilian Journal of Physical Therapy, scielo, v. 11, p. 83-89.

Santa Catarina. (2008) Lei n. 14.363, de 25 de janeiro de 2008. **Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular nas escolas estaduais do Estado de Santa Catarina.** Santa Catarina: Florianópolis, 25 mar.

Sena, D; Burgos, T. (2010) **O computador e o telefone celular no processo ensino-aprendizagem da educação física escolar.** In: 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, Pernambuco. Anais Simpósio Hipertexto. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Dianne-SenaTaciana-Burgos.pdf>>. Acesso em: 06 fev.2018.

Valente, J. A. (2012) **O Uso Inteligente do Computador na Educação.** NIED, UNICAMP.

Wains, S. I.; Mahmood, W. (2008) **Integrating m-learning with e-learning.** 9th ACM SIGITE Conference on Information Technology Education, Cincinnati, USA, pp. 31-38.

EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS EM ADULTOS JOVENS NO NOROESTE PARANAENSE

Willian Augusto de Melo

Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Paranaíba. Colegiado de Enfermagem. Paranaíba, Paraná.

Maria Antonia Ramos Costa

Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Paranaíba. Colegiado de Enfermagem. Paranaíba, Paraná.

Neide Derenzo

Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Paranaíba. Colegiado de Enfermagem. Paranaíba, Paraná.

Verusca Soares de Souza

Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Paranaíba. Colegiado de Enfermagem. Paranaíba, Paraná.

Maria Dalva de Barros Carvalho

Universidade Estadual de Maringá, *Campus* Sede. Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde.

RESUMO: Os acidentes de transporte configuram-se em um grande problema de saúde pública devido ao impacto que causam no indivíduo, sua família e sociedade, além das consequências como custos financeiros elevados e os potenciais anos de vidas perdidos de uma população majoritariamente jovem. Considerando que os indicadores de morbidade e mortalidade por acidentes de trânsito representam a ponta do *iceberg*

da violência que ocorre no tráfego e seus imprevisíveis impactos para a saúde pública, este estudo teve como objetivo descrever a evolução dos acidentes de trânsito com vítimas fatais entre adultos jovens no município de Maringá-PR no período de 2005-2010. Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo de corte transversal realizado com todas as vítimas fatais por acidente de trânsito no município de Maringá-PR, de janeiro de 2005 a dezembro de 2012 com idade entre 18 a 29 anos. As informações foram coletadas a partir do registro geral ocorrência, e dos registros provenientes do serviço integrado de atendimento ao trauma de emergência por meio do relatório assistencial do socorrista. Homens jovens de 18 a 29 anos prevaleceram significativamente nos casos fatais de acidente de trânsito principalmente aqueles com menor tempo de escolaridade. Ambos os sexos demonstram tendência crescente para mortalidade por acidente de trânsito especificamente a partir de 2008, essa ascendência foi mais significativa principalmente entre os homens mais jovens. Conclui-se que o potencial aumento desse agravo pode estar relacionado a precariedade da infraestrutura viária urbana, e do planejamento que pouco acompanhou, em seu desenvolvimento, as necessidades de tráfego contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes de trânsito; Mortalidade; Agravos externos; Enfermagem.

ABSTRACT: Transportation accidents are a major public health problem due to their impact on the individual, his / her family and society, as well as the consequences such as high financial costs and the potential years of lost lives of a mostly young population. Considering that the indicators of morbidity and mortality due to traffic accidents represent the tip of the iceberg of violence that occurs in traffic and its presumable impact on public health, this study aimed to describe the evolution of traffic accidents with fatalities among young adults in the municipality of Maringá-PR in the period 2005 to 2010. It is an observational, retrospective cross-sectional study performed with all fatal victims of traffic accident in the city of Maringá-PR, from January 2005 to December 2012, aged between 18 and 29 years. The information was collected from the general registry occurrence, and the records from the integrated emergency care service through the life-saving report of the rescuer. Young men aged 18 to 29 years prevailed significantly in fatal cases of traffic accidents, especially those with shorter schooling. Both sexes show increasing trend to mortality from traffic accident specifically from 2008, this ancestry was more significant mainly among the younger men. It is concluded that the potential increase of this aggravation can be related to the precariousness of the urban road infrastructure, and the planning that little accompanied in its development the contemporary traffic needs.

KEYWORDS: Traffic-accidents; Mortality; External Causes; Nursing.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estimativas para o período de 2002 a 2020, revela um aumento na mortalidade por causas externas especialmente aquelas decorrentes de violências e acidentes de trânsito. Evidentemente os acidentes de trânsito configuram-se em escala mundial um grande problema de saúde pública, devido ao forte impacto acometendo principalmente as faixas etárias mais jovens e produtivas da população (OMS, 2013).

Diferentemente das chamadas causas naturais, indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento, as causas externas remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo (WAISELFISZ, 2012).

Sabe-se que as causas externas englobam um variado conjunto de circunstâncias, algumas tidas como acidentais (mortes no trânsito, quedas fatais, entre outras); e como violentas (homicídios, suicídios e outros eventos). Por isso, na investigação epidemiológica sobre causas externas, divide-se a mortalidade em dois grandes campos: o das mortes naturais e o das violentas (WAISELFISZ, 2012).

No Brasil, a mortalidade por causas externas é a segunda entre as principais causas de óbito, mas, quando avaliada em anos potenciais de vida perdidos, passa a ocupar a primeira posição. Especialmente nos grandes centros urbanos, as causas externas atingem predominantemente jovens negros entre 15 e 49 anos, em plena

fase de vida reprodutiva e de maior produção econômica (ARAÚJO, 2009).

Importante considerar que alguns fatores agravantes para a perpetuação dos acidentes de trânsito estão na adoção de comportamentos de risco pelos condutores e pelos próprios pedestres, além dos fatores logísticos como condições da pista e sinalização e fatores ambientais como condições climáticas e iluminação (MELO *et al.*, 2017).

Entre as vítimas de acidentes de transporte, destaca-se o aumento da incidência com crianças e adolescentes que apresentou quedas significativas à partir da vigência do Código do Trânsito e voltou a recrudescer a partir de 2006. Nessa evolução da última década, observou-se elevadas taxas em crianças de 1 ano de idade ocupantes de automóvel; entre pedestres de idade entre 1 e 14 anos; e, entre adolescentes de 15 à 19 anos de idade ocupantes de motocicleta, cuja taxa, entre 2000 e 2010 passa de 3,7 para 17,5 o que representa um crescimento de 376,3% (WAISELFISZ, 2012).

O perfil das vítimas fatais dos acidentes de trânsito converge em diferentes localidades. Mesmo diante da ascensão dos coeficientes de mortalidade por acidentes de trânsito em idosos, o perfil das vítimas fatais continua sendo do sexo masculino e de faixa etária adulta produtiva, cujo contexto social se caracteriza pelo transporte de bens e serviços, evidenciando de forma lamentável, para a sociedade mundial, o ônus causado pela perda destas pessoas em idade produtiva (CAMARGO, 2012).

A prevalência de óbitos por acidentes de trânsito apresenta-se, no cenário atual da saúde e para a enfermagem brasileira, como um problema extremamente complexo, o que exige abordagens articuladas com os diferentes setores sociais para o seu enfrentamento são necessárias abordagens articuladas com os diferentes setores sociais, e intervenções criativas. Por esta razão, é preciso ampliar a compreensão sobre esta temática, disseminar a importância da prevenção de acidentes e buscar juntamente, com os diversos segmentos da sociedade, as formas de resgatar a responsabilidade que cada cidadão brasileiro deve ter para com a vida do outro (CAMARGO, 2012).

O padrão brasileiro da morbimortalidade para causas externas inclui, majoritariamente, sujeitos do sexo masculino e com idade dentre 20 e 39 anos. Assim o Ministério da Saúde adverte que são necessárias intervenções multissetoriais direcionadas a ações preventivas e de promoção da qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Os óbitos por acidentes de transporte, as diferenças entre as diversas áreas do país são elevadas, situações que vão de 15 óbitos para cada 100 mil crianças e adolescentes no Paraná, até 5,3 em Amazonas; se as distâncias entre as capitais também são largas de taxa 4,3 em Belém até 23 e 23,1 em Teresina e Porto Velho, maiores ainda são os contrastes existentes entre os municípios, alguns dos quais apresentam índices extremamente elevados, como Barbalha, no Ceará ou Francisco Beltrão e Cianorte, no Paraná (WAISELFISZ, 2012).

Na década 2000/2010, o número de mortes nas vias públicas no Brasil passou de 28.995 para 40.989, o que representa um incremento de 41,4%. As taxas de

mortalidade, considerando o aumento da população, também aumentaram 25,8% (WASELFISZ, 2012).

No ano de 2010, o Ministério da Saúde registrou aproximadamente 41 mil mortes no trânsito e para o ano de 2015 as mortes no trânsito deverão ultrapassar os homicídios (WASELFISZ, 2012).

O reflexo na expectativa de vida, as mortes prematuras bem como seu impacto social e econômico decorrentes de acidentes violentos que geram custos altíssimos, ausência no trabalho, demandas sociais, o custos para o Sistema Único de Saúde, agravos emocionais e mentais irreparáveis aos familiares, além da perda de anos estimados de vida frente a casos fatais, (MARTINS, 2013).

Os indicadores de morbidade e de mortalidade por acidentes de trânsito representam a ponta do *iceberg* da violência que ocorre no tráfego das vias públicas e de suas impresumíveis consequências para a saúde pública.

Justificam-se estudos epidemiológicos sobre a mortalidade justamente devido ao fato de que o planejamento e a definição de prioridades na área de saúde devem se basear no perfil epidemiológico da população. Aprofundar o conhecimento sobre as principais causas de mortalidade em nosso país e suas tendências é fundamental para uma correta compreensão da nossa realidade sanitária, inclusive com uma melhor identificação dos grupos populacionais que se encontram sob maior risco e para a avaliação de programas de intervenção.

Frente ao exposto, este estudo teve objetivo de descrever a evolução dos acidentes de trânsito com vítimas fatais entre adultos jovens no município de Maringá-PR, no período de 2005-2010.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo de corte transversal realizado com todas as vítimas fatais por acidente de trânsito no município de Maringá-PR no período de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2010 com idade entre 18 a 29 anos.

O município de Maringá-PR conta com uma população estimada para 2011 de 362.329 habitantes e está localizada no Noroeste do Estado do Paraná, possui uma frota composta por um total de 150.984 veículos automotores transitando nas vias públicas do município (IBGE, 2012) (Tabela 2).

Tipo de veículos automotores	N	%
Automóvel	97.560	62,6
Caminhão	6.831	4,4
Caminhão trator	3.632	2,3
Caminhonete	8.572	5,5
Micro-ônibus	294	0,2

Motocicleta	28.464	18,3
Motoneta	9.675	6,2
Ônibus	718	0,5
Trator de rodas	178	0,1
Total	155.924	100

Tabela 2: Distribuição da frota de veículos automotores no município de Maringá-PR, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

Causas externas são registradas pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade seguindo os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir de 1996, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão do CID, que continua vigente até os dias de hoje (CID-10). O trabalho se centrou nas causas externas de mortalidade que, de acordo com a última classificação da OMS, abrangem as seguintes categorias: V01 a V99 para os acidentes de transporte (WAISELFISZ, 2012).

Foram identificadas como vítimas fatais por acidentes de trânsito aquelas definidas pelo grande grupo de causas externas Acidentes de Transporte [V01-V99], composto de óbitos de: Pedestre traumatizado em um acidente de transporte [V01-V09]; Ciclista traumatizado em um acidente de transporte [V10-V19]; Motociclista traumatizado em um acidente de transporte [V20-V29]; Ocupante de triciclo motorizado traumatizado em um acidente de transporte [V30-V39]; Ocupante de um automóvel traumatizado em um acidente de transporte; [V50-V59] Ocupante de uma caminhonete traumatizado em um acidente de transporte [V40-V49]; Ocupante de um veículo de transporte pesado traumatizado em um acidente de transporte [V60-V69]; Ocupante de ônibus traumatizado em um acidente de transporte [V70-V79]; Outros acidentes de transporte terrestre [V80-V89]; Acidentes de transporte por água [V90-V94]; Acidentes de transporte aéreo e espacial [V95-V97] e Outros acidentes de transporte e os não especificados [V98-V99]. Ressalta-se que, para a análise em questão, as vítimas fatais pelas causas de Acidentes de transporte por água [V90-V94] e de Acidentes de transporte aéreo e espacial [V95-V97] foram excluídas, considerando o seu contexto de ocorrência.

As informações foram coletadas a partir do Registro Geral Ocorrências (RGO), que é o instrumento que integra o sistema de informações do Corpo de Bombeiros e também dos registros provenientes do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma de Emergência (SIATE) por meio do Relatório Assistencial do Socorrista (RAS).

A partir dos instrumentos de coleta de dados, fizeram parte do estudo as variáveis sócio-demográficas das vítimas envolvidas nos acidentes fatais. A variável idade foi dividida em duas faixas etárias sendo de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos constituindo essas duas faixas etárias como adulto jovem. A variável sexo foi dicotomizada em masculino e feminino; para a escolaridade foi considerada a quantidade de anos estudados e divididas em intervalos de 1 a 3 anos, 4 a 7 anos, 8 a 11 anos, 12 e mais.

Para as variáveis relacionadas ao tempo que ocorreu os casos fatais do acidente: local do acidente, local da residência da vítima, data e hora da ocorrência, data e local do óbito.

Após a coleta das informações procedeu-se a tabulação e agrupamento das variáveis no Software Excel onde foi realizada a descrição das frequências absolutas e relativas. Para análise descritiva dos dados foram empregadas as medidas de tendência central para as variáveis quantitativas como média, mediana e o desvio padrão.

Os resultados foram representados por meio de gráficos sendo no formato de polígnos para melhor representar uma série histórica, e uma tabela a fim de facilitar o entendimento visual dos mesmos.

Este estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá pelo parecer nº 024/2011.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população composta pela faixa etária de 18 a 29 anos totalizou 93 vítimas fatais por acidente de trânsito, dentre estes, 78 pertenceram ao sexo masculino (83,8%), quanto à escolaridade, a maior parte (51,6%) concluiu até o ensino fundamental, ou seja, até oito anos de estudos (Tabela 1).

Variáveis sociodemográficas	N	%
Sexo		
Masculino	78	83,9
Feminino	15	16,1
Faixa etária		
18 a 24 anos	59	63,4
25 a 29 anos	34	36,6
Escolaridade		
1 a 3 anos	21	22,6
4 a 7 anos	48	51,6
8 a 11 anos	9	9,7
12 a mais	9	9,7
Nenhuma	2	2,2
Não Observado	4	4,3
Total	93	100

Tabela 1: Variáveis sociodemográficas das vítimas fatais dos acidentes de trânsito na faixa etária de 18 a 29 anos. Maringá-PR, 2005-2010.

A prevalência de acidentes fatais para o sexo masculino foi verificado uma significativa progressão, em toda série histórica, principalmente nos últimos dois

anos, enquanto que no sexo feminino esta série permaneceu em uma linha mais estável, embora também apresentasse um discreto acréscimo do número de casos de fatalidades (Gráfico 1).

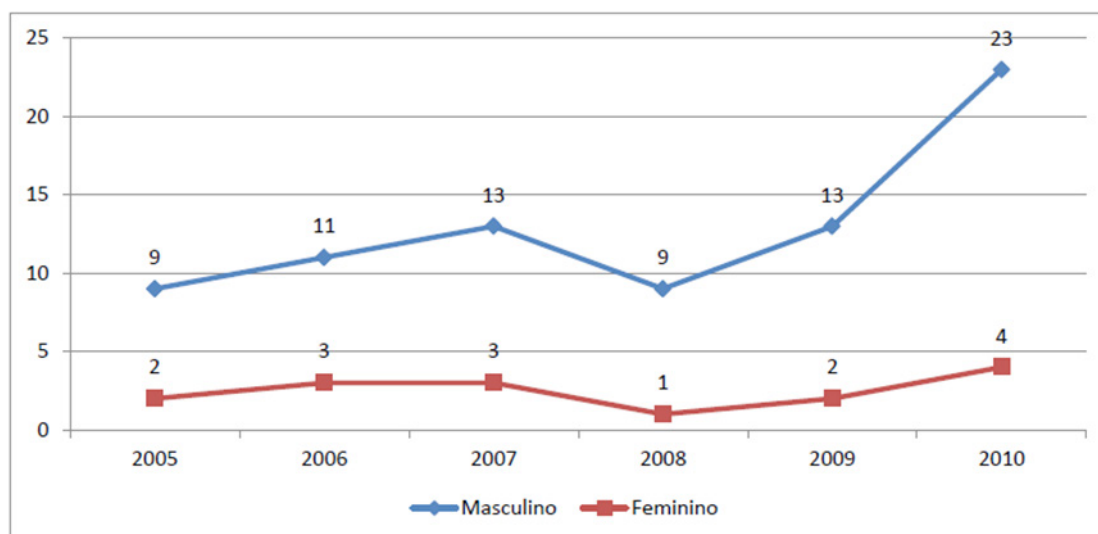


Gráfico 1: Evolução dos acidentes de trânsito com vítimas fatais na faixa etária de 18 a 29 anos. Maringá-PR, 2005-2010.

Com relação às variáveis específicas sobre os acidentes de transporte, destaca-se que em todas as ocorrências houve somente uma vítima fatal, onde 93,5% ocuparam a posição de condutoras de veículo automotor e 6,5% a posição de pedestres.

Verificou-se, neste estudo, que a prevalência do sexo masculino vítimas de acidentes de trânsito, acompanha o padrão das estatísticas nacionais e internacionais, da qual nos últimos anos progride rapidamente, principalmente entre a faixa etária de 18 a 35 anos (ARAUJO et al., 2009; WAISELFISZ, 2012; OPAS 2004). Sendo assim os homens apresentaram maior perda de anos potenciais de vida devido a esta causa, sendo cinco vezes maior que o sexo feminino. Sugere-se maior exposição masculina a acidente grave e com morte imediata com 53,8% contra 6,5% o sexo feminino, assim como os coeficientes de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) foi cinco vezes maior nos homens.

Segundo dados do Ministério da Saúde, os adultos jovens (20 a 29 e 30 a 39 anos) representaram o segmento da população mais vulnerável a esse agravo. Os coeficientes para o primeiro grupo ultrapassaram a marca de 100,0 para cada 100.000 jovens nos estados do Rio de Janeiro (125,45), Pernambuco (114,74) e Espírito Santo (103,09). Coeficientes elevados - acima de 60 - nessa faixa etária também foram observados nos estados de São Paulo, Amapá e Mato Grosso do Sul. Estes resultados contribuem para a definição de prioridades de grupos etários e unidades da federação visando a redução da violência no país.

No Estado de Pernambuco, a faixa etária de 20 a 39 anos foi a que apresentou os maiores números de APVP no total e em todas as modalidades de tipo de vítima, do geral e em ambos os sexos (ALMEIDA, 2010).

As características comportamentais determinam a vulnerabilidade do grupo populacional, considerando que os homens adultos assumem maiores riscos na condução de veículos, pois apresentam maior consumo de bebidas alcoólicas e realizam maior número de manobras imprudentes no trânsito (CAMARGO, 2012).

Na Europa, a razão de mortalidade do sexo masculino para o sexo feminino foi de 3,9 (CAYOTTE *et al.*, 2009). Já na África do Sul para cada ano, os anos de vida perdidos decorrentes dos acidentes de trânsito foram mais que o dobro para vítimas do sexo masculino dos que para o feminino (STATS, 2009).

A relação de maior proporção pertencer ao sexo masculino limita-se pelo fato que as atividades ocupacionais envolvem o uso do tráfego terrestre por este gênero (SANTANA, 2007). Ao estudar óbitos por causas evitáveis município de Fortaleza-CE, verificou que o grupo das causas por mortes violentas, das quais incluíram acidentes de transportes, o sexo masculino arcou com 49,24 contra 18,06% no feminino, compondo taxas de APVP de 43,89 e 6,91 por mil (SILVA, 2003).

Convém salientar que muitos trabalhadores dependem única e exclusivamente do veículo automotor como instrumento de trabalho e que estão expostos a condições adversas como longas jornadas de trabalho no trânsito e estresse gerado por cobranças de rapidez na trajetória (OLIVEIRA; SOUZA, 2004). Além de que, nos acidentes de percurso, existem algumas variáveis que interferem para que estas ocorrências além de graves tornam-se letais para as vítimas como as condições de conservação do trajeto, a luminosidade, as condições meteorológicas e a sinalização da via (ARAÚJO *et al.*, 2009; OLIVEIRA; SOUZA, 2004).

Importante salientar que por mais que as mortes por causas externas, incluindo os acidentes de trânsito, sejam mais informadas do que outras causas de óbito, é preciso atentar para a qualidade dos registros. De um modo geral, as informações estão relacionadas com o preenchimento correto das declarações de óbito pelos médicos e sua adequada alimentação na plataforma operativa do sistema de informação, por técnicos e codificadores (CAMARGO, 2012).

Conforme assegura o Ministério da Saúde que uma análise mais adequada acerca da dinâmica da violência no trânsito dependeria da discriminação das mortes que envolvem pedestres (atropelamentos) ou condutores e passageiros (demais acidentes de trânsito). Todavia, existe uma deficiência na definição desses acidentes e os dados indicam a necessidade de melhorar a qualidade do preenchimento das declarações de óbito (BRASIL, 2015).

No que diz respeito aos acidentes de trânsito, o Ministério da Saúde informa que com a entrada em vigor no país do novo Código do Trânsito no ano de 1998, análises preliminares indicam que no primeiro momento houve uma redução nas mortes no trânsito, porém a análise comparativa de dados atuais confrontados com os anteriores à 1998 poderia especificar os locais onde a medida produziu mais efeito, bem como aqueles em que os níveis permaneceram estáveis ou foram crescentes. Mas, além disso, com a melhoria da qualidade das informações poderia ser possível

estabelecer quais os tipos de acidentes de trânsito que se beneficiaram com o novo código, buscando avançar para novas medidas nos problemas cujo impacto não foi observado (BRASIL, 2015).

4 | CONCLUSÃO

Homens jovens de 18 a 29 anos prevaleceram significativamente nos casos fatais de acidente de trânsito principalmente aqueles com menor tempo de escolaridade. Ambos os sexos demonstram tendência crescente para mortalidade por acidente de trânsito especificamente a partir de 2008 essa ascendência foi mais significativa principalmente entre os homens. Somente entre os anos de 2007 a 2008 houve pequeno decréscimo no número de casos fatais, provavelmente explicada pela nova política implementada através de leis e de normatizações pelo departamento de trânsito vigente naquela época, em destaque o aumento da fiscalização da lei seca.

Os achados do presente estudo servem não somente para nortear ou fomentar a elaboração de políticas públicas interinstitucionais e integradas, que visem ao enfrentamento dessa causa externas, mas também que instigue novos estudos para demonstrar o impacto socioeconômico e o impacto maior na saúde pública.

Os acidentes de trânsito têm como fator predisponente a elevação da frota de veículos circulantes tanto nas rodovias como na área urbana. Também considera-se o fato do significativo aumento populacional principalmente nas grandes metrópoles, pelas deficiências dos transportes públicos e pelas necessidades de deslocamentos, cada vez mais longos e mais velozes.

Contribui para o potencial aumento desse agravo a precariedade da infraestrutura viária urbana, e de planejamento que pouco acompanharam, em seu desenvolvimento, as necessidades de tráfego contemporâneas.

A prevalência de óbitos por acidentes de trânsito apresenta-se no cenário atual da saúde e para a enfermagem brasileira como um problema extremamente complexo, e para o seu enfrentamento são necessárias abordagens articuladas com os diferentes setores sociais, e intervenções criativas. Por esta razão, é preciso ampliar a compreensão sobre esta temática, disseminar a importância da prevenção de acidentes e buscar juntamente, com os diversos segmentos da sociedade, as formas de resgatar a responsabilidade que cada cidadão brasileiro deve ter para com a vida do outro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.P.B.A. **Análise da mortalidade e dos anos potenciais de vida perdidos por acidentes de transporte terrestre no Estado de Pernambuco – 1998 a 2007.** 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Recife, 2010.

ARAÚJO, E.M.; COSTA, M.C.; HOGAN, V.K.; MOTA, E.L.A.; ARAÚJO, T.M.; OLIVEIRA, N.F.

Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. Rev Saúde Pública, v. 43, n.3, p.,405-412, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, SAÚDE BRASIL 2014. Uma análise da situação de saúde e das causas externas. Brasília – DF, 2015.

CAMARGO, F.C.; IWAMOTO, H.H. **Vítimas fatais e anos de vida perdidos por acidentes de trânsito em Minas Gerais, Brasil.** Esc Anna Nery (impr.); v.16, n.1, p.141 – 146, 2012.

CAYOTTE, E.; BUCHOW, H. **Population and social conditions.** Eurostast, Statistic in focus. European Communities, Luxembourg, Ed. 67, 2009.

MARTINS, C.B.G. **Acidentes e violências na infância e adolescência: fatores de risco e de proteção.** Revista Brasileira Enfermagem, Brasília, jul-ago; v.66, n.4, p.: 578-584, 2013.

MELO, W.A.; ALARCÃO, A.; OLIVEIRA, A.; PELLOSO, S.M.; CARVALHO, M.D.B. **Age-related risk factors with nonfatal traffic accidents in urban areas in Maringá, Paraná, Brazil.** Traffic Injury Prevention. v.18, n.2, p.157-163, 2017.

OLIVEIRA, N.L.B.; SOUSA, R.M.C. **Retorno à atividade produtiva de motociclistas vítimas de acidentes de trânsito.** Acta Paul Enferm; v.19, n.3, p.284-289, 2006.

OLIVEIRA, N.L.B.; SOUSA, R.M.C. **Motociclistas frente às demais vítimas de acidentes de trânsito no município de Maringá.** Acta Scientiarum. Health Sciences. Maringá, v. 26, n. 2, p. 303-310, 2004.

OPAS. American Health Organization. **Deaths from motor vehicle traffic accidents in selected countries of the Americas, 1985-2001.** Epidemiol Bull [periódico na Internet] 2004 [acessado ano mês dia];25(1):[cerca de 4 p.]. Disponível em: http://www.paho.org/english/dd/ais/EB_v25n1.pdf

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano: racismo, pobreza e violência 2005** [internet]. [citado 2006 out 16]. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>

SANTANA, V.S.; ARAÚJO-FILHO, J.B.; SILVA, M.; ALBUQUERQUE-OLIVEIRA, P.R.; BARBOSA-BRANCO, A.; NOBRE, L.C.C. **Mortalidade, anos potenciais de vida perdidos e incidência de acidentes de trabalho na Bahia, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n.11, p.2643-2652, 2007.

STATS, S.A. Library Cataloguing-in-Publication (CIP) Data. **Road Traffic Accident Deaths in South Africa, 2001–2006: Evidence from death notification.** Statistics South Africa, Pretoria: Statistics South Africa, 2009

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012.** Acidentes de Trânsito. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

SILVA, M.G.C. **Anos potenciais de vida perdidos por causas evitáveis, segundo sexo, em Fortaleza, em 1996-1998.** Epidemiol. Serv. Saúde, v.12, n.2, p.99-110, 2003.

World Health Organization. **Global status report on road safety 2013: supporting a decade of action.** Luxembourg: WHO; 2013.

WHO. World Health Organization. **World report on violence and health: summary.** Geneva: World Health Organization [Internet]. 2002.

BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO

Giovana Eloá Mantovani Mulza

Universidade Estadual de Maringá

Maringá – Paraná

RESUMO: No que concerne à Inglaterra quinhentista, a era elisabetana suscitou a explanação da bipolaridade empreendida entre a instituição pontifical e a monarquia inglesa. O antagonismo, por sua vez, vinculou-se a uma conjuntura na qual o absolutismo nacional verificou ascendente fortalecimento, cuja consolidação culminou na contestação da pujança exercida pelo papado. Homologando tendências precedentes, Elizabeth I (1558-1603) conferiu à monarquia uma integral autoridade política nos domínios ingleses, bem como reedificou a Igreja Anglicana a fim de estabelecer a proeminência monárquica na esfera eclesiástica. A regência elisabetana, assim, compreendeu medidas que viriam a outorgar a consolidação do absolutismo na Inglaterra. Por conseguinte, objetivar-se-á examinar a disputa de poderes empreendida entre Elizabeth I e o *Pontifex Maximus* com o intuito de compreender as implicâncias do fenômeno para a História inglesa. Sob tal intuito temático, receberão abrangência os documentos estatais *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of*

Uniformity (1559), cujas análises críticas serão fundamentadas no arcabouço epistemológico de André Cellard (2008) e Silvia Hunold Lara (2008).

PALAVRAS-CHAVE: disputa de poderes; era elisabetana; Inglaterra quinhentista.

ABSTRACT: As far as sixteenth-century England is concerned, the Elizabethan age raised an explanation of the bipolarity between the pontifical institution and the English monarchy. The antagonism, in turn, was linked to a conjuncture in which national absolutism verified a strengthening, whose consolidation culminated in the contestation of the strength exerted by the papacy. Accepting earlier tendencies, Elizabeth I (1558-1603) conferred on the monarchy an integral political authority in the English domains, as well as rebuilt the Anglican Church in order to establish the monarchical prominence in the ecclesiastical sphere. The Elizabethan regency thus understood measures that would come to grant the consolidation of absolutism in England. It will therefore be sought to examine the power struggle between Elizabeth I and the Pontifex Maximus in order to understand the implications of the phenomenon for English history. For this purpose, the State documents *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring*

Ancient Jurisdiction (1559) and Elizabeth's Act of Uniformity (1559) will be covered, whose critical analysis will be based on the epistemological framework of André Cellard (2008) and Silvia Hunold Lara (2008).

KEYWORDS: power dispute; Elizabethan era; 16th century England.

1 | INTRODUÇÃO

O íterim referente à cronologia quinhentista compreendeu a conjuntura na qual o arcabouço político e eclesiástico do medievo verificaram explícitas alomorfias. Assim como suscita Philippe Ariès (1991, p. 8), embora a religiosidade quinhentista eximiu-se em exprimir tendências ao ateísmo, o atento à vida temporal obteve notória expressão na literatura política. A centralização político-administrativa, por sua vez, tornar-se-ia elemento determinante para o fortalecimento dos ascendentes Estados europeus (WOODWARD, 1962, p. 87), cuja imprescindibilidade da supremacia do poderio monárquico permanece expresso no modelo principesco de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Assim como assinala Joseph R. Strayer (1986, p. 18), o baixo-medievo comportou uma conjuntura de relativa estabilidade política segundo a qual as monarquias nacionais verificaram condições propícias à articulação da centralização do poderio real.

[...] esses governantes desejavam assegurar a segurança interna e a existência de laços organizados entre as comunidades locais e as suas cortes. Uma segurança maior e formas de controle mais rígidas viriam incrementar, quase de certeza, os rendimentos do soberano, aumentar o seu prestígio e ampliar suas possibilidades de transmitir o poder e as suas possessões aos seus herdeiros. As ambições dos governantes coincidiram com as necessidades dos seus súditos. (STRAYER, 1986, p. 23)

No que concerne à Inglaterra, os déspotas Tudors – cuja proeminência assume explícita magnitude entre 1485 e 1603 – suscitaram o fortalecimento da jurisdição monárquica nacional em detrimento às intervenções exercidas pelos potentados estrangeiros (WOODWARD, 1962, p. 88). Sob tautocronia, o influxo autocrata culminar-se-ia na contestação do poderio pontifical, cuja influência em âmbito secular permaneceu ascendente no baixo medievo. Assim como assinala Jean Fiori (2013, p. 198), as reformas de cunho eclesiástico empreendidas a partir do século XI outorgaram ao clero ampla influência e poderio sobre a pujança real, bem como estabeleceram a imprescindibilidade da aquiescência pontifical às coroações.

Uma igreja reformada e fortemente centralizada estava destinada a ter uma larga influência nos assuntos seculares. Alguns reformadores pensavam até que a Igreja deveria deter a autoridade suprema sobre todas as questões de relação social e política. Se se pretendia que a Europa fosse realmente cristã, era necessário que ela estivesse sob a autoridade dos dirigentes da cristandade. (STRAYER, 1986, p. 26)

Sob tal conjuntura quinhentista, ascendera uma explícita divergência de poderes empreendida entre a monarquia inglesa e a instituição pontifical. Embora preceda a tal

ínterim, o fenômeno antagonista verificou ampla proeminência a partir da regência de Henry VIII (1509-1547). Para E. J. Woodward (1957, p. 94), o monarca Tudor interpretou uma eminente ruptura política e dogmática para com a Santa Sé, prescrevendo uma Igreja Nacional subordinada às deliberações estatais. Concomitantemente, o reformismo religioso na Inglaterra quinhentista fora suscitado pelo governo real, evidenciando seu vínculo ao intuito de consolidar a supremacia da monarquia diante de potentados estrangeiros. O advento de uma Igreja nacional incondicionalmente subordinada à supremacia real, no entanto, fora revogado pela regente Mary Tudor (1553-1558), filha primogênita de Henry, a qual refutou suas determinações anglicanas e impôs a perseguição aos protestantes, cujas chacinas atribuem ao seu governo um amplo cunho intolerante e sanguinário. Após seu óbito relativamente prematuro, ascendera à coroa sua irmã consanguínea, Elizabeth I (1558-1603).

Sob o intuito de reestabelecer a proeminência monárquica inglesa no território nacional, Elizabeth I aderira ao protestantismo anglicano, bem como homologou sua superioridade política ante às influências exercidas por autoridades laicas e eclesiásticas externas. Compete à presente pesquisa, por conseguinte, atentar-se às divergências empreendidas entre a monarquia inglesa e o Pontifex Maximus no transcorrer da era elisabetana, bem como analisar suas implicações de tal bipolaridade para a política da Inglaterra. Concomitante a tal intuito temático, obter-se-ão análises a tríade de documentos estatais: *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559).

[Elizabeth] afirmou a sua completa supremacia em todas as “coisas e causas” tanto temporais como espirituais e declarou que “nenhum príncipe estrangeiro, prelado, Estado ou potentado” tinha autoridade temporal ou espiritual dentro do reino da Inglaterra. Embora o papa não fosse mencionado pelo nome, essa declaração revelou a nação-Estado, na sua inteira independência. (WOODWARD, 1962, p. 100)

Concomitante à perspectiva corroborada por Lisa Hilton (2016, p. 11), confere-se ao governo elisabetano um amplo arcabouço literário biográfico. Vinculadas a um explícito cunho inoperante e romanesco, dispendiosas obras referentes à Elizabeth I (1558-1603) suscitaram exames limitados à sexualidade da monarca. Expressam, por conseguinte, exacerbada proeminência a hipotética virgindade da regente em detrimento às tangíveis implicações de sua gestão na centralização monárquica inglesa (HILTON, 2016, p. 13). Ademais, as análises atinentes à temática da disputa de poderes, por sua vez, permanecem amiúde restritas ao conflito verificado entre a Santa Sé e o Sacro Império Romano-germânico, postergando as efetivas implicações do fenômeno na ilha inglesa. Sob tal prisma, verifica-se uma explícita escassez de análises referentes às divergências monárquico-pontificais na regência elisabetana, cujos estudos exprimem preferência às medidas reformistas principiadas por Henry VIII.

A instauração do anglicanismo no reinado de Henry VIII e sua revitalização

na regência de Elizabeth I objetivavam conferir ao rei a superioridade nos assuntos religiosos, bem como evidenciar sua integral autoridade na Inglaterra. Erroneamente, autores como Liah Greenfeld (apud KNÖBL, 2011, p.48), conferem ao advento do anglicanismo a proeminência de conceber o nacionalismo inglês. Tal prisma, por sua vez, desvirtua a temática de sua concreta implicância, visto que as mudanças institucionais da igreja na Inglaterra exprimem o intuito da monarquia em assumir poder absoluto em âmbito espiritual. Por conseguinte, a Reforma Protestante na Inglaterra representou um dos desmembramentos da disputa de poderes, evidenciando a tentativa do rei em instaurar sua supremacia temporal e religiosa diante do papado.

Em relação às fontes elencadas, os documentos ratificados na regência de Elizabeth I permanecem amiúde suscitados para o estudo da reintrodução do anglicanismo na Inglaterra após a morte da rainha Mary Tudor. Sob tal arcabouço teórico, infere-se que os decretos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) não compreendem análises aprofundadas concernentes às divergências entre Elizabeth I e a Santa Sé. A potencialidade dos decretos elisabetanos, assim, não assume uma efetiva exploração, permitindo-se a realização de estudos que se atentem à temática do conflito de poderes no século XVI, bem como ao fenômeno de fortalecimento da figura real na política inglesa.

Sob tal arcabouço documental, o presente projeto de pesquisa objetivará analisar a divergência de poderes evocada na era elisabetana, bem como compreender aspectos concernente ao contexto político e religioso quinhentista. Auferir-se-ão, ademais, análises referentes aos interesses implícitos ao antagonismo empreendido entre pontificado e monarquia, quando ambos buscavam averiguar sua superioridade temporal e religiosa na Inglaterra. O estabelecimento do anglicanismo no transcorrer do século XVI, por conseguinte, receberá a hipótese de representar um dos desmembramentos de tal conflito de poderes, em que o rei assume o poder religioso supremo na Inglaterra em detrimento ao papa.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Ante ao arcabouço metodológico suscitado por André Cellard (2008), compete ao historiador reconhecer a imprescindibilidade das fontes escritas para o ofício historiográfico. Concomitante aos documentos iconográficos e arqueológicos, a tipologia textual desempenha relevante papel na elaboração do conhecimento histórico. Para Arilda Schmidt Godoy (1995, p. 22), o intrínseco vínculo à conjuntura histórica de produção torna-os aptos a fornecer a compreensão de tal contexto. Propiciam, ademais, a interpretação de discursos sociais, bem como o estudo dos complexos psíquicos das categorias socioeconômicas que puderam se expressar através da escrita.

Embora novas tipologias documentais tenham sido lidadas no decurso do novecentos, os gêneros textuais não deixaram de desempenhar importância para a compreensão do pretérito humano. No que concerne à temática elencada, compete à historiografia reconhecer sua singularidade para a realização da pesquisa histórica. Sob o intuito de apreender o antagonismo suscitado entre o pontificado e a monarquia inglesa no transcorrer do governo elisabetano, os documentos escritos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) conferem à historiografia amplo arcabouço informativo.

Notoriamente, como frisa Cellard (2008, p. 299), os documentos escritos exigem métodos de análise e abordagens específicos a fim de que efetivamente possam permitir a compreensão do pretérito humano. Sob tal prisma metodológico, a crítica e a investigação tornam-se fundamentais para que o documento escrito venha a contribuir para a análise histórica. Corroborando ao pensamento de Cellard (2008), Silvia Hunold Lara (2008) assinala a importância da investigação e problematização documental. Segundo Lara (2008, p. 18) somente através da interrogação dos textos o historiador poderá converter vestígios do passado humano em efetivas fontes para a formação do conhecimento histórico.

A proficuidade dos documentos escritos prescinde da determinação da localização dos textos, competindo ao historiador estipular se pertencem ao domínio público ou privado, bem como se integram ou não arquivos (CELLARD, 2008, p. 297). A crítica documental, por sua vez, evidentemente não se restringe ao conteúdo que apresenta. No que tange ao contexto no qual a fonte escrita tenha sido redigida, deve-se conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural que preconizou sua elaboração (CELLARD, 2008, p. 299). Tal compreensão, possibilita a apreensão dos conceitos empregados, bem como o entendimento dos indivíduos e fatos aos quais se realizam alusão. Aferir a conjuntura em que tal documento foi produzido possibilita ao historiador evitar interpretar seu conteúdo através de valores modernos e atribuir sentidos errôneos a seus conceitos. Torna-se determinante, assim, para que práticas anacrônicas venham a ser evadidas. Faz-se imprescindível, portanto, reconhecer o contexto europeu que comportou a publicação dos decretos elisabetanos, quando o fortalecimento das monarquias nacionais culminou na contestação da influência e do poderio temporal do papado.

A crítica documental, ademais, evoca a necessidade de explicitar a identidade do autor, bem como dos interesses que o levaram a produzir tal texto. Para Cellard (2008), o historiador prescinde reconhecer que durante centúrias somente uma elite letrada pôde expressar-se através da escrita. Sob tal prisma, inúmeros documentos cultivaram um restrito público receptivo, cujos textos expressavam o pensamento de tais categorias letradas e objetivavam atender aos seus interesses. Notoriamente, Elizabeth I homologou seus decretos numa conjuntura na qual o acesso à escrita permanecia amiúde restrito à nobreza e ao corpo eclesiástico inglês. O intuito de

evidenciar sua supremacia política objetivava justamente atingir o conhecimento de tais categorias letradas, sobre as quais havia a necessidade de afirmar seu poderio diante de qualquer autoridade estrangeira.

Analisar a procedência do documento expõe-se como prática fundamental para que a autenticidade do texto venha a ser verificada. Assim como evoca Lara (2008), entre o historiador e o documento matriz houve inúmeras cópias e edições que podem prejudicar seu conteúdo. Distinguir os originais de suas reedições mostra-se imprescindível para se efetuar um estudo mais aprofundado do texto e para que a qualidade das informações venha a ser reconhecida. Embora passível a alterações, compete ao historiador lhe empreender um estudo crítico a fim de averiguar as manipulações e compreender os possíveis interesses que culminaram em sua modificação.

Para Godoy (1995), no entanto, determinadas dificuldades tangenciam as pesquisas de caráter documental. Muitos dos documentos utilizados não foram elaborados com o propósito de fornecer informações à História, mas somente com o intuito de atender às necessidades de seu tempo. Compete ao historiador, assim, analisar o porquê de determinado documento ter sido preservado até a atualidade em detrimento a outros. A falta de um formato padrão e a complexidade da codificação das informações neles contidas são aspectos metodológicos que também suscitam dificuldades na elaboração das pesquisas históricas. Somente através da prática e de um arcabouço metodológico o cientista estará apto a problematizar os documentos escritos e convertê-los em fontes para o conhecimento histórico.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em função à primária elaboração de tal pesquisa, as investigações permanecem prematuras, visto que as leituras recentemente foram iniciadas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora afiga caráter prematuro, o exame concernente às fontes elencadas, mediante o arcabouço metodológico suscitado, evidencia uma impreterível consonância da tríade documental para a apreensão de tal temática. A temática, por sua vez, exprime imprescindibilidade a fim de propiciar a apreensão da história inglesa quinhentista, cujo antagonismo empreendido entre os potentados tornar-se-ia determinante para o pretérito ocidental. Naturais dificuldade permanecem amiúde suscitadas, sobretudo no que tange às referências bibliográficas, eminentemente escassas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da vida privada** (v. 3). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2008.

FIORI, Jean. Gregório VII e a Libertação da Igreja. In: **Guerra Santa**. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 197-232.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa. Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/junho 1995.

HILTON, Lisa. **Elizabeth: uma biografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KNÖBL, Wolfgang. Construção do Estado e identidade nacional na Grã-Bretanha. **Revista Tensões Mundiais**, v. 7, n. 12, p. 33 – 79, 2011.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

STRAYER, J.R. **As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1986.

WOODWARD, E. L. Uma História da Inglaterra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONVENÇÃO JACOBINA NA REVOLUÇÃO FRANCESA

William Geovane Carlos

Faculdade Santa Maria da Glória (SMG)
Maringá-PR

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo um dos maiores acontecimentos da História Moderna, que é a Revolução Francesa. Esta que aconteceu nos finais do século XVIII, mais especificamente do ano de 1789 até 1799 com a ascensão de Napoleão Bonaparte. Esta revolução tem como um de seus mais característicos vieses, o que diz respeito a política, pois tem-se o fim do Antigo Regime e a criação dos pensamentos de esquerda e de direita, ambos pensando serem melhores que o outro para que a França progrida. Apesar de o tema principal dizer sobre a Revolução Francesa em seu aspecto geral, irei me ater aqui a discussão e análise de uma parte deste evento, a Convenção Nacional ou, também chamada, Convenção Jacobina. Teoricamente, o estudo foi respaldado pela historiografia da Nova História Política e da Nova Esquerda, como Eric Hobsbawn e Michel Vovelle. Ao final foram notados aspectos que evidenciam a situação da população francesa durante os acontecimentos, bem como a criação e participação dos partidos políticos durante toda a revolução, com destaque para os que se denominavam Jacobinos, estes que eram tidos

como radicais e eram composto pela baixa burguesia, que estava totalmente disposta a levar a revolução até os seus limites, trazendo mudanças totais a qualquer custo, sem nem ao menos pensar no que estava ocorrendo na França como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Jacobinos, revolução, convenção, política, direitos.

ABSTRACT: The present work has as object of study one of the major events of Modern History, that is the French Revolution. This happened at the end of the eighteenth century, more specifically from the year 1789 to 1799 with the rise of Napoleon Bonaparte. This revolution has as one of its most characteristic biases, as far as politics is concerned, since one has the end of the Old Regime and the creation of the thoughts of left and right, both thinking to be better than the other for France to progress. Although the main theme is about the French Revolution in its general aspect, I will focus here on the discussion and analysis of a part of this event, the National Convention or, also called, Jacobin Convention. Theoretically, the study was supported by the historiography of New Political History and the New Left, such as Eric Hobsbawn and Michel Vovelle. In the end, aspects that highlight the situation of the French population during the events, as well as the creation and participation of the political parties

during all the revolution, being emphasized those that denominated Jacobins, these that were taken like radicals and were composed by the low bourgeoisie, which was fully prepared to bring the revolution to its limits, bringing about total changes at any cost, without even thinking about what was happening in France as a whole.

KEYWORDS: Jacobins, revolution, convention, politics, rights.

1 | INTRODUÇÃO

Como um dos maiores acontecimentos históricos dos tempos modernos, a Revolução Francesa foi extremamente memorável, pois ao tentar se livrar das garras de um governo opressivo e de presença deplorável nas questões do povo, a França entrou em um “bumerangue” de acontecimentos, digo isso porque ela depôs a monarquia, passou por eventos de grandes proporções e retornou a um momento de estagnação política, com um só governante para a nação, onde sua palavra era a lei, Napoleão Bonaparte.

A população francesa estava infeliz com a sua própria situação de vida e também estavam descontentes com seus governantes, tais sentimentos só foram ganhando proporções cada vez maiores, até não haver outra opção senão a das mudanças estritamente radicais. E é nesse ponto que os partidos políticos como jacobinos, girondinos e movimento dos sans-culottes, entram em cena para ter sua atuação no processo de mudança, o processo revolucionário, com cada um tentando ganhar mais voz e influência no decorrer de tudo, com destaque para os jacobinos que tiveram a maior atuação na revolução e penetraram a mentalidade de muitos como Saint-Just, Danton, Robespierre e o próprio Bonaparte, além de boa parte do povo menos favorecido, que não via outra saída senão aquelas implementadas pelos ideais da Montanha (jacobinos).

Agravando a revolução começou também uma guerra em larga escala nas fronteiras francesas, algo que foi piorando a medida que novos países se aproveitavam da situação da França e entravam na batalha contra ela. Esta guerra perdurou por anos a fio, os quais foram resistidos e contra-atacados ferrenhamente por novos recrutas e comandantes ou generais brilhantes em táticas e proezas em batalha.

A Revolução Francesa não acabou com a queda da monarquia absolutista, a qual foi executada no decorrer da revolução e da guerra, mas seus ideais e vontades permaneceram por vários anos nos corações dos franceses que pela grandeza que as coisas chegaram, não queriam parar por nada até ter concluído todas as pretensões de mudança que se tinha ao iniciar o combate contra a situação vigente. Houveram sim momentos que se achou que a revolução já tinha chegado a seu ápice, mas não havia implementado tudo o que havia sido planejado, além de que o pessoal que estava no comando em vários momentos, jacobinos como Robespierre, não queria “frear” as ações em prol de uma realidade melhor, mesmo que isso custasse várias vidas francesas.

2 | A CONVENÇÃO NACIONAL JACOBINA

Este é o período conhecido como segunda parte da Revolução Francesa, englobando metade do ano de 1792, o ano de 1793 e seguindo até o ano de 1794, quando se tem os acontecimentos do 9 de termidor (mês do calendário revolucionário). Aqui tem-se uma forte demonstração da influência dos considerados radicais da época, assim sendo, os moderados chamados de girondinos, estavam em uma crescente desvantagem em todos os sentidos que se possa imaginar.

Inicialmente esta convenção era conhecida como Convenção Nacional, mas para instalar-se não foi fácil e prontamente aceitável, tendo-se que haver uma séria persuasão dos outros deputados da Assembléia e também das massas populares.

Apesar de serem maioria nas poltronas da Assembléia, a Gironda não teve tanta influência e poder como os partidários da “Montanha”, o clube Jacobino, este que aguardava o momento correto e derradeiro para agir, assumindo o controle da Convenção e conseqüentemente do país, instalando-se assim a Convenção Jacobina e logo depois, a República Jacobina, está que tem a expressão de seu poder máximo nas figuras de Maximilien François Marie Isidore de Robespierre, Jean Paul Marat e Georges Jacques Danton, além do regime conhecido como Terror, um grande momento de séria repressão política.

A nova República Francesa demonstrou ser o ápice da vontade do povo, pois se abriu para mais participações desse pessoal tão mal representado durante tempos. Foram aumentados os direitos dos cidadãos passivos, que não possuíam uma renda muito alta, assim o eleitorado foi reformulado e os privilégios de poucos vieram a ser as transformações que muitos esperavam acontecer. Todos eram cidadãos agora, não haveria distinções para seus direitos. Então no meio dessas inúmeras reviravoltas políticas da República Francesa, a Assembléia Legislativa foi totalmente substituída por um novo sistema, a Convenção Nacional.

A Convenção foi eleita e se reuniu no mês de setembro de 1792, declarando uma nova fase da Revolução. Melhor dito, para ela a Revolução de fato começava ali, com a república. Por isso, ela decidiu estabelecer um novo calendário, o que de fato só foi aprovado um ano depois, mas fixado retroativamente para começar no dia 22 de setembro de 1792. Além de data oficial do início dos trabalhos da Convenção, este é o último dia do verão no hemisfério norte. Essa escolha, bem como o nome dos meses inspirados pelas características naturais do mês – “chuvoso”, “ventoso”, “brumário” – ou pela atividade agrícola nele realizada – “germinal”, “floreal”, “frutidor” – revela a intenção de aproximar o tempo histórico do tempo natural e do cotidiano do trabalho do povo. Era tal elemento que devia marcar as datas e comemorações, conferindo significado aos acontecimentos sociais e políticos. (GRESPLAN, 2003, p. 91)

Neste período de turbulência política na França, surgiu uma pessoa com um invento que colocaria medo em muitas pessoas de ambos os lados da revolução, essa pessoa era o doutor Joseph-Ignace Guillotin, com o seu invento chamado de guilhotina, o qual prometia a execução de pessoas sem “sofrimento desnecessário”. Tal proposta do uso desse invento já tinha sido feita por esse médico, mas é só com a

Convenção e a influência jacobina, que tal parafernália estaria a todo vapor.

Com a instauração da Convenção Nacional, os partidos políticos, que já haviam se acentuado, tomam suas definitivas posições, mudando de lado e defendendo ferrenhamente seus ideais. Assim os girondinos, que eram os brissotistas e faziam parte da esquerda política, agora assumiam a direita, esses burgueses tinham entre eles, Jacques Pierre Brissot e Pierre-Victournem Vergniaud. Os girondinos estavam fartos dos rumos da revolução e queriam por um basta, por achar que os objetivos já foram alcançados, além de temerem os sans-cullotes. Os contrários a Gironda, o partido jacobino, além de ganharem mais força durante este tempo, também conseguem o apoio dos sans-cullotes. Alguns dos principais nomes jacobinistas eram, Louis Antoine Léon de Saint-Just, Georges Jacques Danton, o próprio Robespierre e alguém que atingia muitas pessoas por meio da propaganda, Jean-Paul Marat, ele era um jornalista político radical e atuava com o seu jornal, o L'Ami du peuple ou "O Amigo do Povo".

Apesar de estarem um tanto receosos, o povo queria levar adiante o destino do rei Luís XVI, com um julgamento e sua sentença. Essa questão sobre o rei toma vários dias de debates na Convenção, acalorando as discussões entre os montanheseiros, que eram os jacobinos que se sentavam em lugares acima dos outros na Convenção, e os girondinos. Mesmo que tenham os que defendem o rei, suas ações passadas não foram muito amistosas e isto é algo que ninguém havia esquecido. Os moderados não têm uma voz tão eloquente no parlamento quanto tinha em períodos anteriores ou quanto seria justo ter, sendo que a maioria queria decidir logo o destino do rei e pôr um fim (qualquer tipo de fim) à essa estirpe real, os Capetos.

A pena de morte para o rei Luís XVI foi proposta e marcada para o dia 21 de janeiro de 1793. Às dez horas e vinte e dois minutos o rei teve seu destino concluído, ele foi guilhotinado e sua cabeça foi exposta para o público. Tal ato não demonstra ser um tipo de estratégia de extrema radicalização para dar um impulso na revolução que ainda se desenrolava de maneira geral, algo em possível direção a um fim. Mas este final estaria muito longe de acontecer. O mesmo destino do rei viria a cair, depois de algum tempo, sobre a rainha também.

Enquanto as questões sociais e políticas são decididas internamente na França, a guerra continua se desenrolando nas fronteiras do país e o exército revolucionário continua perdendo batalhas e tendo alguns de seus territórios ocupados pelo inimigo. Para agravar esta situação, um tipo de coalizão é formada pelos exércitos inimigos, com a Inglaterra entrando em definitivo na guerra, se juntando a Áustria, a Prússia, além também da Espanha, da Holanda e dos Estados italianos e alemães. (BLUCHE; et. al. 2009, p. 82)

A própria Convenção Nacional alcança várias conquistas, dentre elas podemos destacar duas principais, o novo calendário revolucionário, este que começaria a contar os anos a partir da instauração da Convenção e que só foi consumado no ano seguinte, onde os meses teriam nomes de períodos agrícolas e seriam formados por três semanas de dez dias, assim substituindo o calendário que se tinha até o momento;

e a novas regras de pesos e medidas, estas que foram tão importantes, que temos sua utilização até a atualidade.

Após a consumação da pena estipulada para o rei e do agravamento das situações na guerra contra muitos dos Estados europeus, a recém-formada Convenção Nacional tem o desafio de impor novas medidas para as novas situações. Então no mês março de 1793 é criado o Tribunal Revolucionário e em abril de 1793 é criado o Comitê de Salvação Pública, esperando não só ajudar na guerra contra estrangeiros, mas também conter inimigos internos que estão contra a revolução. Este, porém foi mais um passo em direção ao “reinado jacobino”, porque tal ato foi de autoria da maioria dominante politicamente, os jacobinos.

Com o destino do rei traçado e com a falha da Gironda, os Jacobinos não perdem tempo em combater seus adversários políticos, desse modo tem-se a verdadeira Convenção Jacobina, onde os moderados são combatidos com brutalidade e os ideais dos considerados radicais, são a “lei” na França, isto que será discutido mais a frente, mas vale destacar que mesmo tendo-se antes, os girondinos em maior número na Convenção, a voz mais eloquente recaia sobre os jacobinos que se aliaram aos sans-cullotes, ganhando apoio das massas populares por muito tempo.

A criação desse Tribunal Revolucionário e do Comitê de Salvação Pública impulsionou todo o poder político nas mãos dos jacobinos que tinham como líder o Robespierre, assim é iniciado o Terror. Neste período histórico as guilhotinas “trabalham incessantemente”, os girondinos são caçados neste momento, qualquer suspeita de traição, revolta ou qualquer pensamento contra a revolução era duramente reprimido. Tal período foi inicialmente apoiado pelas massas populares, mas depois de algum tempo, foi fortemente negado até por seus partidários.

Algo que ajudou não só a disseminar as ideias desse período como também ajudou com a movimentação das massas populares e na delação de traidores, foi a propaganda, mais precisamente o jornal. No jornal ganha destaque sua voz mais ativa e extremamente apoiadora das medidas que estão sendo tomadas, o “amigo do povo” Jean Paul Marat, um jacobino. Esta pessoa era adorada por muitos e sempre se mostrava a favor do “incorruptível” Robespierre. Mas apesar de ser adorado por muitos, outros tantos também o odiavam, principalmente por causa do que ele apoiava e é isto que influencia a mente de uma jovem da província francesa, Marie-Anne Charlotte Corday a’Armont, ela simplesmente premedita e executa o plano de matar Marat, algo que foi concluído, mas ela também é pega e levada a guilhotina. Tal assassinato que aconteceu no dia 13 de julho de 1793 gerou forte comoção popular e também a idolatria de alguém considerado um ícone do povo, Marat.

O período conhecido como Terror foi o alge do poder jacobino, ele veio para consolidar o poder desse partido e para tomar as medidas mais radicais e difíceis em prol da revolução, da vitória na guerra e, em geral, do desenvolvimento da nação francesa. Houveram recrutamentos em massa para a guerra nas fronteiras da França, algo que foi seguido de algumas vitórias por parte do exército revolucionário, algo que

ajudou com que os jacobinos agissem como queriam, com Robespierre justificando os atos do Terror como necessários e indispensáveis.

Os jacobinos que reinaram neste período não eram de todo mal e nem procuravam matar por matar, eles tinham ideais que procuram seguir, ajudando os mais necessitados e também as famílias de soldados mortos em batalha. Então é nesse contexto que a nova Convenção proclama definitivamente o fim da escravidão em suas colônias e divulga os dizeres da Declaração dos Direitos do Homem, além de se ter a extinção dos direitos e deveres que foram proclamados durante o feudalismo.

Apesar da descristianização que ocorria em toda a França, esse nunca foi um ponto ao qual o Terror queria combater vorazmente, mas foi considerado necessário por conta dos pensamentos da Igreja e de seu passado, por conta disso teve-se grandes atos contra a Igreja, como em outono de 1793, onde algumas cidades queriam se livrar dos disseminadores dessa fé, ou com algo anterior, com o novo calendário revolucionário que eliminava o cristão e dividia os meses com base em estações e na natureza, com o ano tendo meses de trinta dias. O que vale lembrar aqui, é que alguns dos partidários mais fortes desse período não eram ateus e ainda valorizavam o acultramento de alguma divindade, a exemplo se tem Robespierre.

Esse domínio jacobino não foi de todo ruim, muito pelo contrário e assim como é dito por Eric Hobsbawn (1989) em seu livro *A Era das Revoluções*:

[...] Quatorze meses mais tarde, toda a França estava sob firme controle, os invasores tinham sido expulsos (...)” e “(...) por volta de março de 1794, um exército três vezes maior que o anterior era mantido pela metade do custo de março de 1793 e o valor da moeda francesa era mantido razoavelmente estável [...] (p. 86)

Isto só deixa acentuado que o que eles queriam era bom, mas o meio de conseguir era, de certo modo, ruim e inevitável.

Como tudo tem um limite, as atitudes “em prol do bem da nação” não foram bem vistas por muitas pessoas, até por alguns de seus partidários e por causa desses pensamentos contrariadores que se tinha em seu interior, o Terror chega também as portas deles, eliminando não só girondinos, como alguns jacobinos. Robespierre mandava e tal poder viria “subir a sua cabeça”.

Maximilien Robespierre, nascido em 1758, tem 35 anos em 1793. Esse advogado sério, aborrecido, desconfiado, um tanto frustrado, de alma doutrinária, deputado por Artois nos Estados Gerais, muitas vezes parecera ridículo aos colegas durante suas intervenções na constituinte. Porém, diferentemente da maior parte dos revolucionários, Robespierre quase não mudou: suas mudanças de opinião inserem-se numa perfeita lógica ideológica. “Incorruptível” no meio dos venais, ele se tornou, sob o olhar da história, o símbolo encarnado da Revolução Jacobina. (BLUCHE; et. al. 2009, p. 92)

Depois de alguns meses, o novo Tribunal revolucionário tomou a decisão de finalmente acabar com qualquer resquício do poder da realeza, então em 16 de outubro a ex-rainha Maria Antonieta é guilhotinada, além de que no mesmo mês outros tantos girondinos também sofrem o mesmo destino. Para impor definitivamente seu poder e não deixar nada pendente em sua política, a República Jacobina também cria algo

próprio, o seu “governo revolucionário”, que foi sendo imposto lentamente, começando com o Comitê de salvação pública no dia 6 de abril de 1793, passando ao que foi proclamado pelo governo no dia 10 de outubro de 1793 e ficando totalmente em suas capacidades no dia 4 de dezembro de 1793, com a lei do dia 14 de frimário do ano II (no calendário revolucionário).

No desenrolar do ano de 1794 o Terror atinge proporções bem maiores que as inicialmente idealizadas. Para começar o ano “bem”, Robespierre surge no dia 4 de fevereiro para defender o Terror, algo que seria contra os déspotas e a favor da humanidade, depois no mês de março, algumas pessoas do grupo de Herbert que eram contra as ações de Robespierre tiveram a pena da guilhotina e também outro grupo radical que é condenado à guilhotina por ser contrário ao ideal de Robespierre é o de Danton, fato consumado no dia 5 de julho de 1794. Essas ações tão extremas somadas ao “grande” apoio que os sans-culottes já estavam recebendo terminando em totalmente dispersar este grupo, que já ia de “mal a pior”.

Durante o ano de 1794 os jacobinos estavam tão enraizados em tudo na França, que suas ações não eram nem bem disfarçadas aos olhares das pessoas. Eles tinham agentes em todos os lugares dominando a política e o governo, mas com o desenrolar deste período o descontentamento foi crescendo, os salários eram baixos, o racionamento continuava ativo e ainda se tinha muito confisco de alimentos que vinham do campo. Tal quadro agravou mais a situação, que sofria com o período de guerra que passavam, assim o não tão longínquo 9 de termidor estava cada vez mais se despontando como uma saída dessa tal crise, o que se mostrou não ser tão desse modo como era pensado.

O líder Robespierre, além de ser chamado de “o incorruptível”, agora também se mostrava algo em aproximação a um proprietário de todo o país, impondo o que pensava a quem ele quisesse, sem se importar com controvérsias, pois como já foi escrito anteriormente, até mesmo os seus amigos e partidários jacobinos foram condenados à guilhotina por causa de questionarem suas decisões, é neste contexto que o Terror trabalhou bem, teve o resultado maior do que o esperado pelo uso dessa palavra para designar uma série de momentos. Este tipo de ditadura não teve Robespierre como único idealizador e propagador de suas ideias, mas por causa do que fizera e do mártir que se tornara, toda a culpa, tudo de vil e terrível que aconteceu durante o Terror foi simplesmente “jogado em suas costas” quando seu governo se mostrou perdido.

Uma grande feita de Robespierre que fez com que ele ganhasse muitos mais inimigos, mesmo entre os jacobinos, foi o festival idealizado por ele, chamado de festa ao Ser Supremo, além da afirmação da alma ser algo imortal, tais ideias vieram pelo fato de ele ser totalmente contrário ao ateísmo e também pelo poder que ganhara. Neste festival, realizado no 20 de prairial, ou seja, no dia 8 de junho de 1794, Robespierre surgia para presidi-la, com trajes pomposos, como uma toga, do tipo que mostrava como ele se achava “o intocável”, um ato de visível arrogância.

Para piorar ainda mais as questões sobre Maximilien Robespierre, além dele

sempre valorizar demais a virtude, foi instaurada uma nova lei no dia 10 de junho o 22 prairial do ano II, onde o Terror é intensificado, assim inaugurando a segunda fase desse período, conhecida como Grande Terror. A maioria das penas promulgadas pelas leis agora se resumiam a morte, qualquer suspeita que fosse resultaria na pior das sentenças, as execuções sobem as centenas. O Terror estava afunilado e quase sem controle.

Mesmo que a situação interna da França estivesse caminhando rumo ao abismo, a situação a respeito da guerra com os inúmeros outros países europeus estavam tendo grandes momentos de glória. Os exércitos revolucionários não estavam recolhidos e recuando, tomando a ofensiva em diversas frentes de batalha, como a expulsão dos ingleses de uma cidade portuária ou da vitória em Vendéia.

[...] em torno do “Incorruptível”, porém, os lugares vão ficando vazios. Os moderados da Convenção estão desanimados; os deputados corruptos ou por vezes comprometidos com os excessos do terror temem pela própria via. Eles preparam uma conspiração contra Robespierre e seus aliados: no dia 9 de Termidor, na Assembléia, impedido de falar, o “Incorruptível” tem sua prisão decretada. Poucos permaneceram fiéis a ele. Com seus partidários, ele é guilhotinado no dia 10 de Termidor. Desaparece um importante personagem e todo um período da Revolução chega ao fim. (VOVELLE, 2007, p. 82 – 83)

Essa reação tão extrema contra o líder do Terror, Robespierre e contra alguns de seus partidários mais próximos, como Saint-Just, não foi algo decidido “da noite para o dia”. Além do próprio Robespierre ter construído uma boa parte do caminho que levou a sua morte, os deputados e demais do Comitê planejaram o fim do “reinado” de Robespierre, pois era necessário uma maioria de votos para depor o grande jacobino. Assim toma forma as discussões no 8 de termidor ou 26 de julho de 1794, prosseguindo para a prisão de Robespierre no 9 de termidor ou 27 de julho de 1794 e por causa da Comuna de Paris que liberta os jacobinos (com Robespierre) detidos, eles são considerados bandidos e então são executados sem nenhuma outra forma de julgamento.

Desse modo chega ao fim o mandato jacobinista e a Convenção Jacobina, onde os remanescentes da Gironda não perdem tempo em assumir o controle e instaurar seu próprio modelo de governo, o Diretório, algo que não frutificou como esperavam e deixou transparecer a “brecha” política que Napoleão Bonaparte necessitava para assumir o poder, mas isto não é assunto para o tema do trabalho em questão.

O temido período do Terror e do Grande Terror engoliu não só inimigos dos radicais, mas toda e qualquer oposição, ou simples pensamento opositores, tanto do direito quanto da esquerda, acabando por fim em consumir seus próprios idealizadores e filhos, como Saint-Just, alguns jacobinos fiéis a estes idealizadores e o recrudescido advogado promissor francês, que tanto lutava pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, Maximilien François Marie Isidore de Robespierre. Até mesmo os “coitados” sans-culottes sofreram neste Terror, perdendo seu apoio, ficando sem influência e esvaídos de qualquer poder, sem contar os inimigos ferrenhos dos

jacobinos, os girondinos, que foram tão fortemente combatidos, tão logo os jacobinos assumirem o controle.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho de pesquisa concluiu-se que a revolução teve como maior de suas características o conflito político externo, da França com outros países, e o conflito político interno, com os clubes em pleno desmonte com a “corrida” para se tomar o poder da França a qualquer custo. Esses momentos de fora e dentro do país tiveram graves consequências, com destaque para a morte de milhares de pessoas, principalmente durante a guerra e durante o governo jacobino, onde o terror ficou implantado por muito tempo e matava, de forma paranoica, qualquer um que se quer apresentasse o mínimo de indícios possíveis de estar contra o governo atual e consequentemente contra o rumo do processo revolucionário.

Enganasse quem pensa que os resultados da Revolução Francesa tenham sido somente em prol do ganho de alguns, ou seja, resultados catastróficos para a nação, mas é por meio dela que temos muitas coisas que estão em pleno funcionamento em nossa atualidade, a exemplo da escola pública e do voto de sufrágio, além de ideais franceses terem se repercutido por diversos lugares, como os modos de se comportar, o ser “cortês”, o ideal de que a mudança é possível, basta querer e lutar para isso acontecer e também as palavras de liberdade, igualdade e fraternidade que foram difundidas por todos os países, algo que é bastante retratado hoje por meio de estudos. Assim não tem como não lembrar dessa revolução sem lembrar destas três palavras que a definiram.

Uma pergunta que fica em aberto para nós após a análise dos eventos e do desenrolar da Revolução Francesa é, até que ponto estamos dispostos a chegar em prol das mudanças que precisamos não só em nosso país de origem, como também no mundo em que vivemos. Sempre haverá aqueles que discordam de muita coisa, aqueles que querem a mudança a qualquer custo, aqueles que querem mudar do jeito mais calmo que puderem, aqueles que se arrependem das escolhas que fizeram, aqueles que manipulam em benefício próprio e aqueles que são prejudicados das mais diferentes formas possíveis. Cabe a nós analisar o que deu errado e o que poderia ter dado certo em toda a história, assim não cometendo os mesmos erros do passado.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BLUCHE, Frédéric/RIALS; Stéphane/TULARD, Jean. **Revolução Francesa**. São Paulo: L&PM Editores, 2009.

BOTO, Carlota. **Na Revolução Francesa, os Princípios Democráticos da Escola Pública, Laica e**

Gratuita: O Relatório de Condorcet. Revista Educação social, Campinas, vol. 24, nº84, p.735-362, setembro 2003. Acessado em: 16 de Julho de 2016.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, Volume 1, Uma História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GRESPLAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo.** São Paulo: Contexto, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. **Ecos da Marselhesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

LOSURDO, Domenico. **A Revolução, a Nação e a Paz.** São Paulo: Revista USP, v.22, nº62, p. 09-26, 2008.

MICELI, Paulo. **As Revoluções Burguesas.** São Paulo: Atual Editora, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa Explicada à Minha Neta.** São Paulo: UNESP, 2007.

VOVELLE, Michel. **Jacobinos e Jacobinismo.** São Paulo: EDUSC, 2000.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa.** São Paulo: UNESP, 2012.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS NO MARKETING DE RELACIONAMENTO ¹

Guaracy Carlos da Silveira

Doutorando do Curso Interdisciplinar em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e-mail: guaracycarlos@gmail.com

Universidade Presbiteriana Mackenzie. Programa de Doutorado Interdisciplinar em Educação, Arte e História da Cultura.

São Paulo – SP.

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Mestre em Comunicação, e-mail: fernandodineli@gmail.com

Fundação Armando Álvares Penteado. Faculdade de Comunicação e Marketing.

São Paulo – SP.

RESUMO: O presente estudo integra grupo de análises acerca do estado da arte do marketing de relacionamento, busca avaliar as tendências do consumo mediado por dispositivos digitais e o impacto destes nos programas de marketing de relacionamento. Para tal, realiza-se uma revisão dos estudos dos principais institutos de pesquisa acerca do comportamento do consumidor digital e de programas de relacionamento, delineando as principais tendências emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing de

Relacionamento; Comportamento do Consumidor; Marketing Digital; Consumo Mediado por Dispositivos Digitais; Publicidade e Propaganda.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se em amplo estudo acerca do estado da arte, estruturação e aplicação das estratégias de marketing de relacionamento no contexto brasileiro desenvolvido pelos autores. Considerando-se o dinamismo que é característico do setor, verifica-se relativa carência de estudos no âmbito nacional. O consumo mediado por dispositivos digitais (computadores e celular) coloca em cheque o modelo tradicional de coleta e uso de informações sobre o consumidor, bem como, a estruturação das iniciativas e programas de marketing de relacionamento.

A principal mudança em curso afeta a desigualdade de informações que caracterizava o processo de consumo, onde historicamente o responsável pela oferta possuía maior poder de informação, desde o histórico do produto até o preço praticado pelos concorrentes. A nova realidade propicia ao consumidor a capacidade de pesquisa de preços, produtos e avaliações

1. Trabalho apresentado no GP de Publicidade e Propaganda do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom.

de pares em tempo real no local da compra, concedendo-lhe maior margem de negociação.

Por outro lado, os dispositivos digitais dão suporte à geração de uma vasta quantidade de dados acerca dos hábitos dos consumidores, desde a navegação até detalhamento do histórico de compras, que podem ser cruzados com dados de outras fontes, como por exemplo, os de geolocalização, tipo de dispositivo utilizado, tempo de permanência no ponto de venda (PDV) e horário de contato, possibilitando a criação de mapas de consumo de acuidade sem precedentes.

As relações de consumo são normalmente pautadas a partir de estratégias, modelos e sistemas de CRM (*Consumer Relationship Management*) por meio do uso e gestão das bases de dados, informação e conhecimento do consumidor, tais como: histórico transacional, demográfico ou mesmo psicográfico; e o conhecimento do mercado: dados de concorrentes, preço, disponibilidade, avaliação, alternativas a oferta, avaliação de outros consumidores, histórico de ocorrências, opiniões de especialistas, são colocados em questionamento no tocante a sua eficácia quando se considera as tendências comportamentais do consumo mediado por dispositivos digitais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O marketing de relacionamento insere-se no campo maior do marketing, neste, destacamos os princípios fundamentais do marketing (KOTLER; ARMSTRONG, 2014) a administração do marketing (KOTLER; KELLER, 2014), o conceito de marketing voltado para valor (CHURCHILL; PETER, 2013), o conceito de canais de marketing (COUGHLAN *et al.*, 2012), marketing de serviços (LOVELOCK *et al.*, 2011) e gestão de marca (KELLER; MACHADO, 2008). No cenário nacional, as análises de marketing móvel (LAS CASAS, 2009), gestão de marketing (OLIVEIRA, 2012) e gestão do composto de marketing (URDAN, 2013) são meritorias de nota.

No tocante ao Marketing de Relacionamento (MCKENNA, 1999) afirma que o novo paradigma do marketing se fundamenta de maneira relacional, onde a experiência por meio de interatividade, conectividade e criatividade podem desenvolver uma ligação emocional a partir do conhecimento mútuo, o que fortalece o relacionamento. Conclusões semelhantes às apresentadas nas revisões do 11º *Colloquium in Relationship Marketing* (PALMER; BEJOU, 2013). Em seus estudos (DEMO, 2011) aponta para o diferencial de competitividade obtido pelo marketing de relacionamento. Estudos do instituto Nielsen² apontam que programas bem administrados resultam em diferencial na hora da escolha do consumidor. Destacam-se também as considerações acerca das demandas estruturais necessárias para implantação de programas de relacionamento (PEPPERS, 2004).

A premissa básica dos programas de relacionamento, de que comportamentos de
2. “Estudo global, programas de fidelidade no varejo”. 2016.

compra e consumo podem ser estimulados através de mecânicas de incentivo e reforço, têm lastro em farta literatura acerca do comportamento do consumidor. Destacamos o modelo do processo de aprendizagem do consumidor (SOLOMON, 2016), os conceitos de influência do comportamento do consumidor (PETER; OLSON, 2009), a dimensão de estratégias interculturais de consumo (SCHIFFMAN; KANUK, 2009) e (MOWEN; MINOR, 2008), as teorias de moldagem de opinião e lembrança (BLACKWELL *et al.*, 2005), e o modelo de compra com base em relacionamento (SHETH *et al.*, 2001). No âmbito nacional destacam-se os estudos acerca das relações consumo/influência na internet (GIGLIO, 2010), o conceito de economia natural (CAMARGO, 2010), de psicologia econômica (FERREIRA, 2008), de sociedade de consumo (SCHWERINER, 2006) a esquematização da satisfação do consumidor (SAMARA; MORSCH, 2005), os aspectos psicológicos do consumo (GADE, 2006), e os estudos comparados de consumo (KARSAKLIAN, 2004).

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

Em seus estudos (DEMO *et al.*, 2015) constatou um “patente aumento no interesse de pesquisadores sobre o tema de CRM”, dados estes confirmados por um aumento nos indicadores de produção. Contudo, grande parte destes estudos (79%) é de caráter teórico-empírico, sendo predominantemente quantitativos e estruturados na forma de questionários. É rara a produção de estudos acadêmicos acerca de tendências no marketing de relacionamento. Sendo assim, para o presente trabalho optamos por um levantamento dos principais institutos fornecedores de pesquisa acerca de marketing de relacionamento e tendências de consumo baseados em comportamento do consumidor³, avaliando os estudos e relatos disponibilizados de forma gratuita, e procedendo com uma análise do conteúdo destes. Tal procedimento justifica-se pelo dinamismo de mercado, onde, se considerado o atraso temporal de publicações científicas, no momento de sua disponibilização, uma tendência pode não mais sê-lo.

4 | CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS

Ao falarmos de tendências, especialmente no tocante a programas de relacionamento, as previsões mais eficazes são aquelas que se fundamentam em aspectos observáveis e metrificáveis do comportamento do consumidor. O consumo mediado por dispositivos digitais possibilita uma aproximação de *Big Data* no que se refere ao comportamento do consumidor⁴, levando as empresas a realizarem aporte de

3. Indicados à parte na bibliografia como Documentos Digitais.

4. Tais como: ferramentas para programação de e-mails, segmentação de contatos, publicações em mídias sociais programadas e responsivas e gerenciamento de conteúdo com acompanhamento no ciclo de vida dos clientes

dados complementares próprios aos fornecidos por pesquisas de mercado realizadas pelos institutos.

O acesso à informação também serve a causa do consumidor levando ao reequilíbrio de informações acerca do produto/serviço. A disponibilização de dados e informação em abundância nos meios digitais possibilitou o surgimento de curadores e organizadores de conteúdo que fazem uso dos dados públicos e/ou processam dados privados mediante algum tipo de autorização ou contrapartida e fornecem informação e conhecimento estruturado para o mercado como um todo. Organizações com “Transparência Brasil⁵” e “Reclame Aqui⁶” são dois exemplos deste processo.

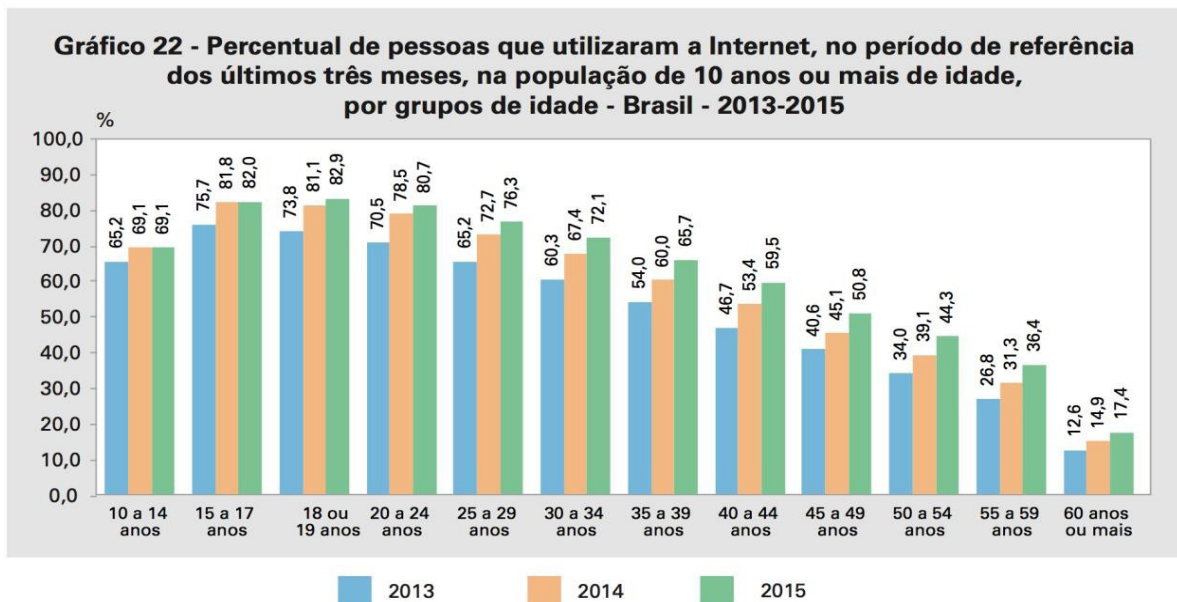
No Brasil de acordo com os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* do suplemento “Indicadores-chave da Tecnologia da Informação e Comunicação” (IBGE, 2016), confirma-se que o celular já é o principal meio de acesso à internet, figurando em 92% de todos os domicílios do país. Desde 2014 têm-se observado o declínio do uso de computadores, o que corrobora os apontamentos acerca da mudança de comportamento do consumidor digital. As estimativas mostram que o contingente de pessoas de 10 anos ou mais que tem telefone móvel celular para uso pessoal é de 139 milhões, o que corresponde a 78% da população do país nessa faixa de idade. Com base nestes dados é possível afirmar que o celular é o principal meio para acesso à informação digital no Brasil, em âmbito nacional 29% dos domicílios utilizam a internet apenas via telefone celular ou *tablet*, contra 7% apenas por meio de computadores, sendo que em algumas regiões esse número já supera 50%.

Os dispositivos, *smartphones* e seus aplicativos melhoraram exponencialmente na última década e tornaram-se um produto de consumo de massa, ampliando ainda mais a cobertura dessa tecnologia. Especificamente relativo ao *iPhone*⁷, esta década de experiência adquirida por partes dos desenvolvedores, somados à evolução do processamento, capacidade de armazenamento e da conexão transformaram radicalmente a experiência do usuário ampliando a adoção para praticamente todas as faixas de idade.

5. <http://www.transparencia.org.br>

6. <https://www.reclameaqui.com.br>

7. Considerou-se aqui os 10 anos do iPhone como referência, completados em 9 de janeiro de 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2015.

Figura 1

Dados (Figura 1) indicam que os jovens, de 15 a 24 anos ainda são a maioria predominante no uso da internet e conseqüentemente dos dispositivos móveis, seu principal meio de acesso, figurando acima de 80% das pessoas dessa faixa, sendo que a adoção massiva já pode ser observada em todas as faixas de idade (note que nos grupos de 25 a 49 anos a adoção já está acima de 50%).

Dado o perfil majoritariamente jovem de consumidores mediados por dispositivos digitais - que pesquisam, escolhem, trocam informações e compram no meio digital – as iniciativas de marketing de relacionamento têm sido obrigadas a ajustarem-se a este público, com campanhas integradas baseadas na regra de “menos é mais” (contexto exclusivo, curta duração e canal direto), fazendo uso do potencial de intercomunicabilidade dos dispositivos digitais e do perfil evangelizador deste público.

Estudos da consultoria Deloitte⁸ apontam que grande parte dos responsáveis pelo marketing das empresas está ciente das mudanças que se consolidam, mas não sabem em que direção ir, 42% destes disseram que os programas de lealdade estão entre suas principais prioridades, e 82% afirmam que dados são importantes, mas que não estão preparados para gerá-los e tampouco administrá-los.

Uma das principais mudanças oriundas do consumo mediado por dispositivos digitais é a percepção do valor das informações a seu respeito por parte do consumidor. Especificamente no setor de incentivo e fidelidade os últimos anos tem mostrado uma consolidação da economia da troca de informações, onde os consumidores têm demonstrado mais disposição em trocar informações pessoais, principalmente os *Millennials* e a *Geração Z*.

Em pesquisa realizada pelo AIMIA Institute⁹ constatou-se que mais da metade

8. “Rising above the clouds”. 2016.

9. “Global Loyalty Lens Report”. 2016.

dos entrevistados estão dispostos a compartilhar informações em troca de ofertas relevantes, 43% dos entrevistados concordam em fornecer seu número de telefone e 82% estão dispostos a compartilhar seu e-mail. Note-se, porém, que a base para esta disposição de compartilhar dados é a confiança no programa, e não sua recompensa.

O crescimento do aporte de recursos ao mercado de incentivo e fidelidade fez com que o setor se inchasse - o americano médio hoje faz parte de 29 programas - este aumento da disputa pela atenção dos participantes leva a um comportamento discricionário por parte dos clientes, que escolhem os programas que lhes ofertam mais valor. O mercado brasileiro ainda não está tão saturado, havendo espaço para crescimento

A América Latina tem a taxa autodeclarada mais baixa de participação em programas de fidelidade da pesquisa. Menos da metade dos entrevistados *online* na América Latina (44%) dizem que pertencem a um ou mais programas de fidelidade. A participação é mais alta no Brasil (53%) e mais baixa na Argentina (32%), México (32%) e Venezuela (33%). (NIELSEN, 2017, p.28).

O consumidor brasileiro também busca programas com a qual possa se relacionar de forma mais pessoal. Grande parte das empresas brasileiras desconhece como lidar com este consumidor. Somente 9% dos brasileiros entrevistados pela AIMIA¹⁰ concordam com a afirmação: “Eu recebi serviços e benefícios de companhias com a qual compartilhei minhas informações”. Estudos como este apontam que relevância e personalização caminham lado a lado, e grande parte dos programas falha exatamente neste ponto.

A despeito da disposição de compartilhar informações, os dados do estudo revelam que os consumidores estão cada vez mais promíscuos e distraídos, passando em média 4.4 horas navegando em frente a telas, sendo que oito em cada dez assistem TV ao mesmo tempo em que usam outros dispositivos, recebendo em média de 32 a 72 e-mails por semana. Como resultado disto, o consumidor não consegue manter sua atenção em projetos de logo prazo, focando-se em recompensas de curto prazo ou que sejam personalizadas.

5 | FORÇAS DE MUDANÇA NO MARKETING DE RELACIONAMENTO

Decorrência direta da inflação do valor das informações acerca do consumidor e do acirramento da disputa por causa da proliferação dos programas de relacionamento, três estratégias emergem como preponderantes.

A primeira delas é a necessidade da articulação dos programas para que ofertem uma premiação que vá além dos tradicionais brindes. A estrutura clássica dos programas de lealdade (compra => conversão em pontos => prêmios) quando compreendida em um enquadramento de economia da atenção torna-se fraca, dada à pluralidade de ofertas fazem-se necessárias estratégias análogas as de posicionamento

10. Op. cit.

como forma de diferenciação e registro. “As empresas devem buscar um desenho de programa e ofertas que sejam sustentáveis - diferente dos concorrentes, faça sentido ao consumidor e criem valor” (HOOLEY *et al.*, 2011).

O desejo para soluções diferenciadas dos modelos tradicionais já está instalado e começa a se manifestar.

Algumas poucas recompensas não monetárias são mais apreciadas em certos mercados do que na região como um todo. Aproximadamente três em cada 10 participantes em programas de fidelidade no México (32%), Chile (29%), Venezuela (29%) e Peru (28%) dizem que acesso exclusivo a liquidações ou mercadorias está entre os três benefícios mais valorizados. Além disso, reconhecimento como cliente valioso pode ser muito atrativo na Venezuela, onde 24% dos entrevistados dizem que este está entre os três principais benefícios, a segunda porcentagem mais alta globalmente. Finalmente, 14% dos entrevistados no Brasil dizem que doações beneficentes estão entre seus benefícios mais valorizados, o dobro da média global de 7%. (NIELSEN, 2017, p.32).

Nesta perspectiva, valor para o consumidor não é necessariamente o prêmio ofertado, mas sim a coerência da proposta de posicionamento do programa com os desejos do consumidor. Um exemplo desta estratégia é o programa *Amazon Prime*¹¹. O imenso sucesso deste programa tem sido objeto de análise de pesquisadores e institutos, estudos como da consultoria Booz&Co¹² mostram que seus membros têm um *ticket* médio cinco vezes maior que os não associados. O programa reinventa o sentido tradicional de programas de fidelidade, uma vez que não é baseado em ofertas e descontos e sim apoiado em benefícios, ao invés de criar uma economia artificial de pontos e prêmios, analisando a experiência do consumidor, o programa removeu o maior ponto de fricção no processo de compra com a proposição de valor: “Pague-nos uma vez por ano, e não pague mais pelo frete”¹³.

A segunda força a ser considerada é o aumento da inteligência por parte dos pequenos e médios negócios. Decorrência da popularização dos programas de fidelidade, os donos de negócios passaram a ter acesso a uma montanha de dados, onde o maior desafio é aprender a utilizar tais dados, sua correta análise permite o agrupamento dos participantes em segmentos de comportamento semelhante, permitindo a criação de programas promocionais específicos que têm apelo a aquele segmento.

A título de exemplo veja-se o Airbnb¹⁴, a empresa de modelo enxuto com uma perspectiva de crescimento de três dígitos no Brasil em 2016, realizou uma integração tecnológica com a American Express permitindo acesso à plataforma de ambas as empresas com um registro único, onde os pontos do programa de fidelidade a Amex

11. https://www.amazon.com/dp/B00DBYBNEE?_encoding=UTF8&ref_=nav_logo_prime_join

12. “The Rise of Social Apponomics. How Social Media and Apps are transforming e-commerce.” 2010.

13. O programa também agrega ofertas inteligentes, seus membros tem acesso a 500 mil títulos para o kindle, mais de um milhão de músicas com o Prime Music, programas de TV com o Prime Video, e espaço infinito para armazenamento de fotos e acesso exclusivo a determinados produtos antes de todos

14. Serviço online comunitário para pessoas anunciarem, descobrirem e reservarem acomodações. Abrange mais de 500 mil anúncios em mais de 35.000 cidades e 192 países.

podem ser usados para acomodações no Airbnb.

A terceira força é o imperativo estratégico de que os programas sejam *Mobile Friendly*. Segundo dados da Nielsen (2017) mais de 70 milhões de brasileiros usam *smartphones* com acesso à internet. Nos EUA existe até a categoria “*mobile addict*” que define o grupo que usa aplicativos mais de 60 vezes ao dia. A expectativa destes consumidores é que programas de lealdade devem ter um aplicativo de fácil utilização para checar seu total de pontos, identificar suas recompensas e contatar a companhia, que sejam *tech-smart*, ou seja, que integrem a tecnologia (como por exemplo, com a presença de *tablets* em balcões de compra para adesão ao programa, e *softwares* de caixa integrados ao programa no PDV). Nesta perspectiva todas as estratégias devem ter uma atualização para o formato móvel.

A tradicional estrutura de: “junte dez cupons e ganhe um produto” é um exemplo de como esta migração já está ocorrendo, no mercado de pizzas a CICI’s Pizza¹⁵ desenvolveu um aplicativo para registro, onde se recebe uma pizza *delivery* a cada cinco compras no valor superior a US\$7,00. A estruturação do programa em torno de um aplicativo é só a porta de entrada para análise do comportamento do consumidor. O aplicativo também permite que sejam visualizados o cardápio e as lojas mais próximas via GPS e de forma bastante inteligente oferece recompensas pela indicação do aplicativo a amigos, permitindo interação com outros usuários, além de ofertas sob medida e notícias em uma plataforma simples e amigável¹⁶.

No estudo da consultoria Oliver Wyman¹⁷ aponta-se para a necessidade de uso inteligente da tecnologia. A perspectiva é que devido as constantes mudanças impostas pela dinamicidade das tecnologias de informação, programas de fidelidade devam buscar excelência na análise e desenvolvimento interativo, adaptável às novas demandas.

6 | MUDANÇAS DO ESCOPO NAS INICIATIVAS DO MARKETING DE RELACIONAMENTO

O impacto do consumo digital tem obrigado os programas de fidelidade líderes a migrar de uma base transacional baseada em esquemas de pontos para um sistema de engajamento com consumidor que seja mais variável e flexível, no coração desta mudança está a tecnologia. Os varejistas devem garantir que seus programas sejam estruturados para suportar e permitir inovações tecnológicas necessárias¹⁸.

15. Rede de pizzarias texana com cerca de 450 estabelecimentos. <http://www.cicis.com/>

16. <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.punchh.cicis>

17. “The future of consumer Loylaty”. 2015.

18. “The future of consumer loyalty is card free”. 2016.

	15-20 anos atrás	Hoje	No futuro
Proposição central	<ul style="list-style-type: none"> - Pontos em troca de dados - <i>Vouchers</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Pontos - Pontos mais ofertas e recompensas sob medida 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande variedade de meios de reconhecimento - Conteúdo de cunho mais emocional
Propósito e Foco	<ul style="list-style-type: none"> - Observar o comportamento do consumidor à distância - Captura de dados e segmentação - Enviava coisas com baixa frequência 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender comportamento e sentimentos - Construir um relacionamento 1:1 - Contatos de duas vias, frequentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais pessoal - Mais frequente - Mais diretamente benéfico ao indivíduo
Quem está envolvido	<ul style="list-style-type: none"> - Apenas alguns dos maiores varejistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Vários varejistas de todos os tamanhos e setores 	<ul style="list-style-type: none"> - Quase todos os varejistas
Interação com o consumidor	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do cartão em compras - Envio de panfletos com ofertas 	<ul style="list-style-type: none"> - Várias formas de interação e captura de dados - Online (e-mail, por exemplo) 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualquer lugar, a qualquer momento em qualquer plataforma.

Quadro 1 – Evolução dos programas de fidelidade

Adaptado pelos autores do estudo: “*The Future of Consumer Loyalty*”.

A perspectiva é que programas de fidelidade via dispositivos móveis e vestíveis tornem-se cada vez mais importantes, a integração dos programas de lealdade com aplicativos móveis significa um implemento no fluxo de dados sobre o consumidor capturados pelo dispositivo, o que pode significar o envio de ofertas em tempo real. Esta personalização é o que irá determinar o sucesso de programas no futuro, visto que promovem mais engajamento, entretenimento e inspiração¹⁹.

Hoje, cerca de 35% da renda da Amazon.com é gerada pelo seu *engine* de recomendações, some-se a isto a crescente tendência de pagamentos via *mobile* e ter-se-á um quadro do quão importante dispositivos móveis serão no comportamento do consumidor. Curiosamente, as empresas que historicamente mais estão ligadas a programas de fidelidade são as menos adaptadas a esta mudança: as companhias aéreas.

O estudo realizado pela Deloitte²⁰ oferece análises bastante contundentes. De modo resumido os programas de fidelidade de grande parte das companhias aéreas falham em engajar o consumidor, nota-se que o modelo “*one size fits all*” de plano está completamente ultrapassado. Lembrando que a raiz de alguns dos programas de fidelidade das companhias aéreas tem mais de três décadas, parte deles deixou de acompanhar as mudanças do perfil e demandas dos consumidores, bem como as

19. “Tech is keyplayer in retail strategy”. 2016.

20. Op cit.

expectativas destes; relativos a programas de fidelidade. Um dos motivos do baixo engajamento se dá pela falta de compreensão sobre as atividades e usos online dos consumidores, o que resulta em aplicativos ruins dos programas e inobservância do comportamento de compra dos consumidores de passagens aéreas. O estudo propõe redefinir lealdade, foco em preferências individuais dos consumidores e reinvenção dos programas existentes, aponta ainda como o uso inteligente dos dados obtidos dos membros pode reforçar determinados comportamentos através de ofertas inesperadas, delinea a possibilidade de tornar as recompensas pessoais e úteis com base no comportamento registrado, além de já apontar a necessidade de recompensas imediatas.

Cada ponto de contato com o consumidor é uma oportunidade para construir relacionamento – do momento da reserva até o retorno para casa. A tecnologia para coordenar todos os departamentos que realizam interface com o consumidor de modo a entregarem experiências personalizadas, antes, durante e após o voo já existe.

Estudos realizados pela Accenture Consulting²¹ e pela Consumer Insiqth Group²² apontam para um crescimento de pessoas dispostas a participarem de programas de fidelidade que cobrem algum tipo de taxa, se estes oferecerem uma proposta de valor. Os estudos realizados pelos autores acerca do mercado brasileiro (SILVEIRA; DINELI DA COSTA, 2016a e 2016b) mostram que os programas nacionais se encontram em descompasso com as tendências internacionais, que podem ser sistematizadas assim:

Tendência	Descrição
Valor, não prêmios.	Compreensão de desejos e ansiedades dos consumidores canalizados para criação de programas que ofertem valor.
Mais inteligente não maior.	Domínio tecnológico para analisar dados, segmentar consumidores e oferecer benefícios de fácil resgate em tempo real considerando a localização do consumidor.
Além dos Pontos.	Resistência do consumidor a economias artificiais baseadas em pontos. Programas próximos à realidade são mais bem aceitos (mecânica 1 ponto = 1 \$).
Futuro Flexível.	Capacidade de criar programas que possam ser adaptados a novas tecnologias que surgem, e não “engessem” o programa em uma plataforma.
Sistemas de Engajamento.	Consumidores não desejam só premiação, mas conteúdo relevante e programas com a qual possam se engajar.
Móvel e Vestível.	Ir além do desenvolvimento de aplicativos, compreendendo as dimensões da comunicação, TI e análise, de modo a integrar dados e aplicativo com o programa como ferramental de incentivo.

Quadro 2 – Tendências Internacionais dos programas de fidelidade

7 | CONCLUSÕES

A análise de previsões e tendências é complexa, demandando tecnologia, pessoal e expertise. A acuidade destas previsões e seu diferencial competitivo conferem valor

21. “The Edge of a New Frontier”. 2016

22. “Fee Based Loyalty Programs”. 2016.

estratégico e mercadológico a tais dados, constituindo-se de fato de um mercado dinâmico e pungente. O caráter mercadológico destas informações (valor) faz que estas só sejam disponibilizadas gratuitamente após relativa depreciação (validade no tempo). Impossibilitando assim seu acesso pelo setor acadêmico (geralmente carente de recursos específicos para aquisição de pesquisas), tendo este a possibilidade apenas de análise *a posteriori*.

O levantamento dos *releases* e estudos parciais dos principais instituídos e sua compilação na forma de tendências - como a realizada no presente estudo - constituem-se em uma fonte viável de informações para estudos exploratórios acerca do tema, possibilitando uma aproximação entre a *doxa* acadêmica e *praxis* mercadológica. Contribuindo para a maturação das pesquisas nacionais acerca do tema, bem como sua implantação por parte das empresas nacionais, objetivo mor do ciclo de estudos desenvolvido pelos autores.

O presente estudo não pode ser considerado conclusivo sobre o assunto, sua contribuição reside em seu caráter de análise e levantamento dos releases e lançamentos parciais dos estudos realizados pelos institutos, o que possibilita uma fundamentação mínima na discussão acerca de tendências sem o fator de depreciação da informação pelo tempo.

REFERÊNCIAS

BLACKWELL, R.D. MINIARD, P.W. ENGEL, J.F. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

CAMARGO, P. **Comportamento do Consumidor: a biologia, a anatomia e fisiologia do consumo**. Ribeirão Preto: Editora Novo Conceito, 2010.

CASAS, A.L.L. **Marketing Móvel: tendências e oportunidade no marketing eletrônico**. São Paulo: Saint Paul, 2009.

CHURCHILL JR., G.A. PETER, J.P. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva 2013.

COUGHLAN, A.T. (et al.). **Canais de Marketing**. São Paulo: Person 2012.

DEMO, G (et al.). **Marketing de Relacionamento (CRM): estado da arte, revisão bibliométrica da produção nacional de primeira linha, institucionalização da pesquisa no Brasil e agenda de pesquisa**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo: v.16,n.5, p.127-160, out. 2015.

_____. **Marketing de relacionamento (CRM): estado da arte, produção nacional na primeira década do milênio e agenda de pesquisa**. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro. RJ. Braisil. 30/SET/2011.

FERREIRA, V.R.M. **Psicologia Econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GADE, C. **Psicologia do Consumidor e da Propaganda**. São Paulo: EPU, 2006.

GIGLIO, E.M. **O Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Cengage, 2010.

HOOLEY, G. PIERCY, N.F. NICOLAUD, B. **Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo**. São Paulo: Person, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2004.

KELLER, K.L. MACHADO, M. **Gestão Estratégica de Marcas**. São Paulo: Person, 2008.

KOTLER, P. ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. São Paulo: Person, 2014.

KOTLER, P. KELLER, K.L. **Administração do Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2014.

LOVELOCK, C. WIRTZ, J. HEMZO, M.A. **Marketing de Serviços: pessoas, tecnologia, estratégia**. São Paulo: Person, 2001.

MCKENNA, R. **Marketing de relacionamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOWEN, J.C. MINOR, M.S. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Person 2008.

OLIVEIRA, B. (Org.). **Gestão de Marketing**. São Paulo, Person, 2012.

PALEMR, A. BEJOU, D. **The Future of Relationship Marketing**. Canada: Routledge, 2011.

PETER, J.P. OLSON, J.C. **Comportamento do Consumidor e Estratégias de Marketing**. São Paulo: MCGraw-Hill, 2009.

PEPPERS, D. **CRM Series Marketing 1 to 1 – Um Guia executivo para Entender e Implantar Estratégias de CRM**. São Paulo: Peppers & Rogers Gruo, 2004.

SAMARA, B.S. MORSCH, M.A. **Comportamento do Consumidor: conceitos e casos**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SILVEIRA, G.C. DA COSTA, F.A.C.D. **Estudo dos Programas de Fidelidade dos Shoppings Centers Brasileiros**. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo: Salto. 2016a.

Marketing de Relacionamento como Ferramenta de Retenção de Clientes. Estudo de programas de fidelidade de jornais brasileiros. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. São Paulo: São Paulo. 2016b.

SCHIFFMAN, L.G. KANUK, L.L. **Comportamento do Consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SCHWERINER, M.E.R. **Comportamento do Consumidor: identificando necejos e supérfluos essenciais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SHETH, J. MITTAL, B. NEWMAN, B. **Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor**. São Paulo, Atlas: 2001.

SOLOMON, M. **Comportamento do Consumidor: comprando, possuindo, sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2016.

URDAN, F.T. URDAN, A.T. **Gestão do Composto de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2013.

Documentos Digitais

ACCENTURE CONSULTING. **The Edge of a New Frontier**. Disponível em: <https://www.accenture.com/t20161013T024052_w/us-en/_acnmedia/PDF-34/Accenture-2016-North-America-Consumer-Digital-Payments-Survey.pdf>. Acesso em: 30/01/2016

AIMIA INSTITUTE. **Global LoyaltyLens Report**. Disponível em :<<http://www.aimia.com/content/dam/aimiawebsite/Aimia2015GlobalLoyaltyLensReport/Aimia%202015%20Global%20Loyalty%20Lens%20Report/AIMIA-Loyalty-Lens-Research-Report.pdf>>. Acesso em 25/01/2016.

BOOZ&CO. **The Rise of social Apponomics. How social media and apps are transforming e-commers**. Disponível em <http://www.ecrconsultoria.com.br/sites/default/files/The_Rise_of_Social_Apponomics.pdf> Acesso em: 30/01/2017

CONSUMER INSIGHT GROUP. **Fee Based Loyalty Programs**. Disponível em: <<http://www.customerinsightgroup.com/fee-based-loyalty-programs-infograph>> Acesso em 25/01/2016.

DELOITTE. **Rising above the clouds**. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/us/Documents/consumerbusiness/us_thl_rising_above_the_clouds_POV_080813.pdf>. Acesso em: 25/01/2016.

MARKETING WEEK. **The future of customer loyalty is card free**. Disponível em: <<https://www.marketingweek.com/2016/05/04/the-future-of-customer-loyalty-is-card-free/>> Aceso em: 30/01/2016

NIELSEN. **Brasileiros com Internet no Smartphone** já são mais de 70 milhões. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2015/Brasileiros-com-internet-no-smartphone-ja-sao-mais-de-70-milhoes.html>>. Acesso em 30/01/2016.

Siga o Programa. Perspectivas dos consumidores e usuários de cartões sobre a participação e as vantagens dos programas de fidelidade do varejo, Novembro 2016. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/br/pt/insights/reports/2017/Estudo-global-programas-de-fidelidade-no-varejo.html>> Acesso em 02/01/2017.

OLIVER WYMAN. **The Future of Loyalty**. Disponível em: <http://www.oliverwyman.com/content/dam/oliverwyman/global/en/2015/aug/Oliver_Wyman_The_Future_of_Loyalty.pdf>. Acesso em 30/01/2016.

RACOUNTER BUSSINES. **Tech is keyplayer in Retail Strategy**. Disponível em: <http://www.raconteur.net/business/tech-is-key-player-in-retailstrategyfor2016?utm_source=pardot&utm_medium=email&utm_campaign=roundup0116>. Acesso em 30/01/2017.

YOSHIDA, S. **Airbnb espera crescimento de 3 dígitos para 2016**. Época Negócios. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2016/01/airbnb-espera-crescimento-de-tres-digito-no-brasil-para-2016.html>>. Acesso em 10/12/2015.

CHILD OF THE DARK: A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NAS LITERATURAS TRADUZIDAS

Tayza Cristina Nogueira Rossini

Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Maringá – Paraná

Letícia Toniete Izeppa Bisconcim

Centro Universitário Uningá (UNINGÁ)

Maringá – Paraná

Wellington Júnior Jorge

Centro Universitário Uningá (UNINGÁ)

Maringá – Paraná

RESUMO: A representatividade da literatura de autoria feminina vem se consolidando no cenário da literatura brasileira e, com o passar dos anos, vem ampliando a gama das representações literárias tradicionais. Contudo, no cenário internacional, poucas vozes femininas ainda são reconhecidas via tradução e o número de obras traduzidas para a língua inglesa ainda é muito inferior em relação ao restante da literatura produzida. Ainda que as vozes femininas estejam ganhando visibilidade no cenário da literatura internacional por meio de textos traduzidos para língua inglesa observa-se que o espaço reservado à escrita gênero é muito inferior ao restante do espaço reservado à veiculação de textos produzidos por escritores homens. As traduções desses textos contribuem para os estudos da tradução, bem como para a observação de como as traduções

desempenham um papel muito importante no contato entre culturas distintas. O romance *Child of the dark* (1962) possibilita a reflexão sobre a representação da escrita feminina negra brasileira dentro e fora do país bem como a observação de um processo tradutório que vai além das margens do texto escrito.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de autoria feminina; Tradução; *Child of the dark*.

ABSTRACT: The literature produced by women is being consolidated in the Brazilian literature scenario and is increasing the traditional literary representations. However, on the international scenario, few women's voices are still recognized via translation and the number of texts translated into English is still much lower than the rest of the literature produced. Although the female voices are gaining visibility in the international literature scenario through texts translated into English language, it is observed that the space reserved for a genre production is much lower than the rest of the space reserved for the publication of texts produced by male writers. The translation of these texts contributes to the study of translation as well as to the observation of how translations play a very important role in the contact between different cultures. The novel *Child of the Dark* (1962) makes possible the reflection on the representation of the Brazilian black feminine writing inside and outside the

country as well as the observation of a translation process that goes beyond the margins of the written text.

KEY-WORDS: Female Authorship; Translation; *Child of the dark*.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A representatividade da literatura de autoria feminina vem se consolidando no cenário da literatura brasileira e, com o passar dos anos, vem ampliando a gama das representações literárias tradicionais. Contudo, no cenário internacional, poucas vozes femininas ainda são reconhecidas via tradução e o número de obras traduzidas para a língua inglesa ainda é muito inferior em relação ao restante da literatura produzida. Ainda que as vozes femininas estejam ganhando visibilidade no cenário da literatura internacional por meio de textos traduzidos para língua inglesa observa-se que o espaço reservado à escrita gênero é muito inferior ao restante do espaço reservado à veiculação de textos produzidos por escritores homens.

Neste sentido, nos interessa observar a representação da literatura de autoria feminina brasileira no país, bem como sua veiculação fora do contexto nacional via tradução, atentando para o espaço reservado às escritoras negras neste contexto. O objetivo tornar-se, também, avaliar em que medida a tradução e, assim, as escolhas feitas pelo sujeito-tradutor se refletem no processo tradutório do texto.

Como escolha para observação optamos por uma obra que abarcasse as teorias relacionadas à tradução, bem como, a questão da literatura de autoria feminina brasileira negra. Decidimos, portanto, trazer para o interior das margens da discussão o romance *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, primeiro romance produzido por uma escritora negra a ser traduzido para a língua inglesa, eleito como referencial importante para os estudos culturais, no Brasil e no exterior.

Em *Quarto de Despejo*, texto em forma de diário publicado pela primeira vez no ano de 1960, Carolina Maria de Jesus retrata a realidade vivida na favela do Canindé em São Paulo. Autora e protagonista da própria história, Carolina Maria de Jesus evidencia o cotidiano dos indivíduos deixados à margem da sociedade, denuncia a realidade cruel existente na favela e coloca-se como próprio exemplo da diferença existente na sociedade. Embora *Quarto de despejo* (1960) tenha tido grande repercussão na década de 60 com a sua publicação, e tenha sido traduzido posteriormente em 13 idiomas, a obra pode nos dias de hoje ser considerada como instrumento de denúncia à realidade perversa ainda encontrada no cenário social do Brasil.

A leitura, conseqüentemente, com base na teoria e perspectiva proposta possibilita a reflexão sobre a representação da escrita feminina negra brasileira dentro e fora do país; a observação de como o conteúdo ideológico-cultural do texto original é preservado; e o modo como as escolhas feitas pelo tradutor no processo tradutório sustentam a força narrativa do texto ao descrever a dura realidade vivida pela mulher negra habitante da periferia da sociedade brasileira da época em questão.

2 | A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA DE GÊNERO

A consolidação da literatura de autoria feminina, cuja trajetória, timidamente iniciada em meados do século XIX, ganha consistência no transcorrer do século XX, suscita, conforme têm demonstrado muitas pesquisas no âmbito dos estudos de gênero, novas possibilidades, inclui outras perspectivas sociais e amplia a gama das representações literárias tradicionais. É sabido, igualmente, que o cânone literário ocidental, historicamente constituído de obras escritas por homens, brancos e da elite sociocultural, é impregnado de ideologias dominantes, as quais lhe regem os códigos de produção e de representação. Daí não comportar qualquer tipo de produção literária que não corresponda aos modelos propostos pela hegemonia dominante, masculina, branca e de classe alta. A marginalização, repressão e/ou exclusão de determinados grupos sociais, étnicos e sexuais como mulheres, “não brancos” e “membros de segmentos menos favorecidos da pirâmide social” (REIS, 1992, p.73) do universo da Literatura encontra aí sua motivação.

Tradicionalmente, as mulheres foram consideradas como inferiores aos indivíduos do sexo masculino, não só na esfera cultural, mas também na social, histórica e política. Um estado de coisas gerado pela política do patriarcalismo, cuja ênfase estava em questionar a capacidade intelectual da mulher, neutraliza-lhe a cidadania e seu direito de se constituir como sujeito. No campo literário e cultural a experiência feminina sempre vista de forma não valorativa justifica o surgimento, em meados do século XX, de ações no sentido de conscientizar os indivíduos da necessidade de desconstruir a opressão e a marginalização da mulher – construída ao longo da história. Isto é o que se chama de *feminismo*, um movimento político, social e filosófico que pregava a igualdade social entre os sexos, com o intento de eliminar qualquer dominação sexista e de transformar a sociedade (BONNICI, 2007, p. 86).

Do mesmo modo, a crítica literária feminista, surgida nos Estados Unidos e na Europa a partir dos anos 1960 e 1970, avança o processo de desconstrução dos padrões literários existentes, calcados em ideologias de gênero. As mulheres, até então silenciadas e marginalizadas, foram impulsionadas a emancipar-se no campo literário e a lançar questionamentos sobre os discursos hegemônicos, desnudando-lhes o modo de funcionamento, desmascarando os processos de naturalização das diferenças hierarquizadas de gênero e, conseqüentemente, problematizando o cânone literário estabelecido. Contudo, como aponta Lúcia Zolin (2007), essas conquistas obtidas por meio do movimento feminista não garantem a igualdade almejada pelas mulheres entre os sexos, mas, promovem um novo modo de se fazer literatura, a partir da perspectiva da mulher, quase sempre, feminista.

Historicamente, antes do surgimento das primeiras manifestações literárias de autoria feminina, o sujeito detentor do direito ao discurso - e, assim, do poder - era do sexo masculino, branco, de classe média alta, e as representações até então erigidas se davam unicamente por esta perspectiva social, atestando o silenciamento

e invisibilidade até então reservadas ao sexo feminino.

A crítica literária feminista irrompe neste contexto justamente com o intento inicial de desestabilizar o conceito de representação (ideológica e tradicional) da mulher dentro da literatura até então produzida. A crítica literária feminista passa a agir no sentido de possibilitar a representação de perspectivas sociais que o cânone literário masculino não fora capaz de evidenciar, descortinando a história tradicional e sexista da representação das mulheres no terreno literário de autoria masculina e assim permitindo a inclusão de vozes antes marginalizadas, tanto na produção dos textos, quanto na representação literária, o que contribuiu para que essas vozes fossem imersas no campo literário - portanto, que fossem legitimadas.

O lugar tradicionalmente reservado à mulher na sociedade e, concomitantemente na literatura, legitimado pelo discurso hegemônico, é o do silenciamento (SPIVAK, 2010); mas com a produção literária de autoria feminina, as personagens ganharam o direito à voz, tornando-se, não raro, narradoras e, como tal, passaram a representar experiências femininas que se distanciam da perspectiva hegemônica masculina. As práticas discursivas criadas a partir da perspectiva da mulher levam consigo novas formas de avaliar os papéis dos gêneros naturalizados pelas culturas patriarcais ao longo da história. Assim, a partir da produção literária de autoria feminina, a noção de representação ganha um novo sentido, traduzido em termos de representatividade das diversidades sociais e, em especial, de identidades femininas antipatriarcalistas (ZOLIN, 2010).

Embora os primeiros textos produzidos por mulheres no Brasil se mostrem retraídos no sentido de representar e discutir as relações de gênero, reiterando os padrões dominantes, como demonstra Xavier (1999), com o passar do tempo as produções femininas foram ganhando espaço e voz na literatura e passaram a difundir a forma feminina de pertencer a uma categoria de gênero historicamente subjugada e oprimida.

Neste sentido, a literatura de autoria feminina, por suas diversas formas de representação da realidade, concebeu e tem concebido novas formas de revelar a mulher, que permaneceu por tanto tempo silenciada na literatura e na realidade extraliterária.

3 | A ESCRITA PRODUZIDA POR MULHERES NEGRAS

Embora seja consenso o fato de a literatura de autoria feminina ter conquistado espaço no universo literário brasileiro e tenha se tornado vasta a seara de escrituras disponibilizadas por “penas” femininas, o espaço reservado à mulher negra nesse cenário ainda é bem pequeno: tanto a representação de escritoras negras no mercado editorial, quanto a representação de personagens negras, especialmente as do sexo feminino, no universo literário em geral.

Observa-se que a população negra, em decorrência dos discursos ideológicos

de poder de que se encontra impregnada a sociedade (em sua maioria de caráter racista), é afastada dos espaços de poder e de produção de discursos, característica que se reflete também na literatura. Regina Dalcastagnè (2008) dá destaque à questão da representação do negro na literatura brasileira, problematizando a pequena quantidade de autores/as e personagens negras nos romances publicados entre os anos de 1990 e 2004 por três grandes editoras brasileiras (Companhia das Letras, Record e Rocco). Os resultados da pesquisa coordenada pela pesquisadora acerca da personagem que povoa o corpus acima referido apontam que, de um total de 165 escritores/as avaliados/as, 72,7% são homens. No que toca à questão de categorias étnico raciais, os valores obtidos são ainda mais alarmantes: do total de escritores e escritoras levantados/as na pesquisa, 93,9% são brancos/as, sendo que 3,6% não tiveram sua cor identificada pela abordagem da pesquisa e, os “não brancos” não passaram dos 2,4% apontando para o espaço restrito reservado à autoria negra na produção literária no país.

Das personagens analisadas, 80% são brancas, e em casos mais delimitados, em que as personagens negras se apresentam como protagonistas ou como narradoras, a porcentagem é ainda mais alarmante. Quando os negros são representados, comumente aparecem em posição secundária, não ocupando o papel de protagonista, muito menos o de narrador/a, ou ainda ocupam posição subalterna, muitas vezes, estereotipada.

No espaço literário notam-se diversos silenciamentos e invisibilidades de múltiplas perspectivas sociais, conforme constata Dalcastagnè (2008). Segundo Iris Young (2000, p.136), a “perspectiva social” implica a constatação de que, posicionadas diferentemente dentro de uma sociedade, as pessoas portam experiências histórias e conhecimentos sociais diversos, oriundos desta posição. Pessoas de categorias socioculturais diferentes - como homens e mulheres, patrões e trabalhadores, brancos e negros, etc. - possuem concepções distintas de mundo e se expressam de maneiras diferentes. Por isso é importante salientar a participação de perspectivas comumente deixadas à margem do discurso tradicionalmente produzido e suscitar o reconhecimento e visibilidade de textos, por exemplo, de escritoras negras, assim como integrar na narrativa personagens femininas negras detentoras de voz, para que outras expectativas sociais sejam desveladas e assim se conheça o outro lado da margem.

No que toca à representação da mulher negra na produção literária brasileira de autoria feminina ao longo da história, percebe-se que a voz da mulher negra foi praticamente inexistente, ou quando existente, não foi devidamente reconhecida: seja por meio das vozes de suas escritoras; seja através das próprias personagens inscritas nos romances canônicos. Se esta é a realidade da literatura produzida por mulheres negras no cenário nacional, conclui-se que a veiculação de textos traduzidos deste tipo de literatura em um cenário internacional é muito mais afetada.

O acesso da mulher negra ao universo da produção literária tem aberto caminhos

para a problematização da histórica opressão de gênero e de raça lançada na representação de sua imagem ao longo dos anos. Certamente, a inserção da mulher de descendência negra na literatura não foi - e não tem sido - um trabalho simples, mas é por meio da literatura que a essa mulher é possibilitado projetar sua voz para sua “libertação”.

4 | CHILD OF THE DARK

A crítica literária contemporânea tem se mobilizado no sentido de mapear o campo literário brasileiro e apresentar a frequência com que o negro é representado na literatura, seja como produtor, seja como personagem. *Quarto de despejo* (1960), traduzido por David St. Clair como *Child of the dark* (1962), serve como campo para a investigação de como a literatura de autoria feminina negra circula em um contexto internacional via tradução, promovendo, também, uma reflexão de como essas vozes marginais são representadas em outros contextos culturais mediante um processo tradutório.

Por muito tempo acreditou-se que a relação estabelecida entre um texto traduzido e seu original deveria fundamentar-se em uma fidelidade entre ambos, ou seja, que a tradução deveria ser uma cópia “fiel” ao texto de partida, reproduzindo de forma literal o texto em sua língua de partida para a língua de chegada. A partir desta vertente, considerada como tradicional ou conservadora dos estudos da tradução, a tradução era encarada, portanto, como uma mera transferência, uma transposição ou ainda uma simples reprodução do texto onde o tradutor desempenhava um papel passivo e neutro durante o processo tradutório. Cabia a ele, deste modo, apenas decodificar o texto em sua versão base e reproduzi-lo, sem transformações, na língua de chegada.

Em *A tarefa-renúncia do tradutor* (2001), Walter Benjamin questiona esta visão tradicionalista, até então aplicada ao processo tradutório, de que a tradução deveria ser uma cópia fiel ao texto fonte, ou seja, igualar o sentido de sua versão traduzida ao texto original. Para Benjamin (2001, p.203), assim como para os estudos pós-modernos da tradução, não é possível que se restitua de modo idêntico a “intenção” de um texto ou de um autor, pois, assim como ele mesmo afirma, “a tradução não se vê [...] mergulhada no interior da mata da linguagem, mas vê-se fora dela, diante dela e, sem penetrá-la, chama o original para que adentre aquele único lugar, no qual, cada vez, o eco é capaz de reproduzir na própria língua a ressonância de uma obra da língua estrangeira”.

A tradução, portanto, ao invés de reproduzir o sentido original do texto, é entendida por Benjamin (2001, p.207 – grifos nossos) como um processo responsável por reconfigurar, em sua própria língua, chegando até os mínimos detalhes, o modo de designar do original, fazendo com que ambos os textos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como cacos são fragmentos de um vaso. Deste modo, o autor entende a tradução como uma prática em que se reconfigura, na língua

de chegada, o sentido do texto original e não como uma mera atividade tradutória fiel ao texto fonte, garantindo, também, a sobrevivência da obra ao longo dos anos por meio da tradução.

Em *Torres de Babel* (2002), Jacques Derrida retoma a discussão previamente apresentada nos estudos de Benjamin sobre a dívida contraída e impagável da tradução. De acordo com Derrida, a dívida assumida por não se alcançar a essência primária do texto original não é do tradutor, mas, do próprio texto “original”, que já nasce endividado. O texto original é o “primeiro devedor, o primeiro demandador, ele começa por faltar – e por lastimar após a tradução” (DERRIDA, 2002, p.40), ou seja, o tradutor deve ser isento da culpa de não conseguir resgatar o sentido primário do texto “original”, sendo que este, já em sua própria fonte se faz incompleto.

A tarefa do tradutor, deste modo, deveria ser a de resgatar o “não dito” pelo texto fonte. A tradução para Derrida (2002, p.47), assim como a metáfora usada por Benjamin sobre a tangente, “toca o original de forma fugitiva e somente em um ponto infinitamente pequeno de sentido”. Partindo deste pensamento, chega-se a concepção de Lefevere (2007) sobre o processo tradutório. De acordo com o teórico a tradução não passa de uma reescritura, uma manipulação do texto original e que apenas o toca em um determinado ponto, assinalando a impossibilidade de se recuperar de modo fiel o que foi dito no texto de partida.

Alguns fatores devem ser levados em consideração durante o processo tradutório de um texto: a presença de outro escritor, de outra intenção, de outra língua e de outra cultura, conseqüentemente, suscita para a impossibilidade de se alcançar uma tradução que retrate de modo fiel sua fonte. Para Lefevere (2007), toda tradução é uma reescritura e, independente de sua intenção, leva consigo uma carga ideológica e poética que manipula a literatura de modo que ela funcione em um determinado contexto.

Na mesma linha teórica sobre os estudos da tradução, Theo Hermans (1996) contempla o processo tradutório como a criação de um novo texto, distinto de sua fonte, e aponta para as diversas ambivalências, paradoxos e pluralidades geradas pela tradução. Para o autor, sendo as línguas e as culturas sistemas dinâmicos, não somente a língua será modificada no processo tradutório, mas toda a situação comunicativa - o contexto, o objetivo, a função. A tradução não deve ser vista como inocente, pura ou fiel, mas como um ato social, histórico e ideologicamente construído a partir da intervenção de um sujeito-tradutor que fará suas escolhas com base em suas histórias de leitura, suas ideologias, sua cultura... apontando para a impossibilidade da tradução de um texto de forma passiva ou neutra.

Consciente dos postulados teóricos citados e da perspectiva proposta pelos estudos pós-modernos da tradução, *Quarto de despejo* (1960) e sua tradução, *Child of the dark* (1962), devem ser consideradas obras distintas e, portanto, singulares em seu espaço de circulação. Embora o texto traduzido, ou seja, a reescritura aponte para a impossibilidade de se recuperar de modo fiel o dito pelo texto original, nota-se

que em *Child of the dark* (1962) o sujeito-tradutor procura preservar a linguagem de Carolina Maria de Jesus, como se observa no trecho abaixo:

“31 DE JULHO – Acendi o fogo e fui buscar água. Mandei o José Carlos buscar 6 de açúcar. O Luiz que fez a cerca para mim entrou e sentou-se. Eu disse-lhe que eu ia sair e quando saio gosto de deixar os meus filhos sosinhos.

Eu saí correndo e fui catar papel. Havia pouco papeis nas ruas. Eu já estou aborrecendo de catar papel, porque quando eu chego no deposito tem a Cicilia que trabalha lá e é muito bruta. Insulta-me e eu finjo não ouvir. Diz que sou fidida. Dia 27 a Cicilia não deixou o José Carlos ir no mitorio. A Cicilia é tão bruta que a sua presença afasta o dono no deposito.

Hoje eu não estou nervosa. Estou triste. Porque eu penso nas coisas de um jeito e corre de outro. O Antonio Nascimento que residia aqui na favela mudou-se. Ele e a sua companheira. Eles estavam mal colocados aqui na favela. Ninguém apreciava eles aqui na favela. Porque ele abandonou os 4 filhos, e ela os 3 filhos. 7 crianças sofrendo por causa dos pais. O que ela lucrou deixando o seu esposo e os filhos? Largou um homem calçado e pegou outro descalço.” (JESUS, 1960, p. 93).

“July 31 – I lit the fire and went to look for water. I set José Carlos for six *cruzeiros* worth of sugar. Luiz, who made the fence for me, came in and sat down. I told him that I was going out and when I went I preferred to leave my children by themselves.

I hurried out looking for paper. There was little paper in the streets. I'm getting sick of picking up paper, because when I get to the junk yard there is a woman named Cecilia who works there and she is a bitch. She insults me and I pretend I don't hear. She says I stink. On the 27th Cecilia didn't let Jose Carlos use the toilet shed. She is such a bitch that her presence even keeps the junk yard owner away.

Today I am not nervous. I am sad. Because I think things will turn out one way and they turn out the other. Antonio Nascimento, who lived here in the *favela*, moved. He and his “companion” were not happy here. Nobody wanted them in the *favela*. Because he ran out on four children and she on three children. Seven children suffering because of their parents. What did she gain by leaving her husband and children? She left a man with shoes to go with one who is barefoot.” - (tradução: David St. Clair)

A impossibilidade de se produzir uma cópia “fiel” ao texto original é comprovada a partir do uso da língua no texto em português onde se observa o emprego de uma linguagem simples e afetada em diversos níveis (sosinhos – *by themselves*; mitorio – *toilet shed*; fidida – *stink*; bruta – *bitch*; O Antonio Nascimento que residia aqui na favela mudou-se. Ele e a sua companheira. Eles estavam mal colocados aqui na favela. – *Antonio Nascimento, who lived here in the favela, moved. He and his “companion” were not happy here.*).

Outro fator observado ao longo da narrativa é a manutenção de vocábulos da língua portuguesa brasileira que, se substituídos por outros termos da cultura do texto em sua versão traduzida, enfraqueceriam o tom da cultura nacional brasileira e o discurso de denúncia à realidade vivida por centenas de pessoas na favela do Canindé em São Paulo:

“3 DE AGOSTO - ...Hoje os meninos vão comer só pão duro e feijão com farinha. Eu estou com tanto sono que não posso parar de pé. Estou com frio. E graças a Deus não estamos com fome. Hoje Deus está ajudando-me. Estou indecisa sem saber o que fazer. Estou andando de um lado para outro, porque não suporto permanecer no barracão limpo como está. Casa que não tem lume no fogo fica tão triste! As panelas fervendo no fogo também serve de adorno. Enfeita um lar.

Fui na dona Nenê. Ela estava na cozinha. Que espetáculo maravilhoso! Ela estava fazendo frango, carne e macarronada. Ia ralar meio queijo para por na macarronada!

Ela deu-me polenta com frango. E já faz uns 10 anos que eu não sei o que é isto.

...Na casa de dona Nenê o cheiro de comida era tão agradável que as lágrimas emanava-se dos meus olhos, que eu fiquei com dó dos meus filhos. Eles haviam de gostar daquele quitutes.” (JESUS, 1960, p. 94).

“August 3 – Today the children are only going to get hard bread and beans with *farinha* to eat. I am so tired that I can't even stand up. I am cold. Thank God we're not staying. Today He is helping me. I am confused and don't know what to do. I am walking from one side to the other because I can't stand being in a shack as bare as this. A house that doesn't have a fire in the stove is sad! And pots boiling on the fire also serve as decoration. It beautifies a place.

I went to Dona Nene. She was in the kitchen. What a marvelous sight! She was cooking chicken, meat, and macaroni. She grated half a cheese to put on the macaroni!

She gave me some *polenta* with chicken. It's been ten years... I almost didn't know what it was.

The smell of food in Dona Nene's house was so pleasant that tears streamed out of my eyes, because I felt so sorry for my children. They would have loved those delicacies.” – (tradução: David St. Clair)

Deste modo, embora não se note grandes modificações na estrutura composicional e vocabular do texto na transposição de uma língua para a outra, a tradução não fica isenta de escolhas feitas pelo tradutor durante o processo tradutório, provando que o texto, quando traduzido, se reconfigura de modo a apenas tocar tangencialmente no sentido do texto original.

Ainda, a questão da preservação de termos da cultura brasileira em *Child of the dark* (1962), vai contra a ideia proposta por Lawrence Venuti (2002) sobre a domesticação de textos estrangeiros. Para o autor, o texto traduzido tende a se moldar linguisticamente e culturalmente à literatura doméstica – sejam por razões políticas, acadêmicas, mercadológicas etc – atendendo aos interesses da cultura local que o recebe, inscrevendo “valores lingüísticos e culturais inteligíveis para comunidades domésticas específicas” (VENUTI, 2002, p.129).

Neste caso, a realidade vivida pela sociedade brasileira favelada relatada em *Quarto de despejo* (1960) encontra-se tão distante da realidade vivida pela cultura americana que certos vocábulos são preservados em português pela falta de termos equivalentes na cultura de chegada do texto traduzido (“*Ah, São Paulo! A queen that*

vainly shows her skyscrapers that are her crown of gold. All dressed up in velvet and silk but with cheap stockings underneath - the favela”), representando a realidade da sociedade brasileira da época e fazendo com que a realidade existente no país seja reconhecida em um contexto internacional.

A tradução é o meio utilizado por uma obra para garantir sua visibilidade internacional permitindo, assim, acessibilidade a seus leitores. Nos últimos anos temos visto o número de obras traduzidas de escritoras brasileiras aumentarem, dando visibilidade a novos nomes no cenário internacional e que, a partir da tradução, têm sido colocadas ao lado de grandes escritores brasileiros já traduzidos. Nomes como Adélia Prado, Clarice Lispector, Helena Parente Cunha, Lya Luft, Lygia Fagundes Telles, Lygia Bojunga Nunes, Nélida Piñon e Conceição Evaristo já circulam em um contexto internacional via tradução. No entanto, é consenso afirmar que, embora o número de traduções de textos de autoria feminina tenha aumentado no cenário da literatura internacional, o número de escritoras negras traduzidas e em circulação neste espaço ainda é muito restrito.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura de autoria feminina brasileira tem sido tema recorrente em trabalhos acadêmicos na tentativa de evidenciar vozes antes silenciadas na literatura. As traduções desses textos contribuem para os estudos da tradução, bem como para a observação de como as traduções desempenham um papel muito importante no contato entre culturas distintas.

Como observamos a tradução não é mais vista, pelo menos na vertente pós-moderna, como um tipo de escritura menor, inferior, derivativa, mas sim outra escrita, resultante de outra situação enunciativa, outro contexto, com outro propósito, de fato, outro texto.

A narrativa *Child of the dark* (1962) permite observar a circulação de um texto traduzido para a língua inglesa de grande representatividade nacional e internacional. *Quarto de despejo* (1960) ao se tornar *Child of the dark* (1962) possibilita a observação de um processo tradutório que vai além das margens do texto escrito.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **A tarefa renúncia do tradutor**. In: HEIDERMAN, W (Org.) *Clássicos da Teoria da Tradução*. Trad. de Susana K. Lages. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001. p. 188-215.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n°. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 87-110.

- DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- HERMANS, Theo. **Translation's Other. Inaugural Lecture**. London: University College London, 1996.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1960.
- LEFEVERE, André. **Tradução, reescritura e manipulação da fama literária**. Tradução de Claudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc, 2007.
- REIS, Roberto. **Canôn**. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.
- SPIVAK, Chakravorty Gayatry. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ST. CLAIR, David. **Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus**. New York: Mentor, 1962.
- VENUTI, L. **Escândalos da Tradução**. Trad de PELEGRIN, L. et all. Bauru : EDUSC, 2002.
- XAVIER, Elódia. **Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória**. Revista Mulheres e Literatura, Rio de Janeiro, ano 3, vol.1, 1999. Disponível em: << http://www.litcult.net/revistamulheres_vol3.php?id=225>> Acesso em: jul. 2013.
- YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ZOLIN, Lúcia Osana. **O matador, de Patrícia Melo: gênero e representação**. Revista Letras, Curitiba, n.71, p. 53-63, jan./abr.2007. Editora UFPR.
- ZOLIN, Lúcia Osana. **Questões de Gênero e de Representação na contemporaneidade**. Letras, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010.

INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL: MOTIVADORES E OBSTÁCULOS - UM ESTUDO MULTICASOS

Vivien Mariane Massaneiro Kaniak

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Curitiba – PR

RESUMO: Na sociedade do conhecimento a interação universidade-empresa assumiu um papel primordial na transferência e desenvolvimento de ações com fins de aplicar o conhecimento produzido nas universidades diretamente nas organizações. Este mecanismo ocorre por meio de processos de inovação e desenvolvimento de soluções, incubação de novas empresas, criação de parques científicos, transferência de tecnologia e estímulo ao empreendedorismo acadêmico. A partir deste cenário este estudo visa apresentar um extrato da atual bibliografia sobre os principais desafios, motivadores e até fatores limitadores referentes ao tema além de destacar alguns casos de sucesso implantados em universidades brasileiras que podem servir de modelo ou serem adaptados para outras instituições. Esta pesquisa consistiu em pesquisa descritiva exploratória feita a partir de uma busca de publicações ocorridas entre os anos de 2002 e 2016 englobando artigos científicos e teses publicadas sobre o tema. Quatro casos de universidades brasileiras são apresentados e discutidos. Conclui-se que, embora o tema ainda seja pouco explorado entre os pesquisadores

brasileiros em relação a publicações de países desenvolvidos, o número de publicações nacionais vem aumentando o que pode indicar que o tema está em amadurecimento no cenário brasileiro.

PALAVRAS CHAVE: interação universidade-empresa; transferência de conhecimento universidade empresa; parcerias universidade-empresa no Brasil; empreendedorismo universitário.

ABSTRACT: In the knowledge society the university-company interaction has assumed a primary role in the transfer and development of actions in order to apply the knowledge produced in the universities directly in the organizations. This mechanism occurs through processes of innovation and development of solutions, incubation of new companies, creation of science parks, transfer of technology and stimulus to academic entrepreneurship. Based on this scenario, this study aims to present an extract from the current bibliography on the main challenges, drivers and even limiting factors related to the theme, as well as highlight some success cases implanted in Brazilian universities that can serve as a model or be adapted to other institutions. This research consisted of an exploratory descriptive research based on a search of publications that occurred between the years of 2004 and 2016

encompassing scientific articles and published theses on the subject. Four cases of Brazilian universities are presented and discussed. The conclusion is that, although the subject is still unexplored among Brazilian researchers in relation to publications from developed countries, the number of national publications is increasing, which may indicate that the theme is maturing in the Brazilian scenario.

KEY WORDS: university-company interaction; knowledge transfer between university-company; university-company partnership in Brazil; university entrepreneurship.

1 | INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura empresarial, marcada pela forte competitividade, pela premente necessidade de diferenciação e constante capacitação, tanto organizações quanto instituições de ensino vêm buscando mecanismos eficazes de interação e geração de parcerias estratégicas (BEUREN; FRANK; RIBEIRO, 2015; CITRANGULO; COSTA, 2015; FERREIRA JÚNIOR, 2011; LIMA, 2004; RAPINI, 2007; SCHREINER, 2011).

Nesse cenário, a importância da interação universidade-empresa vem aumentando gradualmente nos países em desenvolvimento, uma vez que já se considera a importância do assunto tanto no que tange à pesquisa acadêmica, quanto à inovação e o investimento no capital intelectual das empresas (CLOSS et al., 2012; CRUZ; SEGATTO, 2009; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015; PORTO, 2004). Assim, as cooperações tecnológicas entre universidade-empresa se apresentam cada vez mais benéficas em tempos em que os mercados se tornam mais exigentes e demandam dos profissionais a aquisição de competências cada vez mais complexas.

No Brasil observa-se, infelizmente, que a ligação entre a transferência do conhecimento universidade-empresa, da pesquisa aplicada e a criação de inovação tecnológica e competitividade é ainda um ponto incipiente, apesar de sua grande importância. (ALMEIDA; CRUZ, 2010; CORNÉLIO et al., 2010; CRUZ, 2000; FELIPE; FELL; DORNELAS, 2015; MIRANDA; ZUCOLOTO, 2015; SEGATTO-MENDES; SBRAGIA, 2002) O mesmo fenômeno também é visível ao analisarmos a baixa quantidade de publicações sobre o tema em comparação a de outros países, embora já possa-se observar que as interações existentes vêm passando por um processo de evolução e aperfeiçoamento. (MARTINS; PÓVOA, 2008; WATANABE et al., 2015).

A importância da cooperação universidade-empresa é estabelecer um fluxo de conhecimento entre a instituição acadêmica e a organização na forma de arranjos cooperativos de modo a agregar valor às partes envolvidas (AUGUSTO et al., 2015; CARLO ALBIERO BERNI et al., 2015; CRUZ; SEGATTO, 2009) Os mecanismos envolvidos para tal fluxo constituem-se em estratégias para elevar a competitividade das empresas e integrar a atividade acadêmica junto à sociedade na forma de atividades de pesquisa tecnológica em parceria. Também são compostos por assessorias técnicas e troca de conhecimentos entre o corpo docente da universidade e os profissionais

especialistas das organizações (CRUZ, 2000; GOMES; PEREIRA, 2015; LIMA, 2004; NOVELI; SEGATTO, 2012).

Dentro desse contexto, este trabalho objetiva apresentar e levantar quais os principais e atuais desafios, motivadores e até obstáculos referentes a transferência universidade-empresa no Brasil destacando alguns casos de universidades brasileiras extraídos a partir da pesquisa bibliográfica.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A importância do processo de interação Universidade-Empresa

De acordo com Plonsky (1995) e para fins deste estudo, considera-se a cooperação universidade-empresa um modelo de arranjo interinstitucional entre duas organizações que possuem natureza fundamentalmente distintas, com finalidade por sua vez variadas. Cada uma das organizações possui objetivos próprios, sendo que as motivações para a parceria podem ser distintas. Corroborando com a visão de Costa, Porto e Plonsky (2010) a simples união de empresas e universidades sem o devido esforço para o compartilhamento de conhecimento não garante vantagens às instituições, já que a verdadeira parceria universidade-empresa requer cooperação efetiva e gerenciamento do processo em questão.

Segundo Matei, Echeveste, Caten e Zouain (2012) as universidades têm as condições e a capacidade de gerar novos conhecimentos capazes de solucionar problemas de variados setores da sociedade. Por outro lado, as empresas têm necessidades de inovação, melhoria de produtos e processos e de aumento do capital intelectual a fim de garantirem sua sobrevivência. A partir deste quadro, as universidades passaram a ocupar um local estratégico nos sistemas nacionais de cooperação e inovação (QUINCOZES et al., 2015; WATANABE et al., 2015), uma vez que o conhecimento universitário aliado ao empresarial pode ser considerado em todas as etapas da pesquisa e desenvolvimento (P&D) envolvendo desde a geração de ideias até o produto final (CONCEIÇÃO, 2013).

Santos (2013) citando Yusuf (2008), aponta a tendência da intensificação das parcerias universidade-empresa já que as empresas, visando à competitividade, vêm buscando cada vez mais a inovação em produtos e processos cujo investimento em P&D pode ser feito através destas parcerias ou até mesmo pela terceirização das atividades à universidade. As universidades, por sua vez, podem obter benefícios de financiamento e investimento externo em infraestrutura, contribuindo para a melhoria das instalações, a qualificação do corpo docente e a potencialização dos produtos deste intercâmbio de conhecimentos. Martins e Póvoa (2008) citam outros benefícios à universidade, tais como: estabelecimento de redes de capacidade científica e tecnológica, protótipos de novos produtos e processos, além do fortalecimento do

relacionamento entre a academia e outras instituições ligadas ao sistema nacional de inovação. Isso faz com que as universidades e os institutos de pesquisa tenham um papel fundamental no desenvolvimento do país. Já Noveli e Segatto (2012) destacam que, embora o valor investido em P&D pelas empresas no Brasil seja ainda muito baixo em relação a países como Japão, China e Alemanha, uma possível solução para superar este desafio seria o aumento da cooperação universidade-empresa tida por muitas correntes de pensamento como tendo sido o principal sucesso para o aumento de investimentos e bons resultados nos países citados.

2.2 Práticas Universidade-Empresa no Brasil

Paradoxalmente, quase a totalidade da atividade de pesquisa brasileira se dá em ambiente acadêmico ou instituições governamentais. Entretanto, segundo Cruz (2000), esse é um grande equívoco. O autor argumenta que o setor empresarial é justamente o componente que pode transformar ciência em riqueza e aponta ainda o baixo número de cientistas - engenheiros presentes nas empresas brasileiras. Isso acarreta atrasos ao desenvolvimento econômico brasileiro por conta da baixa competitividade tecnológica de nossas indústrias, além da dificuldade de transformar ciência e tecnologia em riqueza. Um dado que comprova este argumento, segundo o mesmo autor, é o baixo número de registros de patentes no Brasil.

Já Santana & Porto, (2009) a partir de seu trabalho de pesquisa e entrevistas a empresas envolvendo transferências de tecnologia em uma universidade federal brasileira, apontam como principal entrave para a ampliação das práticas de cooperação U-E no Brasil a burocracia existente na própria estrutura universitária. Postulam, ainda, que a burocracia gera distorções no processo de cooperação, o que culmina muitas vezes com a prática informal da atividade entre pesquisadores e empresas devido à morosidade do processo formal.

Além da burocracia as empresas entrevistadas citaram outras dificuldades como o despreparo das universidades para criar um mecanismo de acesso ao conhecimento produzido na instituição afora a dificuldade de operacionalizar o contato, pois não é divulgado externamente quem é a pessoa ou área responsável pelas parcerias.

Afim de diminuir as dificuldades para se estabelecerem parcerias U-E no Brasil, os autores ressaltam ainda o papel das empresas que poderiam ser mais atuantes no sentido de propor soluções conjuntas com a universidade, pois nesse caso, as soluções conjuntas tendem a ser favoráveis à própria sociedade. Isso é uma das premissas das políticas de responsabilidade socioempresariais tão perseguidas pelas empresas atuais.

De qualquer maneira, Costa, Porto e Plonsky (2010) ressaltam que muitas organizações brasileiras se destacam em termos de parcerias e inovação, embora de forma tardia se comparadas a empresas de países desenvolvidos. Além disso os autores descobriram que em termos de gestão destes projetos de parceria a maioria das empresas estudadas precisam evoluir além dos atuais aspectos superficiais

apresentados bem como implementar técnicas mais acuradas de seleção, planejamento e acompanhamento de projetos a fim de se potencializar os resultados.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva exploratória, em que buscou-se apresentar e destacar quais os principais e atuais desafios, motivadores e obstáculos referentes a transferência de conhecimento entre universidade-empresa no Brasil, além de destacar casos de sucesso implantados dentro da realidade do país. A busca das publicações foi realizada a partir de artigos científicos e teses que apresentassem as palavras chave “Interação universidade-empresa Brasil”; “Cooperação universidade-empresa Brasil” e “Transferência de conhecimento universidade-empresa Brasil” entre os anos de 2002 e 2016.

Ao todo 110 artigos foram lidos na íntegra e analisados. Utilizou-se como ferramenta de apoio do sistema para gerenciamento e compartilhamento de documentos, dados e de colaboração online em pesquisas científicas denominado Mendeley®.

A partir da análise foi possível categorizar os estudos obtidos em 4 grandes eixos centrais de acordo com o enfoque/objetivo dos autores: revisões de bibliografia sobre o tema, importância da universidade face ao empreendedorismo e incubação de novas empresas ou *start ups* e finalmente barreiras e motivadores enfrentados no processo. Além disso, quatro casos empíricos foram selecionados a fim de ilustrar o fenômeno estudado.

4 | ANALISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa apontaram de início um número significativo de materiais publicados na temática da interação Universidade – Empresa no Brasil em sua base de dados, no período de 2002 a 2016, em que se encontrou mais de 20 mil evidências. Entretanto em uma segunda análise mais acurada especificamente relacionada ao tema foram selecionados 110 artigos científicos pelo critério de enfoque com os temas mais relevantes como: revisões de bibliografia sobre o tema, importância da universidade face ao empreendedorismo e incubação de novas empresas ou *start ups* e finalmente barreiras e motivadores enfrentados no processo.

A maioria dos autores pesquisados concordam que o papel da universidade deve ser mais dinâmico no sentido de potencializar a interação e a transferência de conhecimento e tecnologia com as empresas, o que traria maior desenvolvimento ao país (CITRANGULO; COSTA, 2015; DOSSA; SEGATTO, 2010; FERREIRA JÚNIOR, 2011; GANZERT; MARTINELLI, 2009; MIRANDA; ZUCOLOTO, 2015; NOVELI; SEGATTO, 2012b; SCHREINER, 2011).

Entretanto alguns autores discordam, pois, apontam como inquietante a

possibilidade de que a ciência venha a se tornar apenas uma mercadoria que atenda aos interesses imediatos das empresas (CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012; DAGNINO, 2009; LUIS; MENDONÇA, 2011) .

Em relação a categorização por enfoque de estudo, encontrou-se que a maioria das pesquisas enfocam aspectos da transferência de tecnologia tendo a inovação como tema central. No gráfico abaixo pode-se observar como se distribuem numericamente os estudos em relação a categoria de enfoque:

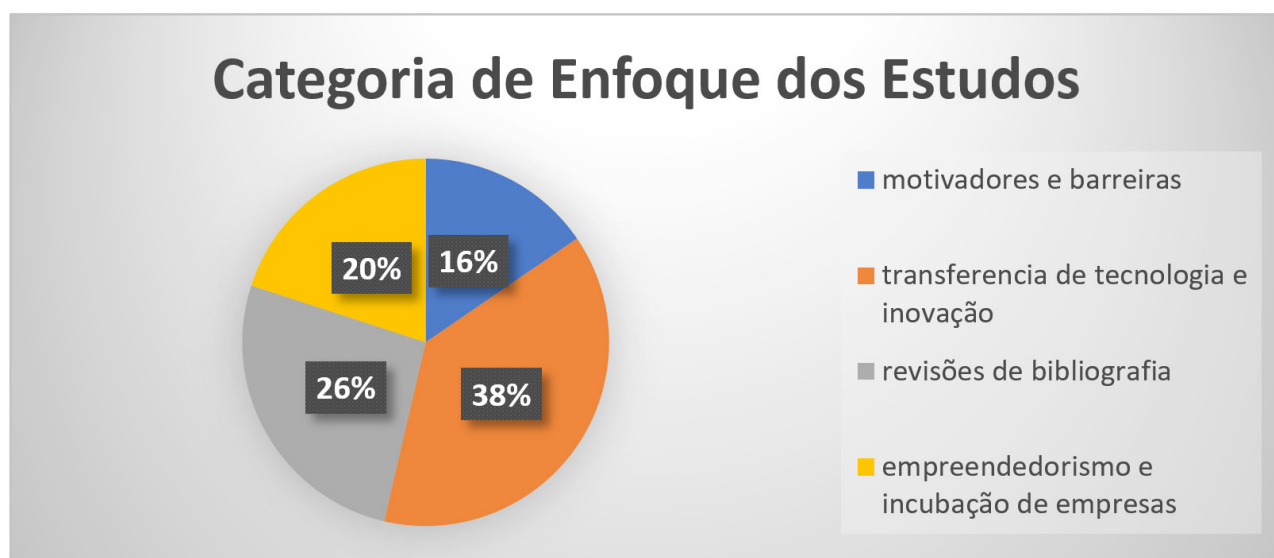


Figura 1 – Categoria de enfoque dos estudos obtidos

Fonte: elaborado pela autora

Observou-se que uma porcentagem significativa dos autores, 26% apresentam revisões de bibliografia sobre o tema seguidos de 20% de estudiosos que tratam da questão da importância da universidade face ao empreendedorismo e incubação de novas empresas ou *start ups*. Finalmente, nota-se que 16% dos autores tratam dos aspectos motivadores e ou as barreiras enfrentadas no processo.

Neste âmbito o maior desafio mencionado é o das universidades públicas, que apontam maiores aspectos burocráticos para a efetivação e manutenção das parcerias além de o fato de que muitas vezes a própria legislação torna-se um obstáculo (AUGUSTO, 2015; CONCEIÇÃO, 2013; CRUZ, 2000; CRUZ; SEGATTO, 2009; DOSSA, 2010; GRANNICA, 2009; GOMES 2015).

Entretanto, mesmo a despeito das dificuldades encontradas no Brasil já mencionadas para a solidificação dos mecanismos de parceria empresa-universidade, (CONCEIÇÃO, 2013; CRUZ, 2000; GANZERT & MARTINELLI, 2009; GARNICA & TORKOMIAN, 2009; LIMA, 2004; SACOMANO NETO, CORRÊA, & TRUZZI, 2015; SANTANA & PORTO, 2009; SANTOS, 2013; SCHREINER, 2011; VASCONCELLOS, 2008), também é possível encontrar na literatura vários relatos de casos de sucesso envolvendo universidades e empresas brasileiras, ainda que em muitas, os modelos encontrem-se em fases iniciais de seu processo. Este fato confirma o interesse e a

importância que o tema vem alcançando no país nos últimos anos.

No quadro 1 apresenta-se um breve resumo de alguns casos empíricos que mostram modelos que podem servir de inspiração para outras universidades e empresas no país:

Autor	Ano	Descrição da Pesquisa
Cornélio, Abreu & Costa	(2010)	Pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentaram uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Inovação, Gestão e Tecnologia da Informação (IGTI) da referida universidade cujo objetivo foi desenvolver um modelo de relação entre universidades e empresas, capaz de envolver pesquisadores, acadêmicos, profissionais de empresas e instituições inovadoras. O modelo desenvolvido estimula a construção do conhecimento a partir das tecnologias da Web 2.0 com a intenção de facilitar o processo de transferência do conhecimento das instituições de ensino/pesquisa diminuindo a distância com o setor produtivo. Embora ainda em andamento O chamado projeto Espaço Interativo visa estabelecer um meio incubador para a geração de inovações a partir da interação propiciada por uma ferramenta informatizada, onde pesquisadores de variadas organizações podem discutir e fundir suas ideias com pesquisadores da universidade, dando origem a uma relação de desenvolvimento e cooperação entre a Universidade e as Empresas interessadas.
Costa, Porto & Plonski	(2010)	Os autores estudaram multinacionais brasileiras como Embraco, Tigre, WEG e de que forma elas gerenciam a cooperação empresa-universidade. Os resultados apontaram as práticas administrativas adotadas que abrangem desde a definição do portfólio de projetos cooperativos, a seleção dos parceiros, o planejamento da cooperação, a natureza dos contratos, as fontes de financiamento e a infraestrutura física, a estruturação das equipes de trabalho, a execução dos projetos, o acompanhamento das atividades cooperativas, a avaliação das parcerias até a transferência de tecnologia e a política de propriedade intelectual. Além disso esse importante estudo mostra a complexidade da gestão das parcerias desde as subsidiárias até a matriz além do foco dado pelas empresas para a existência de uma rede de conhecimento propriamente dita.
Closs, Ferreira, Sampaio & Perin	(2012)	Analisou a questão das patentes acadêmicas e o processo de Transferência de Tecnologia em estudo de caso da PUC/RS. Neste caso, o ambiente de inovação foi beneficiado por políticas institucionais e acesso à informação. Outros fatores também contribuíram como: estruturas de laboratórios, equipes qualificadas e grupos de pesquisa multidisciplinares o que culminou com a viabilização da geração de novos inventos, já que ocorreu uma certa competição para produzir patentes, que se tornou positiva. Além de tudo os pesquisadores apontam que a existência de um parque tecnológico dentro da universidade facilitou também a disseminação do conhecimento tácito entre a universidade e as empresas parceiras.

Beuren, Frank & Ribeiro	(2015)	Os autores desenvolveram em um estudo de caso uma análise da transferência de conhecimento junto a indústria petroquímica na área de gestão de projetos com o intuito de identificar as maiores barreiras e sugerir melhorias para incentivar a transferência de conhecimento. O estudo apresenta como resultado que as maiores dificuldades encontradas estão na transferência de conhecimento tácito e entre diferentes equipes e propõe a melhoria do método vigente através de uma matriz de relação entre o instrumento utilizado e as barreiras encontradas. Isso tornaria os problemas mais fáceis de serem identificados e resolvidos através de ferramentas para disseminação de conhecimentos, interação entre as equipes e planos de reconhecimento ao trabalhador.
-------------------------	--------	--

Quadro 1 – Estudos de casos empíricos

Fonte: Resumido pela autora com base nos estudos de Cornélio, Abreu & Costa (2010); Costa, Porto & Plonski (2010); Closs, Ferreira, Sampaio & Perin (2012); Beuren, Frank & Ribeiro (2015).

Comparando os casos apresentados observa-se o empenho tanto das universidades quanto das empresas em construir pontes para a troca do conhecimento, a busca de alternativas de inovação e transferência de tecnologia. Cornélio, Abreu & Costa (2010) destacam a importância de aliar as competências dos diferentes parceiros envolvidos para enfrentar as dificuldades e obstáculos que possam sobrevir. No caso da UFSC foi possível realizar o projeto com poucos recursos e muita coesão da comunidade. No caso da PUCRS os autores apontam para a importância do papel dos pesquisadores neste processo que tiveram uma atuação decisiva no caso da PUCRS. Portanto, conciliar as atividades de pesquisa com as de docência se fazem mister no processo de interação. Além disso foi assinalada a importância da existência de um parque tecnológico na universidade o que favoreceu o ambiente de inovação (CLOSS, FERREIRA, SAMPAIO & PERIN, 2012).

Em relação as pesquisas enfatizando o ponto de vista das empresas destaca-se nas pesquisas de Beuren, Frank & Ribeiro (2015) e Costa, Porto & Plonski (2010) que os mecanismos de parceria encontram-se bastante avançados. Beuren, Frank & Ribeiro (2015) que estudaram o caso de uma grande empresa petroquímica sublinham a questão da gestão e transferência do conhecimento como proponderante. Já nas empresas EMBRACO e WEG, estudados por Costa, Porto & Plonski (2010), os modelos de cooperação encontravam-se bastante desenvolvidos uma vez que as empresas possuíam autonomia para gerenciar suas parcerias o que foi apontado como ponto positivo. De todo modo, os referidos autores destacam que os mecanismos de mensuração podem ser melhorados para que os reais retornos dos projetos cooperativos possam ser melhor compreendidos. A preocupação com a mensuração e os modelos de transferência de tecnologia também é discutida por Closs, Ferreira, Sampaio & Perin (2012) que chamam a atenção para o fato de que muitos modelos utilizados no Brasil reproduzem os modelos norte-americanos e que isso pode resultar em efeitos negativos pois originam-se de um contexto muito distinto do brasileiro.

5 | CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou apresentar e levantar a bibliografia atual referente a interação entre universidade-empresa no Brasil destacando alguns estudos de casos que se sobressaem na realidade brasileira.

Observa-se que, mesmo de forma tímida, a temática vem ganhando destaque e aumentando nos últimos anos o que denota a importância que vem sendo dada a área tanto entre as instituições de ensino quanto pelas empresas envolvidas em desenvolver soluções, inovações e buscar melhores métodos voltados para a cooperação e inovação. De modo geral observa-se que a maioria dos pesquisadores reconhecem que a interação universidade-empresa gera benefícios para ambos os parceiros.

Através da análise realizada foi possível categorizar as publicações em 4 grandes enfoques como: revisões de bibliografia sobre o tema, importância da universidade face ao empreendedorismo e incubação de novas empresas ou *start ups*, motivadores e ou as barreiras e motivadores enfrentados no processo.

Neste âmbito, encontrou-se maiores inquietações dos pesquisadores principalmente dentre as universidades públicas, que apontam grandes aspectos burocráticos para a efetivação e manutenção das parcerias.

Conclui-se que, embora o tema ainda seja pouco explorado entre os pesquisadores brasileiros em relação a publicações de países desenvolvidos, o número de publicações nacionais vem aumentando ao longo dos anos. Sugere-se que futuras pesquisas possam replicar ou adaptar os modelos de parceria apresentados nos estudos de caso. Espera-se que este estudo possa contribuir para o aprofundamento das experiências de cooperação universidade-empresa e o aumento de práticas na área no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R. DE; CRUZ, A. D. A. DA. **O Brasil e a segunda revolução acadêmica**. Interface da Educação, v. 1, n. 1, p. 53–65, 2010.

AUGUSTO, M. et al. **Hélice tríplice: um ensaio teórico sobre a relação universidade-empresa-governo em busca da inovação**. Int. J. Knowl. Eng. Manage, v. 8, n. 4, 2015.

BEUREN, M. M.; FRANK, A. G.; RIBEIRO, J. L. D. **Análise da transferência de conhecimento em projetos na indústria petroquímica**. Revista Produção Online, v. 15, n. 1, p. 213–242, 2015.

CARLO ALBIERO BERNI, J. et al. **Interação universidade-empresa para a inovação e a transferência de tecnologia**. Technology transfer. v. 8, n. 2, p. 258–277, 2015.

CASADO, F. L.; SILUK, J. C. M.; ZAMPIERI, N. L. V. **Universidade empreendedora e o desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo**. Revista de Administração da UFSM, v. 5, n. 0, p. 633–649, 18 dez. 2012.

CITRANGULO, T. T.; COSTA, I. DE S. A. DA. **Transferência do conhecimento em empresas do setor de óleo e gás: o caso da Brasil Supply**. Reuna, v. 20, n. 3, 2015.

- CLOSS, L. et al. **Intervenientes na Transferência de Tecnologia Universidade- Empresa : o Caso PUCRS**. Revista de Administração, v. vol 16, n1, n. jan/fev, p. 59–78, 2012.
- CONCEIÇÃO, Z. **Um framework para a transferência de tecnologia na interação universidade-empresa considerando os aspectos da gestão do conhecimento**. Tese. UFSC. 2003.
- CORNÉLIO, N. A. G. et al. **Espaço interativo_modelo UE_comunidades de prática**. Ciencia e informação, v. 39, n. 1, p. 9–20, 2010.
- COSTA, P. R. DA; PORTO, G. S.; PLONSKY, G. A. **Gestão da cooperação empresa-universidade nas multinacionais brasileiras**. Revista de Administração e Inovação, v. 7, n. 3, p. 150–173, 2010.
- CRUZ, C. H. DE B. **A Universidade, a empresa e a pesquisa que o país precisa**. Parcerias Estratégicas. maio. v. 8. p. 5–30. 2000.
- CRUZ, E. M. K.; SEGATTO, A. P. **Processos de Comunicação em Cooperções Tecnológicas Universidade- Universidade - Empresa : Estudos de Caso em Universidades Federais do Paraná**. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. julho-agosto, p. 430–449, 2009.
- DAGNINO, R. **A relação universidade-empresa no Brasil e o” argumento da hélice tripla”**. RBI-Revista Brasileira de Inovação, v. 2, n. 2, p. p.267-307, 2009.
- DOSSA, A. A.; SEGATTO, A. P. **Pesquisas cooperativas entre universidades e institutos públicos no setor agropecuário brasileiro: um estudo na Embrapa**. Revista de Administração Pública, 2010.
- FELIPE, A.; FELL, D. A.; DORNELAS, J. S. **Obstáculos ao Uso da Tecnologia da Informação para a Gestão do Conhecimento : um Estudo de Casos Múltiplos**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 11, n. 3, p. 1–12, 2015.
- FERREIRA JÚNIOR, I. **Alianças estratégicas colaborativas e o ambiente institucional-regulatório em empresas de biotecnologia - segmento saúde humana na região sul do Brasil**. Tese. Universidade Federal do Paraná, 2011.
- GANZERT, C. C.; MARTINELLI, D. P. **Transferência de Conhecimento em Sistemas Regionais de Inovação : a Perspectiva do Caso do Vale do Silício Interações**, v. 10, n. 2, p. 149–158, 2009.
- GARNICA, L. A.; TORKOMIAN, A. L. V. **Gestão de tecnologia em universidades : uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo**. Gestão da Produção, v. 16, n. 4, p. 624–638, 2009.
- GOMES, M. A. S.; PEREIRA, F. E. C. **Hélice Tríplice: Um ensaio teórico sobre a relação Universidade-Empresa-Governo em busca da inovação**. International Journal of Knowledge Engineering and Management. v. 4, n. 8, p. 136–155, 2015.
- LIMA, I. A. D. E. **Transferência de tecnologia no âmbito da cooperação universidade-empresa : estudo de caso no Cefet-PR**. Tese de Doutorado, 2004.
- LUIS, A.; MENDONÇA, D. O. **O complexo médico-industrial no contexto da comoditização da ciência : relativizando o relativismo**. Revista Brasileira de Ciencia, Tecnologia e Sociedade, v. 2, n. 2, p. 7–31, 2011.
- MARTINS, L.; PÓVOA, C. **Interação Universidade – Empresa : o quê as universidades têm a ganhar ?** Economia & Tecnologia, v. 14, p. 101–106, 2008.
- MATEI, A. P. et al. **Avaliação da qualidade demandada e diretrizes de melhoria no processo de interação Universidade-Empresa**. Produção, v. 22, n. 1, p. 27–42, 2012.

- MENDES, L. W. **Criação de uma interface universidade-empresa: o escritório de gestão e tecnologia da unisinos.** Revista Educação & Tecnologia, v. 4, n. 7, p. 31–42, 2003.
- MIRANDA, P.; ZUCOLOTO, G. **Conhecimento com perfil inovador nas infraestruturas científicas e tecnológicas no Brasil.** Radas, p. 22–36, 2015.
- NOVELI, M.; SEGATTO, A. P. **Processo de cooperação universidade-empresa para a inovação tecnológica em um parque tecnológico: evidências empíricas e proposição de um modelo conceitual.** Revista de Administração e Inovação, v. 9, p. 81–105, 2012.
- OLIVEIRA, E. A. DE A. Q.; CARVALHO, A. R. DE S. **Ferramentas de disseminação do conhecimento em uma instituição pública de C,T em defesa da nação.** Latin American Journal of Business Management, v. 6, n. 1, 2015.
- PLONSKY, G. A. **Cooperação empresa-universidade na IberoAmerica:estágio atual e perspectivas.** Revista de Administração, v. 30, n. 2, p. 65–74, 1995.
- PORTO, G. S. **Características do Processo Decisório na Cooperação Empresa-Universidade.** Revista de Administração Contemporânea, v. 8, n. jul/set, p. 29–52, 2004.
- QUINCOZES, E. DA R. F. et al. **Gestão do conhecimento aplicada a uma organização intensiva em conhecimento: o caso da embrapa clima temperado.** InterSciencePlace, v. 1, n. 10, 2015.
- RAPINI, M. S. **Interação Universidade-Empresa no Brasil : Evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.** Estudos de Economia, v. 37, p. 211–233, 2007.
- SACOMANO NETO, M.; CORRÊA, D. A.; TRUZZI, O. M. S. **Transferência de conhecimento em redes de empresas: um estudo em uma planta modular da indústria automotiva.** Revista Economia & Gestão, v. 15, n. 41, p. 33, 22 dez. 2015.
- SANTANA, E. E. DE P.; PORTO, G. S. **E Agora , o que Fazer com Essa Tecnologia ? Um Estudo Multicaso sobre as Possibilidades de Transferência de Tecnologia na USP- USP - R P Gee , What Should I Do with This Tecnology ? A Multicase Study about the Possibilities.** RAC, v. 13, n. 3, p. 410–429, 2009.
- SANTOS, A. C. M. Z. DOS. **A COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E EMPRESA : UM ESTUDO EM EMPRESAS INTENSIVAS EM CONHECIMENTO DE PORTO ALEGRE (RS) COOPERATION BETWEEN UNIVERSITY AND ENTERPRISE : A STUDY OF ENTERPRISES WITH INTENSE TECHNOLOGY LOCATED IN PORTO ALEGRE – RS .** Revista de Gestão do Unilasalle, v. 2, n. 2, p. 155–168, 2013.
- SCHREINER, W. **Desafios para a interação universidade-empresa.** Revista Educação & Tecnologia, p. 112–132, 2011.
- SEGATTO-MENDES, A. P.; SBRAGIA, R. **O processo de cooperação universidade- empresa em universidades brasileiras.** Revista de Administração, v. 37, n. 4, p. 58–71, 2002.
- VASCONCELLOS, R. R. D. E. **Barreiras e facilitadores na transferência de tecnologia para o setor espacial: estudo de caso de programas de parceria das agências espaciais do brasil (aeb) e dos eua (nasa).** [s.l.: s.n.].
- WATANABE, M. et al. **Interação da universidade-indústria-governo: publicações científicas no brasil.** XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Anais...INPEAU/UFSC, 2015

ANÁLISE DE ATIVIDADES LOGÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DO NOROESTE PARANAENSE

Renan Araújo de Azevedo

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Engenharia de Produção, Maringá – PR.

Daniel Mantovani

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Engenharia Química, Maringá – PR.

Aline Takaoka Alves Baptista

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Engenharia Química, Maringá – PR.

Leandro Ferreira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Experimental Rosana. Rosana – SP.

Amauri Henrique de Carvalho Júnior

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Química, Maringá – PR.

RESUMO: O presente estudo objetivou atuar com operações do sistema logístico de uma empresa produtora de batata tipo chips localizada na região noroeste do Paraná, a fim de fundamentar o funcionamento das atividades logísticas primárias (Transportes, Manutenção de Estoques e Processamento de Pedidos) e Apoio (Armazenagem, Manuseio de Materiais, Embalagem de Proteção, Obtenção/Suprimentos e Programação da Produção). Assim ao longo deste contexto, será discutida definições de logística e suas relativas atividades primárias e apoio. Como

metodologia, a presente pesquisa utilizou o método qualitativo a fim de analisar o processo de trabalho da empresa, com coleta de dados e técnicas exploratórias e descritivas bem como observações diretas intensivas sob o perfil administrativo da empresa. Os resultados obtidos especialmente pela aplicação do método proposto foram possíveis identificar alguns aspectos de grande importância do setor estudado, remetentes às atividades primárias e apoio, o qual se observou que a empresa possui uma organização logística eficiente. Entretanto, sugestões foram recomendadas a fim de melhorar a otimização e gerenciamento logístico na empresa, por meio de investimentos em tecnologia da informação para melhoria contínua do atendimento de seus clientes e fornecedores.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Operacionais Logísticas; Atividades primárias; Logística.

ABSTRACT: The present study aimed to operate with the logistic system operations of a chip-type potato-producing company located in the northwestern region of Paraná, in order to support the operation of the primary logistics activities (Transportation, Stockpile Maintenance and Order Processing) and Support , Material Handling, Protective Packaging, Procurement/ Procurement and Production Scheduling). Thus along this context, we will discuss definitions of

Logistics and their relative primary activities and support. As a methodology, the present research used the qualitative method to analyze the work process of the company, with data collection and exploratory and descriptive techniques as well as intensive direct observations under the company 's administrative profile. The results obtained especially by the application of the proposed method were possible to identify some aspects of great importance of the studied sector, senders to the primary activities and support, which was observed that the company has an efficient logistics organization. Meanwhile, suggestions were recommended in order to improve optimization and logistics management in the company, through investments in information technology to continuously improve the service of its customers and suppliers.

KEYWORDS: Logistic Operational Activities; Primary activities; Logistics

1 | INTRODUÇÃO

A logística é considerada uma variável estratégica para as organizações, por meio dela é possível oferecer melhores serviços aos clientes, como também reduzir custos logísticos e obter maior rentabilidade, atualmente é vista como um recurso estratégico para aquisição e sustentação de vantagens competitivas (FARIA; COSTA, 2005).

A Logística é conceituada por vários autores, para Christopher (1997, p.2) a Logística pode ser definida como:

[...] processo de gerenciar, estrategicamente, a aquisição, movimentação e armazenagem de materiais, peças, e produtos acabados (e os fluxos de informações correlatas) por meio da organização e seus canais de marketing, de modo a poder maximizar as lucratividades, presente e futura através do atendimento dos pedidos de baixo custo.

Já no ponto de vista de Ballou (2001, p.27) a Logística é o “processo de planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e economicamente eficaz de matérias-primas, estoque em processo, produtos acabados e informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes”.

Conforme Bowersox et al. (2007) as Atividades Logísticas são divididas em dois grupos, denominadas: Atividades Primárias e de Apoio.

As atividades primárias da logística empresarial é composta por transporte, manutenção de estoques e processamento de pedidos, pois participam da importância na redução de custos e maximização do nível de serviço (BALLOU, 1999).

Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar conceitos sobre as atividades logísticas, com o propósito de realizar uma análise dessas atividades dentro da indústria Alimentícia do Noroeste Paranaense, para que posteriormente possam ser feitas sugestões para melhorias na execução destas.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A seguinte pesquisa classifica-se, quanto aos fins, como descritiva e explicativa e, quanto aos meios, como bibliográfica, e estudo de caso de acordo com Vergara (2006). Para a realização deste trabalho, utilizou-se o método de abordagem qualitativo.

Deste modo em relação à pesquisa descritiva, se justifica pelo uso do processo de trabalho da empresa estudada, e pelo relacionamento destes processos com as atividades e funções da Logística.

Logo a utilização da pesquisa exploratória, se justifica pelo fato de levantamentos de informações qualitativas dentro da empresa.

Já em relação à classificação da pesquisa bibliográfica, é devido à utilização de materiais de artigos, livros e internet, esses foram utilizados para melhor conhecimento dos conceitos propostos, e para a elaboração da fundamentação teórica que envolve assuntos pertinentes para a elaboração desta pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida no período dos meses de outubro e dezembro de 2012 na empresa produtora de batata chips- X do Noroeste do Paraná, assim sendo foram levantados dados através de entrevistas com o gerente administrativo sobre as operações logísticas, e obtendo informações relevantes para o assunto aqui apresentado.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

As atividades logísticas auxiliam no método de trabalho das organizações, assim um estudo sobre esta área é indispensável para um bom entendimento do processo de trabalho da empresa em estudo (BALLOU, 1993).

3.1 Atividades primárias

As atividades primárias são consideradas atividades-chaves para as organizações, por meio dela é possível alcançar objetivos logísticos de custo e nível de serviço, como também melhor organização e cumprimento logístico (BRAGA, 2011). Estas são compostas por um “ciclo crítico de atividades logísticas necessárias para atingir a missão de entregar o pedido quando e onde os clientes desejarem” (ARAUJO, 2005, p.23).

Dentro das organizações as atividades primárias correspondem a três principais áreas da logística segundo Bowersox et al. (2007):

- Transportes;
- Manutenção de Estoques;
- Processamento de Pedidos.

3.1.1 Transporte

Transporte, segundo Rodrigues (2002) é o deslocamento de pessoas e pesos de um local para o outro.

De acordo com Manheim (1979) o sistema de transporte é a união de componentes físicos, sociais, econômicos e institucionais ligados com o deslocamento de bens ou de pessoas num certo contexto.

Os tipos de modais de transporte se classificam em Rodoviário, Marítimo, Ferroviário, Aeroviário e Dutoviário (RIBEIRO; FERREIRA, 2002).

Ainda de acordo com Ribeiro e Ferreira (2002, p.5) ao considerar o transporte a ser utilizado deve levar em consideração o cliente, isso deve-se:

[...] às exigências de pontualidade do serviço, tempo de viagem, capacidade de prover um serviço porta a porta, à flexibilidade para o manuseio de vários tipos de cargas, gerenciamento dos riscos quanto a roubos, danos e avarias e à capacidade de o transportador oferecer mais que um serviço básico de transporte, tornando-se capaz de executar outras funções logísticas.

3.1.2 Manutenção de Estoques

Slack (2002) diz que estoque é definido como a acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação. Ainda, segundo o mesmo autor, há um dilema no gerenciamento de estoques, por que há quem defenda manter níveis altos de estoque, pois proporcionara segurança na incerteza, pois haverá garantia na linha de produção e pronta entrega do produto ao cliente, contudo, o armazenamento pode encarecer os custos, pois o material estocado pode se tornar obsoleto, ou danificar prejudicando assim outros materiais

3.1.3 Processamento de Pedidos

O processamento de pedido é considerado fundamental para a garantia de nível de serviço ao cliente. A entrada e o Processamento de Pedidos referem-se as atividades relacionadas com a verificação e transmissão de informações de vendas realizadas. Nesse item as solicitações dos clientes são transmitidas em formato de pedidos (BALLOU, 1993).

O Processamento rápido e exato de pedidos minimiza o tempo de resposta ao cliente e agiliza o fluxo de mercadorias pelo sistema logístico. As comunicações lentas e imprecisas geram atrasos e podem custar muito caro para a indústria, pois os clientes podem transformar os estoques em vendas perdidas, como também tornar o transporte imprevisível e a programação da produção gerar custos para a organização (BALLOU, 1993).

Para Figueiredo et al. (2003) os sistemas logísticos se compõem de fluxos de informações e de materiais, onde os fluxos de informações acionam e controlam os

fluxos de materiais. Portanto, uma maneira bastante prática de melhor entender o ciclo do pedido e o sistema de processamento de pedidos, é examinar os fluxos de informações e materiais.

De acordo com Ballou (1993) devem-se considerar quatro itens no processamento de pedidos:

1. A natureza de entrada e processamento dos pedidos;
2. As atividades básicas do sistema de entrada de pedidos;
3. Os enfoques alternativos para a entrada e processamento de pedidos;
4. Os procedimentos operacionais do sistema de entrada de pedidos.

3.2 Atividades de apoio

As atividades de Apoio são consideradas suporte para as atividades primárias, o objetivo principal é torna-la eficientes e eficazes.

De acordo com Ballou (1993) embora as atividades primárias colaborarem para a disponibilidade de bens e serviços, existem diversas atividades complementares que contribuem apoiando também para tal objetivo. Assim, essas atividades são denominadas:

- Armazenagem;
- Manuseio de Materiais;
- Embalagem;
- Obtenção/Suprimento; e
- Programação de Produtos.

3.2.1 Armazenagem

Ballou (1993) afirma que a armazenagem é considerada um item essencial para o desenvolvimento das atividades logísticas. A armazenagem acontece, em grande parte em locais fixo onde os custos destas atividades estão associados ao lugar escolhido.

Para uma boa armazenagem deve haver uma boa administração do espaço necessário para a manutenção de estoques. Este tópico abrange problemas com: “localização, dimensionamento de área, arranjo físico, recuperação de estoque, projeto de docas configuração do armazém” (ARAUJO, 2005, p.20).

Os benefícios obtidos com a armazenagem estão relacionados com base nos custos e serviços. Segundo Bowersox et al. (2006) a armazenagem não deve ser incluída num sistema logístico, se não houver uma justificativa por custos e serviços, de forma ideal o armazenamento deve oferecer benefícios econômicos e de serviços.

3.2.2 Manuseio de Materiais

Nessa etapa existem problemas importantes que devem ser considerados, tal como a escolha do equipamento de movimentação, métodos para formação de pedidos e estabilização da carga de trabalho (BALLOU, 1993), uma vez que todo capital investido em equipamentos são componentes relevantes para o custo logístico total (BOWERSOX et al., 2007),

3.3 Embalagem de proteção

No que se refere as embalagens, Handabaka (1994) salienta que é preciso escolher o tipo de material que será usado para proteger o produto, é preciso ter vasto conhecimento das condições ambientais da cadeia de distribuição física, normas e especificações, assim como o controle de

Bowersox et al. (2006) também relatam que a embalagem é um meio de sensibilizar o consumidor, e que o objetivo principal é o marketing. Ainda de acordo com o autor, os produtos ou peças geralmente são distribuídos em: caixas de papelão, sacos, caixotes ou barris, para que haja um manuseio eficiente.

3.4 Obtenção/suprimento

Conforme Bowersox e Closs (2001, p. 46), a logística de suprimentos pode ser entendida como sendo:

[...] as atividades relacionadas com a obtenção de produtos e materiais de fornecedores externos. Incluem execução do planejamento de recursos, localização de fontes de suprimento, negociação, colocação de pedidos, transporte de saída recebimento e inspeção, armazenagem e manuseio e garantia de qualidade. Incluem a responsabilidade pela coordenação com fornecedores em áreas como programação, continuidade de suprimento, hedging e investigação, assim como pesquisas que levem a novas fontes ou programas de suprimentos. O principal objetivo do suprimento é dar apoio produção ou à revenda, proporcionando compras em tempo hábil, ao menor custo total.

De acordo com Ballou (1993) quando há um bom gerenciamento na obtenção dos suprimentos, isto pode trazer grandes benefícios. Já que geralmente as empresas gastam 40 a 60% de seu rendimento com vendas na compra de materiais. Portanto, conforme Maciel (2011, p.16) “mesmo pequenas reduções no custo de materiais adquiridos, conseguidas tanto por desconto no preço como por maior eficiência na sua movimentação, podem ocasionar grandes efeitos na rentabilidade”. Bowersox et al. (2006) também relatam que a embalagem é um meio de sensibilizar o consumidor, e que o objetivo principal é o marketing. Ainda de acordo com o autor, os produtos ou peças geralmente são distribuídos em: caixas de papelão, sacos, caixotes ou barris, para que haja um manuseio eficiente.

3.5 Programação de produtos

Para Figueiredo et al. (2003), a Programação do Produto lida com a distribuição

(fluxo de saída) e trata as quantidades agregadas que devem ser produzidas e onde e quando devem ser fabricadas, ou seja, em que sequência e tempo de produção.

Esta função auxilia a organização no que diz respeito, sobre o quando e onde as quantidades de suprimento adquiridas serão fabricadas. Um aspecto importante para o controle de programação do produto é o chamado Plano Mestre de Produção (PMP). Este PMP significa o que a organização pretende produzir identificando à quantidade, as datas de produção, as disponibilidades de materiais entre outras (CORRÊA, CORRÊA, 2006).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A indústria do presente artigo é localizada no parque industrial da cidade de Engenheiro Beltrão – PR, esta faz parte do grupo da empresa Naturitos localizada em Terra Boa – PR. O setor de atuação da empresa é o setor alimentício de produtos prontos para o consumo, de batata chips fatiadas e onduladas.

O mercado de atuação da empresa define-se em buscar sua principal matéria prima, que é a batata, de seus fornecedores, que estão localizados principalmente no estado do Paraná e São Paulo, a empresa realiza a distribuição dos produtos em todos os estados brasileiros.

A empresa atualmente possui 8 colaboradores, porém pretende aumentar seu quadro de funcionários para 10. A empresa mantém uma rotina de trabalho com um turno, que começa às 07h30min até 17h30min, com intervalo de duas horas para almoço.

4.1 Descrição do processo de produção

O processo da produção de batata chips é feito em sua maioria mecanicamente, sendo apenas o processo de embalagem secundária manual. O objetivo do processo é transformar a batata in natura em batata chips.

Inicialmente a empresa compra a matéria prima das cidades de Guarapuava-PR e São Paulo, dependendo da safra e do preço.

As batatas são apenas escovadas sem contato com água e levadas por caminhões para a empresa, onde são recepcionadas no setor de recepção.

Para começar o processo, a batata in natura é depositada manualmente em um tanque de armazenamento. Nesse tanque um colaborador coloca em média 13 sacos de batata por hora, após essa operação, o processo é contínuo. Em seguida é transportada através de uma esteira coletora com pás para ser lavada e descascada, estas duas operações são feitas em um mesmo equipamento.

Após ser descascada, a batata vai para uma esteira de roletes, que passa por uma seleção visual, onde um colaborador seleciona e corta as batatas que estão fora dos padrões, ou danificadas. Em seguida a batata descascada segue através de uma esteira com pás, para o cortador. Enquanto é cortada a batata recebe uma

segunda lavagem, retirando os resíduos e o amido. Logo após, a batata ser fatiada ela é transportada por uma esteira secadora, onde é aquecida em 160°C.

Posteriormente, a batata é frita em gordura vegetal hidrogenada a uma temperatura de 180°C, permanecendo nesse equipamento por cerca de 3 minutos. A batata já frita, segue para uma esteira vibratória vazada, onde é drenado o excesso de óleo.

Após, o produto segue para o processo de salga, onde são pulverizados automaticamente através de um dispositivo colocado sobre a esteira. Adicionado sal e condimento, o produto segue para um tambor rotatório para melhor mistura dos condimentos.

Saindo do tambor rotatório, após a salga e a adição de aromas e condimentos, o produto é resfriado a temperatura ambiente por uma esteira que possui 4 exaustores, agilizando o processo de resfriamento. Logo após esse processo de resfriamento a batata segue através de uma esteira coletora para o equipamento de envase.

A batata chips é envasada por um equipamento, que pesa e envasa automaticamente, este equipamento é controlado por um computador que envasa o produto final. Após o envase a batata chips é armazenada em caixas de papelão com vinte pacotes de batata frita cada pacote com 45 gramas. Esta etapa é realizada manualmente.

Depois de embaladas e seladas, as caixas com 20 unidades são empilhadas sobre pallets e levadas para o setor de estocagem.

4.2 Descrição do processo de produção

O transporte utilizado pela empresa é o transporte rodoviário, apesar de a empresa prestar serviço para a empresa Naturitos, os seus produtos são transportados por frota própria. A empresa optou por este recurso devido a disponibilidade do transporte, pelos custos serem acessíveis e pela rapidez de entrega. O gerente administrativo é o responsável por todas as movimentações até a chegada do produto ao cliente.

A manutenção de estoques inicia-se na chegada da matéria prima que é encaminhada para o estoque, o controle é realizado através da contagem das sacas de batatas. A próxima etapa é o pedido, este é encaminhado para o estoque, assim dando início ao processo de produção do produto.

Quando se inicia o processo, a batata que saiu do estoque vai para o processamento, onde é transformada em produto final. Ao final do processo os produtos acabados são encaminhados de volta para o estoque e depois seguem para a distribuição.

O método de controle dos estoques é o FCFS (primeiro que entra é o primeiro a ser atendido). A média percentual que representa o custo do estoque é de aproximadamente 65% dos custos de produção.

A organização Alimentícia do Noroeste Paranaense comercializa seus produtos

nos estados do RS, SP, PR, MT, SC, GO e Distrito Federal.

A entrada do processamento de pedidos é realizada por via e-mail, fax e telefone, todas essas solicitações são anotadas pelo gerente administrativo que repassa as informações necessárias para o responsável pela produção, este então encaminha o pedido para o setor de produção, onde é iniciado o processo de produção do produto, após as etapas de produção serem realizadas o produto é encaminhado ao destino de entrega.

A empresa garante ao cliente a entrega do produto em até 10 dias no local desejado.

A armazenagem inclui todas as atividades até o ponto de destino, a guarda temporária da matéria prima e a distribuição de materiais.

Primeiramente, a matéria prima é comprada de seus fornecedores, após são encaminhadas por caminhões para a empresa. Ao chegar os caminhões, a matéria prima é descarregada no chão, onde fica armazenada até o início do processo.

A matéria-prima na empresa fica armazenada no chão em temperatura ambiente, e é estocada por no máximo 5 dias. Após o processo de produção batata chips ser realizado e o envasamento do produto final, a batata chips é armazenada em caixas com vinte pacotes de batata frita, cada pacote com 45 gramas. Esta etapa é realizada manualmente.

Após a etapa de encaixotamento, as caixas são armazenadas em um local em temperatura ambiente, em cima de paletes para não entrar em contato com o chão.

De acordo com Grizotto (2005), o produto deve ser comercializado imediatamente. A vida-de-prateleira deste produto é muito curta, sendo de até 35 dias quando estocado a temperatura máxima de 25°C.

A empresa utiliza-se como meio de transporte interno a empilhadeira. A empresa adotou este meio devido a facilidade de manuseio, e pela possibilidade de estar empilhando várias caixas ao mesmo tempo.

A embalagem de proteção utilizada pela empresa é a caixa de papelão. A empresa optou pela caixa de papelão por essa embalagem de proteção oferecer as acomodações necessárias para o produto, como também pela eficiência de distribuição.

A obtenção / suprimentos necessários à produção da batata chips na organização são: batata in natura, gordura vegetal, condimentos, gás, água e energia.

O empreendimento adquire sua principal matéria prima, a batata in natura, de produtores do estado do estado do Paraná, ainda como opção de compra no mercado no interior de São Paulo, contudo os custos aumentam.

A gordura vegetal vem das cidades próximas a empresa, caso não haja oferta deste produto há opções no RS ou SC, o que não é uma boa opção, pois os custos são maiores.

Os condimentos utilizados para dar sabor à batata chips são comprados de uma empresa próxima. Para a produção é necessária uma grande quantidade de água, portanto a empresa considerou viável a construção de um poço artesiano para reduzir

custos.

O gás é comprado da empresa paranaense a preços baixos pela grande quantidade. E a energia é adquirida pela empresa responsável pela distribuição no estado do Paraná.

Na programação de produtos, a empresa estudada possui três linhas de produtos, diferindo seu processo de produção apenas no sabor, a troca da produção de um sabor para outro é realizada de um dia para outro ou então no horário de almoço, de acordo com a demanda que a empresa possui.

4.3 Sugestões

Em relação às atividades logísticas executadas pela empresa, nota-se a importância de adequação em algumas atividades.

Em relação aos estoques, a empresa deve-se adequar as novas tecnologias de informação que ajudem no controle de estoques, pois há um grande número de estoque de matéria prima in natura, o que pode fazer com este passe do ponto de processamento.

Na armazenagem do produto acabado, às vezes os lotes ficam por dias em estoques até ser feito a liberação para entrega, todo esse processo de estocagem pode gerar custos de manutenção, cancelamento dos pedidos, falta de espaço para a armazenagem, obsolescência e até mesmo danos ao produto. Assim, sugere-se que na armazenagem os produtos sejam disponibilizados por ordem de processamento, de modo com que os lotes que foram processados primeiro, sejam os primeiros a serem entregues.

Já na programação de produtos, nota-se a falta de um controle de produção, assim sugere-se também ajustes com o uso do PMP, para que possa ajudar na organização, na identificação das quantidades processadas, nas datas de troca de sabor da batata, e também na disponibilidade de materiais.

5 | CONCLUSÃO

As decisões do sistema operacional da logística são de fundamental importância no desenvolvimento organizacional das empresas. O presente trabalho buscou descrever todas as atividades logísticas presentes na empresa alimentícia.

A logística interna da empresa é adequada aos produtos produzidos, principalmente no setor de produção da empresa que são automatizados, porém notou-se que a empresa não faz os devidos investimentos em logística externa, onde concentram os maiores custos.

Por fim, recomenda-se que a empresa alimentícia do Noroeste Paranaense busque aprimorar as atividades da logística por meio de investimentos da tecnologia da informação de forma eficiente, uma vez que tecnologias no ramo de transportes

evoluem rapidamente e fornecem melhor planejamento e controle das operações na gestão integrada da cadeia de suprimentos, ou seja, nas operações do sistema logísticas, proporcionando assim, um diferencial competitivo. Outra maneira de auxílio seria também estar contratando um profissional da área para que possa vir a ajudar nesses evidentes assuntos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. R. C. **Propostas Logísticas para o Suprimento de Estruturas Metálicas Utilizando Ferramentas Lean**. 66f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1999.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2001.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B.; BOWERSOX, J. C. **Gestão da cadeia de suprimentos e logística**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B.; BOWERSOX, J. C. **Gestão logística de cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRAGA, V. A. S. **O contexto e os desafios da gestão logística no consórcio modular da Volkswagen Caminhões e Ônibus: Terceirização ou Quarteirização?** 97f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2011.

CHRISTOPHER, M. **Logística e Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégias para redução de custos e melhoria dos serviços**. São Paulo: Pioneira, 1997.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FARIA, A. C.; COSTA, M. F. G. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2005.

FIGUEIREDO, K. F.; FLEURY, P. F.; WANKE, P. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 2ª Ed. São Paulo, Atlas, 2003.

GRIZOTTO, R. K. **Processamento e rendimento industrial da batata chips e palha**. 2005. <<http://tiparca.com.br/php/criando-catalogo-imoveis-phreeze-parte-1=backend/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

HANDABAKA, A. R. **Gestão logística da distribuição física internacional**. 1. ed. São Paulo: Maltese, 1994.

MACIEL, P. C. **A importância da gestão de estoques no processo logístico das organizações**. 43f. Dissertação (Pós-Graduação em Logística Empresarial) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

MANHEIM, M. L. **Fundamentals of Transportation Systems Analysis**. Cambridge: The MIT Press, 1979.

RIBEIRO, P. C. C.; FERREIRA, K. A. **Logística e Transportes: Uma Discussão Sobre os Modais de Transporte e o Panorama Brasileiro**. A logística reversa e a responsabilidade social corporativa: um estudo de caso num consórcio de gestão de resíduos. In: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP, 22, 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2002.

RODRIGUES, P. R. A. **Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e à Logística Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

SLACK, N. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

O PROGRAMA DE EXCELENCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A SISTEMÁTICA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTRATÉGICO NAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SARANDI – PR

Tânia Corredato Periotto

Docente do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento - Centro de Ensino Superior de Maringá (Unicesumar)
Maringá – Paraná

Fabiana Azevedo Picanço

Acadêmica do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento - Centro de Ensino Superior de Maringá (Unicesumar)

Tamires Selini Gouveia

Acadêmica do curso de Psicologia - Centro de Ensino Superior de Maringá (Unicesumar).

RESUMO: Tendo como ideia central, entender e caracterizar o que vem a ser um sistema de gestão do conhecimento estratégico e a composição de seus subsistemas a fim de identificá-los no contexto da rede municipal de educação infantil na cidade de Sarandi, Paraná é que o Programa de Excelência na Educação Básica (PEEB) atividade de extensão institucional da Unicesumar abre espaço para tal investigação O propósito principal do (PEEB) é o de oferecer suporte e assessoramento às escolas da rede municipal da região noroeste do Paraná na linha de gestão. Acredita-se que este estudo permitirá a identificação de contribuições estratégicas, e como estas podem interferir no funcionamento organizacional. Ter conhecimento e compartilhar afim de que

ele se propague ou se aprimore não é tarefa simples. Muitos gestores escolares ainda com pensamentos concentradores tendem a repetir processos aprendidos no decorrer do exercício da profissão e acabam por sufocar o que já conquistou enquanto conhecimento seja ele tácito ou explícito. Adotam postura que bloqueiam ou não oportunizam novas experiências, preferem se manter numa posição de estabilidade e conforto sem quebrar paradigmas. O limite deste trabalho é o da rede municipal de educação infantil na cidade de Sarandi, Paraná composta por 14 unidades escolares. A metodologia adotada foi à exploratória com apoio na bibliografia específica da área. Os dados foram levantados através de questionário aplicado em todas as unidades e a interpretação dos mesmos se deu de forma quali e quantitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Qualidade; Gestão do Conhecimento; Gestão Escolar; Gestão Estratégica.

ABSTRACT: The central idea is to understand and characterize what is a strategic knowledge management system and the composition of its subsystems in order to identify them in the context of the municipal education system in the city of Sarandi, Paraná. the Program for Excellence in Basic Education (PEEB) Unicesumar institutional extension activity

opens up space for such research. The main purpose of the PEEB is to provide support and advice to schools in the municipal network of the northwest region of Paraná in the line of management. It is believed that this study will allow the identification of strategic contributions, and how these may interfere in organizational functioning. Knowing and sharing in order to propagate or improve yourself is not a simple task. Many school managers still with concentrated thoughts tend to repeat processes learned during the exercise of their profession and end up stifling what they have already conquered as knowledge, be it tacit or explicit. They adopt a stance that blocks or does not allow new experiences; they prefer to remain in a position of stability and comfort without breaking paradigms. The limit of this work is that of the municipal child education network in the city of Sarandi, Paraná, made up of 14 school units. The methodology adopted was exploratory with support in the area-specific bibliography. Data were collected through a questionnaire applied in all units and their interpretation was qualitative and quantitative.

KEY WORDS: Quality Education; Knowledge management; School management; Strategic management.

1 | INTRODUÇÃO

O conhecimento por si só não se converte em riqueza. Ele necessita atrelar-se a um contexto que envolve pessoas, estrutura física, investimentos, lideranças e habilidades para produção do capital intelectual que repercutirá na produção do conhecimento mais refinado pela experiência oriunda do próprio processo de produção é o que defendem Zamberlan e Pozzobon (2010).

Em uma organização escolar isso também acontece e pode ser melhor aproveitado quando sistematizado de forma estratégica. Uma unidade escolar independente do nível de ensino ofertado deve ser entendida como uma organização que contém seus processos, hierarquias e precisa apresentar resultados. Stewart (1988) considera que a composição e sincronia da equipe de profissionais determina o capital intelectual da mesma. É comum organizações escolares, em especial da rede pública que funcionam muito bem e outras permanecerem fadadas ao rotulo de escola sem qualidade.

Pensando no capital intelectual que compõe a equipe de funcionários em uma unidade escolar, que faz os processos acontecerem, não se pode deixar de considerar que todo esse valor, seja ele tácito ou explícito, resultado de conhecimento construído e acumulado, se perca ou fique restrito a poucos, De La Rica (2017).

Neste contexto é que se tem como objetivo geral, identificar quais são os mecanismos de gestão do conhecimento estratégico adotados na rede municipal de educação infantil da cidade de Sarandi, Paraná. Esta rede fora escolhida por fazer parte do grupo de municípios atendidos pelo (PEEB) e apresentar um número representativo de unidades escolares que atende ao público da educação infantil que é de quatro meses a cinco anos, (PERIOTTO e VICENTE, 2017). Outro ponto que contribuiu foi à solicitação da secretária de educação junto ao (PEEB) a respeito da

dificuldade que as diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) tem encontrado na gerencia das unidades nas quais estão responsáveis.

Sendo a unidade escolar uma organização com metas a atingir, ações a serem propostas e soluções a alcançarem, que estas sejam regidas sob a base da gestão do conhecimento estratégico.

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se entender e caracterizar o que vem a ser um sistema de gestão do conhecimento estratégico (SGCE) e a composição de seus subsistemas além de, verificar quais são os fatores que influenciam no funcionamento de um sistema de gestão do conhecimento estratégico. Faz-se necessário ainda, estudar sob a perceptiva de uso de um modelo de gestão do conhecimento estratégico no contexto da unidade escolar, quais as contribuições entre estrategistas e decisores (novatos e experientes) e como estas podem interferir no funcionamento organizacional.

A metodologia adotada é a pesquisa teórico-metodológica e pesquisa exploratória. Os resultados encontrados apontam para o aproveitamento muito superficial das informações e conhecimento que os profissionais que responderam os questionários possuem. A visão de que a unidade escolar com gestão eficiente só acontecerá se todos estiverem envolvidos compartilhando seu conhecimento seja ele tácito ou explícito.

Tem-se ainda como expectativa de resultado que, toda a equipe de funcionários, sejam novatos ou com algum tempo de serviços prestados e juntamente com o gestor da unidade visualizem a importância de contribuição que cada um pode oferecer, subsidiando decisões e ou propondo ações estratégicas como sendo um capital em prol da unidade ou do grupo. Os resultados ainda são parciais, pois está em fase de análise dos dados que também serão utilizados como fonte de pesquisa para o (PEEB).

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia aqui adotada com relação ao seu tipo é a de uma pesquisa teórico-metodológica, pois exigirá a realização do estudo bibliográfico dos modelos e abordagem da Gestão do Conhecimento estratégico na busca de identificar aquele que mais se adequará ao estudo e o objetivo a ser atingido. Os modelos estarão limitados entre conceitual, matemático e sistêmico, Lakatos e Marconi (2011).

O universo investigado foi à rede municipal de educação infantil de Sarandi que conta com 14 unidades e envolveu 135 profissionais, diretor, pedagogos e professores que compõem a equipe de funcionários de cada uma delas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois haverá o envolvimento direto do pesquisador para a familiarização com universo instigado e levantamento de informações que possam subsidiar a análise do dados e entendimento. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa de estudo de caso, pois fará uso

de diferentes recursos como visita ao local investigado, contato direto com as pessoas do local para aplicação de questionário. (GIL, 2008).

Já referente à abordagem, esta pesquisa se enquadra como quanti e qualitativa considerando o objetivo proposto e o público a ser atendido. A pesquisa quantitativa segundo Turato (2005) é um estudo não estatístico, que identifica e analisa os dados de difícil mensuração. Entre eles estão os sentimentos e sensações que podem explicar determinados comportamentos. No que se refere à pesquisa quantitativa Severino (2010), a define como aquela que tem como objetivo transcrever resultados lógicos que são obtidos através de instrumentos formais e estruturados para a coleta e análise de dados numéricos por meio de procedimentos estatísticos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos meses de abril e maio de 2017, foram aplicados 135 questionários respondidos por professores, pedagogos e diretores que pertencem ao quadro de funcionários distribuídos nos 14 Centros Municipais de Educação Infantil da cidade de Sarandi.

O questionário possui quatro blocos organizados em dimensões sendo: 1ª Dimensão - Gestão pedagógica: análise de resultados educacionais, 2ª Dimensão – Gestão pedagógica: planejamento de ações pedagógicas, 3ª Dimensão – Gestão participativa: processos coletivos de decisões e ações, 4ª Dimensão – Gestão de Infraestrutura: administração de serviços e recursos. Embora os dados ainda estejam em fase de interpretação e análise cabe aqui destacar alguns pontos que chamam a atenção e evidenciam a ausência de um padrão ou sistemática de processo.

Neste trabalho apresenta-se apenas um exemplo de cada dimensão para ilustrar o que cada uma delas pode oferecer como conhecimento estratégico para a sistematização da gestão do conhecimento, pois ainda se pretende investir esforço em estudar cada uma delas.

Na 1ª Dimensão - Gestão pedagógica que analisa os resultados educacionais três frentes foram consideradas: Análise do rendimento escolar, resultados de desempenho e frequência, Avaliação do Projeto Político Pedagógico e a Transparência de resultados. Nesta dimensão, cabe destacar o resultado da questão que investiga se a escola analisa os resultados de seu desempenho tendo como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, (IDEB), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e outros. As respostas evidenciam a não utilização de informações estratégicas para organização e planejamentos de ações futuras. Ver Quadro 1.

Bom	Regular	Ótimo	Insuficiente	Não se aplica	Não Respondeu	Total
19	5	13	4	74	20	135
14,1%	3,7%	9,6%	3,0%	54,8%	14,8%	100,0%

Quadro 1 – Escolas que utilizam os resultados de desempenho tendo como base (IDEB, SAEB e outros).

Dos 135 respondentes, 19 que é igual a 14, 1% informou que esses resultados significam uma boa fonte de informação para a gestão pedagógica, 5, ou seja, 3,7% entende como regular. Já 4 entende como insuficiente com a representação de 9,6%%, 20 não respondeu o que soma mais 14/8%. Referente à opção de não se aplica, mais da metade dos respondentes, que é igual a 54,8% ou seja, 74 entende como fonte não utilizada.

Sendo a Educação Infantil o primeiro estágio da educação básica, com certeza o desempenho dos alunos em anos escolares mais adiantados terão refletidos em seus resultados a construção do conhecimento acumulado. Entende-se que o fato de não considerar os resultados de desempenho tendo como base (IDEB), (SAEB) e outros para a prospecção do planejamento das atividades é deixar de utilizar uma fonte importante e estratégica para a sistematização dos trabalhos nesta dimensão.

Na 2ª Dimensão – Gestão pedagógica: planejamento de ações pedagógicas o que chamou mais atenção ainda que de forma preliminar, foram as respostas encontradas para a questão que indagava sobre a escola oferecer acompanhamento especial para estudantes em distorção idade/série e/ou para os que apresentam dificuldades de aprendizagem, possibilitando que também atinjam as expectativas de aprendizagem. (Ver Quadro 2)

Bom	Regular	Ótimo	Insuficiente	Não se aplica	Não Respondeu	Total
37	20	25	3	37	13	135
27,4%	14,8%	18,5%	2,2%	27,4%	9,6%	100,0%

Quadro 2 – A escola oferece acompanhamento especial para estudantes em distorção idade/série e/ou para os que apresentam dificuldades de aprendizagem, possibilitando que também atinjam as expectativas de aprendizagem?

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Através dessas informações há um contraste entre o que é entendido como bom representado por 27/% e daquelas indicações de não se aplica com o mesmo percentual que é igual a 37 respostas principalmente porque esse assunto faz parte do acompanhamento da aprendizagem dos alunos, ou seja, uma forma também de avaliar o fazer pedagógico do professor.

Sobre a 3ª Dimensão – Gestão participativa: processos coletivos de decisões e ações que abre espaço para a participação dos estudantes, dos pais, equipe escolar e clima organizacional, formação continuada e avaliação de desempenho, as respostas encontradas, apontam para o desconhecimento do que vem a ser gestão participativa. (Ver Quadro 3).

Bom	Regular	Ótimo	Insuficiente	Não se aplica	Não Respondeu	Total
4	4	3	4	97	23	135
3,0%	3,0%	2,2%	3,0%	71,9%	17,0%	100,0%

Quadro 3 – A escola adota iniciativas que estimulam os estudantes dos anos/ séries mais adiantadas a auxiliarem as turmas de séries anteriores?

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Ao apontarem 97 indicações que é igual a 71/9% como não se aplica para a adoção de iniciativas de estímulo para que os estudantes auxiliem os das salas anteriores, fica evidente o não entendimento do que vem a ser gestão participativa bem como não a reconhecendo na própria prática embora esta aconteça em seu cotidiano.

Para a 4ª Dimensão – Gestão de Infraestrutura: administração de serviços e recursos que envolvem a documentação e registros escolares, patrimônio, finanças, através do Quadro 4 pode-se observar as ações dos professores e dos demais profissionais da escola quanto a proporcionar o desenvolvimento nos alunos do respeito e preservação do patrimônio público.

Bom	Regular	Ótimo	Insuficiente	Não se aplica	Não Respondeu	Total
49	7	44	1	2	32	135
36,3%	5,2%	32,6%	0,7%	1,5%	23,7%	100,0%

Quadro 4 – Ações dos professores e dos demais profissionais da escola quanto a proporcionar o desenvolvimento nos alunos do respeito e preservação do patrimônio público.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A leitura dos dados aponta para o desencontro de informações ou falta de uma sistemática que demonstre clareza nesse processo onde 36.3% é entendido como bom 32,6% como ótimo e se somadas às respostas de regular 5,2%%, insuficiente 0,7%, não se aplica 1,5% e não respondeu 23,7%%, a ação dos professores em trabalhar o respeito e preservação do patrimônio publico não estão integradas e podem gerar conflitos.

O volume de dados coletados é considerável e ainda há muito que se estudar a fim de sistematizar as informações em prol da gestão do conhecimento na rede municipal de educação infantil da cidade de Sarandi.

4 | CONCLUSÃO

O conhecimento por si só não se converte em riqueza. Ele necessita atrelar-se a um contexto que envolve pessoas, estrutura física, investimentos, lideranças e habilidades para produção do capital intelectual que repercutirá na produção do conhecimento mais refinado pela experiência oriunda do próprio processo de produção. Em uma organização escolar isso também acontece e pode ser melhor aproveitado quando sistematizado de forma estratégica.

Os dados já levantados sinalizam que realmente há grandes incoerências na forma de interpretar as ações e isso acaba por impactar de forma negativa os resultados e a gestão estratégica. O gestor de uma unidade escolar necessita sim ter informações consistentes principalmente no que se refere a essas quatro dimensões aqui apresentadas. O (PEEB) defende que a gestão é a linha que norteia todas as ações que só serão efetivas se o diretor da unidade escolar conhecer todos os processos e organizá-los de forma sistemática. Caso contrário haverá sempre o retrabalho, informações distorcidas ou concentradas, equipes ilhadas e sem avanço pessoal e ou profissional cujo reflexo será refletido na qualidade da educação trabalhada em sala de aula.

REFERÊNCIAS

DE LA RICA, E. **Gestión del conocimiento: caminando hacia las organizaciones inteligentes**. 1999. Disponível em: <<http://www.eseune.edu/PROTEGIDO/Gesti%F3n%20del%20Conocimiento%20Hacia%20las%20organizaciones%20inteligentes.htm>> Acesso em: 19 setembro. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PERIOTTO-CORREDATO, T. R.; VICENTE, J. G.. The Program of Excellence in Basic Education: the impacts on school performance of the municipal public network in Paraná, Brazil. In: International Conference - **The Future of Education 7' Edition**, 2017, Florence - Italia. The Future of Education - Conference Proceedings. Padova - Itália: Libreria Universitaria, 2017. v. 1. p. 426-430.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STEWART, Thomas A - **Capital Intelectual**, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.

TURATO E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, 2005. Jun. 39(3): 507-14

ZAMBERLAN, C. O., POZZOBON, I. M. Evasão do Capital Intelectual das Universidades Públicas: Estudo na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista ADM. MADE**, ISSN: 1518-9929, v.14, n.3, p.95-109, maio/setembro, 2010.

ESTUDOS DA LITERATURA SOB A VERTENTE DO LETRAMENTO: A LENDA DE RUFF GHANOR E O UNIVERSO MULTIMODAL

Letícia Toniete Izepe Bisconcim

Centro Universitário Uningá (UNINGÁ)

Maringá – Paraná

Tayza Cristina Nogueira Rossini

Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Maringá – Paraná

Wellington Júnior Jorge

Centro Universitário Uningá (UNINGÁ)

Maringá – Paraná

RESUMO: Nesta pesquisa objetivou-se destacar, dentro dos estudos no campo literário sob a vertente do letramento e suas práticas, o modo como o leitor constrói seu universo ficcional. Ao considerar o contexto de produção da obra “A lenda de Ruff Ghanor”, de Leonel Caldela, criada a partir de um jogo RPG (Role play game), em sessões de podcast do Nerdcast especial de RPG e reproduzido em um guia ilustrado: “Crônicas de Ghanor”; procuraremos evidenciar um contexto multimodal de produção, que serve de pano de fundo para a construção da narrativa literária, a circulação e recepção das práticas que almejam o letramento e possibilitam ao leitor o contato com o universo ficcional por meio de vários suportes. Buscaremos, primeiramente, apontar alguns elementos desafiadores que permeiam o processo de construção da narrativa literária

estudada, em termos de essência, por meio do referencial teórico de letramento, letramento literário e digital. Visamos, assim, com essa teoria e esse exemplo contribuir para outras possibilidades voltadas à leitura literária e sua relação com os diversos letramentos possibilitados pela cibercultura.

PALAVRAS-CHAVE: Multimodalidades; RPG; Letramento literário.

ABSTRACT: Based on studies of literacy and its practices, this research aims to highlight how the reader builds his/her fictional universe. Considering the production context of Leonel Caldela’s “The Legend of Ruff Ghanor” (created from an RPG game), in a special Nerdcast podcast session, and reproduced in an illustrated guide (“Chronicles of Ghanor”), the research tries to highlight a multimodal context of production that works as a background for the production of literary narratives, circulation and reception of practices that guide to literacy and enable the reader to get in contact with a fictional universe through several supports. Besides, some structural challenging elements presented in the text studied will be discussed using theories of literacy and literary and digital literacy. The purpose of this essay is to contribute to other possibilities aimed to the reading processes and its relation with many different types of literacies made possible by the

cyberculture.

KEY WORDS: Multimodalities; RPG; Literary literacy.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante várias edições, instrumentos como Prova Brasil, Saeb, Enem e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) revelam porcentagens bem baixas de estudantes brasileiros que têm “nível adequado” de leitura. Somente alguns, em torno de 5%, conseguem interpretar dados em gráficos, tabelas, diagramas, estabelecem relações de causa e efeito, identificam o que está implícito num texto, entre outros pontos.

Uma pesquisa sobre os hábitos culturais dos brasileiros, realizada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) e divulgada em 2014 apontou que sete em cada dez pessoas no Brasil não leram nenhum livro. O número significa uma queda de 5% no número de leitores do País, se comparado a 2013. Os dados foram coletados em 70 cidades de nove regiões metropolitanas.

Essa pesquisa foi divulgada pela mídia televisiva e também em portais de notícias via internet. O principal motivo alegado pelos entrevistados para não ir ao teatro, sair para o cinema ou ler um livro é a falta de hábito.

Na última edição da pesquisa Retratos da leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2011, constatou-se que o brasileiro lê em média quatro livros por ano, sendo dois inteiros e dois em partes. Os gêneros incluem romances, contos, livros religiosos e didáticos. Embora o resultado tenha sido considerado positivo, se comparado à edição anterior, sabe-se ser ainda um percentual baixo, tendo em vista que muitas dessas leituras são realizadas dentro da escola como tarefa escolar e não por iniciativa própria.

Desse modo, o que se nota é que quando pesquisas investigativas sobre leitura consideram a leitura de materiais impressos, a estimativa é sempre baixa, gerando conclusões de que brasileiro lê pouco, ou simplesmente não gosta de ler.

No entanto, considerando as instâncias que compõem as “malhas” do sistema literário e as incontáveis práticas de letramento existentes, pretendemos tecer outras reflexões. Será que brasileiro realmente não lê ou suas leituras consistem em outras práticas de letramento, que não legitimadas e reconhecidas nessas pesquisas sobre leitura?

Frequentemente, ouvimos dizer que os jovens não gostam de ler, não frequentam bibliotecas, não querem saber de livros. No entanto, eles passam horas na frente da tela, jogando, ouvindo podcast, lendo e escrevendo seus comentários sobre os mais diversos assuntos, como é o caso do Portal Jovem Nerd e da Plataforma Skoob.

Pretendemos demonstrar, partindo dessas considerações e por meio de uma pesquisa bibliográfica como esse universo pode ser estudado dentro do campo literário. Assim, refletimos sobre o conceito de letramento, a leitura literária na escola e

a apropriação da literatura fora dela, os conceitos de multimodalidade, *multiletramentos* e *remediation*, mostrando através do exemplo da obra “A lenda de Ruff Ghanor” que cada uma dessas modalidades, são regidas por um decoro particular, direcionadas a um destinatário ideal e válidas como instâncias atuais, por onde o literário se constrói.

2 | A LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA

Na escola, muitas vezes, essas possibilidades de se ler literariamente não são levadas em consideração. A concepção de letramento vinculado à escola é denominada por Street (1984) como modelo de letramento *autônomo*, ou seja, em que a escrita é vista como um produto completo em si mesmo. No modelo autônomo de letramento, as atividades desenvolvidas com a escrita são feitas com base no texto e seu significado inerente a ele. No entanto, a escrita assume diferentes significados em diferentes contextos, e suas práticas vão muito além dos muros da escola, pois se trata de um fenômeno muito amplo.

No que diz respeito à definição específica do termo, letramento, podemos também recorrer à definição apontada por Kleiman (2004), que tece algumas considerações, baseando-se nos conceitos de Scribner e Cole:

Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos, e para objetivos específicos (KLEIMAN, 2004, p.19).

As ideias de Kleiman (2004) parecem elucidar o conceito de letramento, se as observarmos com vagar. Ao referir-se ao conjunto de práticas, podemos entender que letramento envolve as mais variadas ações que os indivíduos realizam, desde, por exemplo, uma ida ao supermercado, a participação em um culto, missa, ou evento religioso, uma reunião escolar etc. No entanto, em sua fala, Kleiman (2004) se refere às práticas que envolvem o uso do texto escrito, englobando ações que são realizadas em uma interação social mediada pela escrita. Desse modo, podem ser tidos como exemplos as mais variadas leituras: textos bíblicos, jornais, trechos de livros, receitas; a escrita de bilhetes, cartas, e os mais diversos gêneros textuais; escrever, assistir filmes, desenhos animados, videocliques que necessitem de legenda. Vale ressaltar que o termo “práticas sociais” faz referência a ações que são realizadas em nossa interação social e que envolvem, de algum modo, a escrita.

Assim, compreendemos que, embora a escola e as instâncias que legitimam o literário tenham definido o que deve estar no contexto escolar, há outras diversas práticas de letramento que colocam os indivíduos em relação com a ficcionalidade. Nesse contexto se inserem os jogos de RPG, os podcasts, guias ilustrados e narrativas como “A Lenda de Ruff Ghanor”.

Para a inserção dessas modalidades no contexto literário, é importante haver a apropriação do conceito de letramento aos estudos literários, Zappone (2007)

propõe o estabelecimento do sintagma “letramento literário”, a partir da apropriação do conceito de letramento de Kleiman (2004). O termo é compreendido, então, como o conjunto de práticas sociais que usam a escrita ficcional enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos e para objetivos específicos. Para tanto, julga necessário conceituar a escrita ficcional, discutindo alguns de seus aspectos. Primeiramente, a presença de ficcionalidade, e, em seguida, a caracterização da escrita enquanto uma modalidade discursiva própria, presente não apenas em textos escritos (grafados ou impressos), mas em modalidades híbridas, nas quais podem se associar diferentes sistemas semióticos.

Como se nota, ao transpor a definição de letramento para os domínios da literatura é importante que se especifique o tipo de escrita à qual nos referimos. Como já demonstramos, são várias as definições que caracterizam o termo literatura ao longo da história. Entretanto, quando nos remetemos à escrita ficcional alguns traços são fundamentais para sua compreensão. Nesse sentido, a sugestão de Hansen (2005), que procura compreender a literatura a partir do seu caráter de ficcionalidade, é de grande importância. Dentre outras especificidades apontadas pela crítica ao longo da história, o literário está presente num texto quando é possível lê-lo como sendo “o resultado de um ato de fingir”.

É necessário, também, que a escrita ficcional seja compreendida não apenas em sua materialização impressa, grafada, mas no domínio discursivo, podendo ou não ser veiculada por meio do escrito. O discurso ficcional está presente, sobretudo nos dias de hoje, em outras materialidades e é composto, muitas vezes, pela junção de diferentes sistemas semióticos em mídias diferentes da impressa. Conforme reafirma Zappone (2007), indiferentemente de ser veiculada pelo som, por outro sistema semiótico que não a língua, ou por uma materialidade impressa ou grafada, o que caracteriza a escrita é sua natureza discursiva ou enunciativa.

É exatamente essa concepção que nos permite entender como narrativa a história narrada em podcast, no jogo de RPG, não por sua materialidade impressa, mas por sua natureza enquanto prática discursiva.

Além de compreender a escrita ficcional por seu aspecto da ficcionalidade e por seu aspecto discursivo, cabe, ainda, esclarecer seu conceito em função do tipo de relação que estabelece com seu público. Trata-se de uma relação de gratuidade que gera o prazer ou alguma motivação lúdica, como pondera Escarpit (1969):

É claro que não definimos a literatura por nenhum critério qualificativo. O nosso critério permanece o que nós chamaríamos a aptidão à gratuidade. É literatura toda a leitura não funcional, quer dizer, que satisfaça uma necessidade cultural não utilitária (ESCARPIT, 1969, p.36).

Assim, para ser caracterizada como literária, a “escrita ficcional” precisa estabelecer com seus públicos uma relação de gratuidade. Para o autor, é a natureza das relações estabelecidas entre os textos e seus consumidores que permitem situar as leituras como leituras literárias ou não.

Dessa forma, levando em consideração os pontos assinalados, o letramento literário poderia ser compreendido como o conjunto das práticas sociais que utilizam a *escrita ficcional*, cujos traços principais seriam a gratuidade e ficcionalidade. Isso implica em considerar não apenas os textos pertencentes à tradição burguesa, dos quais se ocupam a crítica literária, como sendo literatura. Esses textos, embora constituam o acervo do espaço escolar não são os únicos suportes para o literário, uma vez que o letramento literário pressupõe práticas que utilizam a escrita ficcional em vários outros espaços além do escolar. Nesse sentido, atividades como criar personagens e ações em um jogo RPG, ouvir ou participar de seções de podcasts, fazer a leitura de um guia ilustrado, assistir novelas, seriados, filmes no cinema ou na televisão, textos e vídeos da *internet*, contar histórias populares, piadas, anedotas, ler mangás, assistir animês, podem constituir importantes práticas de letramento.

3 | A APROPRIAÇÃO DA LITERATURA POR OUTROS MEIOS

Percebemos, assim, que os alunos se apropriam da literatura por outros meios e em grande escala. Dados evidenciam o quanto os jogos de RPG, embora não tão atuais, se constituem, ainda, em grandes possibilidades de letramento.

Vasques (2008) investigou as potencialidades do RPG na educação. No início de sua pesquisa, retratou as opiniões conflitantes sobre o jogo, sobre o qual pairavam questões relevantes e sentimentos que variavam da simpatia a repulsa explícita. O autor estudou diversas visões sobre este jogo, recorrentes tanto na mídia tradicional quanto na religiosa, constatando uma distorção dos elementos do RPG, resultando em uma imagem negativa do jogo. Ele ressalta que a mídia o faz por motivos comerciais, visando notícias espetaculares e curiosas, estimulando a compra de seus periódicos. Quanto a mídia religiosa, ele explica que suas críticas são fruto de um embate político no qual as religiões buscam reassumir a hegemonia perdida, questão intimamente ligada ao desencantamento do mundo, levando em consideração a filiação do RPG ao pensamento científico.

Para Vasques (2008), o RPG refunda a narrativa oral, apresentando aos jogadores técnicas e ferramentas que possibilitam a criação individual de histórias.

Desta forma, o autor enumera três elementos que contribuem para o conhecimento adquirido pelo jogador de RPG. Primeiro, a influência da ciência encontrada nos livros de RPG, contribui para um melhor desempenho educativo, oferecendo regras que mensuram quantitativamente os personagens, as ações e situações dentro da narrativa criada, permitindo ao jogador perceber o real enquanto objeto passível de apreensão.

As regras do jogo são elaboradas como ferramentas para a compreensão das características da ambientação narrada. No entanto, estas regras são apresentadas de forma aberta, podendo ser revisadas, reorganizadas, reescritas. Esta característica habilita o jogo como uma estratégia pedagógica que exercita no aluno habilidades cognitivas ligadas a conteúdos que podem ser desenvolvidos pelos professores em

suas aulas.

A possibilidade de interpretar as regras e a ambientação e reorganizá-las da forma que lhe aprouver, institui a sugestão da possibilidade de se posicionar enquanto produtor de cultura, rompendo com a passividade encontrada na maior parte das atividades proporcionadas pela Indústria Cultural. O autor atenta para o fato de que a narrativa jogada encerra um significado em si, não tendo como objetivo ser transformada em mercadoria.

Outro elemento é a necessidade de leitura por parte dos jogadores, visto que a atividade narrativa se pauta na utilização das informações contidas nos manuais do jogo. Os livros de RPG, na maioria das vezes, são volumosos e trazem inúmeras informações necessárias para se jogar, e com frequência apresentam referências literárias para uma melhor ilustração do assunto explorado. Nesse sentido, quanto mais o narrador conhecer a ambientação e as regras, melhor poderá desenvolver sua atividade, ou seja, para um melhor desempenho no jogo, o jogador deve sempre buscar um domínio cada vez maior do conteúdo a ser utilizado para elaborar suas histórias e personagens.

Pesquisas apontam que o RPG está ressurgindo no Brasil. Existem sistemas para todos os gostos sendo vendidos por pelo menos 4 editoras diferentes, totalmente disponíveis em nosso país e sem a necessidade de sofrer com materiais internacionais. O portal Jovem Nerd, palco de nosso objeto de análise traz um vídeo que, enquanto dá dicas para mestres iniciantes, ainda apresenta uma micro aventura com interpretação, para que quem ainda não conseguiu jogar entenda como tal prática se desenvolve.

Outra matéria do mesmo portal Jovem Nerd trouxe dados sobre o evento *Livros em Pauta*, criado pelo escritor Edson Rossatto com o intuito de promover o encontro de escritores, editores, críticos literários e demais profissionais do livro com leitores e escritores amadores, para discussões sérias e também para bate-papos descontraídos por intermédio de atividades gratuitas, como mesas-redondas, palestras, sessões de autógrafos e lançamentos de livros. O autor atenta para o fato de que até a 4ª edição, as temáticas giravam em torno apenas de “livros e literaturas” e o evento ostentava o subtítulo “*Encontro de leitores com escritores e outros profissionais do livro*”. Contudo, o consumidor de livros, ao longo dos anos, passou a apreciar outros tipos de mídias correlatas, como quadrinhos, cinema, séries de tv, jogos de RPG e games. Basicamente essas pessoas consomem histórias, não importando em qual tipo de mídias elas se apresentam. Assim, atualizando o evento para novos tempos, a partir da 5ª edição, o *Livros em pauta* passou a contemplar atividades culturais relacionadas a outras mídias, adotando, então, o subtítulo “*Congresso de Literatura, quadrinhos, RPG e outras mídias nerds*”.

Embora essa concepção tenha aparecido entre os produtores do evento, ela ainda não se consolidou no universo acadêmico no que diz respeito aos estudos literários, necessitando ainda de trabalhos que investiguem e abarquem esses novos universos multimodais.

Nesse sentido, Jenkins (2009, p. 161) esclarece que “as narrativas estão se tornando a arte da construção de universos, à medida que os artistas criam ambientes atraentes que não podem ser completamente explorados ou esgotados em uma única obra, ou mesmo, em uma única mídia”. Isso explica, por exemplo, a criação da narrativa “A lenda de Ruff Ghanor”. Os ambientes atraentes criados na sessão de jogo RPG em podcast, extrapolaram essa mídia, sendo ampliados e representados no Guia ilustrado “As crônicas de Ghanor”, que não esgotaram as possibilidades de criação, estimulando o surgimento da narrativa.

4 | O JOGO ENQUANTO QUESTÃO DE LETRAMENTO

Aranha (2006, p. 105) ressalta que os jogos vêm se afirmando como objeto de pesquisa polêmico entre a fronteira dos campos da educação, comunicação social e literatura. No campo da educação representariam “uma promessa de aproximação dos sistemas de ensino em relação ao paradigma informacional contemporâneo”; no campo da comunicação social se destacaria a emergência de uma nova mídia, na qual se inserem os debates sobre os novos processos de mediação digital; e para o campo da literatura corresponderia a uma “enigmática forma textual sobre a qual começa a se debruçar a crítica literária, ainda bastante atrelada ao paradigma do impresso”.

Tal “enigmática forma textual”, assim como todas as novas possibilidades tanto de produção quanto da recepção da literatura propiciada pelas novas tecnologias, envolvem, na verdade, questões de letramento, que vão além da concepção de que a literatura está atrelada somente ao impresso, pois articulam, além de materialidades, também usos do universo digital que precisam ser reconhecidos como práticas atreladas à leitura, ao letramento, sobretudo ao letramento literário. Esta pesquisa se justifica, desse modo, pela necessidade de compreendermos as possibilidades que emergem para o ensino de literatura a partir de sua relação com as mais diversas mídias.

A porta de entrada para o letramento de crianças e jovens é e será cada vez mais o ciberespaço. O que precisamos articular, da melhor maneira possível, e ao mesmo tempo valorizando as propostas até então elaboradas, é pensar o letramento literário por meio das possibilidades que temos. Assim, como parte das instâncias de legitimação do literário, devemos mapear as experiências já em curso, ao invés de assumir uma postura de rejeição, um pré-conceito. O universo acadêmico deve se colocar diante de tais objetos com a consciência de que estamos diante de algo que ainda é estranho, uma vez que nossas ferramentas teóricas parecem não estar adequadas aos novos objetos e não o contrário, uma vez que, “as poéticas da cibermídia (narrativas em jogos de computador, poemas multimidiáticos, dramaturgia on-line, etc.) são proeminentes sinais rumo a um futuro para a Literatura” (ARANHA, 2006).

5 | A CAPACIDADE NARRATIVA DOS JOGOS

Desde o início do cinema, conforme Dinis (2005), verificou-se que a nova arte tinha a capacidade de narrar, com seus próprios recursos, uma história anteriormente contada em romances ou contos.

A partir daí, a prática de transformar uma narrativa literária em narrativa fílmica espalhou-se a ponto de boa parte dos filmes ter atualmente, como origem, não um script original, criado especialmente para o cinema, mas uma obra literária (DINIS, 2005, p. 13).

Tal como o cinema, os jogos também têm a capacidade de narrar, e de contar e recontar uma história, ou histórias, advindas do universo literário. Aranha (2008, p. 33) destaca que o surgimento dos jogos eletrônicos deve-se muito a um projeto em que se tinha a ideia de tornar o aparelho de televisão em algo que fosse passível de interferências com a participação dos telespectadores.

De acordo com Janet Murray (2004), os games são um novo gênero que cresce a partir de uma comunidade de práticas de elaboração de convenções expressivas. Ela defende que devemos parar de tentar assimilar os novos artefatos a partir de categorias do texto impresso, ou do cinema. Segundo a pesquisadora, devemos pensar as características de histórias e jogos e como essas características separadas estão sendo re combinadas e reinventadas no mundo surpreendentemente plástico do ciberespaço. Murray (2004) acredita que a mente humana, os protocolos das relações humanas são todos elementos de uma improvisada e coletiva *história-jogo*, ou seja, uma agregação de sobreposições conflitantes, sempre transformando as estruturas que compõem as regras pelas quais atuamos e interpretamos nossas experiências. Segundo Murray, nós precisávamos de um novo meio que expressasse essa história, que nos permitisse jogar este novo jogo, e encontramos o computador. O meio digital é o *lócus* adequado para explorar os conflitos e os puzzles da nova comunidade global e da vida pós-moderna.

Em *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, Chartier (1999) reflete sobre a história da leitura para esclarecer seu pensamento sobre a leitura no meio digital, uma vez que este provoca, inevitavelmente, novas maneiras de ler, novas relações com a escrita, novas técnicas intelectuais:

Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram a compreensão (CHARTIER, 1999, p.77).

Essas novas maneiras de ler estão aliadas a um novo conjunto de leitores e autores habituados ao paradigma do “interativo”, e não mais somente ao paradigma da “construção mental de um filme” (ARANHA, 2008, p. 31) ou um livro impresso. Segundo Don Tapscott, a geração desses novos leitores é denominada “Geração Internet”. Segundo ele, essa geração se tornou global, com grandes semelhanças em diversos países.

Com a ascensão da internet, de alguma maneira, as diferentes características locais específicas dos jovens estão sumindo. Sim, países e regiões ainda terão culturas próprias e características independentes, mas cada vez mais jovens em todo o mundo estão se tornando muito parecidos (TAPSCOTT, 2000, p. 36).

Sob essa perspectiva, Hall (2000) afirma que quanto mais a vida social das pessoas torna-se mediada pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as relações sociais se tornam desvinculadas do aspecto geográfico e social. E sobre esse impacto denominado globalização, Hall (2000, p. 70) argumenta que “o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de *representação*”. Assim, todo meio de representação, seja escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação, traduz seu objeto em dimensões espaciais e temporais, em diferentes épocas culturais, resultando em diferentes formas de combinar as coordenadas dos sistemas de representação.

Práticas sociais realizadas antes em espaços e tempos demarcados têm agora sua contrapartida no ambiente virtual, em jogos, em podcasts e portais. E a produção e o consumo de arte, dentre elas a literária, desenvolve-se nas telas de computadores.

James Paul Gee publicou, em 2003, o livro *What Video Games Have to teach us about Learning and Literacy*. Gee (2003, p.17) defende que, quando as pessoas aprendem a jogar elas estão aprendendo um novo letramento. Nesse sentido, o termo “letramento” deve ser considerado no seu sentido mais amplo. O pesquisador explica que a linguagem verbal não é o único sistema comunicacional importante, nunca as imagens, os símbolos, diagramas, e muitos outros elementos visuais significaram tanto quanto significam hoje. Nesse sentido, os textos se tornam *multimodais*, e a comunicação das diversas modalidades implicam em novos significados. Então, a atividade “jogar”, ou “ler” de um guia ilustrado, se constituem, por excelência, *letramentos multimodais*.

Partindo da mesma perspectiva, a pedagogia de multiletramentos ou *multiliteracies* (COPE E KALANTZIS, 2000; KRESS, 2003, 2010; KRESS; van LEEUWEN, 2001) considera que, em virtude do crescimento da importância dada à diversidade linguística e cultural em um mundo globalizado, precisamos negociar diferenças todos os dias, e a influência das linguagens das novas tecnologias propiciam que o significado seja produzido a partir de modos variados (multimodais ou multimidiáticos) – escrita, imagens, sons, movimento. Kress (2003) afirma que se trata de uma teoria que pode lidar muito bem com o gesto, a fala, a imagem, a escrita, os objetos em 3D, cores, músicas, dentre outros.

Conforme Tamer Thabet (2011), a textualidade que constitui a comunicação ficcional nos jogos e que agrega a visualidade, o som e o texto escrito, é constituída pela interação, denominada, por ele de “*playability*”, ou seja, a habilidade de entendimento do jogador, que, por sua vez, corresponderia aos multiletramentos promovidos.

Assim, é de fundamental relevância o conceito de *remediation* (BOLTER &

GRUSIN, 2000), que evoca a ideia de transferência de algo existente em um meio para outro, ou a apropriação de elementos adaptando-os para outro.

Jay Bolter e Richard Grusin publicaram, em 2000, *Remediation: understanding new media*. Os autores defendem que nenhuma mídia, hoje, é uma mídia isolada da outra. E o processo de remediação seria uma a lógica formal na qual uma mídia renova (*refashion*) as formas de uma mídia anterior ou, como o processo em que as “velhas mídias” são representadas e, até mesmo, realçadas pelas novas mídias, recebendo um novo propósito, uma nova forma e um novo tipo de acesso ou uso (*repurpose*). Bolter e Grusin (2000) afirmam que todo meio é capaz de remediar, de apropriar-se das técnicas, das formas e do significado social de outra mídia e renová-los, tomando seu lugar na sociedade, na economia e nas redes de tecnologia.

Além disso, o processo de *remediação* é um processo que se dá por meio de *imediações*, em que o observador (*the viewer*) fica em contato direto com o conteúdo do objeto. Assim, o jogador/leitor tem o sentimento de experiência e participação, de “realidade” no “virtual”, para maior aproximação entre autor/conteúdo/forma/leitor. E, portanto, promove o contato com a ficcionalidade, com a leitura literária, uma experiência do imaginário, que exige “procedimentos técnicos de um ato de fingir” (HANSEN, 2005, p.26).

Assim sendo, percebemos ter sido o contexto multimodal que motivou a construção da narrativa escrita: “A Lenda de Ruff Ghanor”. Os ambientes atraentes criados na sessão de jogo RPG em podcast, extrapolaram essa mídia, sendo ampliados e representados no Guia ilustrado “As crônicas de Ghanor”, que não esgotaram as possibilidades de criação, estimulando o surgimento da narrativa, que tem suas partes disponíveis em áudio dramas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de escrita na mídia, em especial na internet, marcadas pelas relações entre oralidade e letramento, principalmente aquelas propiciadas pelo surgimento das novas mídias merecem olhares dentro do campo literário.

Consideramos haver diversas práticas de letramento além das práticas específicas do contexto escolar, e que ouvir sessões de podcasts, jogar RPG, ler e analisar imagens de um guia ilustrado se apresentam como práticas de grande relevância entre os jovens. Com esse exemplo, da Lenda de Ruff Ghanor, observamos ser possível a criação de uma narrativa literária, diante de um processo multimodal de letramento e que as características dessa criação, estão diretamente ligadas ao leitor, em termos de funcionalidade e recepção.

Existe, assim várias possibilidades para a leitura literária e os diversos letramentos possibilitados pela cibercultura. As práticas discursivas permeiam as mais diversas esferas e mídias, sobretudo o universo virtual, como novo espaço, que articula o sistema literário a partir de novas funcionalidades. As novas possibilidades tanto

de produção quanto da recepção da literatura propiciadas pelas novas tecnologias envolvem, na verdade, questões de letramento, pois configuram novas práticas de uso da escrita e da leitura.

Nesse sentido, atividades como ouvir uma sessão de representação de papéis em podcasts, acessar o Portal Jovem Nerd, apreciar o guia ilustrado Crônicas de Ghanor, fazer a leitura na narrativa criada, escrever comentários e publicá-los na plataforma Skoob são, indubitavelmente, demonstrações de novos letramentos promovidos pelo ciberespaço, que requerem tanto por parte de autores quanto dos leitores o desenvolvimento de habilidades multimidiáticas, postulando a utilização de diferentes sistemas semióticos, além do uso dos recursos tecnológicos ou técnicos que acercam o texto.

Desse modo, acreditamos que a apresentação dessas possibilidades por meio desse artigo, abre espaço para que outras análises sejam realizadas, bem como os vários aspectos que possibilitam a criação de narrativas, tanto orais quanto escritas, promovendo diferentes práticas de letramento e valorizando o leitor, que atua como participante, construtor e crítico de suas histórias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gláucio. Infovias do literário na contramão da literatura. **Cadernos de Letras da UFF** nº 32 - Letras & Infovias. [online], 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/32/artigo7.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

Narratologia e jogos eletrônicos. In: OSWALD, L. M. B.; PEREIRA, R. M. R. **Infância e juventude:** narrativas contemporâneas. Petrópolis: DP et alii, Rio de Janeiro: Faperfj, 2008, pp.31- 47

BOLTER, Jay David. **Writing Space:** Computers, Hypertext, and the Remediation of Print. 2. ed. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

GRUSIN, Richard. **Remediation:** understanding new media. Cambridge: MIT Press, 2000.

CHARTIER. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros:** a leitura literária na escola. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COPE, B.; KALANTZISIS, M. **Multiliteracies.** Literacy Learning and the Design of Social Futures. London and New York: Routledge, 2000.

DINIZ, T. F. N. **Literatura e cinema:** tradução, hipertextualidade, reciclagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

ESCARPIT, Robert. **Sociologia da literatura.** Lisboa: Arcádia, 1969.

GEE, J.P. **What video games have to teach us about learning and literacy.** New York: Palgrave/Macmillan, 2003.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4 ed. Tomaz Tadeu da Silva e Quacira Lopes Louro (trad.). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HANSEN, J. A. Reorientações no campo da leitura literária. In: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- JENKINS, H. Em busca do unicórnio de origami: Matrix e a narrativa transmídia. In: **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009, pp.135-86.
- KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1^a. ed. 1995, 7. ed. 2004.
- KRESS, Gunther. **Literacy in the New Media Age**. New York: Routledge, 2003.
- Multimodality**: A social semiotic approach to contemporary communication. London: Routledge. 2010.
- van LEEUWEN, T. **Multimodal discourses**. The modes and media of contemporary communication. London and New York: Routledge, 2001.
- LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. **A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MURRAY, Janet H. **From Game-Story to Cyberdrama**. 2004. Disponível em: <<http://www.electronicbookreview.com/thread/firstperson/autodramatic>>. Acesso em: Out. 2015.
- STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge, 1984.
- THABET, Tamer. **Monstrous Textuality**: Game Fiction between Postmodernism and Structuralism .Loading... The Journal of the Canadian Game Studies Association, 2011, Vol 5(8). pp 101-109. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/loading/index.php/loading/article/view/97/111>> Acesso em: out. 2015.
- TAPSCOTT, Don. **Geração digital: A crescente e irresistível ascensão da Geração Net**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- VASQUES, Rafael Carneiro. **As potencialidades do RPG (Role play game) na educação escolar**. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras. UNESP. São Paulo: Araraquara: 2008.
- ZAPPONE, M.H.Y. **Modelos de letramento literário e ensino da literatura: problemas e perspectivas**. *Teoria e Prática da Educação*, v. 03, 2007, pp. 47-62.

ESPORTE, MÍDIA CONTEMPORÂNEA E (IN) VISIBILIDADE SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM AUXÍLIO DAS REDES SOCIAIS

Bruno Bember Lofiego

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias
Rio Claro, São Paulo

Afonso Antônio Machado

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias
Rio Claro, São Paulo

RESUMO: Na contemporaneidade, não é mais possível classificar o esporte apenas como atividade biofisiológica. O fenômeno perpassa inúmeras relações, tais quais sociais, culturais e econômicas. Contudo, o que se apresenta na mídia, em geral, condiz apenas a pequena parcela da elite, relegando grande parte dos profissionais e demais classes envolvidas, o que gera nestes o sentimento de invisibilidade, exclusão e não pertencimento. O presente trabalho avaliou este fenômeno a partir da realidade de um clube de futebol profissional do interior de São Paulo que disputava a última divisão regional. Contou com a participação de 53 indivíduos neste contexto. A análise dos dados se deu na perspectiva qualitativa, a partir de metodologia participante e caráter

fenomenológico. Utilizou-se das mídias alternativas em uma ação que teve como intuito aproximar o atleta de sua imagem na atividade profissional, bem como analisar a repercussão que as mesmas provocaram no contexto emocional de todos os envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento humano e tecnologias; estados emocionais; fenomenologia; facebook; futebol.

ABSTRACT: Is no longer possible to classify sport solely as a biophysiological activity in contemporary times. Phenomenon goes through innumerable relations, such as social, cultural and economic. However, what is presented in the media, in general, corresponds only to a small portion of the elite, relegating much of the professionals and other classes involved, which generates in them the feeling of invisibility, exclusion and non-belonging. Present study evaluated this phenomenon based on the professional soccer club's reality in the interior of São Paulo country that was disputing the last division. It counted on the participation of 53 individuals in this context. Data analysis was carried out in a qualitative perspective, based on participant methodology and phenomenological character. Alternative media was used in an action that aimed to bring the athlete closer to his image in the professional activity, as well as the repercussion caused in the emotional

context of all involved.

KEYWORDS: human development and technologies; emotional states; phenomenology; facebook; soccer.

1 | INTRODUÇÃO

A relação com esporte conquista espaço e relevância na sociedade atual, pois contempla um crescente mercado de produtos, bens e serviços. A presença é constante no dia a dia de qualquer cidadão inserido no mundo globalizado, como pontuam Assumpção, Sampaio, Caetano, Júnior e da Silva (2011). Perpassa as mais variadas relações, desde profissionais (caso de atletas, dirigentes, técnicos, preparadores físicos, fisioterapeutas, psicólogos e demais envolvidos que trabalham diretamente no meio) a relações interpessoais, de lazer, entretenimento, promoção de saúde, estética e demais variantes.

Estas relações citadas acima se adentram e subdividem-se, ainda, em áreas relacionadas à sociedade, educação, recreação, ideologia, política, cultura, economia e imaginário popular. Observa-se, portanto, que todo esse conjunto de áreas ultrapassa e supera a simples relação biofisiológica em que se aparenta a princípio (RUBIO, 2007). Deste modo, inserido em uma sociedade globalizada, o futebol moderno, por exemplo, envolve relações que transcendem até mesmo regras sociais, e nos dias atuais pode envolver seitas, gangsters, guerras culturais e mudanças de paradigmas, conforme discutido por Foer (2005).

Entretanto, grande parte da informação relacionada a vivências e realidades possíveis, neste amplo e complexo fenômeno que se tornou o esporte, é direcionada apenas a um público muito específico. Os dados expostos por dos Santos e Cardoso (2014) referente a gravações do programa televisivo “Globo Esporte”, um dos mais populares e influentes da mídia aberta brasileira, deixa claro que o foco de esporte transmitido é o futebol brasileiro masculino de elite, correspondendo a 89% do conteúdo do programa. Os 11% restantes dividem-se entre os outros esportes, com um pequeno destaque ao automobilismo, basquete e tênis.

Para além do recorte diretivo em relação aos esportes, ocorre a segregação clara dos demais públicos, como o de pessoas com deficiência, amadores, mulheres e juniores. Entre os excluídos, importa aqui destacar o público deste trabalho, que apesar de estar em parte entre o de maior exibição (atleta masculino de futebol profissional), também tem sua imagem relegada ao segundo plano por não exercerem sua atividade profissional em clubes considerados de elite. Este curioso fenômeno, de estar invisível e não ter a realidade conforme exibida nos meios de comunicação, mesmo pertencendo ao público destacado, pode ser analisado segundo estudos de Müller e Lamar (2014), onde apontam as reais perspectivas do mundo esportivo.

Considerando o informado por estes autores, que partiram de informações da

entidade máxima que regulamenta o esporte no Brasil (Confederação Brasileira de Futebol – CBF), dos 30.784 jogadores registrados na época como profissionais, 82% recebiam no máximo dois salários mínimos. Desta maneira, a base do esporte não tem o aporte financeiro para a vida de luxo atribuída comumente a profissão “jogador de futebol”. Na outra extremidade da pirâmide, apenas 2% dos atletas recebem mais de 20 salários mínimos.

Com isso, observa-se em dados reais que a estrutura do futebol profissional em muito diverge com o que se tem exibido e conseqüentemente conduz o imaginário popular a um caminho que a grande maioria nunca conhecerá. Com estes dados, também é possível notar a força e influência midiática no esporte contemporâneo, não sendo possível desconsiderar tal variável (RODRIGUES; MONTAGNER, 2015).

Adentrar ao mundo digital em busca de compreender como esta afeta o indivíduo e suas expectativas deve ser, portanto, levado em consideração. Assim como em situações presenciais, o ser humano tem seu desenvolvimento influenciado por colocações e exposições nesta grande rede que se tornou as diversas formas de mídia. Afinal, deslocando-se entre esses meios, constantemente encontra-se em espaço limítrofe e confuso entre o que é presencial e o que é virtual (MACHADO, 2014).

A complexidade desta influência das mídias ganha proporção ainda maior na segunda década do século XXI, onde cada cidadão inserido no mundo globalizado torna-se uma mídia a partir do acesso a grande rede. A comunicação e troca de mensagens instantâneas a partir do que ficou conhecido como “novas mídias”, impulsionada por tecnologias cada vez mais modernas, já é parte da rotina (HJARVARD, 2015).

No Brasil, por exemplo, projeta-se que para o fim de 2018 se tenha dois aparelhos celulares conectados para cada habitante (MEIRELLES, 2016). Estes *smartphones*, como são conhecidos os novos “celulares inteligentes”, popularizam a utilização de aplicativos e redes sociais a partir de acesso facilitado a internet. Já é natural interagir com o noticiário e até mesmo assistir a lances e comentar declarações esportivas no momento em que estas acontecem.

Em matéria divulgada através do Wall Street Journal (04/02/2013), o Brasil é classificado como país de atividade relevante quando se trata deste tipo de noticiário informal. Inclusive, sendo citado como “capital mundial das redes sociais” por sua potência. O país latino-americano conta com a segunda maior comunidade de usuários no *Facebook*®, atrás apenas dos Estados Unidos (país que o desenvolveu e onde é popular há mais tempo), tem a segunda maior comunidade em número de ativos no *YouTube*® e está entre os cinco que mais utilizam o *Twitter*® (CHAO, 2013)

Apesar da inegável força destas novas mídias, percebe-se que mesmo com maior acesso e número de notícias, muito do que se tem não supera a mera reprodução de notícias formuladas por empresas que detêm a grande mídia e seu maquinário (ROSO; GUARESCHI, 2007). Conseqüentemente, dependentes ou ligados ao capital e seus interesses. Em outras palavras, isso acaba por manter os mesmos atletas na

elite e sustentar os mesmos sonhos de quem está na base, o que contribui para a abundante mão de obra barata e público ativo sustentando o esporte mercadológico (ALMEIDA, 2015).

Desta forma, para uma atuação profissional eficiente, é necessário também compreender como este ser humano atual comporta-se e equilibra-se em meio a todas estas questões em seu dia a dia. Atuar pautado no esporte democrático com foco nesta realidade vivida, para além do ideal midiático, vem sendo um desafio a estudiosos das diversas áreas e vertentes que envolvem atividades esportivas.

Entre as áreas de pesquisa e atuação nas questões ligadas a comportamento e esporte, encontra-se a Psicologia do Esporte. Machado (2000) pontua esta área de estudo e prática como a transposição da teoria e da técnica de várias especialidades e correntes psicológicas aplicadas ao contexto esportivo. Seja no que se refere à construção real de perfis esportivos, seja no uso de técnicas de intervenção para maximizar o rendimento.

Segundo Kunz (2000), o estudo e atuação neste fenômeno sociocultural complexo, no qual se tornou o esporte, deve ser visto em três níveis de análise: representação prática; representação da imagem midiática; representação simbólica. No contexto do futebol, direcionamento optado no presente artigo, cabe pensar: Como este atleta pratica o esporte? Como a mídia transmite essa prática? Como o imaginário simbólico deste atleta atua e influencia sua performance?

Embora seja possível observar níveis de análise em diversas teorias e perspectivas mesmo dentro da Psicologia do Esporte, este trabalho realizou-se com base na Psicologia Fenomenológica clássica proposta por Husserl (2001). Esta perspectiva prediz não partir de pré-análises, mas da suspensão de conhecimentos e julgamentos prévios a fim de enfatizar a experiência singular dos indivíduos (aqui, atletas base do trabalho), conforme leitura de Bello (2000). Consequentemente, o acesso aos fenômenos visou abarcar toda sua forma de apresentação no contexto observado para que, então, a possibilidade de descrição fosse possível.

A partir das observações realizadas, a presente pesquisa, de caráter qualitativo e metodologia participante, apontou a atuação positiva da psicologia no contexto de um clube de futebol profissional do interior paulista. Através de redes sociais, apresentou a realidade que não é exibida e tão pouco levada em consideração, seja pela mídia, seja pela sociedade, e estados emocionais de jogadores de um clube de futebol de última divisão profissional.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Participantes

A coleta de dados ocorreu em uma cidade do interior paulista com cerca de 200 mil habitantes, nas dependências de um clube de futebol que disputava a última

divisão regional. A atividade contou com a participação de 53 indivíduos, de maneira direta e indireta, todos maiores de 18 anos. A saber: 27 atletas do clube; dois dirigentes; técnico e auxiliar técnico; dois preparadores físicos; um fisioterapeuta; um massagista; um porteiro; 17 integrantes na soma de duas torcidas organizadas. Além destes, o psicólogo da equipe, na atividade de pesquisador-participante.

2.2 Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram seis câmeras filmadoras profissionais, editor de vídeo, redes sociais *Youtube*®, *Facebook*®, *Instagram*® e bloco de nota para anotações pessoais do pesquisador-participante. A coleta de dados foi realizada em dois dias de atividades regulares do clube em suas dependências. Torcedores, seguindo a rotina do clube, acompanharam e gravavam as atividades realizadas regularmente, bem como depoimentos e interações diretas, onde atletas convocavam toda torcida a comparecer e prestigiar o time no próximo jogo oficial.

2.3 Procedimentos teóricos

A pesquisa qualitativa, participante, de proposta aberta e abordagem fenomenológica baseou-se nos indicativos de Brandão (2011) e Husserl (2001). Isso significou uma intervenção em acordo com a realidade vivenciada, a fim de superar a aparência e captar a verdadeira essência do fenômeno em questão. Para tanto, ficou estipulada a observação participante e suspensão de conhecimentos prévios ou busca por equivalência de resultados para com determinado conceito dos autores.

2.4 Ética em pesquisa

A proposta adequou-se a todos os critérios éticos para este tipo de pesquisa segundo as normas internacionais e as vigentes no Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade em que o pesquisador se encontrava vinculado a um programa de pós-graduação. Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Suas identidades foram aqui preservadas e a divulgação dos dados coletados para pesquisa somente foram divulgados devido livre participação e autorização dos diretores/responsáveis legais envolvidos.

3 | RESULTADOS

A proposta, envolvendo atividade profissional e visibilidade, teve seu início por meio de mensagem postada via página da equipe no *Facebook*® e *Instagram*®. A mensagem convidava torcedores a conhecer a rotina do clube e mostrar acolhimento para com o clube nesta fase pré decisão. Obteve-se, a partir dela, contato com representantes das duas torcidas organizadas do time, direcionamento interpretado como mais próximo e que causaria maior mobilização em curto prazo, visto que o jogo

decisivo estava a menos de uma semana.

No avançar do diálogo, representantes das torcidas se dispuseram a comparecer as dependências do clube. Os encontros resultariam em um vídeo para a página principal gerida por torcedores da cidade, onde havia representantes das duas organizadas. Muitos disseram que gostariam de participar mais ativamente do cotidiano do clube a tempos, pois pouco ou nada era comentado na mídia. Restava ao torcedor informações apenas em dias de jogos ou da escassa informação de boletins locais.

Nesta ação, foi possível observar a velocidade em que ocorre a comunicação a partir das novas mídias e tecnologias: em menos de dois dias, a programação foi construída com dirigentes do clube e torcedores, bem como a união das duas torcidas organizadas da cidade foi estabelecida para aquele momento. Ficou acordado que torcedores poderiam assistir aos treinos da equipe e registrar as atividades em câmeras próprias, bem como interagir com os atletas em momentos oportunos.

Em dois dias dia de coleta de dados e imagens, foi realizado cinegrafia de: entrevistas informais com atletas e demais funcionários envolvidos; treinos táticos e técnicos; atividades físicas em academia; reconhecimento das dependências; visita ao alojamento dos atletas, a sala de fisioterapia e direção do clube. Após o término, foi realizado, na sala de imprensa do clube, um breve encontro entre grande parte dos envolvidos. Em clima descontraído, foram comentadas as melhores cenas e que, portanto, deveriam aparecer no vídeo de chamada.

No dia seguinte a finalização desta atividade com participação interna da torcida, foi publicado um vídeo principal na página oficial dos torcedores do clube via *YouTube*®, compartilhado nas redes sociais *Facebook*® e *Instagram*®, conforme estabelecido. A publicação nas redes sociais feita por torcedores possibilitou uma maneira de aproximar os organizadores do site (torcedores) e clube.

Por consequência, ocorreu maior interesse também nos demais seguidores do canal e o público atingido por seus comentários e compartilhamentos. A partir deste contato próximo, foi possível aos atletas expor as reais condições físicas e emocionais em que se encontravam naquele dado momento. Aos atletas, foi possível notar o apoio de pessoas que estão para além de seus contatos pessoais nas redes sociais.

Como resultados estatísticos, observou-se que o vídeo divulgado na página não oficial mais popular entre torcedores tornou-se, em apenas quatro dias, o mais visualizado da *Fan Page* até então, com 2.334 visualizações. Recebeu 82% mais “curtidas” (151 *likes*) que o segundo mais “curtido” (83 *likes*). Ficou entre os três mais “compartilhados” (36 publicações) e foi o mais comentado.

Todos os “comentários” recebidos (33 diferentes na página principal, sem contar os em páginas compartilhadas) foram em forma de apoio aos atletas e ao clube e/ou a iniciativa nas redes sociais. Na partida seguinte ao vídeo, o estádio contou com o maior público do ano, superior em mais de quatro vezes (7.021 pessoas) quando comparado ao jogo anterior na cidade (1.483 pessoas), o que aponta maior engajamento e divulgação da partida na cidade.

Para além destes resultados quantificados, foi possível observar, através da perspectiva participante, que o clima de tensão próprio da véspera de um jogo decisivo foi amenizado e o sentimento de autoconfiança potencializado, bem como o sentimento de grupo e objetivo comum. O clube reconheceu sua atividade profissional de maneira mais nítida e valorizada a partir desta vivência, gerando ambiente interno de apoio e incentivo mútuo.

A atividade, inclusive, chamou a atenção da principal equipe televisiva da região, que realizou atividade de atenção direta ao comparecer nas dependências do time a fim de entrevistar atletas e diretores. A emissora comentou e exibiu em sua programação o vídeo publicado nas redes sociais, bem como engrandeceu a popularidade que o clube ganhou nos dias posteriores a atividade na grande rede e também convidou o público para próximo jogo.

Ficou evidente, a partir desta experiência, a relevância e importância das mídias no desenvolvimento da imagem pessoal dos atletas, e como isso permeava as relações desenvolvidas, bem como motivação pessoal e coletiva. A partir desta observação dentro do contexto de tensão gerado por proximidade a um jogo decisivo, a atividade envolvendo valorização e incentivo teve também seu objetivo cumprido em dados observáveis, visto que o clube conseguiu atingir o resultado esperado mesmo sofrendo o primeiro gol e atingiu a pontuação necessária que contemplou o acesso de divisão.

4 | DISCUSSÃO

Como reflexo desta atividade, foi possível notar que relações incorporadas culturalmente por vezes passam despercebidas em análise e atuação, e um campo que deveria ser tido por base é renegado ao plano de fundo. Conforme pontua Machado (2014), o estudo e atuação neste mundo globalizado deve adentrar a significação individual das vivências e as novas tecnologias que cercam o fenômeno. Nos resultados aqui expostos, tanto atletas quanto torcedores puderam encontrar sentido de maneira positiva ao momento em que o clube se encontrava, de reestruturação e necessidade de visibilidade e apoio.

Foi possível observar que a falta do que conhecemos como “visibilidade” através das redes sociais, foi equivalente a ausência de uma experiência de valorização do trabalho e de sua participação no mundo. Desta maneira, os envolvidos encontravam-se invisíveis e descartados em uma cultura de consumo, conforme pontua Silva (2015). Inseridos no meio digital, encontravam sua atividade em atletas de outros clubes, mas não sua imagem e atividade em seu meio e contexto. Isso gera a sensação de inadequação, de acordo com os estudos de Araújo (2012). Afinal, realizam a atividade, mas não recebem o retorno que entendem como o natural dos grandes meios de comunicação.

Antunes (2015) propõe reflexão de sentido do trabalho a partir de análise da hegemonia e reprodução de ideologias postas pela classe dominante. Esta, que domina a grande mídia e o valor de uso das coisas, distancia o trabalhador real do trabalhador que propõe como ideal. Assim, como visto a identidade pessoal ou imagem de si que o indivíduo julga corresponder, encontra-se distante. Isso gera os mais variados sentimentos de inferioridade. Entre eles, por exemplo, muitos não se viam como “jogador de verdade”.

A atividade desenvolvida demonstra a relevância da pesquisa participante e proposta aberta, pois somente assim foi possível apreender o fenômeno, todo seu desdobramento e intervir para aquele dado contexto, conforme proposta de pesquisa qualitativa apontada por Monteiro (2016). O objetivo do trabalho foi atingido, tendo em vista a proposta de pesquisa baseada na fenomenologia clássica explanada por Goto (2014). Por meio da atividade e análise dos dados coletados, foi possível explorar a vivência e compreender como as unidades de sentido pessoais se configuram em um clube de última divisão regional.

A perspectiva fenomenológica proporcionou suporte ao analisar de maneira próxima o conjunto e indivíduo nos mais diferentes aspectos, conforme propõe Maldonato (2014). Foi possível ter acesso aos envolvidos também no contexto de jogo decisivo. A metodologia permitiu, ainda, ao pesquisador elementos de base para compreensão integral daqueles atletas naquela condição de esportista profissional com realidade pouco ou nada divulgada. Levou em conta sua trajetória no meio esportivo e nos demais aspectos pessoais que construíram sua estrutura, tendo em vista o trajeto existencial, contextual e temporal, conforme delimitado por Bello (2006).

Compreender a vivência não significou abstrair o fenômeno ou tentativa de significá-lo a partir de idealização, mas sim delinear o elemento de sua essência em que a manifestação é em sentido pleno. Não se tratou de reduzir a fatores isolados. Tratou-se de observar o que se vive individualmente para que assim pudesse entrar em contexto com a situação manifestada a todos do grupo, conforme indica Valério e Barreira (2015). Partindo deste pressuposto, pode-se compreender o ocorrido com a invisibilidade nas redes sociais e assumir posicionamentos interventivos.

Importa destacar que o percurso traçado para investigação se delineou através do sentido de consciência, que é sempre consciência de alguma coisa. Fez-se necessário não apenas retratar a intervenção, mas estar atento da mesma forma a sua amplitude de possibilidade, que envolve diferentes estruturas e sentidos presentes segundo as experiências anteriores de cada um dos envolvidos. Somente assim será possível estudar o fenômeno de maneira ampla, como indica Bello (2000). Desta forma, a interação com a torcida e demais funcionários do time, integrantes do fenômeno, também se mostrou como necessária e potencialmente influente na resignificação estrutural.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o ser humano da segunda metade do Século XXI, o esporte vem de constantes progressos e mudanças sociais, promovendo espetáculos e adequando-se ao ideal de proposta do capital vigente. Com isso, a prática de grande parte da população, desprovida das condições da elite expostas na grande mídia, torna-se invisível. Conseqüentemente, o indivíduo que se encontra nessas condições não vê valorização em sua atividade e se entende como a margem da sociedade, mesmo sendo base, e mantém o sonho improvável de um dia atingir o patamar televisivo através do esporte. Afinal o fenômeno é exaustivamente divulgado.

A vivência a partir da realidade em que se encontra, então, torna-se conflito para o atleta tanto em condições materiais, devido baixo salário, quanto psicológicas, por conta desta desvalorização social. Na contemporaneidade mundial, com este exemplo, observa-se que a mídia se tornou um agente que molda ideais, influencia direcionamentos e desejos. Sobretudo nos canais abertos de televisão, de acesso popular, grande parte do tempo destinado a esportes direciona-se ao futebol masculino de elite e seu sucesso financeiro, excluindo os demais esportes e futebolistas.

A complexidade, inclusive, sobrepõe à mídia tradicional e adentra, as não tradicionais, populares a partir das redes sociais. Embora de maior liberdade, pois cada cidadão pode ser um meio de comunicação, este privilégio disposto na grande rede na maior parte das vezes é subserviente a interesses mercadológicos, destoando em pouco ou nada do que é publicado em redes patrocinadas. Portanto, o atleta encontra-se em conflito ao perceber que está em segundo plano inclusive em sua própria rede.

Fundamentar a atividade de análise deste complexo fenômeno partindo da perspectiva fenomenológica significou recusa a simples revisão bibliográfica ou atuação em busca de equivaler o resultado com a literatura. Com tal postura, o artigo possibilitou observar aspectos essenciais da experiência em um clube de futebol profissional de divisão não noticiada e, ao mesmo tempo, realizou a partir da subjetividade individual, análises singulares dos estados emocionais dos pesquisados em questão.

O trabalho, todavia, ficou restrito a um último jogo de uma temporada, não sendo possível observar os resultados e conseqüências a médio/longo prazo com os atletas que ali atuaram. O número elevado de participantes também não permitiu uma análise vivencial minuciosa de cada envolvido, o que direcionou a análise a observação presenciada em campo pelo pesquisador-participante e análises dos vídeos e comentários virtuais.

Apesar das evidentes limitações desta atividade, pode-se notar que quando utilizadas para aproximar da realidade, criar, refletir e não meramente reproduzir, as novas mídias (redes sociais e páginas independentes) podem ser alternativas viáveis para quebra de monopólio da mídia tradicional. Considera-se a atividade nas mídias alternativas como oportunidade de o atleta encontrar-se na atividade, pouco ou nada exibida até então.

Visualizar o apoio recebido de todo o público, antes também sem visibilidade, foi outro ponto em que o artigo apresenta avanço. A utilização das páginas independentes, quando pautada na realidade vivida e não em mera reprodução, mostrou-se ferramenta relevante e eficaz na promoção de oportunidades. Podem ser promotoras de empatia, encontro, motivação e produção de sentido para a atividade. Cabe, desta maneira, maiores estudos neste sentido, aplicação em diferentes públicos e localidades dentro desta perspectiva ou demais propostas variantes, a fim de corroborar, dialogar ou problematizar com o que aqui foi descrito e apontar novos caminhos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

ARAÚJO, Allyson Carvalho. TRANSFORMAÇÕES DO ESPORTE: Estética e regime de visibilidade (pós) moderno. **Pensar a prática**, v. 15, n. 3, 2012.

ASSUMPÇÃO, Luís Otávio Teles et al. Temas e questões fundamentais na sociologia do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 18, n. 2, p. 92-99, 2011.

ALMEIDA, Pedro. Futebol, Mercantilismo e Identidade no século XXI: Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: **Forum Sociológico**. CICS. NOVA, 2015. p. 7-16.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. In: **Repensando a pesquisa participante**. Brasiliense, 1985.

BELLO, Ângela Ales. **A fenomenologia do ser humano**. Tradução de Antonio Angonese, 2000.

BELLO, Ângela Ales. **Introdução à fenomenologia**. Edusc, 2006.

CHAO, Loretta. (2013, 04 de fevereiro). **Brazil: the social media capital of the universe**. The Wall Street Journal, 4 fev. 2013. Disponível em <<http://online.wsj.com/article/SB10001424127887323301104578257950857891898.html>> Acesso em: 20 jun. 2018.

DOS SANTOS, Clayton Araújo; CARDOSO, Lenize Villaça. Globo Esporte e futebol: Um estudo de caso. **Inovcom**, v. 6, n. 1, p. 24-40, 2014.

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização**. Zahar, 2005.

GOTO, Tommy Akira. **Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

HJARVARD, Stig. Da Mediação à Miatização: a institucionalização das novas mídias. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, v. 3, n. 2, p. 51-62, 2015.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia**. Madras, 2001.

KUNZ, Elenor. Esporte: uma abordagem com a fenomenologia. **Movimento**, v. 6, n. 12, 2000.

MACHADO, Afonso Antônio. (2000) Psicologia do Esporte: seu enredo. In.: K. Rubio (org.) **Encontros**

e desencontros: descobrindo a Psicologia do Esporte. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MACHADO, A. M. **Psicologia do Esporte, Desenvolvimento Humano e Tecnologias: o que e como estudar.** Várzea Paulista, Sp: Fontoura, 2014.

MALDONATO, Mauro. **A subversão do ser: identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação.** Edições Sesc, 2015.

MEIRELLES, Fernando de Souza. **27º Pesquisa Anual do Uso de TI.** 2016.

MONTEIRO, Regina Clare. Pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Pro-posições**, v. 2, n. 2, p. 27-35, 1991.

MÜLLER, Antonio Jose; LAMAR, Adolfo Ramos. Body capital in Brazilian football end American Basketball. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, p. 31-44, 2014.

RODRIGUES, Eduardo Fantato; MONTAGNER, Paulo Cesar. Esporte-espetáculo e sociedade: estudos preliminares sobre sua influência no âmbito escolar. **Conexões**, v. 1, n. 1, p. 55-70, 2013.

ROSO, Adriane; GUARESCHI, Pedrinho. Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisista. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-POLÍTICA & TRABALHO**, v. 26, 2007.

RUBIO, Kátia. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Revista brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 1, n. 1, p. 01-13, 2007.

SILVA, Alessandro Soares. A mercadorização do futebol e seus impactos na infância pobre. **Revista Universitaria de la Educación Física y el Deporte**, n. 4, p. 44-53, 2011.

VALÉRIO, Pedro Henrique Martins; BARREIRA, Cristiano Antunes. Arqueologia fenomenológica, fenomenologia genética e psicologia: rumo à gênese das manifestações culturais. **Psicologia USP**, v. 26, n. 3, 2015.

A CULINÁRIA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA CULTURAL DAS COMIDAS TÍPICAS

Renan Valério Eduvirgem

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia
Maringá, Paraná

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de demonstrar a importância da culinária ucraniana na cidade de Prudentópolis, Paraná. O município de Prudentópolis está localizado na região Centro-sul deste estado. Esta região recebeu elevada quantidade de imigrantes eslavos com a maior proporção de ucranianos após a segunda metade do século XIX. Estes imigrantes trouxeram com eles suas culturas e costumes, inclusive sua culinária. O artigo evidenciará cinco comidas típicas tradicionais dos imigrantes da Ucrânia mais consumidas em seu cotidiano e nos períodos de festas comemorativas. Além de detalhar algumas comidas típicas da culinária eslava, em especial as mais consumidas pelos ucranianos na cidade de Prudentópolis, também foram abordados alguns aspectos do processo de migração. Em suma, foi possível concluir que a culinária ucraniana é componente fundamental na cultura, principalmente no município de Prudentópolis onde há elevada concentração de ucranianos, de modo que é imprescindível que os habitantes de Prudentópolis não percam a cultura de se alimentarem cotidianamente

de suas comidas típicas, ou ao menos nos períodos festivos para que suas raízes não sejam esquecidas pelas próximas gerações.

PALAVRAS-CHAVE: PEROHÊ; CENTRO-SUL; GASTRONOMIA; COMIDAS; ESLAVO.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the importance of Ukrainian cuisine in the city of Prudentópolis, Paraná. The municipality of Prudentópolis is located in the Center-south region of this state. This region received high numbers of Slavic immigrants with the highest proportion of Ukrainians after the second half of the nineteenth century. These immigrants brought with them their cultures and customs, including their cuisine. The article will highlight five typical traditional foods of the Ukrainian immigrants most consumed in their daily lives and in the commemorative holiday periods. In addition to detailing some typical dishes of the Slavic cuisine, especially the ones most consumed by the Ukrainians in the city of Prudentópolis, some aspects of the migration process were also addressed. In short, it was possible to conclude that Ukrainian cuisine is a fundamental component of culture, especially in the municipality of Prudentópolis where there is a high concentration of Ukrainians, so it is imperative that the inhabitants of Prudentópolis do not lose the culture of daily food of their typical foods, or at least in festive periods so

that their roots are not forgotten by the next generations.

KEYWORDS: Perohê; South-Center; Gastronomy; Meals; Slavic.

1 | INTRODUÇÃO

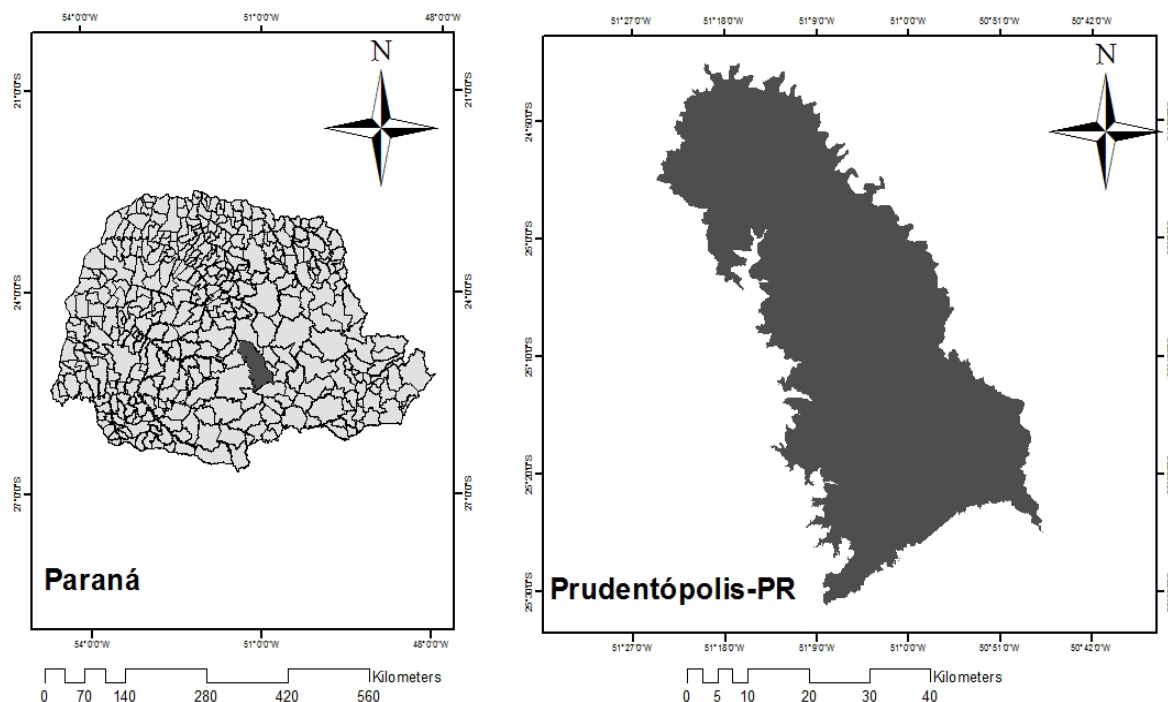
O tema da alimentação é abordado por várias áreas do conhecimento, pelo fato de haver interfaces variadas. Alimentar-se vai muito além de simplesmente comer cotidianamente, pois o arcabouço é composto por costumes, culturas, rituais e entre outros comportamentos de diversas etnias.

Para Santos (1997, p.160) “não é suficiente que uma coisa seja comestível, para que efetivamente seja consumida. É necessária uma série de condicionamentos como o biológico, o psicológico, o cultural e o social para que se dê um passo”. Deste modo, Da Matta (1987, p.22) afirma que nem todo alimento pode transformar-se em comida, pela essência de não fazer parte de nossos hábitos, assim, afirmando “comida” é “o alimento que vai ser ingerido. Só é “comida” aquilo que é aceito socialmente e culturalmente dentro de um determinado grupo de indivíduos. Estes elegem o que comer, quando, como, onde e com quem, dependendo de inúmeros fatores, como crenças, valores sociais, cultura, costumes”. Não obstante, a comida, “gosto e culinária são conceitos que se articulam e se complementam. A comida, assim como a língua e outros símbolos consagrados pelos grupos sociais, constitui elementos de pertencimentos e representam aspectos que podem sofrer modificações, adaptações, ou manterem-se pouco variáveis, estabelecendo elos com o passado, tornando-se parte da cultura de um povo. A comida e a linguagem aparecem como sistemas que compõem valores simbólicos, em que cada elemento define o seu significado” (COSTENARO, p. 40, 2013a).

Bonin e Rolim (1991) afirmam que os hábitos alimentares são convergidos na essência de seleção, preparo e ingestão de alimentos, na qual não é o espelho, mas na verdade se constituem no próprio retrato da sociedade, assim, de fato expressando a alimentação enquanto prática sociocultural. E no que tange a culinária ucraniana, Costenaro (2013b, p. 189) salienta que os “ingredientes, os modos de preparo e de consumo em diferentes momentos marcam o sentimento de pertencimento do grupo à etnia ucraniana”. Evidenciando que a conjuntura sociocultural ucraniana está diretamente ligada as comidas típicas, não somente na Ucrânia, mas também em todos os lugares onde sua cultura alimentar é reproduzida e consumida. “

Este artigo trata da culinária ucraniana e sua importância para as tradições culturais, com enfoque direcionado para o município de Prudentópolis, Paraná.

Localizada na região Centro-sul do estado do Paraná, com distância da capital, Curitiba de 220 quilômetros. A população estimada para o ano de 2015 é de 51.567 habitantes (IBGE, 2016). Do total da população que reside no município de Prudentópolis (Figura 01) a maior porção está na área rural (COSTENARO, 2013b).



**Sistema de Coordenadas Geográficas
SIRGAS 2000
Fonte: ITCG, 2016
Base Cartográfica: ITCG, 2016
Elaboração: Renan Valério Eduvirgem**

Figura 01: Localização de Prudentópolis-PR.

Elaboração: Autor

Quando pensamos em comida e em determinado território, tem-se que fazer uma associação entre os mesmos. Nos estudos que tangem comida e território, Maria Eunice Maciel, tem uma importante contribuição em seus estudos, denotando que “a comida pode marcar um território, um lugar, servindo como marcador de identidade ligado a uma rede de significados. Podemos assim, falar em ‘cozinhas’ de um ponto de vista ‘territorial’, associadas a uma nação, território ou região”.

Partindo deste princípio Costenaro (2013b) salienta que os ingredientes, a culinária e o gosto delimitam e constituem não somente os territórios geográficos, mas também as regiões de sentidos e sabores.

Podemos assim notar que as comidas estão totalmente relacionadas com os povos, das mais diferentes etnias e nos mais diversos lugares onde o homem consegue habitar. Em especial, no decorrer deste artigo será denotado o município de Prudentópolis, Paraná, onde a culinária ucraniana tem importante papel não somente no cotidiano dos cidadãos, mas também da população rural, ou seja, no que tange a população absoluta. O presente artigo tem o objetivo de demonstrar a importância da culinária ucraniana na cidade de Prudentópolis, Paraná.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica sobre a temática em estudo, em levantamentos de informações através de pesquisa em biblioteca e arquivos públicos municipais, estaduais e federais, e também em livros e periódicos disponíveis em meio digital.

Para confeccionar o mapa de localização utilizamos os softwares Quantum GIS 2.18.2 para elaboração da localização do município de Prudentópolis. Para finalizar o mapa utilizamos o software AutoCAD 2017 (versão do estudante, com licença ativa) com o propósito de definir melhor o acabamento, no que tange aos detalhes da finalização.

3 | ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO DE UCRANIANOS NO CENTRO-SUL DO PARANÁ E AS IMPLICAÇÕES ALIMENTARES

Nas décadas de 1870, 1880 e 1890 até meados do século XX, em etapas diferentes, chegaram ao Paraná imigrantes das atuais Ucrânia e Polônia. Há respeito dos imigrantes e a colonização Teleginski (2012, p.1) tem importante contribuição:

Um significativo número desses imigrantes passou a viver em “núcleos coloniais” criados a partir de políticas públicas de imigração no Médio Vale do Rio Iguaçu, um território reconhecido por ter concentrado o maior número das colônias oficiais de imigração eslava no estado e pela marcante presença de descendentes aí residentes. Algumas dessas colônias foram instaladas nos municípios de Irati, Mallet e Prudentópolis, no segundo planalto paranaense, na região centro-sul do Paraná.

Diante do exposto é notório que ocorreu implicações imprescindíveis no que tange os hábitos alimentares, abarcando todo um contexto desde elementos, seguindo dos produtos e técnicas até os hábitos e comportamentos no que segue rigor à alimentação.

Com alusão aos impactos que ocorrem quanto à imigração de uma determinada etnia, podem seguir o rigor de mesclarem e até mesmo agregar, como denota Teleginski (Op., Cit., p. 2):

Conforme antropólogos, sociólogos e historiadores da alimentação, quando uma população emigra traz consigo um conjunto de práticas ligadas à sua alimentação, mesclando ou acrescentando possibilidades e práticas alimentares no novo contexto em que passam a viver, se adequando ao sistema alimentar local, mas interferindo nele a partir dos hábitos que trazem consigo. Nesses contextos relacionais os hábitos e práticas alimentares podem tornar-se elementos marcadores de identidades e de fronteiras indenitárias.

Deste modo pode-se observar que as comidas típicas das mais diversas etnias, em especial a culinária eslava sendo uma protagonista concomitante a imigração, onde ambas influenciam e até mesmo auxiliam na identificação da população, como também do território em que estão situados.

A gastronomia ucraniana contempla um arsenal de variações que são

fundamentais para os aspectos políticos e até mesmo econômicos, de modo que a importância da comida dentre muitos elementos que subsistem por tempo maior enquanto referência à cultura de origem, podendo não ser cotidianamente, todavia é fundamental que sejam preparadas para alimentação ao menos em dias de festas. Giard (1996) demonstra o mesmo ponto de vista referente à apreciação das comidas típicas cotidianamente ou pelo menos nos períodos de festa.

Com a alusão a perspectiva de festas, estas comemorações ocorrem em datas especiais e por motivos culturais, todavia, normalmente não é somente a população local que usufrui, de modo que comemorações em especial as festividades, concentra-se pessoas de inúmeros locais, tendo variações de acordo com o tamanho e abrangência da festa.

Deste modo as comidas típicas da culinária ucraniana podem abranger muito mais que seus consumidores tradicionais, pois as festividades possuem como características concentração de pessoas, assim, podendo difundir ainda mais a comida típica ucraniana, tendo fundamental relação com a identidade social.

Neste contexto Mintz (2000, p.1) afirma:

O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos. Não é de surpreender, portanto, que o comportamento comparado relativo à comida tenha sempre nos interessado e documentado a grande diversidade social.

Deste modo como é expresso por Mintz, é evidente que as comidas podem demonstrar uma grande diversidade social, pois cada sociedade possui costumes e a cultura de alimentar-se de comidas das mais distintas e até mesmo podendo ter semelhanças em alguns aspectos, sejam eles dos mais simples, como o nome diferente, até os mais gritantes onde uma sociedade não consiga adaptar-se a alimentação de outra.

No caso do município de Prudentópolis, Paraná, os pratos típicos ucranianos estão difundidos por toda a região Centro-sul do estado do Paraná, pois um dos fatores que podem ter influenciado essa difusão cultural do bom sabor dos pratos ucranianos, foi que os imigrantes vieram em massa nesta região, assim, de certo modo evidenciando a diversidade cultural, entretanto inserindo sua culinária na mesa de sociedades distintas.

4 | IMIGRAÇÃO EM PRUDENTÓPOLIS E AS COMIDAS TÍPICAS UCRANIANAS TRAZIDAS PARA O PARANÁ

A colônia ucraniana tem seu início no Brasil na segunda metade do século XIX. Anos depois da chegada dos ucranianos é fundada a cidade de Prudentópolis, Paraná, em 1906.

Prudentópolis recebeu um elevado contingente populacional de imigrantes, sendo os ucranianos a maioria (RAMOS, 2006), dentre os povos eslavos que se estabeleceram neste município, sendo que o maior fluxo migratório ocorreu até a década de 1950.

Diante do exposto, é notório que os ucranianos foram à maioria dentre os povos eslavos (ucranianos e poloneses) que colonizaram Prudentópolis, assim, os ucranianos impuseram de maneira indireta seus costumes e culturas, incluindo as comidas típicas, para a população absoluta que ali se estabeleceram.

De acordo com os estudos de Ramos (2006) os alimentos típicos da culinária ucraniana são os mais conhecidos e consumidos. Ramos (Op., cit.) elaborou um questionário e os resultados obtidos em sua dissertação com alusão as comidas típicas ucranianas, foram que 80% dos entrevistados comem, costumeiramente, pratos típicos da culinária originária da Ucrânia.

5 | INGREDIENTES BÁSICOS E COMIDAS TÍPICAS DA CULINÁRIA UCRANIANA

Os pratos típicos mais conhecidos da culinária ucraniana têm como ingredientes básicos a couve, o repolho, a beterraba, a batata, o pepino, raízes fortes como (Hrin e gengibre), Ramos (2006, p. 16) salienta que “os cereais como trigo sarraceno ou mourisco (hretchka) e o milho”, também compõe os pratos da culinária ucraniana.

Os pratos típicos tradicionais da culinária ucraniana utilizam em suma alimentos cozidos, assados e refogados. Pode-se referenciar como os mais presentes no cotidiano:

- Varéneke e Perohê: São pastéis feitos com massa pré-cozida que podem receber diferentes recheios, salgados ou doces.
- Kutiá: É composto por trigo cozido e temperado com mel, com coco e leite condensado ou sementes de papoula.
- Borsh: É a sopa azeda, que compõe os ingredientes como o repolho, beterraba e carne suína.
- Holupti: Charuto de folha de repolho cozida e recheada com arroz e carne moída.

A culinária ucraniana também contempla a carne suína assada, linguiça – embutida de carne suína e entre outras. Para evidenciarmos as comidas típicas descritas e seus ingredientes aqui denotados da culinária ucraniana, foi elaborada duas imagens com os pratos para melhor representar, como podemos observar (Figura 02 e Figura 03).

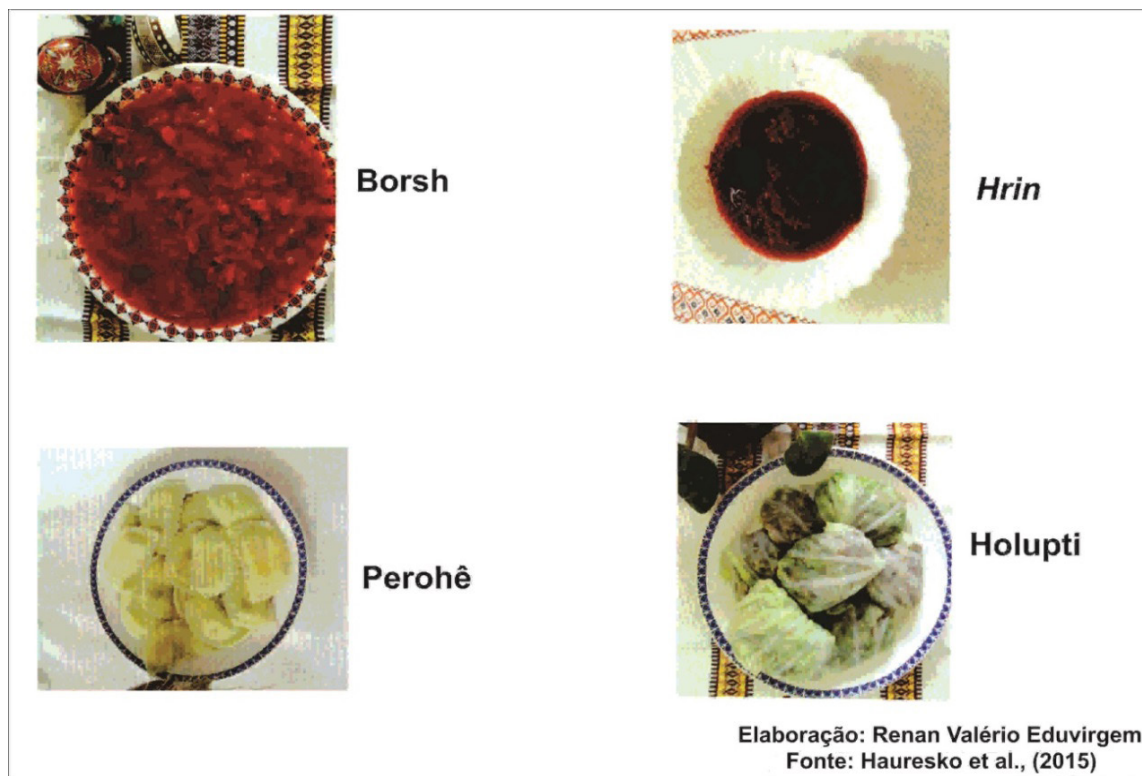


Figura 02: Principais comidas da culinária ucraniana em Prudentópolis-PR.

Fonte: Hauresko et. al. (2015)



Figura 03: Principais comidas da culinária ucraniana em Prudentópolis-PR.

Fonte: Hauresko et. al. (2015)

Diante do exposto, e de acordo com as informações evidenciadas no “boletim informativo da sociedade ucraniana do Brasil”, pode haver variações na nomenclatura dos pratos. Não é incomum encontrar a sopa azeda escrita como Borch, Borcht ou

Borsh. Do mesmo modo o Holoptzi, Holupti ou Holopti. Kutiá ou Cutiá. Optou-se neste artigo utilizar a nomenclatura Borsh, Kutiá e Holupti. São frequentes os termos Perohê para se referir ao pastel cozido ou também Varéneke.

Esses são os pratos típicos da culinária ucraniana que os habitantes do município de Prudentópolis, degustam cotidianamente. Estes pratos estão presentes também nas cerimônias festivas, relacionadas com as práticas rurais locais. Estes pratos são fundamentais para manter e estabelecer vínculos com o passado, concomitante a tradicionalidade, assim, preservando a identidade étnica.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ucranianos foram atraídos para o Brasil, devido a inúmeros conflitos que ocorreram na Europa. Em contrapartida, as políticas públicas, incentivos à vinda, e iniciativas promotoras de terras aos imigrantes para cultivo de alimentos no Brasil, foram essenciais para o país tornar-se uma zona de atração populacional.

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas, a etnia dos povos eslavos (poloneses e ucranianos) se concentrou em boa parte na região Centro-sul do estado do Paraná.

Desses imigrantes que se estabeleceram nesta região entre poloneses e ucranianos, o segundo grupo de eslavos foram os que estavam em maioria. Os ucranianos vieram com o propósito de cultivar milho, feijão, cevada e dentre outras culturas. Muitos dos produtos cultivados eram fundamentais para a produção da alimentação de subsistência dos ucranianos, sendo constituídas em Prudentópolis as comidas típicas ucranianas.

As comidas típicas ucranianas foram difundidas neste município de modo que são comuns os moradores se alimentarem destes pratos cotidianamente, sendo assim, acentuada a cultura tradicional ucraniana na perspectiva de sua culinária. De modo, que é fundamental que os habitantes de Prudentópolis não percam a cultura de se alimentarem cotidianamente de suas comidas típicas, ou ao menos nos períodos festivos para que suas raízes não sejam esquecidas pelas próximas gerações.

AGRADECIMENTOS

Registra-se os melhores agradecimentos a Fundação CAPES pela bolsa concedida, que permitiu a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BONIN, A.; ROLIM, M. C. M. B. Hábitos alimentares: tradição e inovação. **Boletim de Antropologia**. Curitiba, v. 4, n.1, p. 75-90, 1991.

COSTENARO, Eliane Crestiane Lupepsa. Práticas culinárias entre descendentes de ucranianos em Prudentópolis (PR). **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 4, n. 3, p. 37-47, 2013a.

COSTENARO, Eliane Crestiane Lupepsa. **Para a dona de casa: comida e identidade entre descendentes de ucranianos em Prudentópolis, PR, 1963-1976**. 2013. 135 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2013b.

DA MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. In: **O Correio**, Rio de Janeiro, v.15, n. 7.1987.

GIARD, Luce. Memórias. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAURESKO, Cecília; GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas; GOMES, Emerson de Souza; HAURESKO, Julia Bernadete. **Paisagens de Prudentópolis: Patrimônio natural, cultural e religioso no interior do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2015. 81p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412060>> Acesso em: 17 jul. 2016.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que tem haver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156. Dezembro de 2001, p. 151.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.

O LAVRADOR. BOLETIM INFORMATIVO DA SOCIEDADE UCRANIANA DO BRASIL. **Culinária ucraniana: Varéneke**. Curitiba, Nº 3857. Abril de 2009, p.13.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR**. 2006. 161 p. Dissertação (Mestrado em História) – Estudos Históricos Latino-Americanos, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2006.

SANTOS, C. R. A. Por uma história da alimentação. In: **História: questões e debates**, Curitiba, v.14, n. 26/27, p.154-171,1997.

TELEGINSKI, Neli Maria. **Memória, identidade étnica e a ‘comida eslava’ no centro-sul do Paraná**. 2012. Disponível em: <http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/artigos/Artigos_PDF/Ensaio%20Neli.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

FRANCISCA JULIA CAMARGO DRESCH Possui graduação em Licenciatura Plena nas Ciências Sociais pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB (1998). Especialista em Gestão Ambiental: Ênfase em Organizações Produtivas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2003), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2005). Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2014). Atualmente é acadêmica no curso de Bacharelado em Psicologia pela Faculdade SantAna. Ocupa a vaga de Técnica Pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa nas disciplinas de Sociologia e Filosofia e Coordenadora da Educação em Direitos Humanos nos eixos: Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes; Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas e na Promoção da Saúde Mental. Professora no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais. Tem experiência profissional na Formação Continuada de Professores na Educação Básica. Atua principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores, Ensino, Aprendizagem, Políticas Públicas Educacionais e Direitos Humanos.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-75-8



9 788585 107758